



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LX - Nº 32 - SEXTA-FEIRA, 1 DE ABRIL DE 2005 - BRASILIA-DF

MESA		
<p>Presidente Renan Calheiros – PMDB – AL</p> <p>1º Vice-Presidente Tião Viana – BLOCO – PT – AC</p> <p>2º Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB – MT</p> <p>1º Secretário Efraim Morais – PFL – PB</p> <p>2º Secretário João Alberto Souza – PMDB – MA</p>	<p>3º Secretário Paulo Octávio – PFL – DF</p> <p>4º Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO</p> <p>Suplentes de Secretário 1º Serys Slhessarenko – BLOCO – PT – MT 2º Papaleo Paes – PMDB – AP 3º Alvaro Dias – PSDB – PR 4º Aelton Freitas – MG</p>	
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO PMDB E DA MAIORIA – 22</p> <p>LÍDER Ney Suassuna</p> <p>Vice-Líderes Maguito Vilela Hélio Costa Luiz Otávio Gerson Camata Leomar Quintanilha João Batista Motta</p> <p>LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO – 22 PT – 13 / PSB – 2 PTB – 3 / PL – 3 PPS – 1</p> <p>LÍDER – BLOCO Delcídio Amaral – PT</p> <p>LÍDER – PT – 13 Delcídio Amaral</p> <p>Vice-Líderes Roberto Saturnino – PT Ana Júlia Carepa – PT Flávio Arns – PT Fátima Cleide – PT</p> <p>LÍDER – PSB – 2 João Capiberibe</p> <p>Vice-Líder – PSB (vago)</p>	<p>LÍDER – PTB – 3 Mozarildo Cavalcanti</p> <p>Vice-Líder – PTB Sérgio Zambiasi</p> <p>LÍDER – PL – 3 Marcelo Crivella</p> <p>Vice-Líder – PL Aelton Freitas</p> <p>LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA – 31 PFL – 18 / PSDB – 13 Sérgio Guerra – PSDB</p> <p>Vice-Líderes Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL</p> <p>LÍDER – PFL – 18 José Agripino</p> <p>Vice-Líderes – PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeo Tuma João Ribeiro</p> <p>LÍDER – PSDB – 13 Arthur Virgílio</p>	<p>Vice-Líderes – PSDB Antero Paes de Barros Lúcia Vânia Leonel Pavan Alvaro Dias</p> <p>LIDERANÇA DO PDT – 4 LÍDER Osmar Dias</p> <p>Vice-Líder (vago)</p> <p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>LÍDER Aloizio Mercadante – PT</p> <p>Vice-Líderes Ideli Salvatti – PT Maguito Vilela – PMDB Romero Jucá – PMDB Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes – PPS Marcelo Crivella – PL</p>
EXPEDIENTE		
<p>Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>	

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 30ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 31 DE MARÇO DE 2005

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 88, de 2005, de autoria do Senador César Borges, que revoga o § 2º do art. 134 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943..... 07066

Projeto de Lei do Senado nº 89, de 2005 – Complementar, de autoria do Senador Paulo Octávio, que vincula recursos para a seguridade social..... 07066

Projeto de Decreto Legislativo nº 149, de 2005, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que susta o Decreto da Presidência da República de 18 de fevereiro de 2005, que cria a Floresta Nacional de Anauá, no Município de Rorainópolis, Estado de Roraima e dá outras providências. 07067

1.2.2 – Ofícios

Nº 1/2005, de 31 do corrente, da Comissão Mista destinada a propor a Reestruturação do Processo Orçamentário, comunicando a eleição da Mesa Diretora da referida Comissão, realizada no dia 30 do corrente, sendo eleito o Senador Fernando Bezerra, Presidente e o Deputado Pedro Novais, Vice-Presidente. 07069

Nºs 30 a 36/2005, de 30 e 31 do corrente, da Liderança do PFL no Senado Federal, de substituição de membros nas Comissões Parlamentar Conjunta do Mercosul, de Assuntos Econômicos, de Educação, de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de Serviços de Infra-Estrutura e de Desenvolvimento Regional e Turismo, respectivamente. 07073

Nº 33/2005, de 30 do corrente, da Liderança do Bloco Parlamentar da Minoria no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 13, de 2003-CN. 07074

Nºs 294 e 295/2005, de 30 do corrente, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados, de

indicação de membros na Comissão Especial Mista destinada a propor a reestruturação do processo orçamentário. Designação dos Deputados Zé Geraldo e Pedro Chaves, como titular e suplente, respectivamente, para compor a referida Comissão. . 07074

Nº 190/2005, de 9 do corrente, da Liderança do PTB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 233, de 2004..... 07074

1.2.3 – Ofícios do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Nº 111/2005, de 30 do corrente, comunicando o arquivamento, em virtude de inconstitucionalidade e injuridicidade, do Projeto de Lei do Senado nº 245, de 1996 (nº 1.859/99, naquela Casa), que dispõe sobre a proteção ao patrimônio fossilífero, em conformidade com o art. 216, inciso V, da Constituição Federal, e dá outras providências..... 07075

Nº 112/2005, de 30 do corrente, comunicando o arquivamento, em virtude de rejeição, do Projeto de Lei do Senado nº 91, de 2000 (nº 5.462/01, naquela Casa), que dispõe sobre a divulgação em Diário Oficial do relatório do registrador de dados de vôo (caixa-preta) de avião acidentado..... 07075

Nº 113/2005, de 30 do corrente, comunicando o arquivamento, em virtude de rejeição, do Projeto de Lei do Senado nº 198, de 2001 (nº 2.333/03, naquela Casa), que autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Nacional de Bolsa de Estudo para alunos do ensino superior privado..... 07075

Nº 115/2005, de 30 do corrente, comunicando o arquivamento, em virtude de prejudicialidade, do Projeto de Decreto Legislativo nº 545, de 2003 (nº 377/03, na origem), que disciplina relações jurídicas decorrentes da Medida Provisória nº 82, de 7 de dezembro de 2002..... 07075

1.2.4 – Comunicação da Presidência

Recebimento, nesta data, de indicações dos nomes dos Senhores Deputados para compor a Comissão Especial Mista criada através do Requerimento nº 31, de 2004, do Congresso Nacional, destinada a acompanhar até 15 de dezembro de 2005, conforme dispõe a Lei nº 10.001, de 2000, as providências solicitadas pelo Relatório Final nº 1, de 2004-CN, da Comissão Parlamentar Mista de

Inquérito, criada através do Requerimento nº 2, de 2003-CN, com a finalidade de investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil. 07075

1.2.5 – Discursos do Expediente

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI, como Líder – Comemora aniversário da FECOMÉRCIO do Estado de Roraima. 07076

SENADOR MAGUITO VILELA – Referência ao Projeto de Lei do Senado nº 297, de 2004, de sua autoria, que institui o Dia Nacional da Alimentação, aprovado terminativamente pela Comissão de Educação. Homenagem póstuma ao Sr. Oliveiros Jesus Barros. 07077

SENADOR NEY SUASSUNA, como Líder – Defesa da independência do Banco Central. 07079

SENADOR CÉSAR BORGES – Contesta números divulgados pelo Ministério das Cidades sobre investimentos em saneamento. 07081

SENADOR VALDIR RAUPP – Homenagens ao grupo empresarial Eucatur pelo transcurso dos 41 anos de serviços prestados a Rondônia e ao Brasil. 07083

SENADOR AELTON FREITAS – Inquietação de candidatos a vereadores de diversos municípios brasileiros com a aprovação da Resolução do Tribunal Superior Eleitoral nº 21.702, de 2004, que reduziu o número de cadeiras nas câmaras municipais em todo o país. 07084

SENADOR GILBERTO MESTRINHO – Ineficiência do Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM), que necessita de reformulação em sua atuação. 07085

SENADOR LÚCIA VÂNIA – Considerações acerca da morte da paciente terminal norte-americana Terri Shiavo, ocorrida hoje. Destaque a projeto de lei de autoria de S.Exª que promove o apoio psicológico-emocional a parentes de enfermos nos hospitais. 07087

SENADOR FRANCISCO PEREIRA – Crítica à decisão do Ministério da Saúde autorizando as mulheres vítimas de estupro a realizarem aborto através do Sistema Único de Saúde (SUS), sem a apresentação de boletim de ocorrência. 07088

SENADOR TIÃO VIANA – Apelo ao Governo para a convalidação dos diplomas de brasileiros formados no exterior, especialmente de médicos graduados em Cuba. 07089

SENADOR RODOLPHO TOURINHO – Solicita esclarecimentos ao Ministro da Educação sobre a situação dos estrangeiros que exercem atividades médicas no Brasil e sobre os brasileiros que fazem cursos universitários no exterior, especialmente o curso de medicina na Bolívia. 07092

SENADOR JOSÉ AGRIPINO, como Líder – Críticas à reforma ministerial do governo Lula. ... 07093

SENADOR JOÃO CAPIBERIBE, como Líder – Precariedade da área de saúde no Estado do Amapá. 07094

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA, como Líder – Críticas à Campanha do Desarmamento. . 07095

SENADOR RODOLPHO TOURINHO – Decisão do Governo Lula de editar nova medida provisória corrigindo a tabela do Imposto de Renda Pessoa Física. 07096

SENADOR MÃO SANTA – Homenagem ao Dr. Ulysses Guimarães e ao PMDB. Elevação da carga tributária no Governo Lula. 07097

SENADOR PEDRO SIMON – Registro dos 41 anos do golpe militar, que deu origem à ditadura instalada no Brasil em 1964. 07098

SENADOR EDUARDO AZEREDO – Elevação da carga tributária em 2004. 07100

SENADOR MARCO MACIEL – Registro da criação do Centro de Estudos Norberto Bobbio, de iniciativa da Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) e o Centro de Estudos Piero Gobetti. 07100

1.2.6 – Leitura de requerimento

Nº 216, de 2005, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, solicitando a inserção em Ata de voto de pesar pelo falecimento do Coronel PM Nelson Fernando Cordeiro, ex-Chefe do Gabinete Militar do Governador e ex-Comandante Geral da Polícia Militar de Minas Gerais. 07103

1.2.7 – Comunicação

Do Senador João Ribeiro, comunicando que a partir desta data passará a integrar a bancada do Partido Liberal – PL. 07103

1.3 – ORDEM DO DIA

Item 1 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2005 (proveniente da Medida Provisória nº 227, de 2004), que dispõe sobre o Registro Especial, na Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, de produtor ou importador de biodiesel e sobre a incidência da Contribuição para o PIS/pasep e da Cofins sobre as receitas decorrentes da venda desse produto, altera a Lei nº 10.451, de 10 de maio de 2002, e dá outras providências. **Apreciação sobrestada em virtude de não haver acordo entre as Lideranças.** 07103

Item 2 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2005 (proveniente da Medida Provisória nº 228, de 2004), que regulamenta a parte final do disposto no inciso XXXIII do caput do art. 5º da Constituição Federal e dá outras providências. (acesso a documentos públicos de interesse particular ou coletivo). **Apreciação sobrestada.** 07103

Item 3

Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2003 (nº 306/2000, na Câmara dos Deputados), que acrescenta o § 3º ao art. 215 da Constituição Federal, instituindo o Plano Nacional de Cultura.

Apreciação sobrestada. 07104

Item 4

Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2004 (nº 575/98, na Câmara dos Deputados), que altera o inciso IV do art. 20 da Constituição Federal. (Excluindo dos bens da União as ilhas costeiras que contenham a sede de Município). **Apreciação sobrestada.** 07104

Item 5

Proposta de Emenda à Constituição nº 40, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Heloísa Helena, que dispõe sobre a obrigatoriedade e gratuidade da educação infantil para crianças de zero a seis anos de idade. **Apreciação sobrestada.** 07104

Item 6

Proposta de Emenda à Constituição nº 43, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Júlio Eduardo, que modifica a redação dos arts. 20, III, e 26, I, da Constituição Federal, para definir a titularidade das águas subterrâneas. **Apreciação sobrestada.** 07104

Item 7

Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que adiciona um parágrafo ao art. 183 da Constituição Federal, aumentando o tamanho máximo do lote objeto de usucapião especial urbano em cidades com menos de 300.000 (trezentos mil habitantes). **Apreciação sobrestada.** 07104

Item 8

Proposta de Emenda à Constituição nº 73, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que inclui novo inciso no § 9º, além de novos parágrafos no art. 165 da Constituição Federal (participação da população ou de entidades civis legalmente constituídas na elaboração, aprovação e execução do processo orçamentário).

Apreciação sobrestada. 07104

Item 9

Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Maria do Carmo Alves, que acrescenta inciso XVIII-A ao art. 7º da Constituição Federal, para beneficiar, com licença-maternidade, as mulheres que adotarem crianças. **Apreciação sobrestada.** 07104

Item 10

Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação. **Apreciação sobrestada.** 07105

Item 11

Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2001 (nº 6.387/2002, naquela Casa), que altera os arts. 6º, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com o objetivo de tornar obrigatório o início do ensino fundamental aos seis anos de idade. **Apreciação sobrestada.** 07105

Item 12

Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 2002 (nº 3.881/2000, na Casa de origem), que acrescenta inciso ao art. 30 da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB. **Apreciação sobrestada.** 07105

Item 13

Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 2003 (nº 6.425/2002, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação ao caput e ao § 3º do art. 304 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal (estabelece a simplificação da lavratura do auto de prisão em flagrante para permitir ao condutor do preso e as testemunhas serem liberadas tão logo sejam ouvidas e assinados os seus depoimentos).

Apreciação sobrestada. 07105

Item 14

Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2004 (nº 3.371/97, na Casa de origem), que altera o art. 259 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil (estabelece regras para a fixação do valor da causa). **Apreciação sobrestada.** 07105

Item 15

Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2004 (nº 818/2003, na Casa de origem), que altera o art. 1.121 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, para incluir, como requisito indispensável à petição da separação consensual, o acordo entre os cônjuges relativo ao regime de visitas dos filhos menores. **Apreciação sobrestada.** 07105

Item 16 (Incluído em Ordem do Dia nos termos dos Recursos nºs 13 e 14, de 2003)

Projeto de Decreto Legislativo nº 645, de 2002 (nº 2.089/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Elo Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Maceió, Estado de Alagoas. **Apreciação sobrestada.** 07105

Item 17

Projeto de Resolução nº 42, de 2004 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 1.971, de 2004, Relator: Senador Eduardo Suplicy), que autoriza a contratação de crédito externo, no valor total de quinhentos e setenta e dois milhões e duzentos mil dólares dos Estados Unidos da América, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

– BIRD, destinada ao Projeto de Apoio ao Programa Bolsa Família. **Apreciação sobrestada.** 07106

Item 18

Mensagem nº 101, de 2005 (nº 101/2005, na origem), de 23 de fevereiro último, pela qual o Presidente da República solicita a retirada da Mensagem nº 94, de 2004 (nº 340/2004, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Cleveland Prates Teixeira para ser reconduzido ao cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE. **Apreciação sobrestada.** 07106

Item 19

Requerimento nº 564, de 200, do Senador João Capiberibe, solicitando a aprovação de um voto de censura à ação das tropas de ocupação do governo dos Estados Unidos da América no Iraque, pelas práticas de humilhação, violência e tortura contra prisioneiros iraquianos, conforme material fartamente exibido pela mídia mundial. **Apreciação sobrestada.** 07106

Item 20

Requerimento nº 1.583, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, solicitando o sobrestamento do exame do Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 2003, até que sejam recebidos pelo Senado Federal os Projetos de Lei nºs 3.384, de 1997, e 4.539, de 2001, que dispõem sobre a mesma matéria, em tramitação na Câmara dos Deputados. **Apreciação sobrestada.** 07106

Item 21

Requerimento nº 1.584, de 2004, do Senador Gerson Camata, solicitando, nos termos regimentais, o sobrestamento do exame do Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 2003, até que sejam recebidos pelo Senado Federal os Projetos de Lei nºs 3.384, de 1997, e 4.539, de 2001, que dispõem sobre a mesma matéria, em tramitação na Câmara dos Deputados. **Apreciação sobrestada.** 07106

Item 22

Requerimento nº 1.601, de 2004, do Senador Marcelo Crivella, solicitando a apresentação de voto de solidariedade ao povo da Costa do Marfim e ao seu Presidente, pelos graves incidentes havidos no mês de dezembro de 2004. **Apreciação sobrestada.** 07106

Item 23

Requerimento nº 8, de 2005, do Senador Hélio Costa, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 321, de 2004, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação. **Apreciação sobrestada.** 07106

Item 24

Requerimento nº 14, de 2005, do Senador Hélio Costa e outros Senhores Senadores, solicitando que o Senado Federal dirija apelo às lideranças políticas iraquianas, de governo e oposição, para

manifestação de apoio à libertação do Engenheiro João José Vasconcellos Júnior, seqüestrado no Iraque em 19 de janeiro de 2005. **Apreciação sobrestada.** 07107

Item 25

Requerimento nº 22, de 2005, do Senador Edison Lobão, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 176 e 340, de 2004, por regularem a mesma matéria. **Apreciação sobrestada.** 07107

Item 26

Requerimento nº 44, de 2005, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nº 182, de 2003, e 352, de 2004, por regularem a mesma matéria. **Apreciação sobrestada.** 07107

Item 27

Requerimento nº 55, de 2005, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 334 e 348, de 2004, por regularem a mesma matéria. **Apreciação sobrestada.** 07107

Item 28

Requerimento nº 60, de 2005, da Senadora Serys Slhessarenko e outros Senhores Senadores, solicitando a criação de Comissão Especial Temporária, composta de sete membros e igual número de suplentes, destinada a planejar e coordenar a execução das atividades referentes às comemorações pelo Ano Internacional da Mulher Latino-Americana - 2005, instituído pelo Parlamento Latino-Americano. **Apreciação sobrestada.** 07107

Item 29

Requerimento nº 61, de 2005, da Senadora Fátima Cleide, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 283 e 313, de 2004, por regularem a mesma matéria. **Apreciação sobrestada.** 07107

Item 30

Requerimento nº 74, de 2005, do Senador Paulo Paim, solicitando, nos termos regimentais, o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 255, de 2002, do Projeto de Lei do Senado nº 5, de 2003, a fim de que tenham tramitação autônoma. **Apreciação sobrestada.** 07107

Item 31

Requerimento nº 75, de 2005, do Senador Delcídio Amaral, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 34 e 49, de 2004, por regularem a mesma matéria. **Apreciação sobrestada.** 07107

Item 32

Requerimento nº 91, de 2005, do Senador Tião Viana, solicitando a criação de Comissão composta de cinco membros, para, no prazo de sessenta dias, apresentar projeto de resolução de reforma do Regimento Interno do Senado Federal. **Apreciação sobrestada.** 07107

Item 33			
Requerimento nº 97, de 2005, do Senador Valmir Amaral, solicitando o oferecimento de voto de pesar e solidariedade aos Presidentes dos países atingidos pelo maremoto em 26 de dezembro de 2004. Apreciação sobrestada.	07107	Lei do Senado nº 27, de 2005, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação. Apreciação sobrestada.	07108
Item 34		Item 43	
Requerimento nº 103, de 2005, do Senador Marcelo Crivella, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 227 e 312, de 2004, por regularem a mesma matéria. Apreciação sobrestada.	07108	Requerimento nº 157, de 2005, do Senador Leomar Quintanilha, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei da Câmara nºs 81, de 2002 e 90, de 2004, com o Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2005, por regularem a mesma matéria. Apreciação sobrestada.	07108
Item 35		Item 44	
Requerimento nº 104, de 2005, do Senador Hélio Costa, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 9, de 2005 - Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação. Apreciação sobrestada.	07108	Requerimento nº 163, de 2005, do Senador Rodolpho Tourinho, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 62, de 2004, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais. Apreciação sobrestada.	07108
Item 36		Item 45	
Requerimento nº 119, de 2005, do Senador Rodolpho Tourinho, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 190, de 2002, e 39, de 2004, por regularem a mesma matéria. Apreciação sobrestada.	07108	Requerimento nº 167, de 2005, do Senador Delcídio Amaral, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 63, de 2004, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infra-Estrutura. Apreciação sobrestada.	07109
Item 37		Item 46	
Requerimento nº 122, de 2005, do Senador Romero Jucá, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 207, de 1999, de sua autoria. Apreciação sobrestada. ...	07108	Requerimento nº 202, de 2005, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando manifestação de apelo às principais forças políticas da Costa do Marfim, Governo e Forces Nouvelles, no sentido de cessarem-se as hostilidades e encontrar-se uma solução negociada e pacífica para o grave conflito que assola aquele País africano. Apreciação sobrestada.	07109
Item 38		1.3.1 – Discursos após a Ordem do Dia	
Requerimento nº 127, de 2005, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 127 e 192, de 2004, por regularem a mesma matéria. Apreciação sobrestada.	07108	SENADOR TEOTÔNIO VILELA FILHO – Problemas gerados no país com a escassez de água.....	07109
Item 39		SENADOR JOÃO RIBEIRO , como Líder – Filiação de S. Ex ^a ao Partido Liberal (PL).....	07113
Requerimento nº 139, de 2005, do Senador Sérgio Guerra, solicitando que, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 602, de 2004, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária. Apreciação sobrestada.	07108	SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Comentários a artigo do Professor Ives Gandra Martins a respeito de ações do Governo Lula.....	07116
Item 40		SENADOR PAULO PAIM – Considerações acerca da “PEC paralela”. Elogio às iniciativas do Senado Federal e do Ministério Público para ações voltadas à acessibilidade de deficientes físicos. Solicita apoio a projeto que institui o Estatuto da Pessoa Deficiente.	07119
Requerimento nº 144, de 2005, do Senador Paulo Paim, solicitando que, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 602, de 2004, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais. Apreciação sobrestada.	07108	SENADOR DEMÓSTENES TORRES , como Líder – Protesto contra falta de investimento do governo federal na segurança pública do país. Registra a insegurança nos municípios da região do entorno do Distrito Federal.	07120
Item 41		SENADOR EDUARDO AZEREDO – Protesto contra bloqueio de recursos federais ao governo do Estado de São Paulo.	07127
Requerimento nº 143, de 2005, do Senador Romero Jucá, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 603, de 1999, de sua autoria. Apreciação sobrestada. ...	07108		
Item 42			
Requerimento nº 145, de 2005, do Senador Hélio Costa, solicitando que, sobre o Projeto de			

1.3.2 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR *LEONEL PAVAN* – Registro de editorial publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, de 22 de março do corrente, intitulado “Operação Moisés”. 07129

SENADOR *TEOTÔNIO VILELA FILHO* – Registra artigo de autoria do ex-Ministro Jarbas Pasarinho, intitulado “Os bons amigos das Farc”, publicado no jornal **Correio Braziliense**, em 15 de março do corrente. 07131

SENADOR *REGINALDO DUARTE* – Registro dos artigos publicados no jornal **Folha de S. Paulo** intitulados “Barrados no baile”, edição de 10 de março do corrente, e “O barrado no baile”, edição de 18 de março do corrente, e, artigo intitulado “Esquerda Petista”, publicado no jornal **Valor Econômico**, em 18 de março do corrente, todos fazendo referência à comemoração dos 25 anos do Partido dos Trabalhadores. 07132

SENADOR *ANTERO PAES DE BARROS* – Registro do artigo intitulado “PT vira agência de empregos”, de autoria do jornalista Augusto Nunes, publicado no **Jornal do Brasil**, em 13 de março do corrente. 07133

SENADOR *ALVARO DIAS* – Registro de matéria intitulada “Esquecidos da terra”, publicada no jornal **Correio Braziliense**, edição de 13 de março do corrente. 07134

SENADOR *ALMEIDA LIMA* – Registro de artigo publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, intitulado “Lula no espelho de Marta”, edição de 23 de março do corrente. 07135

SENADOR *VALMIR AMARAL* – O conflito pela posse de terras que resultou no assassinato da missionária norte-americana Dorothy Stang. ... 07137

SENADOR *AUGUSTO BOTELHO* – Importância da Lei de Responsabilidade Fiscal. 07138

1.4 – ENCERRAMENTO

2 – PARECER

Nº 1, de 2005-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Aviso nº 3, de 2005-CN, que encaminha ao

Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 2.087, de 2004 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente ao Relatório de Inspeção realizada na execução de serviços de conservação preventiva, rotineira e emergencial de rodovias no Estado de Mato Grosso. (TC nº 011.385/2004-5). 07140

3 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR RENAN CALHEIROS, EM 31.3.2005

4 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

Resenha das matérias apreciadas pelo Senado Federal no período de 1º a 31 de março de 2005. 07144

5 – ATAS DE COMISSÕES (Publicadas em suplemento a este Diário)

6 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 1.486 a 1.512, de 2005. 07266

SENADO FEDERAL

7 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL - 52ª LEGISLATURA

8 – SECRETARIA DE COMISSÕES

9 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

10 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

11 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

12 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

13 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

14 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

15 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

16 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

17 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

18 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

19 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO

Ata da 30ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 31 de março de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Tião Viana, Eduardo Siqueira Campos,
Juvêncio da Fonseca, Delcídio Amaral e Mão Santa*

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

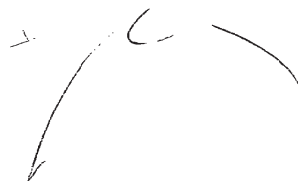
SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA DAS 14:00 HORAS

Período : 31/3/2005 07:40:07 até 31/3/2005 20:30:00

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	X	
PSDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	
PFL	BA	CÉSAR BORGES	X	
Bloco-PT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	
Bloco-PT	MS	DELCÍDIO AMARAL	X	
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	X	
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	
Bloco-PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	X	
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
Bloco-PL	ES	FRANCISCO PEREIRA	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	
P-SOL	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	X	
PMDB	MG	HÉLIO COSTA	X	
PDT	AM	JEFFERSON PERES	X	
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X	
PMDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	X	
Bloco-PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	X	
-	TO	JOÃO RIBEIRO	X	
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	X	
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	X	
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	
PDT	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	X	
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	X	
PMDB	GO	MAGUITO VILELA	X	
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	
Bloco-PL	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	
PFL	PE	MARCO MACIEL	X	
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	
Bloco-PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	X	
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	
PMDB	AP	PAPALÉO PAES	X	
Bloco-PPS	CE	PATRICIA SABOYA GOMES	X	
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	X	
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	X	
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	X	
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	X	
PFL	SP	ROMEU TUMA	X	
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	X	
Bloco-PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	
Bloco-PT	MT	SÉRY S LHESSARENKO	X	
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
PSDB	AL	TEOTÔNIO VILELA FILHO	X	
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
PMDB	DF	VALMIR AMARAL	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PMDB	RR	WIRLANDE DA LUZ	X	

Compareceram: 61 Senadores



O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 62 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, projetos de lei que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Aelton Freitas.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 88, DE 2005

Revoga o § 2º do art. 134 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Revoga-se o § 2º do art. 134 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em seu § 2º do art. 134, prevê que aos empregados menores de 18 (dezoito) anos e aos maiores de 50 (cinquenta) anos de idade, as férias serão concedidas de uma só vez.

A Constituição Federal em inciso XXX do art. 7º, garante aos trabalhadores a proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.

Assim, se é vedado discriminar os trabalhadores por causa da idade em vários aspectos da vida laboral, não se justifica a permanência da proibição de concessão do parcelamento de férias aos trabalhadores descritos no § 2º do art. 134 da CLT.

Por todas essas razões, entendo ser necessário à supressão do citado dispositivo a fim de extinguir o tratamento diferenciado a que estavam submetidos os trabalhadores menores de dezoito anos e os maiores de cinquenta anos.

É uma medida justa e racional. Esperamos contar com o apoio de nossos Pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões, 31 de março de 2005. – Senador **César Borges**.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

XXX – proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil;

DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943

Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 134. As férias serão concedidas por ato do empregador, em um só período, nos 12 (doze) meses subsequentes à data em que o empregado tiver adquirido o direito.

§ 1º Somente em casos excepcionais serão as férias concedidas em 2 (dois) períodos, um dos quais não poderá ser inferior a 10 (dez) dias corridos.

§ 2º Aos menores de 18 (dezoito) anos e aos maiores de 50 (cinquenta) anos de idade, as férias serão sempre concedidas de uma só vez.

(À Comissão de Assuntos Sociais – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 89, DE 2005 – COMPLEMENTAR

Vincula recursos para a seguridade social.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os recursos da remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional oriundos da remuneração de recursos de fontes ou destinados à seguridade social serão obrigatoriamente aplicados na seguridade social, constituindo fonte específica para fins das leis de natureza orçamentária.

Art. 2º Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O artigo 194 da Constituição cita que “seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinados a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”.

Como não poderia deixar de ser, é evidente que para atender a um leque de direitos tão abrangente e ambicioso, que envolve ações na área da saúde, da previdência social e da assistência social, o poder público enfrenta problemas de ordem orçamentária, tendo em vista a escassez de recursos e as enormes necessidades de toda a sociedade.

Com o objetivo de minimizar os problemas da seguridade social, uma primeira providência está em curso, de iniciativa do Poder Executivo e que está contando com o substancial apoio do Poder Legislativo: a reforma da previdência. Quando implantada poderá corrigir muita das distorções que ora se verificam e que tomam o gigantesco orçamento da previdência social insuficiente para alcançar todos os seus objetivos. Esta proposição visa a complementar esse esforço ingente.

Da forma como o orçamento é atualmente apresentado não é possível saber que parcela dos recursos referem-se às “Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional” oriundos da remuneração de recursos de fontes ou destinados à Seguridade. Porém, pode-se estimar, utilizando-se o mesmo percentual de cerca de 39% que a Lei Orçamentária para 2005 aloca para a previdência e assistência social –descontados os recursos previstos para a rolagem da dívida pública, que 39% da “Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional” são oriundos da remuneração de recursos de fontes ou destinados à Seguridade Social.

Sabe-se que, historicamente, os recursos alocados para a Seguridade Social têm se mostrado insuficientes. Este projeto de lei tem o objetivo de contribuir para corrigir essa distorção, e tentar cumprir o que é constitucionalmente assegurado pela Constituição, mas que indevida e injustamente não tem sido observado. Se aprovada nossa proposição, os recursos da fonte “Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional”, oriundos da remuneração de recursos de fontes ou destinados à Seguridade Social, serão aplicados obrigatoriamente em despesas da Seguridade Social.

Assim, pode-se observar que esta proposição é coerente com o princípio de que o acessório deve acompanhar o principal, ou seja, ao determinar que os recursos da fonte “Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional”, oriundos da remuneração de recursos de fontes ou destinados à Seguridade Social, sejam aplicados obrigatoriamente em despesas da Seguridade Social.

Sob o ponto de vista do mérito, a proposição que ora apresentamos é compatível com o mecanismo

de vinculação de recursos para a Seguridade Social, objetivo perseguido pela Assembléia Nacional Constituinte de 1988, vez que, até aquele momento histórico, o que se observava era que as políticas de ajuste fiscal implementadas sacrificavam a área social, com o que discordamos.

Pelo exposto, solicitamos o apoio dos nobres colegas Senadores para aprovação deste Projeto de Lei Complementar.

Sala das Sessões, 31 de março de 2005. – Senador **Paulo Octávio**.

LEGISLAÇÃO SOLICITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.
.....

LEI COMPLEMENTAR Nº 70, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1991

Institui contribuição para financiamento da Seguridade Social, eleva a alíquota da contribuição social sobre o lucro das instituições financeiras e dá outras providências.

.....
(À Comissão de Assuntos Social.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 149, DE 2005

Susta o Decreto da Presidência da República, de 18 de fevereiro de 2005, que “cria a Floresta Nacional de Anauá, no Município de Rorainópolis, Estado de Roraima e dá outras providências.”

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica sustado o Decreto da Presidência da República, de 18 de fevereiro de 2005, que “cria a Floresta Nacional de Anauá, no Município de Rorainópolis, Estado de Roraima e dá outras providências.”

Art. 2º Este decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O Projeto de Decreto Legislativo ora submetido à apreciação dos egrégios membros desta casa do Congresso Nacional fundamenta-se no disposto no Art. 49, V da Lei Maior, que estabelece:

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

.....
V – sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites da delegação legislativa;

O ato normativo objeto da presente sustação, o Decreto da Presidência da República, de 18 de fevereiro de 2005, que “cria a Floresta Nacional de Anauá, no Município de Rorainópolis, Estado de Roraima e dá outras providências”, em seu art. 1º cria a Floresta Nacional em tela e determina seus objetivos. Seu art. 2º delimita sua área e respectivo perímetro. O art. 3º define que caberá ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA a administração da área e as medidas necessárias a sua efetiva implantação, e o art. 4º versa sobre a cessão, por parte da União, das terras ao Ibama.

A referida Floresta ocupa uma área de duzentos e cinquenta e nove mil, quinhentos e cinquenta hectares, o que corresponde a, aproximadamente, 2.595 km² (dois mil, quinhentos e noventa e cinco quilômetros quadrados).

Além disto, a área da referida floresta agregou-se aos já cerca de 45% (quarenta e cinco por cento) de áreas indígenas e unidades de conservação localizadas no território do Estado de Roraima, ou seja, quase metade da área do Estado é rigorosamente imobilizado.

A esterilização da área do Estado de Roraima tem se tomado um pragmatismo da administração federal. Estes atos tomam, a cada área reconhecida, demarcada ou homologada, mais árduo o desenvolvimento humano, social e econômico do Estado. O comprometimento do desenvolvimento do Estado vem se tomando, a cada ato do poder executivo, inviável, pois o potencial econômico deste é essencialmente agrícola é demandista de áreas para lavouras, pasto e demais práticas necessárias ao agronegócio.

Estou certo de que o Congresso Nacional não irá esquivar-se de seu dever de coibir mais este ato exorbitante do Poder Executivo contra o povo roraimense, e que pode induzir à violência, além de causar insegurança, desemprego e pobreza para os brasileiros daquela unidade da federação.

Sala das Sessões, 31 de março de 2005. – Senador **Mozarildo Cavalcanti**.

LEGISLAÇÃO SOLICITADA**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

.....
Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

.....
V – sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa;

DECRETO DE 18 DE FEVEREIRO DE 2005**Cria a Floresta Nacional de Anauá, no
Município de Rorainópolis, Estado de Ro-
raima, e dá outras providências.**

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 17 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e o que consta do Processo nº 02001.008713/2002-08,

Decreta:

Art. 1º Fica criada a Floresta Nacional de Anauá, no Município de Rorainópolis, Estado de Roraima, com os objetivos de promover o uso múltiplo dos recursos florestais, a manutenção e a proteção dos recursos hídricos e da biodiversidade, a recuperação de áreas degradadas, a educação ambiental, bem como o apoio ao desenvolvimento de métodos de exploração sustentável dos recursos florestais das áreas limítrofes.

Art. 2º A Floresta Nacional de Anauá possui superfície aproximada de duzentos e cinquenta e nove mil, quinhentos e cinquenta hectares, compreendida dentro do seguinte perímetro: partindo do ponto M-1, de coordenadas geográficas aproximadas de longitude 60°59'10"W e latitude 00°11'23"N, localizado na confluência da foz do Igarapé do Cachimbo com o Rio Jauaperi, segue-se, por uma distância aproximada de 8.000 metros, a montante e pela margem esquerda do Rio Jauaperi, até se atingir o M-2, situado na confluência do Rio Jauaperi com a foz do Igarapé Jaburu e de coordenadas geográficas aproximadas de longitude 60°56'57"W e latitude de 00°10'58"N; deste, segue-se por uma distância aproximada de 99.500 metros, a montante e ao longo da margem esquerda do Igarapé Jaburu, até se chegar ao M-3, de coordenadas geográficas aproximadas de longitude 60°38'48"W e de latitude de 00°42'27"N, situado na confluência do Igarapé Jaburu, em sua margem direita, com igarapé sem denominação; deste, segue-se por uma distância

aproximada de 18.000 metros, a montante e ao longo da margem esquerda de igarapé sem denominação, até sua nascente, onde situa-se o ponto M-4, de coordenadas geográficas aproximadas de longitude 60°38'48"W e de latitude de 00°50'53"N; deste, segue-se por uma linha seca, em distância aproximada de 6.300 metros e rumo de 25°45'29"NE, até se atingir a confluência do Rio Anauá, em sua margem direita, com igarapé sem denominação, onde situa-se o M-5, de coordenadas geográficas aproximadas de longitude 60°37'20"W e de latitude de 00°53'56"N; deste, segue-se por uma distância aproximada de 130.000 metros, ao longo do leito do Rio Anauá, em sua margem direita, até se atingir a confluência deste, em sua margem esquerda, com igarapé sem denominação, onde situa-se o M-6, de coordenadas geográficas aproximadas de longitude 61°07'18"W e de latitude de 00°57'22"N; deste, segue-se por uma linha seca, em distância aproximada de 2.950 metros e rumo de 59°16'SE, até se atingir o M-7, situado na nascente de igarapé sem denominação, de coordenadas geográficas aproximadas de longitude 61°05'58"W e de latitude de 00°56'34"N; deste, segue-se por uma distância aproximada de 9.250 metros, a jusante do referido igarapé sem denominação, pela sua margem direita, até a sua foz com o Rio Itapará, onde situa-se o M-8, de coordenadas geográficas aproximadas de longitude 61°05'23"W e de latitude de 00°51'57"N; deste, segue-se por uma distância aproximada de 18.400 metros, a montante do Rio Itapará, até se atingir a confluência deste, em sua margem esquerda, com igarapé sem denominação, onde situa-se o M-9, de coordenadas geográficas aproximadas de longitude 60°58'03"W e de latitude de 00°49'38"N; deste, segue-se por uma linha seca, em distância aproximada de 3.000 metros e rumo de 04°18'15"SE, até se atingir a nascente de igarapé sem denominação, onde situa-se o M-10, de coordenadas geográficas aproximadas de longitude 60°57'56"W e de latitude de 00°48'01"N; deste, segue-se por uma distância aproximada de 21.500 metros, a jusante do referido igarapé sem denominação, até se atingir o Igarapé Itaparazinho, na margem direita deste, onde situa-se o M-11, de coordenadas geográficas aproximadas de longitude 61°05'07"W e de latitude de 00°41'08"N; deste, segue-se por uma distância aproximada de 10.600 metros, a montante do Igarapé Itaparazinho, pela sua margem esquerda, até se atingir igarapé sem denominação, em sua margem esquerda, ponto em que situa-se o M-12, de coordenadas geográficas aproximadas de longitude 61°00'42"W e de latitude de 00°39'25"N; deste, segue-se por uma distância aproximada de 3.800 metros, a montante

de igarapé sem denominação, até se atingir, em sua margem esquerda, outro igarapé sem denominação, confluência esta onde situa-se o M-13, de coordenadas geográficas de longitude 60°58'52"W e de latitude de 00°39'13"N; deste, segue-se por uma linha seca, em distância aproximada de 3.000 metros e rumo de 37°15'00"SE, até se atingir a margem direita do Igarapé Cachimbo, onde situa-se o ponto M-14, de coordenadas geográficas aproximadas de longitude 60°57'53"W e de latitude de 00°37'55"N; deste, segue-se por uma distância aproximada de 58.500 metros, a jusante do Igarapé Cachimbo, ao longo de sua margem direita, até se atingir a sua foz e confluência com o Rio Juaupéri, onde situa-se o ponto M-1, início deste memorial descritivo, totalizando um perímetro aproximado de 392.725,00 metros.

Art. 3º Caberá ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, administrar a Floresta Nacional de Anauá, adotando as medidas necessárias à sua efetiva implantação.

Art. 4º As terras contidas nos limites da Floresta Nacional de Anauá, de que trata o art. 2º, pertencentes à União, serão cedidas ao IBAMA, pela Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, na forma da lei.

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, ofício da Comissão Mista do Congresso Nacional que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Aelton Freitas.

É lido o seguinte:

Ofício nº P-1/2005 - CMO

Brasília, 31 de março de 2005.

Senhor Presidente,

Dirijo-me a Vossa Excelência para comunicar que foi realizada, no dia 30 p.p., reunião com a finalidade de promover a eleição da Mesa Diretora da Comissão Mista destinada a propor a Reestruturação do Processo Orçamentário, ocasião em que fui eleito Presidente e o Deputado Pedro Novais, Vice-Presidente, conforme relação dos membros em anexo.

Na oportunidade, apresento a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador **Fernando Bezerra**, Presidente

Comissão Mista destinada a propor a Reestruturação do Processo Orçamentário

30/03/2005

PRESIDENTE: Senador FERNANDO BEZERRA – PTB/RN
VICE-PRESIDENTE: Deputado PEDRO NOVAIS – PMDB/MA

DEPUTADOS

SUPLENTE

TITULAR

PARTIDO	PARLAMENTAR	UF	GAB	TEL	PARTIDO	PARLAMENTAR	UF	GAB	TEL
PT	GILMAR MACHADO	MG	262	55262	PT	CARLITO MERSS	SC	273*	55273
	JORGE BITTAR	RJ	232	55232		VIGNATTI	SC	473*	55473
PMDB	PEDRO NOVAIS	MA	813	55813	PMDB	WILSON SANTIAGO	PB	534	55534
	VAGO					VAGO			
Bloco PFL/Prona	CLAUDIO CAJADO	BA	630	55630	Bloco PFL/Prona	JOSÉ CARLOS MACHADO	SE	850	55850
	PAUDERNEY AVELINO	AM	260	55260		LUIZ CARREIRA	BA	408	55408
PSDB	RONALDO DIMAS	TO	943	55943	PSDB	VAGO			
PP	RICARDO BARROS	PR	412	55412	PP	VAGO			

Comissão Mista destinada a propor a Reestruturação do Processo Orçamentário

DEPUTADOS

TITULARES

PARTIDO	PARLAMENTAR	UF	GAB	TEL
PTB	IBERÉ FERREIRA	RN	609	55609

PARTIDO	PARLAMENTAR	UF	GAB	TEL
PL	MILTON MONTE	SP	328	55328

PARTIDO	PARLAMENTAR	UF	GAB	TEL
PPS	FERANDO CORUJA	SC	245	55245

PARTIDO	PARLAMENTAR	UF	GAB	TEL
PC do B (**)	SÉRGIO MIRANDA	MG	462	55462

SUPLENTE

PARTIDO	PARLAMENTAR	UF	GAB	TEL
PTB	JOSÉ CHAVES	PE	436	55436

PARTIDO	PARLAMENTAR	UF	GAB	TEL
PL	JOÃO LEÃO	BA	320	55320

PARTIDO	PARLAMENTAR	UF	GAB	TEL
PPS	COLBERT MARTINS	BA	319	55319

PARTIDO	PARLAMENTAR	UF	GAB	TEL
PC do B (**)	VAGO			

* Gabinetes localizados no Anexo III

** Rodízio (Resolução nº 02/2000-CN)

Comissão Mista destinada a propor a Reestruturação do Processo Orçamentário

SENADORES

TITULARES

PARTIDO	PARLAMENTAR	UF	GAB	TEL
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	EFFRAIM MORAIS	PB	**21	2425
	HERÁCLITO FORTES	PI	I1	2131
	LEONEL PAVAN	SC	#14	4041
	SÉRGIO GUERRA	PE	**1	2382

SUPLENTE

PARTIDO	PARLAMENTAR	UF	GAB	TEL
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	ANTERO PAES DE BARROS	MT	#24	4061
	JOSÉ AGRIPINO	RN	@@3	2361
	LÚCIA VÂNIA	-GO	#16	2035
	PAULO OCTÁVIO	DF	#10	2011

PARTIDO	PARLAMENTAR	UF	GAB	TEL
PMDB	MAGUITO VILELA	GO	*03	1132
	ROMERO JUCÁ ⁽¹⁾	RR	I2Sub	2111
	VAGO			

PARTIDO	PARLAMENTAR	UF	GAB	TEL
PMDB	VAGO			
	VAGO			
	VAGO			

PARTIDO	PARLAMENTAR	UF	GAB	TEL
Bl. Apolo Governo (PT/PL/PTB/ PSB/PPS)	ALOÍZIO MERCADANTE	SP	@@1	1313
	FERNANDO BEZERRA	RN	#4	2461
	MARCELO CRIVELLA	RJ	I3	5730

PARTIDO	PARLAMENTAR	UF	GAB	TEL
Bl. Apolo Governo (PT/PL/PTB/ PSB/PPS)	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SE	#12	2201
	SIBÁ MACHADO	AC	#8	2184
	VAGO			

⁽¹⁾ Afastado – Ministro de Estado

Comissão Mista destinada a propor a Reestruturação do Processo Orçamentário

SENADORES

TITULARES

PARTIDO	PARLAMENTAR	UF	GAB	TEL
PDT	OSMAR DIAS	PR	#18	2124

SUPLENTE

PARTIDO	PARLAMENTAR	UF	GAB	TEL
PDT	AUGUSTO BOTELHO	RR	@@11	2041

PARTIDO	PARLAMENTAR	UF	GAB	TEL
PSOL (**)	GERALDO MESQUITA JUNIOR	AC	@@12	1078

PARTIDO	PARLAMENTAR	UF	GAB	TEL
PSOL (**)	VAGO			

** Rodizio (Resolução nº 02/2000-CN)

ED – Edifício Principal

! Ala Senador Afonso Arinos

* Ala Senador Rui Carneiro

** Ala Senador Alexandre Costa

Ala Senador Teotônio Vilela

Ala Senador Tancredo Neves

@ Ala Senador Nilo Coelho

@@ Ala Senador Felinto Müller

@@@ Ala Senador Dinarte Mariz

Secretaria

Endereço: Câmara dos Deputados – Anexo II – Ala “C” – Sala 08 – Térreo – 216-6892/93

Internet: <http://www.camara.gov.br/cmo> – cmo@camara.gov.br

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofícios da Liderança do PFL e da Liderança do Bloco Parlamentar da Minoria no Senado Federal que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Aelton Freitas.

São lidos os seguintes:

OF Nº 30/05–GLPFL

Brasília, 30 de março de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a substituição do Senador Rodolpho Tourinho pelo Senador Paulo Octávio, como titular, na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul.

Cordialmente, – Senador **José Agripino**, Líder do Partido da Frente Liberal – PFL.

OF Nº 31/05–GLPFL

Brasília, 31 de março de 2005.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a substituição do Senador João Ribeiro pelo Senador Demóstenes Torres, como suplente, na Comissão de Assuntos Econômicos.

Cordialmente, – Senador **José Agripino**, Líder do Partido da Frente Liberal – PFL.

OF Nº 32/05–GLPFL

Brasília, 31 de março de 2005.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a substituição do Senador João Ribeiro pelo Senador César Borges, como suplente, na Comissão de Educação.

Cordialmente, – Senador **José Agripino**, Líder do Partido da Frente Liberal – PFL.

OF N° 33/05–GLPFL

Brasília, 31 de março de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a substituição do Senador João Ribeiro pelo Senador César Borges, como titular, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Cordialmente, – Senador **José Agripino**, Líder do Partido da Frente Liberal – PFL.

OF. N° 34/05-GLPFL

Brasília, 31 de março de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a substituição do Senador João Ribeiro pelo Senador José Jorge, como titular, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Cordialmente, – Senador **José Agripino**, Líder do partido da Frente Liberal - PFL

OF. N° 35/05-GLPFL

Brasília, 31 de março de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a substituição do Senador João Ribeiro pelo Senador Demóstenes Torres, como titular, na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

Cordialmente, – Senador **José Agripino**, Líder do Partido da Frente Liberal – PFL

OF. N° 36/05-GLPFL

Brasília, 31 de março de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a substituição do Senador João Ribeiro pelo Senador Jonas Pinheiro, como suplente, na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Cordialmente, – Senador **José Agripino**, Líder do Partido da Frente Liberal - PFL

Of. n° 33/2005

Brasília, 30 de março de 2005

Senhor Presidente,

Na qualidade de Líder do Bloco Parlamentar da Minoria solicito a Vossa Excelência a retirada de meu nome, e a indicação, em substituição, do Senador Flexa Ribeiro (PSDB), como membro titular da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento n° 13, de 2003-CN, “com o objetivo de realizar amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira, os processos de reforma agrária e urbana, os movimentos sociais de trabalhadores”, (CPI da Terra).

Atenciosamente, - Senador **Sérgio Guerra**, Líder do Bloco Parlamentar da Minoria

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, ofícios da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Aelton Freitas.

São lidos os seguintes:

OF/GAB/I/N° 294

Brasília, 30 de março de 2005

Senhor Presidente,

Indico o nome do Deputado Zé Gerardo para integrar, na qualidade de Titular, a Comissão Especial Mista “destinada a propor a reestruturação do processo orçamentário”, em vaga existente.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Deputado **José Borba**, Líder do PMDB

OF/GAB/I/N° 295

Brasília, 30 de março de 2005

Senhor Presidente,

Indico o nome do Deputado Pedro Chaves para integrar, na qualidade de Suplente, a Comissão Mista “destinada a propor a reestruturação do processo orçamentário”, em vaga existente.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Deputado **José Borba**, Líder do PMDB

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Presidência designa os Srs. Deputados Zé Geraldo e Pedro Chaves, como titular e suplente respectivamente, para compor a Comissão Especial Mista destinada a propor a Reestruturação do Processo Orçamentário, nos termos do ofício que acaba de ser lido.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Aelton Freitas.

É lido o seguinte:

Of. 190/2005

Brasília, 9 de março de 2005

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência, nos termos regimentais, o Senhor Deputado Iberê Ferreira (PTB-RN), como Titular, em substituição ao Senhor Deputado José Múcio Monteiro (PTB-PE), para integrar a Comissão Mista que analisa a Medida Provisória n° 233, de 30 de dezembro de 2004, que cria a Superintendência Nacional de Previdência Complementar — PREVIC, altera a denominação do Instituto Nacional do Semi-Árido — INSA, cria e extingue cargos públicos de provimento efetivo e em comissão, e dá outras providências”.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência, protestos de estima e elevada consideração. – Deputado **José Mucio Monteiro**, Líder do PTB

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa, ofícios do 1º Secretário da Câmara dos Deputados que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Aelton Freitas.

São lidos os seguintes:

PS-GSE nº 111

Brasília, 30 de março de 2005

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, a fim de levar ao conhecimento do Senado Federal, que, de acordo com o § 4º do art. 58 do Regimento Interno desta Casa, a Presidência da Câmara dos Deputados decidiu pelo arquivamento, em virtude de inconstitucionalidade e injuridicidade, do Projeto de Lei nº 1.859/99, do Senado Federal (PLS nº 245/96, na origem), que “Dispõe sobre a proteção ao patrimônio fossilífero, em conformidade com o art. 216, inciso V, da Constituição Federal, e dá outras providências.”

Atenciosamente, – Deputado **Inocêncio Oliveira**, Primeiro-Secretário

PS-GSE nº 112

Brasília, 30 de março de 2005

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, a fim de levar ao conhecimento do Senado Federal, que, de acordo com o art. 133 do Regimento Interno desta Casa, a Presidência da Câmara dos Deputados decidiu pelo arquivamento, em virtude de rejeição, do Projeto de Lei nº 5.462/01, do Senado Federal (PLS nº 91/00, na origem), que “Dispõe sobre a divulgação em Diário Oficial do relatório do registrador de dados de voo (caixa-preta) de avião acidentado”.

Atenciosamente, – Deputado **Inocêncio Oliveira**, Primeiro-Secretário

PS-GSE nº 113

Brasília, 30 de março de 2005

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, a fim de levar ao conhecimento do Senado Federal, que, de acordo com o art. 133 do Regimento Interno desta Casa, a Presidência da Câmara dos Deputados decidiu pelo arquivamento, em virtude de rejeição, do Projeto de Lei nº 2.333/03, do Senado Federal (PLS nº 198/01, na origem), que “Autoriza o Poder Executivo a instituir

o Programa Nacional de Bolsa de Estudo para alunos do ensino superior privado”.

Atenciosamente, – Deputado **Inocêncio Oliveira**, Primeiro-Secretário

PS-GSE nº 115

Brasília, 30 de março de 2005

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, a fim de levar ao conhecimento do Senado Federal, que, de acordo com o § 4º do art. 164 do Regimento Interno desta Casa, a Presidência da Câmara dos Deputados decidiu pelo arquivamento, em virtude de prejudicialidade, do Projeto de Decreto Legislativo nº 545/03, do Senado Federal (PDS nº 377/03, na origem), que “Disciplina relações jurídicas decorrentes da Medida Provisória nº 82, de 7 de dezembro de 2002”.

Atenciosamente, – Deputado **Inocêncio Oliveira**, Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os expedientes que acabam de ser lidos serão anexados aos processados dos Projetos de Lei do Senado nºs 245, de 1996, 91, de 2000, 198, de 2001 e ao Projeto de Decreto Legislativo nº 545, de 2003, e vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Presidência comunica ao Plenário que recebeu, nesta data, as indicações dos nomes dos Srs. Deputados para compor a **Comissão Especial Mista** criada através do **Requerimento nº 31, de 2004**, do Congresso Nacional, destinada a acompanhar até 15 de dezembro de 2005, conforme dispõe a Lei nº 10.001, de 2000, as providências solicitadas pelo Relatório Final nº 1, de 2004 – CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 2, de 2003 – CN, com a finalidade de investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil.

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
Maria do Rosário	1. Ann Pontes
Suely Campos	2. Celcita Pinheiro
Thelma de Oliveira	3. Janete Capiberibe
Fica assim constituída a Comissão:	

SENADORES

Titulares	Suplentes
Lúcia Vânia	1. Teotonio Vilela Filho
Fátima Cleide	2. Flávio Arns
Patrícia Saboya Gomes	3. João Batista Mota

DEPUTADOS**Titulares**

Maria do Rosário
Suely Campos
Thelma de Oliveira

Suplentes

1. Ann Pontes
2. Celcita Pinheiro
3. Janete Capiberibe

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Há oradores inscritos.

Antes, pela ordem, concedo a palavra aos nobres Senadores Mozarildo Cavalcanti e Valdir Raupp.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB

– RR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a minha inscrição para falar como Líder antes da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– V. Ex^{as} serão atendidos na forma do Regimento. Após a Ordem do Dia ou antes, Senador Mozarildo Cavalcanti?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB

– RR) – Agora.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Com a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti e, a seguir, Senador César Borges, que permuta com o Senador Maguito Vilela.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas isso caso o Senador Garibaldi Alves não compareça.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Por cessão do Senador Garibaldi Alves.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – E eu gostaria de me inscrever para comunicação inadiável antes da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Mesa registra a solicitação de V. Ex^a.

Senador Valdir Raupp, na prorrogação do Hora do Expediente.

Senador Mozarildo tem a palavra, por cinco minutos, como Líder.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB

– RR. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero congratular-me, hoje, com a Federação do Comércio do Estado de Roraima – a Fecomércio que, no próximo dia 10 de abril, comemora quatorze anos de fundação.

Naquele 10 de abril de 1991, Senhor Presidente, os líderes de seis sindicatos do setor varejista criavam a novel instituição, já com o propósito de fazê-la a principal representante do setor terciário no Estado de Roraima. Com o tempo, outros setores vieram trazer sua contribuição aos trabalhos da entidade, de modo

que atualmente são filiados à Fecomércio sindicatos que contemplam um amplo espectro de atividades e de profissionais: desde o comércio varejista de produtos farmacêuticos, de maquinismos, ferragens, tintas e materiais de construção, de veículos, de peças e acessórios para veículos, de gêneros alimentícios e de lojistas, até fotógrafos autônomos, cabeleireiros, barbeiros e institutos de beleza e representantes comerciais.

Portanto, Sr^{as}. e Srs. Senadores, pode-se afirmar que aquela meta estabelecida em 1991 foi atingida. Ao longo do tempo, a Fecomércio vem cumprindo com grande eficácia as funções a que se propôs, entre as quais se destacam a de amparar e defender os interesses gerais do comércio perante os poderes públicos da União, do Estado e dos Municípios; a de colaborar com os referidos poderes no estudo e encaminhamento de questões que têm a ver com a atividade comercial; a de pleitear e adotar medidas úteis aos interesses de seus associados; a de adotar regras e normas que visem aperfeiçoar os sistemas de fabricação e os respectivos métodos de comercialização; finalmente, talvez a mais importante, a de contribuir para o bem-estar físico, moral, social e cultural dos empregados.

Para desenvolver a contento tais atribuições, apóia-se a Fecomércio nos sindicatos e em três pilares básicos: o Serviço Social do Comércio (Sesc), o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), e o Instituto Fecor de Pesquisa e Desenvolvimento (IFPD).

O SESC, como bem afirmam seus dirigentes, é hoje o “amigo fiel do comerciante”. Entre outros motivos, Sr. Presidente, porque dá prioridade ao comerciante de baixa renda e à população carente, o que demonstra a consciência social da instituição.

Criado em 1988, o Sesc já instalou nove unidades operacionais, sendo três na capital do Estado, quatro no interior e duas móveis. Entre suas importantes iniciativas, podemos citar o Centro de Ensino Sesc, que se transformou em modelo no ensino fundamental, e o Centro de Ensino Médio Integral, implantado no ano passado e já motivo de elogiosas referências. Ademais, a instituição dispõe de restaurante, biblioteca, academia, auditório e um espaço multicultural que é palco de concorridos eventos artísticos. Presta assistência médica e odontológica aos comerciantes, e criou projetos especialmente voltados à terceira idade. Desenvolve também os projetos Sesc Ler, que alfabetiza jovens e adultos no interior do Estado, e Sesc Comunidade, com ações para incentivar o desenvolvimento social, além de coordenar excursões à estação ecológica do Sesc-Tepequém.

Quanto ao Senac, Sr^{as} e Srs. Senadores, é impressionante verificar o que foi feito em apenas sete anos, já que a instituição foi criada em 1998. De fato, o Senac é responsável atualmente por importantes e inovadores cursos na área de informática, idiomas, saúde, comércio e gestão, turismo e hospitalidade, e imagem pessoal. No campo da saúde, serão implantados cursos técnicos de nutrição e farmácia. Na área de gestão e comércio, estão prestes a serem criados cursos de biblioteconomia, gestão, secretariado e contabilidade. Além disso, a instituição organiza ciclos de debates e oficinas destinados a contribuir para o desempenho do setor de comércio e serviços no Estado de Roraima.

Devemos destacar, também, a recente inauguração do moderno Centro de Formação Profissional Ministro Ernane Galvêas, que certamente dará um impulso ainda maior às atividades do SENAC.

Por fim, Sr. Presidente, há que se louvar a atuação do Instituto Fecor, criado em 1999, e que funcionava na sede da Fecomércio. Em 2004, a instituição ganhou sede própria, ao lado da Federação, de modo que está aparelhada para desempenhar ainda melhor suas atividades de pesquisa e desenvolvimento; atividades como a pesquisa recentemente divulgada sobre o setor de farmácias na cidade de Boa Vista, que constatou serem 75% das transações efetuadas à vista, 20% com cartões de crédito, 4% por meio de convênios e 1% em cheques pré-datados. São pesquisas como essa, Sr^{as} e Srs. Senadores, que permitem ao setor do comércio e serviços definir, de maneira mais adequada, suas estratégias, balizar seus investimentos e programar suas operações.

Esta, enfim, é a Fecomércio. Uma instituição pioneira em muitos aspectos, como, por exemplo, na oferta de publicações específicas do setor. A primeira delas foi o **Jornal do Comércio**, de periodicidade mensal e distribuição gratuita desde sua criação, em 1993. Também importante é o **Guia Econômico & Mercado**, lançado em 1997 em parceria com o IBGE, e que traz os principais indicadores econômicos do Estado. Já em 1998, é publicado o primeiro **Guia Turístico em Roraima**, um marco na história do desenvolvimento desse setor no Estado, ao mostrar as potencialidades existentes e os serviços oferecidos.

Por tudo isso, Sr. Presidente, penso que o Estado de Roraima tem muito a comemorar com mais esse aniversário da Fecomércio. Tem, principalmente, muito o que agradecer à instituição, e é o que faço, na pessoa de seu Presidente, Antonio Airton Oliveira Dias, entusiasta do projeto desde os seus primeiros momentos e um grande empreendedor na área empresarial do Estado.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Agradeço a V. Ex^a, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Concedo a palavra ao nobre Senador Maguito Vilela, por permuta com o Senador César Borges, e a seguir ao Senador Ney Suassuna, como Líder.

O Senador Maguito Vilela dispõe de dez minutos.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, na última terça-feira foi aprovado na Comissão de Educação e em caráter terminativo o Projeto de Lei nº 297, de 2004, de minha autoria, que institui o Dia Nacional da Alimentação.

No meu projeto, o dia 16 de outubro fica instituído como o Dia Nacional de Alimentação, a ser comemorado anualmente. O objetivo, Sr. Presidente, é manter o poder público e a sociedade sempre mobilizada e consciente da importância de se combater a fome e a desnutrição no nosso País.

A idéia é de que, todos os anos, nesse dia, órgãos públicos e instituições não-governamentais possam desenvolver atividades educativas, informativas e de estímulo à participação e à conscientização para esse grande tema.

De forma permanente, grandes líderes do mundo vêm manifestando a opinião de que um dos maiores desafios deste século é justamente o combate à fome. Esse debate foi, inclusive, um dos temas centrais do Fórum Econômico Mundial deste ano, em função de uma proposta apresentada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e é uma discussão que vem de longe.

Em 1979, na 20ª Conferência Geral da FAO, organização mundial voltada para a alimentação e a agricultura, foi instituído o Dia Mundial da Alimentação com objetivos semelhantes ao projeto que agora aprovamos para o Brasil.

Esse dia tem sido celebrado desde 1981 em mais de 150 países do mundo, com a meta de mobilizar governos, organizações e sociedade no apoio pela luta contra a desnutrição, concomitantemente com a luta contra a fome.

Dados da própria FAO indicam a existência hoje, em todo o mundo, de cerca de 800 milhões de pessoas que sofrem com a fome e a falta de nutrição adequada. No Brasil, são pelo menos 10 milhões de famílias vivendo em situação de extrema pobreza, incapazes de produzir ou adquirir alimentos necessários para uma vida saudável.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, os números da fome são gigantescos e deles sempre emergem debates acalorados sobre as formas de se combater o

problema. São inúmeros estudos e teses, muitas delas divergentes. Mas uma coisa é unânime no Brasil e no mundo: não se diminui a fome sem que sejam implementadas políticas públicas concretas e com esse objetivo específico.

Quando governei o Estado de Goiás, entre 1995 e 1998, implementamos uma experiência muito bem-sucedida, acompanhada e aprovada por observadores da ONU e também da Unesco. O projeto consistia em garantir alimentação para 150 mil famílias muito pobres por meio da transferência direta de alimentos, incluindo itens de cesta básica, além de pão e leite, que garantiam condições mínimas de sobrevivência e energia para o trabalho.

Estudos feitos antes e depois do projeto mostraram o acerto da medida naquele momento com a diminuição da mortalidade infantil, da desnutrição, e com o aumento nos índices de inserção no mercado de trabalho de pessoas oriundas das famílias atendidas por aqueles programas.

Desse nosso projeto surgiram outros em diversos Estados e Municípios brasileiros, incluindo um grande projeto de inclusão social aqui no DF, comandado pelo Governador Joaquim Roriz.

O Fome Zero, projeto prioritário do Governo Lula, também tem dado uma grande contribuição ao combate à fome. Hoje são quase sete milhões de famílias atendidas em todo o Brasil. São quase R\$500 milhões investidos por meio do Bolsa Família, o que significa uma transferência direta de renda a pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza. Pessoas que agora, seguras e bem alimentadas, podem, sem dúvida alguma, encontrar força para buscar trabalho e sustento digno para suas famílias.

São iniciativas que contribuem fortemente para a diminuição do problema, que ainda é enorme e preocupante. É evidente que a fome e a desnutrição continuam vitimando milhões de pessoas no Brasil e no mundo. Assim, a adoção de data para o Dia Nacional da Alimentação simboliza não apenas a necessidade de o Brasil combater e superar esse problema, como também reforça os compromissos e as responsabilidades do País junto à comunidade internacional.

A instituição do Dia Nacional da Alimentação é uma providência oportuna para mobilizar o Poder Público e conscientizar a sociedade brasileira da importância e da viabilidade da erradicação da fome e da desnutrição crônica. Pela minha experiência de vários anos de estudo e trabalho dedicados a esse grave problema, inclusive aqui no Senado, presidindo a Comissão de Combate à Fome no Brasil, criando o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, posso

dizer que a mobilização permanente é arma vital nessa guerra pela vida.

Não é possível arrefecer um minuto sequer os nossos ânimos, justamente porque a fome não espera, a fome mata, a fome come a vida das pessoas.

Agradeço aos Srs. Senadores membros da Comissão de Educação a aprovação e o apoio a este projeto. Tenho a certeza de que, juntos, estamos dando mais um passo importante nessa luta que só pode ter fim quando houver, na prática do dia-a-dia, a justiça social, que passa pela obtenção de condições dignas de vida para todos os brasileiros. Esta é e deve ser sempre a mais prioritária de todas as lutas: a luta contra a fome.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Concedo um aparte ao ilustre Senador Eduardo Suplicy, com muito prazer.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Maguito Vilela, quero cumprimentá-lo por sua iniciativa, já aprovada pela Comissão de Educação, de instituir o Dia Nacional da Alimentação, para sempre podermos discutir o tema sobre a erradicação da fome, da pobreza absoluta em nosso País e em todas as nações. O Presidente Lula tem colocado esse tema como de grande prioridade, inclusive tendo proposto aos chefes de Estado, nas Nações Unidas e nos mais diversos fóruns, que ele seja discutido.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Em setembro último, nas Nações Unidas, houve um debate a esse respeito, que vai prosseguir em setembro próximo. Além disso, cada vez que se reúnem os chefes de Estado, esse tema é colocado como prioritário. E também é a principal meta do Governo fazer com que até 2006, que se está aproximando, possam todos os brasileiros ter pelo menos três refeições ao dia. O Bolsa Família, conforme V. Ex^a mencionou, constitui um dos principais instrumentos nessa direção. E até o ano que vem, um quarto da população brasileira, prevê-se, estará contemplada com o benefício do Bolsa Família. Ressalto que o próprio Presidente Lula sancionou a lei que institui a renda básica de cidadania, que pode ser vista como a evolução do programa Bolsa Família. Significa que qualquer pessoa – não importando a sua origem, raça, sexo, idade, condição civil ou socioeconômica – terá o direito inalienável de receber uma renda, na medida do possível, suficiente para atender as suas necessidades básicas. Meus cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Agradeço o aparte, Senador. Sem dúvida alguma, foi extremamente louvável a iniciativa do Presidente Lula. V. Ex^a também é um guerreiro desta luta, inclusive escreveu um livro, que tive oportunidade de ler, da maior importância para o nosso País e, conseqüentemente, para o combate à fome, à desnutrição e à pobreza absoluta.

Sr. Presidente, agradeço muito a tolerância de V. Ex^a e o aparte do nobre Senador Eduardo Suplicy.

Mas, Sr. Presidente, para finalizar – ainda me restam alguns segundos –, quero pedir a V. Ex^a que dê como lido um pronunciamento que faria a respeito da morte do Sr. Oliveiros Jesus Barros, um grande líder da minha região, da minha cidade, ocorrida em Serranópolis, de onde foi Vereador, tendo sido Presidente da Câmara Municipal, e Vice-Prefeito. Ele foi, também, locutor esportivo na minha cidade, Jataí.

Sua morte deixou uma lacuna muito grande entre nós, e quero estender minhas homenagens póstumas a todos os jataienses e serranopolinos e, principalmente, à sua esposa, Sr^a Sueli Péres de Assis Barros, e a seus quatro filhos, Flávio Henrique, Aline, Oliveiros Filho e Murilo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MAGUITO VILELA EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

“Requerimento de pesar pelo falecimento de Oliveiros Jesus Barros.”

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2005

Requeiro, nos termos regimentais, seja apresentado pelo Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento do político goiano **Oliveiros Jesus Barros**, apresentando condolências à família.

Justificação

Serranópolis perdeu um de seus mais importantes e respeitados políticos: o Senhor Oliveiros Jesus Barros. Oliveiros deixou esposa, Sueli Perez de Assis Barros, e quatro filhos: Flávio Henrique, Aline, Oliveiros Filho e Murilo.

Oliveiros iniciou sua carreira política no movimento estudantil de Goiânia. Foi professor, locutor esportivo em diversas cidades de Goiás, inclusive em minha cidade Jataí, Vereador, Presidente da Câmara Municipal e Vice-Prefeito em Serranópolis.

Sua morte representa uma perda irreparável para Serranópolis e para Goiás, que sempre teve em Oliveiros Jesus Barros um modelo de ser humano e profissional.

Oliveiros nos deixa com um sentimento forte de perda e de saudade, mas também deixa plantado no solo goiano um legado de honestidade, lealdade, idealismo e competência, qualidades fundamentais para qualquer homem público.

Apresento hoje um requerimento para que o Senado Federal possa expressar, em meu nome e de todos os demais senadores, os nossos sinceros sentimentos de pesar pela morte desse homem público destacado.

A esposa Sueli e aos seus filhos, a nossa solidariedade por esse momento de profunda tristeza, extensivo a todos os familiares.

Sala das Sessões, – Senador **Maguito Vilela**
O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra, como Líder, ao nobre Senador Ney Suassuna, por cinco minutos, nos termos do art. 14, inciso II, alínea “a”, do Regimento Interno.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em 1994, apresentei a esta Casa um projeto que regulamentava, em artigo da Constituição, todo o sistema financeiro. Esse projeto, no qual constava a independência do Banco Central, foi anexado a vários outros, relatado pelo nobre Senador José Fogaça e hoje está na Câmara dos Deputados, em um daqueles arquivos em que se perdem muitos projetos que ficam aguardando e nunca são resolvidos.

Agora, em uma hora em que o Brasil pega uma marola, uma onda econômica muito boa, depois de ouvir o Ministro Antonio Palocci, em conferência muito bem posta que fizemos junto com a Bancada do PMDB, resolvi apresentar não mais um projeto daquela amplitude, mas dois instrumentos: a PEC nº 6, de 2005, e o PLS nº 73, de 2005, ambos com o mesmo objetivo, para ver se convergem e se conseguimos a independência do Banco Central.

O objetivo é pontual: a independência do Banco Central. Por que, Sr. Presidente? Porque toda vez que temos um processo eleitoral, às vésperas de eleições, tende o Governo a afrouxar laços, a diminuir controles, para cair na simpatia do público. E quem paga é a moeda. Um Banco Central independente evitaria isso.

Na justificação que fiz para os dois instrumentos, eu disse o seguinte:

Nas últimas duas décadas, tornou-se consensual a idéia de que políticas monetárias

lenientes não são capazes de gerar desenvolvimento econômico sustentado. Elas podem, no máximo, gerar surtos de expansão de curto prazo, que serão, fatalmente, seguidos de retração da produção e desorganização dos contratos.

Também se entende hoje que o combate à inflação pode ser tão menos custoso em termos de produto – e, portanto, de bem-estar social – quanto mais a sociedade confiar na real disposição das autoridades de manter a inflação em níveis moderados. Ocorre que os ciclos políticos e eleitorais podem ter duração diferente da dos ciclos econômicos. Surge dessa defasagem uma tentação para o Poder Executivo: utilizar políticas monetárias frouxas para obter resultados políticos ou eleitorais imediatos, jogando o custo do ajuste para o futuro.

A convergência entre essas idéias se materializou na criação de bancos centrais autônomos de direito ou na aceitação tácita de um maior grau de autonomia prática, ainda que não formalizada institucionalmente.

No Brasil, vivemos a segunda situação. Não obstante os resultados expressivos que esse arranjo vem obtendo, tanto na forma de índices de inflação baixos, quanto na resposta satisfatória do aumento do PIB – no ano passado, o crescimento foi de 5,2% –, não se pode negar que alguma incerteza política quanto à continuidade de políticas monetárias consistentes é uma reação legítima dos agentes econômicos e dos cidadãos. E essa incerteza tem um preço.

É preciso avançar. Se a autonomia tácita de que goza o Banco Central for formalizada no nosso ordenamento jurídico, o Brasil só terá a ganhar. O custo de combater a inflação será reduzido em muito.

Quando os agentes econômicos tiverem certeza de que os diretores e o Presidente do Banco Central não precisarão fazer concessões políticas para permanecerem em seus cargos, as metas de inflação ganharão maior credibilidade. E credibilidade é um atributo chave na condução da política monetária: se todos confiam que o Banco Central será capaz de fazer a inflação convergir para a meta estipulada, todos fixarão seus preços dentro das margens previstas pela autoridade monetária. Em consequência, reduz-se o custo da política

monetária, sendo possível atingir uma menor inflação com menor taxa de juros.

Também não podemos ignorar que a inexistência de garantia legal de um mandato fixo para os dirigentes do Banco Central estabelece uma permanente guerra de informação entre a autoridade monetária, o mercado e o governo. Quando o Banco Central é criticado, seus dirigentes podem ser tentados a usar a elevação das taxas de juros como forma de reafirmar sua autonomia “de fato”, enviando ao mercado sinais de que não se deixam amedrontar por críticas. Esse tipo de comportamento aumenta o custo da política monetária. Em um quadro institucional onde a autonomia dos dirigentes fosse garantida por lei, tal fenômeno não ocorreria.

Nesse sentido, proponho que sejam inseridos na Carta Magna os requisitos necessários para que lei complementar regulamente a autonomia operacional do Banco Central do Brasil.

Em síntese, essa proposição dá mandatos fixos ao Presidente e Diretores do Banco Central, prevendo que sua demissão só poderá ocorrer por iniciativa do Presidente da República e aprovação por maioria absoluta dos Senadores, por voto secreto. Ao mesmo tempo, prevê que lei complementar vai disciplinar a autonomia operacional daquela instituição.

Considero que a aprovação desta proposição permitirá a redução mais rápida das taxas de juros, ao mesmo tempo que dará ao País um quadro institucional mais sólido e estável, favorecendo o ambiente econômico e estimulando o investimento, a redução da taxa de juros e o crescimento do produto nacional.

Sr. Presidente, nos Estados Unidos, o mandato é de 14 anos. Alan Greenspan, por exemplo, assumiu a Presidência com apenas um ou dois anos do mandato de um Presidente dos Estados Unidos e foi reconduzido, já estando como Presidente do FED há cinco mandatos presidenciais. Pode, então, uma pessoa passar até 27 anos no cargo. É muito.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) No Brasil, o mandato seria de quatro anos, podendo ser reconduzido uma vez. Essa é a minha proposta e tenho certeza de que isso será extremamente produtivo. Quando olhamos o mapa econômico do mundo, verificamos que os países, na sua maioria os desenvolvi-

dos, têm um banco central independente, incólume das políticas eleitorais de qualquer governo que esteja ocupando o poder.

Era esta a ponderação que eu queria fazer, dizendo que apresentei os dois instrumentos e que espero que esta Casa, após um debate profícuo, os aprove, para que possamos ter mais tranquilidade em relação à nossa política monetária.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Agradeço ao nobre Líder Ney Suassuna.

Concedo a palavra ao eminente Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, um assunto de suma importância para este País, sobre o qual já me pronunciei, por diversas vezes, desta tribuna, refere-se à questão do saneamento. Saneamento significa saúde, vida para a população brasileira, e este é um País carente de saneamento básico. Entretanto, os dados devem ser tratados com seriedade.

Ontem, assistimos surpresos à divulgação, por parte do nobre Senador e prezado amigo Senador Paulo Paim, por quem tenho a maior consideração, de dados pomposos sobre investimentos em saneamento realizados pelo atual Governo.

Sr. Presidente, tive a curiosidade de ler o pronunciamento do Senador Paulo Paim, além dos documentos que S. Ex^a pediu para serem publicados nos Anais desta Casa, e verifiquei que os dados são oriundos de uma apresentação feita em uma reunião presidencial, para comprovar o bom desempenho deste Governo no setor de saneamento. Como reiteradas vezes tem declarado o Presidente Lula – e o fez recentemente na cidade de Aracaju, no Estado de Sergipe –, o seu Governo teria investido – expressão usada por Sua Excelência –, em dois anos, 14 vezes mais do que o Governo anterior conseguiu investir em quatro anos. São palavras do Presidente da República.

Fiz um pronunciamento sobre esse assunto e desafiei, inclusive, os Líderes do Governo e do PT a comprovarem esses números. Mas eles não são comprováveis, Sr. Presidente.

Na verdade, o que levou a equívoco o Senhor Presidente, assim como o nobre e prezado colega do Rio Grande do Sul, Senador Paulo Paim, talvez pela amizade com o conterrâneo gaúcho Ministro das Cidades, Sr. Olívio Dutra, foi um documento que está em minhas mãos, apresentado aos Anais da Casa pelo Senador Paulo Paim. O referido documento trata de uma reunião presidencial de 23 de março de 2005, material preparado pelo Ministério das Cidades, Sr. Pre-

sidente, que leva a cometerem enganos o Presidente da República e o Senador Paulo Paim, ao anunciarem números que não existem.

Fiquei muito surpreso com os mencionados números trazidos a esta Casa. Na verdade, considero uma manipulação equivocada, senão – permita-me a palavra – grosseira. Estou absolutamente certo de que o Senador Paulo Paim – por quem, reafirmo, tenho respeito e admiração – foi enganado e conduzido a equívoco pelos dados que lhe foram fornecidos pelo Ministério das Cidades.

Talvez, Sr. Presidente, seja mais uma tentativa do Ministério das Cidades, por meio do Sr. Ministro Olívio Dutra, de evitar uma possível demissão, já que a grande mídia o vem classificando como um dos mais inoperantes, não obstante tenha sob sua guarda três assuntos da maior importância: habitação, saneamento e transportes. São três setores que apresentam graves problemas no Brasil: transportes, nas regiões metropolitanas; habitação, com um déficit de seis milhões de unidades – e não sabemos como suprir essa deficiência; e saneamento, que, segundo o próprio Ministro, vai necessitar de um investimento anual de R\$8,9 bilhões durante 20 anos para resolver o problema.

Agora vamos ver o que está ocorrendo. O Presidente da República, que disse textualmente ter investido 14 vezes mais recursos, precisa saber que foi induzido a esse equívoco, a acreditar que esse valor de recursos foi liberado ou investido para o setor de saneamento do País.

Não é verdade, Sr. Presidente. Houve, sim, contratação, mas não houve liberação; e contratação não significa liberação. Contração simplesmente é um ato de vontade que as partes firmam no sentido de executar, mas não significa execução. É como o Orçamento que aprovamos no Congresso, que o Executivo encaminha ao Legislativo, em que constam diversas verbas que na verdade, ao final do ano, não são liberadas, e as obras não são executadas.

Ora, Sr. Presidente, uma coisa é contratação; outra é desembolso. O desembolso é que, de fato, representa a aplicação dos recursos. Nesse aspecto, deveríamos fazer comparações. Se há honestidade intelectual, vamos comparar investimentos. O meu reclamo é que não estão existindo investimentos, e não é só meu, mas de todos aqueles que lutam por investimento na área de saneamento neste País.

Sr. Presidente, dos R\$4,1 bilhões contratados neste Governo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sabem quanto foi efetivamente liberado? Trezentos e cinquenta milhões em dois anos, com recursos do FGTS. Portanto, uma média de R\$180 milhões por ano nos dois anos do Governo do PT. Já a média de

desembolsos anuais dos últimos anos do Governo anterior foi de R\$618 milhões.

Pois é, Sr. Presidente, três vezes mais que a média da administração atual em termos de liberação, que é o que interessa e o que, efetivamente, vai ser executado.

Então, está claro que o Ministro Olívio Dutra não quer fazer essa comparação. Prefere fazer uma comparação para enganar o Presidente da República e até alguns Senadores.

Concedo, com satisfação, um aparte ao nobre Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Serei rápido, Senador César Borges. Como bom baiano, V. Ex^a estuda e traz os números reais. Não há como conflitar números fictícios, que, segundo sua exposição, são apresentados pelos Ministros. Sobre o saneamento, acredito que li que haveria um mutirão de saneamento, que o Governo iria investir maciçamente no saneamento. Assustam-me até os casos da transposição do rio São Francisco. Segundo a Senadora do nosso Partido, há mais de 400 municípios sem saneamento. Se não se resolver isso, o rio vai acabar tendo problema não com a sua transposição, com a sua morte. V. Ex^a está no caminho certo. Os números orçamentários serão fictícios ou serão verdadeiros, Senador? V. Ex^a disse que aparecem os números, mas não há investimento nem aplicação; que são fictícios para mostrar a qualidade de projeção do Governo, mas não existem porque não são aplicados. São graves as considerações de V. Ex^a. Desculpe-me interrompê-lo.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – É grave, Senador Romeu Tuma, é muito grave.

Até aproveitando o seu aparte, quero dizer que saiu uma matéria no **Correio Braziliense**, na segunda-feira, dia 28 de março: “Saneamento. Entrou pelo cano”. Nenhum contrato foi assinado nos últimos nove meses. Há inclusive resolução do Conselho Monetário Nacional impedindo a assinatura de novos contratos, o que significa endividamento público, situação que o Governo não quer, porque tem metas de superávit primário.

Esta é a realidade do saneamento no País e a razão da minha insistência nesse assunto. Não podemos aceitar que o Ministro fique divulgando números que não são reais, enganando o Presidente da República, que, por sua vez, deseja enganar o País, porque adota as afirmativas, as assertivas do Ministro Olívio Dutra como verdadeiras.

Por isso, nobre Senador e Sr. Presidente, estou apresentando um requerimento na Comissão de Infra-Estrutura, para o qual vou pedir o apoio dos meus Pares, solicitando a presença do Ministro Olívio Dutra

para debater com os Senadores e com a Associação das Empresas de Saneamento Básico, que são responsáveis por 75% do saneamento no País.

Fica o Ministro brigando com a Sabesp e não libera recursos para as obras de saneamento no Estado de São Paulo. É assim com a Embasa, na Bahia; é assim em todo o País.

Concedo um aparte ao nobre Senador Rodolpho Tourinho.

O Sr. Rodolpho Tourinho (PFL – BA) – Serei breve, Senador César Borges. É muito oportuna a sua intervenção sobre esse assunto, mesmo porque V. Ex^a conhece o assunto profundamente e sentiu no ar o cheiro de alguma enganação, no caso em relação a esses números. Evidentemente, isso é uma intenção, mas há um ditado que diz que o inferno está cheio de gente bem intencionada. Nesse caso específico, essa intenção não corresponde a nenhuma saída de recursos e não corresponderia porque não temos, como bem sabe V. Ex^a, o marco regulatório pronto. Não sei como se poderiam investir em tão pouco tempo R\$14 bilhões sem se ter o marco regulatório pronto, e, melhor do que ninguém, V. Ex^a conhece esse assunto por ter vivido, sofrido e construído na Bahia talvez a melhor obra de saneamento.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Pois é, mas, com sua ajuda, que era Secretário da Fazenda, transformamos a Embasa, uma empresa problemática, numa empresa exemplo para o País. Hoje o Governo Federal quer o marco para destruir os sistemas estaduais de saneamento, para tentar uma fórmula que ninguém sabe para onde vai conduzir.

Sr. Presidente, os integrantes deste Governo costumam dizer: “nunca antes neste País”, como se tudo tivesse iniciado neste Governo. Pois é, Sr. Presidente, uso da mesma afirmativa para dizer que nunca antes neste País houve tamanha inoperância e incompetência na Administração Pública.

Só funcionam, Senador Mão Santa, a propaganda e os números inverídicos.

O Presidente Lula caiu numa grande armadilha, como afirma o **Correio Braziliense**, correndo o risco de terminar o seu mandato sem contratar nenhuma obra a mais de saneamento, mesmo havendo dinheiro de sobra.

Se o Ministro Olívio Dutra fez uma comparação utilizando números fictícios de investimento realizado com recursos do FGTS, esqueceu de mostrar ao Presidente uma confrontação do Governo atual com o passado em relação à execução do OGU. Como disse o Senador Romeu Tuma, o Presidente infelizmente teve acesso apenas aos números do Orçamento referente ao seu Governo.

O Ministro das Cidades deixou de contar ao Presidente Lula e ao Senador Paulo Paim que o gasto orçamentário dos dois governos anteriores alcançou mais de R\$1 bilhão de média anual, bem mais do que neste Governo, em que a média de recursos orçamentários liberados é de R\$400 milhões ao ano.

Sr. Presidente, até no intuito de qualificar o debate, reafirmo neste Plenário que estou apresentando requerimento à Comissão de Infra-Estrutura a fim de que o Ministro das Cidades possa comparecer a esta Casa e debater com os Srs. Senadores e com os demais órgãos interessados no saneamento do País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Agradeço a V. Ex^a.

A Mesa registra, com grata satisfação, o retorno do eminente Senador Gilberto Mestrinho, que retoma suas atividades parlamentares, e, ainda, a presença do suplente, João Tomé, que muito nos honra ao visitar o Senado Federal.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– V. Ex^a tem a palavra, pela ordem.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– V. Ex^a será atendido na prorrogação da Hora do Expediente.

Com a palavra, para uma comunicação inadiável, o Senador Valdir Raupp, por aquiescência do Senador Aelton Freitas.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Senador Aelton Freitas, pela generosidade.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho a satisfação e o orgulho de prestar minhas homenagens hoje, desta tribuna, a um grupo empresarial que contribuiu e continua contribuindo para o desenvolvimento de Rondônia.

Hoje, 31 de março, o Grupo Eucatur completa 41 anos de bons serviços prestados a Rondônia e ao Brasil. Naquela data, o abnegado e pioneiro Assis Gurgacz decidiu desbravar aquelas terras e implantar em Rondônia a empresa de transportes União Cascavel, integrando o ex-território às demais unidades federativas do Brasil.

Se as estradas de Rondônia ainda são deficientes, imaginem na década de 70, quando a empresa começou a operar aquela linha de transporte. Não havia, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, um único palmo de asfalto no Estado de Rondônia, e creio que

também em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, por onde passava essa linha de transporte. O Grupo se expandiu no País e também se diversificou em Rondônia. Hoje, conta com um jornal impresso (o **Diário da Amazônia**), emissora de rádio e TV.

Seguramente, o grupo empresarial está entre os maiores da Região Norte, sempre registrando elevados índices de eficiência, solidez econômico-financeira e capacidade de geração de emprego e renda.

Nascida em Cascavel, no oeste do Paraná, a empresa se projetaria em Rondônia e na Amazônia, espalhando-se Brasil afora, mantendo recordes sucessivos de crescimento. Com a ascensão do jovem empresário Acir Gurgacz, filho do Sr. Assis Gurgacz, ao comando do grupo, ao lado de seu pai, ainda na década de 80, o empreendimento ganharia mais força, projetando-se como uma das grandes empresas de transportes de passageiros do País. Detém até hoje recordes, como o de explorar as linhas terrestres de passageiros mais extensas do mundo, que vão do Rio Grande do Sul até Caracas, na Venezuela, cortando toda a Amazônia brasileira.

Mas o que mais emociona a família Gurgacz é a participação da Eucatur na histórica colonização de Rondônia. Numa época em que ninguém acreditava no desenvolvimento de um território federal distante e inacessível, esse empresário jovem e arrojado decidiu abrir linhas direcionadas para o futuro novo eldorado brasileiro.

Ainda em 1971, já transportava colonos do sul do País para lá, em viagens cujas jornadas chegavam a se prolongar por até dez dias, em virtude das dificuldades provocadas pelos atoleiros. Foram anos de muito trabalho, mas bem sucedidos. Acabou numa trajetória de sucesso, como se constata nos dias de hoje. No contexto de pioneirismo e da saga de desbravamento da Eucatur, não há como esquecer de episódios marcantes em Rondônia para atender as frentes de colonização neste coração da Amazônia, como a criação, através do Centro Tecnológico da Eucatur, dos ônibus conhecidos como “Minissaia”, próprios para enfrentar atoleiros e atender novas fronteiras agrícolas do País. Sua iniciativa é imitada hoje em outras regiões pioneiras do Brasil.

Ao completar seu 41º aniversário neste 31 de março, a Eucatur prima pela modernidade, utilizando em todas suas linhas no País o que existe de mais inovador no mercado. Como empresas do porte da Itapemirim, no Espírito Santo, e da Cometa, em São Paulo, a Eucatur acabou se tornando um símbolo de Rondônia, erguendo nossa bandeira de progresso e desenvolvimento.

Parabéns à família Gurgacz e a todos os seus funcionários pelo 41º aniversário.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Senador, Valdir Raupp, V. Exª tem mais um minuto para concluir, caso queira.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Eu gostaria apenas de agradecer a compreensão de V. Exª e a generosidade do Senador Aelton Freitas pela permuta, pois tenho uma audiência fora desta Casa, daqui a poucos minutos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Agradeço a V. Exª.

Concedo a palavra ao Senador Aelton Freitas, por 10 minutos.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, brasileiras e brasileiros que acompanham os nossos trabalhos pela Rádio e TV Senado, venho, neste breve discurso, registrar uma grande inquietação que persiste entre candidatos a vereadores de Municípios brasileiros que se sentiram prejudicados pela Resolução do Tribunal Superior Eleitoral que reduziu o número de vereadores no País. Esses vereadores, que, com a redução, ficaram como suplentes ao término do último pleito, entraram com ações na Justiça Eleitoral municipal, questionando a constitucionalidade da resolução do TSE, que, de fato, se mostra bastante discutível.

A questão que se discute é saber se poderia ou não o TSE, por meio da Resolução nº 21.702, de 2004, reduzir o número de vereadores em todo o Brasil, independentemente dessa redução pelas Câmaras de Vereadores. A vice-Presidente da União de Vereadores do Brasil e Presidente da União de Vereadores de Minas Gerais, Branca Castilho Souza, lamentou, à época da Resolução, a intromissão do Poder Judiciário em questão própria do Poder Legislativo, que classificou como inconstitucional.

A Constituição de 1988, nesse sentido, foi sábia ao idealizar uma federação onde seus membros fossem autônomos, sobretudo na sua organização político-administrativa, pois a realidade do País é formada por vários brasis que se respeitarão a partir de um sistema democrático que não agrida suas peculiaridades.

A composição das Câmaras Municipais, de fato, sempre teve como parâmetro a Constituição Federal, que estabelece os limites, através do art. 29, § 6º. Esse artigo define os preceitos e a autonomia da Câmara Municipal para fixar o número de vereadores, respei-

tando o limite mínimo de nove e o limite máximo de 21, nos Municípios com até um milhão de habitantes.

A Resolução nº 21.702, do TSE, por ter status de lei ordinária federal, conforme disposto no art. 105 da Lei nº 9.504, de 1997, e não *status* constitucional, não pode regulamentar o art. 29 da Constituição Federal. Ora, a resolução seria inconstitucional, pois só é possível alterar a Constituição por meio de emenda constitucional.

A resolução do TSE originou-se do estabelecimento por parte do Supremo Tribunal Federal, através do julgamento do Recurso Extraordinário nº 197.917/04, de um parâmetro para vereadores: a proporcionalidade de habitantes e municípios. Mas a decisão do Supremo Tribunal Federal, relacionada a Mira Estrela, município de São Paulo, por ser um recurso extraordinário não tem efeito nacional, pois não se tratou de Ação Direta de Inconstitucionalidade ou outra forma de controle concentrado. Se a Resolução Eleitoral do TSE, com base no STF, tem, como já dito, força de lei ordinária federal e não *status* constitucional cabem ações por parte de associações nacionais de vereadores e municípios perante o Supremo Tribunal Federal questionando a legitimidade dos dispositivos da resolução. A resolução se mostra inconstitucional por não ser espécie de controle concentrado previsto na Constituição de 1988 e também por não tratar de ação rescisória.

Já existem casos em comarcas do País em que já houve discussão sobre redução de vereadores na Justiça comum, com decisões ora pela redução ora não, com trânsito em julgado. Como, então, poderia a resolução ofender a coisa julgada? É a nossa indagação.

O tema é discutível na Justiça comum, por meio de ação civil pública ou de ação popular, e não na Justiça Eleitoral.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em nenhum artigo a Constituição Federal delegou poder de fixação de vereadores para órgãos do Executivo ou do Legislativo Federal. É em virtude da clareza de tais argumentos que me solidarizo com aqueles vereadores que neles se apóiam para tentar garantir a posse nesta Legislatura.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, não se trata de um entendimento particular, pois juízes eleitorais de diversos Estados, inclusive desembargadores de Tribunais Regionais Eleitorais, acolheram pedidos feitos em ações ordinárias de inconstitucionalidade da Resolução 21.702 do TSE, deferindo até mesmo requerimentos de antecipação de tutela. Podemos citar como exemplo ações da cidade de Aparecida de Goiânia, em Goiás, da cidade de Sete Lagoas, no meu Estado de Minas Gerais, das cidades de Recife e Olinda, em Pernambu-

co, de Feira de Santana, na Bahia. Na 132ª Zona Eleitoral de Goiás, o Juiz Ricardo Teixeira Lemos acolheu ação ordinária de inconstitucionalidade da Resolução 21.702 do TSE, inclusive com pedido de antecipação de tutela proclamando eleitos quatro Vereadores que haviam se tornado suplentes de acordo com os limites desta resolução. Em sua decisão, o Juiz afirma ser “indiscutível que compete ao Município, por sua Câmara Municipal, observada a Constituição Federal, a Estadual e a Lei Orgânica do Município, estabelecer o número de vereadores”.

O magistrado esclarece ainda que o controle difuso de constitucionalidade de lei, declarada pelo Supremo Tribunal Federal, via recurso extraordinário, opera apenas entre as partes. Assim, a decisão do Supremo Tribunal Federal em recurso extraordinário referente ao Município de Mira Estrela, caso que desencadeou a resolução do TSE, só tem efeito para aqueles Municípios, jamais em âmbito nacional.

Sr^{as} e Srs. Senadores, como se vê, os argumentos que remetem à inconstitucionalidade da resolução do TSE se mostram bastante evidentes. A despeito desta constatação, ressalto neste pronunciamento que me posiciono contrário à Resolução nº 21.702 também pelo fato de reduzir o número de Vereadores mas não alterar o valor de repasse às Câmaras Municipais, uma vez que, de forma contraditória, o TSE alegou que a definição de corte de despesas era assunto de competência exclusiva da Lei Orgânica Municipal.

A verdade é que, da forma como foi feita, a redução no número de cadeiras de Vereadores não representa um só centavo de economia ou redução de despesas aos cofres públicos municipais, pois o repasse do orçamento do Executivo ao Legislativo continua o mesmo. Os valores do duodécimo podem, inclusive, aumentar. Assim, quem sai perdendo na verdade é a população que paga salários maiores aos vereadores e tem a representatividade reduzida.

Reportagem publicada no último domingo (dia 27 de março de 2005) pelo Jornal **Hoje em Dia**, de Belo Horizonte, comprova esta tese ao revelar que em Minas Gerais, por exemplo, das 853 câmaras municipais apenas duas (dos Municípios de Sacramento e Araxá) decidiram devolver a sobra de caixa decorrente de economia com pagamento de salários e usá-la em favor da comunidade. As demais, em grande maioria, destinaram os recursos extras para o próprio Legislativo e, no que é pior, para aumento dos salários dos próprios vereadores. Em Belo Horizonte, única cidade do Estado em que o número de vereadores aumentou, de 37 para 41, a Câmara passará a consumir anualmente R\$1,5 milhão a mais do que no ano passado, devido ao aumento de salários de vereadores e funcionários.

Concluimos pois que a representatividade menor irá com certeza colocar à margem do processo eletivo camadas menos favorecidas, pois quanto mais representativo o Poder Legislativo maior será a estabilidade da democracia pretendida pelo constituinte originário.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pelo exposto, quero hipotecar minha solidariedade integral aos vereadores que tentam legitimamente recuperar seus mandatos em cidades como Uberaba, São Sebastião do Paraíso, Barbacena, Poços de Caldas, Betim e tantas outras espalhadas pelo País, pois a Resolução 21.702 do TSE mostra-se inconstitucional e ineficiente em todos os aspectos. Na forma como ocorreu, a redução de cadeiras fere o pacto federativo e retira a autonomia de 5.500 municípios de se auto-organizarem política e administrativamente, o que abala com certeza o espírito democrático consagrado em nossa Constituição.

Apelo, ao terminar a minha fala, também pela sensibilidade dos nobres Pares que eram contrários à Resolução do TSE, pois se não houve economia, os suplentes merecem o apoio para que recuperem seus mandatos e a população tenha uma representatividade mais ampla nos legislativos municipais.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Mesa agradece ao nobre Senador Aelton Freitas, que ainda dispunha de mais 2 minutos, mas concluiu a sua fala antes do tempo previsto.

Concedo a palavra ao nobre Senador Gilberto Mestrinho, por 10 minutos, por permuta com o Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PL – TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Pela ordem, o nobre Senador João Ribeiro.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PL – TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, hoje me filiei ao PL. Em razão disso, o Partido me concedeu um tempo a ser usado tão logo chegue a autorização para fazê-lo. Solicito, pois, a palavra para logo após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– V. Ex^a será atendido após delegação do Líder, após a Ordem do Dia.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é um prazer retornar a esta Casa, depois de um período de licença de 135 dias, imbuído do mesmo desejo e propósito de servir da melhor forma possível aos interesses do meu Estado, da minha

região e do Brasil. Com esse propósito, faço uso da palavra agora. Há alguns anos, a Amazônia foi objeto de muita discussão. O Governo Federal acenava com um projeto de grande interesse público para a região, o Projeto Sivam, que prestava serviço de controle e monitoramento, por intermédio de tecnologia e de eletrônica, da vida na região Amazônica. Esse projeto causou muita discussão, muita polêmica, muitas denúncias até, mas a verdade é que foi implantado. Confesso que no início, e durante muito tempo, tive muito entusiasmo com o Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam); ele poderia verificar tudo com clareza, com facilidade; poderia identificar os aviões do tráfico de drogas sobre a região, poderia monitorar o uso da floresta; poderia orientar a execução de grandes projetos; poderia dar ao Amazonas e à Amazônia um mapa da vida na região, das várias atividades desenvolvidas lá. O projeto Sivam foi implantado, radares foram montados, muito dinheiro foi gasto, bem acima do calculado, especificado para uso no projeto, mas a verdade é que não está funcionando. Há pouco tempo caiu um avião quase no portão do Sivam em Manaus. E o Sivam não sabia. O sistema não detecta vãos dos contrabandistas que atuam na região. Ainda há pouco, a Polícia Federal apreendeu uma quantidade muito grande de cocaína, e as pessoas que foram presas transportando a droga confessaram na Polícia Federal que outro avião havia jogado na região do Juruá mais um carregamento de cocaína. Só que o Sivam não vê nada disso. Não vê aquilo para o que foi criado.

E mais, Sr. Presidente, não se tem notícia da atividade de monitoramento da floresta. Quando um órgão qualquer, uma entidade qualquer precisa basear um projeto e pede informações ao Sivam, o órgão responde que só poderá dar essas informações após ouvir a empresa americana que vendeu o projeto para o Brasil porque diz que o *software* é controlado pela empresa. Então, para que serve o Sivam? Somente para gasto, somente como um grande negócio na região? Em nome da região? Não, meus amigos. Essa atividade do Sivam tem que ser monitorada, deve ser monitorada pelo Governo Federal, que, de início, não tem culpa nisso. O Governo, por enquanto – acredito –, sabe o que está acontecendo. Mas a verdade é que o Sivam precisa ser monitorado e fiscalizado em sua atuação. E por que essa história de que as informações só podem ser prestadas após a audiência da empresa americana? Afinal de contas, nós já somos independentes desde 1822. Faz um bocado de tempo. Pagamos uma fortuna e não temos o direito de usar o objetivo maior do Sivam que são as informações. Não, meus senhores. Isso não está certo, não está correto. Providências devem ser tomadas, e a Amazônia agradecerá porque

o Sivam pode inclusive desmistificar muitas lendas, muitos equívocos e muitas informações falsas sobre a região Amazônica. Agora mesmo, quando muito se discute o aquecimento solar, o desmatamento e toda essa história, fazem um escândalo, chamam a atenção porque foram desmatados 22 mil Km² de floresta na Amazônia no ano passado. Eles não olham que a Amazônia tem uma área de 550 milhões de hectares e que, se esse processo continuasse – e ninguém quer isso, ao contrário, nós queremos um controle racional da exploração florestal – e não nascesse mais nenhuma árvore na Amazônia, nós levaríamos mais de 200 anos para destruir a floresta.

O Sr. Hélio Costa (PMDB – MG) – V. Ex^a me concede um aparte, Senador?

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PFL – AM) – Com prazer, Senador Hélio Costa.

O Sr. Hélio Costa (PMDB – MG) – Senador Gilberto Mestrinho, quero dar as boas-vindas a V. Ex^a no seu retorno ao Senado. Nós, do PMDB, que sempre ficamos muito honrados com a sua presença nas nossas reuniões, agora voltamos ao seu convívio no plenário do Senado. Da mesma forma, quero parabenizá-lo pela atualidade das suas palavras, do seu pronunciamento. Na verdade, há duas semanas, esteve aqui no Brasil o Secretário da Defesa dos Estados Unidos, Donald Rumsfeld. A Imprensa noticiou que ele veio para agradecer a participação do Brasil no esforço de paz no Haiti – não é verdade. Outros, para reclamar do Hugo Chávez, que comprou 100 mil rifles – também não é verdade. O Secretário veio, exatamente, tentar acertar a venda de material; são milhões e milhões de dólares. Um projeto Sivam de US\$1 bilhão; e eles querem garantir a venda desses equipamentos. Na verdade, ele veio aqui para tratar de equipamentos do Sivam. V. Ex^a tem toda razão. Fizeram não funcionar para, assim, obrigar o Governo a comprar mais. Muito obrigado.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PFL – AM) – Essa, Senador Hélio Costa, efetivamente, é a realidade.

O Secretário foi visitar o sistema porque é de grande interesse americano – especialmente do Ministério da Defesa – e empresarial o Projeto Sivam. Primeiro, porque lhes fornece dados sobre toda a vida na região Amazônica. Tudo o que se faz, tudo o que se pensa, tudo o que se quer pode ser mostrado lá. Em segundo lugar, porque é um bom negócio.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Gilberto Mestrinho, V. Ex^a ainda dispõe de três minutos.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PFL – AM) – Agradeço a generosidade do Sr. Presidente, Senador Tião Viana, que nos permitiu expressar nosso pensa-

mento aqui, e a atenção das Sr^{as} e dos Srs. Senadores para um assunto tão relevante.

Fala-se muito em Amazônia e, quando se fala, somente nos lembramos da floresta. E lembramo-nos da floresta para dizer que ninguém deve tocá-la, esquecendo-nos de que lá vivem 20 milhões de habitantes, 20 milhões de brasileiros que lutam para continuar integrando este País. E essa floresta ainda é brasileira pela persistência dessa gente, desses 20 milhões de pessoas, e pela participação efetiva, especialmente, do Exército Brasileiro, senão, não a teríamos mais.

Assim, Senador Tião Viana, para não extrapolar o tempo, encerro este pronunciamento.

Muito obrigado pela gentileza e muito obrigado aos Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço ao Senador Gilberto Mestrinho.

Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia, por 10 minutos.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o mundo acompanhou, nas última semanas, o caso da norte-americana Terri Schiavo, que faleceu hoje, depois de passar 15 anos em estado de coma vegetativo. A Justiça determinou o desligamento do tubo de alimentação que a mantinha viva, aceitando o pedido do marido de Terri, enquanto seus pais lutavam para modificar a sentença judicial.

Não vou entrar aqui no mérito da decisão da Justiça norte-americana. Aqui não temos legislação que permita a eutanásia, tema difícil para um país como o Brasil, cuja sociedade é fortemente ligada a princípios cristãos da importância da vida humana, sob todas as condições. Mas creio seja importante trazer ao debate outro aspecto relativo à situação de quem se encontra em estado terminal e daqueles que vivem a dor de perder um ente querido.

Esta semana, a revista IstoÉ apresentou extensa reportagem baseada no caso da jovem norte-americana para mostrar experiências brasileiras que estão sendo realizadas no enfrentamento dos difíceis momentos da morte nas UTIs hospitalares.

Um desses exemplos é o do Hospital do Servidor Público do Estado de São Paulo, onde profissionais de diversas áreas participam de programa integrado, visando diminuir a dor do paciente para que se possa lidar melhor com essa situação, para a qual quase ninguém está preparado.

De acordo com a médica Maria Goretti Maciel, uma das fundadoras desse programa do Hospital do Servidor Público do Estado de São Paulo, o objetivo é proporcionar ao paciente o acompanhamento de pro-

fissionais qualificados, além de abrir espaço para que familiares e amigos estejam ao seu lado.

Trabalho semelhante já existe no Ambulatório de Cuidados Paliativos da Universidade Federal de São Paulo e no Laboratório de Luto da Pontifícia Universidade Católica, onde o foco é diminuir a dor dos familiares.

Fiz questão de mostrar essas experiências porque elas vêm ao encontro de projeto de lei de minha autoria que tramita nesta Casa, desde o ano de 2003, que dispõe sobre programa de humanização do atendimento nos hospitais do País.

Ao tomar conhecimento da situação de abandono de pacientes em Unidades de Tratamento Intensivo, pensei inicialmente em um projeto que lhes garantisse o direito a acompanhamento por familiares ou pessoas próximas nesse momento de tanta gravidade.

O programa de atendimento humanizado a que se refere o projeto de lei inclui ações de assistência médico-hospitalar aliadas ao cuidado humanitário, compassivo e digno para atender as necessidades de apoio psicoemocional dos pacientes.

Sei que esse é um grande desafio a ser enfrentado, mas é, acima de tudo, uma questão de direitos humanos a que nosso País não pode mais se esquivar.

Nosso projeto pretende garantir que, ao conseguir uma vaga em leito hospitalar, o paciente passe a ter tratamento adequado à sua condição. O objetivo é reduzir o estresse, o sofrimento e a dor, com ênfase especial para os pacientes mais vulnerabilizados.

O tema não é novo e vem sendo discutido, inclusive no Brasil, desde a década de 90. Ele veio à tona em virtude do caso da norte-americana, ganhando repercussão ainda maior nos meios de comunicação por ocasião do debate sobre a validade ou não da eutanásia.

Para nós, brasileiros, o mais importante neste momento não é discutir se devemos ou não abreviar a vida de uma pessoa que se encontra em estado considerado vegetativo. O que devemos buscar é a garantia de que os pacientes, tanto em estado terminal quanto os que estão debilitados nos leitos hospitalares, recebam o apoio psicológico e o conforto tão necessários para enfrentar esses momentos.

Humanizar o atendimento à saúde é o grande desafio que precisa ser enfrentado por esta Casa e pela sociedade brasileira.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço à nobre Senadora Lúcia Vânia.

Concedo a palavra ao Senador Francisco Pereira, por permuta comigo.

O SR. FRANCISCO PEREIRA (Bloco/PL – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, de volta a esta tribuna, faço uso da palavra para registrar meu veemente protesto contra a recente medida do Ministério da Saúde que suspendeu a obrigatoriedade da apresentação do Boletim de Ocorrência da rede pública de saúde, para a realização de aborto em vítimas de estupro.

O vigente Código Penal Brasileiro proíbe a prática de aborto no País. Porém, de acordo com o art. 128, a prática abortiva é autorizada em duas hipóteses: quando a gestação representar risco de morte para a mulher, ou quando a gravidez for resultante de estupro. Em todos os demais casos, o aborto é tipificado como atitude delituosa, que pode resultar na condenação de todos quantos contribuírem para retirar o feto do ventre materno.

Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, os mais experientes ensinam que, para o bom entendedor, um pinga é letra. A medida tomada pelo Ministério da Saúde, na calada da noite, só pode ter, como resultado previsível, a multiplicação de abortos injustificados, de abortos ilegais, de abortos realizados ao arrepio da lei penal brasileira, mediante simples declaração inverídica da gestante, que afirmará ter sido vítima de estupro, sem para tanto obedecer a quaisquer formalidades legais.

Em todo o mundo, o tema do aborto é bastante controverso, adotando os países as mais díspares soluções na regência da matéria. Nos Estados Unidos, por exemplo, algumas unidades federativas descriminalizaram a prática abortiva, enquanto outros, não raramente sob influência de grupos religiosos, consideram o aborto um crime passível de prisão.

Em razão das controvérsias inerentes ao tema, resta claro que, ao menos em um país democrático, como o Brasil, a decisão por um ou outro caminho deve resultar da vontade popular, do amadurecimento de um debate que diz respeito a questões éticas, jurídicas, médicas e transcendentais, de caráter religioso.

Vale lembrar, no entanto, que, sob o pálio da atual legislação o Código Penal, de 1942, o aborto continua a ser tipificado como crime. Desse modo, as brasileiras que hoje gozam de uma liberdade sexual sem precedentes na história as brasileiras que usufruem de ampla autonomia na gestão das pulsões do seu corpo, do seu amor e da sua libido, em virtude da mudança da moral vigente em nossa Pátria, nossas concidadãs, se optarem por não vivenciar uma gravidez fortuita, não planejada, devem fazer uso da contracepção. Devem valer-se do amplo leque de meios preventivos da gravidez, ao alcance de quase todas,

antecipando-se a um mal maior a prática do aborto, que pode e deve ser evitado.

Sr^{as} e Srs. Senadores, acredito que a intangível relação que vincula o cidadão de bem ao ordenamento jurídico – que é definido, em seu interesse, por representantes eleitos –, deve reforçar, hoje e sempre, o conceito da responsabilidade.

No mundo atual, em que a informação está muito disseminada, em que a escola, a família, a televisão e, para os mais aquinhoados, a *internet* tratam, corriqueiramente, dos temas relativos ao amor e à vida sexual, os jovens brasileiros devem ter em mente que os bebês não surgem nos berços carregados por cegonhas, nem tampouco resultam de qualquer tipo de geração espontânea.

A gravidez é um presente divino. Exige de mulheres e homens precaução, cuidado e responsabilidade no que diz respeito à prática sexual.

É bom que seja assim, para o bem de nossas próprias companheiras, de nossas mulheres e de nossas filhas. Tenho para mim, Sr^{as} e Srs. Senadores, que poucas situações podem ser mais traumáticas na vida de uma mulher do que a vivência de um aborto, do que o lento transcurso das horas no período de convalescença, imaginando suas abortadas possibilidades na qualidade de mãe potencial de um filho não gerado.

Além disso, os procedimentos médicos envolvidos no aborto, altamente invasivos, muitas vezes resultam na morte da gestante, por maiores que sejam as precauções tomadas.

Por essas e outras razões, penso que o feminismo responsável se deveria esquivar daqueles que entendem o aborto como um direito da mulher, porque sua proibição não significa qualquer retrocesso à liberdade conquistada pelas mulheres.

Quando o Estado, ou seja, quando a coletividade em seu conjunto opta por entender como crime a prática abortiva, salvaguarda, em verdade, a própria coerência do ordenamento jurídico, já que a Constituição da República garante a vida aos brasileiros, princípio seminal de tão grande relevância que consta do seu artigo inaugural.

Como poderia o Estado garantir a vida, proibir a pena de morte ou as penas degradantes e, paradoxalmente, liberar o aborto, que também é um atentado à vida em potencial? A mim me parecem dois caminhos opostos, que só colaboram para aprofundar as incontáveis desumanidades que são a marca trágica do nosso tempo.

E de nada adianta argumentar que o aborto deveria ser liberado porque, na prática, ocorre clandestinamente em todo o País. Com base no raciocínio do fato consumado, eu lhes perguntaria se deve o Poder

Público liberar o homicídio, em face das cinquenta mil mortes por arma de fogo, registradas anualmente no Brasil?

É claro que não. Devemos, ao contrário, garantir o direito à vida e à maternidade responsável. Devemos, igualmente, fazer uso de todos os meios científicos e judiciais para vincular o pai aos destinos do nascituro, pois os homens devem também assumir o ônus e o ônus de sua liberdade, que tem como corolário o princípio da responsabilidade.

No âmbito das odiosas invasões de competência, já nos basta o cacoete do Poder Executivo de legislar atipicamente, pela via das medidas provisórias, subtraindo ao Congresso o seu papel legal. Que não venham agora os ministérios subverter a prerrogativa congressional de expressar a vontade e os anseios do povo brasileiro.

Aborto é crime, e os médicos e paramédicos que ousarem praticá-los nos casos de estupro, sem para tanto exigirem apresentação do boletim de ocorrência, deverão estar preparados para arcar com suas responsabilidades perante a lei. O direito de dar e tirar a vida só cabe ao Pai... Devemos nos lembrar de que o direito à vida vem desde o ventre da mãe.

Vejamos a palavra de Deus, que confirma o que aqui defendo. Em Jeremias, capítulo I, versículo 5, diz: "Antes que te formasse no ventre te conheci, e antes que saísse da madre te santifiquei; às nações te dei por profeta."

Portanto, concluo aqui o meu discurso...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador, eu gostaria de participar.

O SR. FRANCISCO PEREIRA (Bloco/PL – ES) – Pois não, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a está entrando num tema importante. Os fatos fazem a lei. A lei brasileira de aborto permite que o aborto seja feito em duas condições. A primeira condição é se a mulher é vítima de um estupro. A criança terá um monstro como pai. Ela não quer e é um direito – a lei hoje assim permite. O segundo caso é se ela é cardiopata grave. Há uma verdade médica que diz que cardiopata não deve engravidar e, se engravidar, não deve parir. Mas o fato é que faz a lei. A tecnologia diagnóstica evoluiu tanto que hoje se detecta, por meio de exames especializados e ultra-sonografia, fetos sem cérebro, que não terão vida neurológica de relacionamento humano, terão vida vegetativa. Não havia antes esse fato. No tempo em que fiz cirurgia e obstetrícia, não se fazia esse diagnóstico. Hoje, com o instrumental moderno, é permitido fazê-lo. Então, com a necessidade, com o fato, vem a lei. No caso desse feto mal-formado, esse feto com agenesia cerebral, há que se permitir o abor-

to. Nesse caso, deve nascer uma lei nesta Casa. O Congresso Nacional é para fazer lei boa e justa. Esse é o grande tema.

O SR. FRANCISCO PEREIRA (Bloco/PT – ES) – Muito obrigado, Senador Mão Santa, pela sua contribuição.

Concluo aqui meu discurso com essas palavras bíblicas que citei, que são a prova maior do direito à vida.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Francisco Pereira, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Juvêncio da Fonseca.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Concedo a palavra ao Senador Tião Viana por dez minutos.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de deixar para uma reflexão do Senado a recente audiência que tivemos, na Comissão de Educação, com o eminente Ministro da Educação Tarso Genro, um dos mais preparados quadros da história política do Partido dos Trabalhadores, que, hoje, assume a Pasta da Educação no Brasil, por uma vinculação de sua biografia com a história da educação e do pensamento universitário brasileiro.

O tema que trouxe o Sr. Ministro à Comissão de Educação diz respeito à convalidação ou revalidação de diploma de médicos brasileiros formados no exterior, de modo muito distinto os que tenham sido formados em Cuba. A realidade brasileira é a de que jovens cidadãos que saem do nosso País para cursar medicina, seja no Peru, no Chile, na Bolívia, em Cuba, na Itália ou em qualquer outro lugar, encontram barreiras gravíssimas para o reconhecimento e legalização de sua profissão ao retornar ao Brasil. Isso porque as decisões burocráticas estabelecem como critério a verificação do currículo por parte das universidades e a adequação da formação passada e da formação presente do jovem por meio de uma prova de verificação, para que ele possa ou não ser recomendado ao Conselho Regional de Medicina para recebimento do registro junto ao Conselho Regional do seu Estado. Então o órgão fiscalizador e protetor da atividade médica no Brasil, que é o Conselho Federal de Medicina, representado pelos seus Conselhos Regionais, estabelece a formalidade ou não para o exercício profissional desse jovem. O resultado do que foi exposto na Comissão – lamentavelmente eu estava numa outra audiência e não pude participar daquele debate –, seria a criação

de uma Comissão, reconhecida pelo Ministério das Relações Exteriores e pelo Ministério da Educação, para que pudéssemos avaliar a solução a ser dada para o jovem brasileiro formado, ou em Cuba, ou no Peru, ou na Bolívia, ou em qualquer outro país.

Então, é uma situação de inquietação para todos os jovens que fizeram esse caminho na vida, de realizar o sonho de um dia ser médico, de um dia ser doutor, de fazer algo pela Medicina brasileira, porque a solução foi nenhuma ainda. Tenho muita dificuldade de compreender como sendo este um assunto de que estamos tratando há pelo menos dez anos no Brasil, toda vez que se reúnem os representantes oficiais com o poder de decisão, o resultado é uma comissão estar em andamento para encontrar a solução para o problema – e isso há mais de 10 anos! Como se não fosse tanto tempo para darmos resposta à juventude brasileira que vai ou está vindo para a sua formação.

Acompanhei e testemunhei a sensibilidade política do Presidente da República quanto a este tema, e a vontade de que a decisão fosse tomada de maneira mais imediata. Ao participar desse debate, na condição de Senador, desde o início de 1999, enviei vários ofícios ao Ministro de Estado da Saúde, ao Ministro de Estado da Educação; discuti com o Conselho Federal de Medicina e fui ao Ministério das Relações Exteriores para tratar do assunto. Infelizmente, todos concordam com o encaminhamento, mas a decisão nunca chega. E o resultado é que temos milhares de jovens brasileiros tratados como verdadeiros marginais de um processo legal de reconhecimento de sua atividade profissional.

É inaceitável que ainda permitamos um adiamento de decisão sobre um tema deste. Já procurei o Conselho Federal de Medicina e partilhemos de inúmeras reflexões com diretores de faculdades médicas no Brasil. E o entendimento que se aproxima é o de que bastaria, para uma solução final, que qualquer cidadão brasileiro, ao fazer o curso de medicina em qualquer universidade fora do País, ao retornar, estaria pronto para fazer a prova de residência médica – uma prova que dá ingresso na pós-graduação para o profissional se especializar – e, daí, ter-se-ia a sua atividade médica reconhecida no Brasil. É uma prova difícil, justa, correta e à qual qualquer médico brasileiro se submete para chegar à condição de especialista.

O Conselho Federal de Medicina externou pronta concordância com essa decisão. E o Ministério da Saúde, por intermédio de seus Ministros, várias vezes, demonstrou sensibilidade e tendência a concordar com tal decisão, mas ninguém responde de maneira oficial; ninguém dá uma solução.

Acompanho o verdadeiro calvário por que os jovens brasileiros têm passado. Pessoalmente sou contrário à saída deles para outro país a fim de cursar Medicina. Não precisamos disso. No Brasil, há inúmeras oportunidades para que o jovem faça seu curso médico. Eles têm de fazer o vestibular, que é a regra comum, como todos fazem, ou optar por um programa especial de ingresso, como o PAS, fazendo o exame nacional do ensino médio, seguindo o critério. Não devem ter privilégio.

Os que fizeram essa outra opção não podem continuar sendo tratados como marginais – é o meu entendimento. É injustificável que ainda não tenhamos uma resposta para dar ao jovem brasileiro formado no exterior. São milhares de cidadãos que poderiam estar salvando vidas, ingressando em áreas de especialização no Brasil, afirmando-se bem no mercado de trabalho, numa atividade correta, como é a medicina, importante e imprescindível para o País, mas a solução não chega nunca.

Minha inquietação reflete seguramente a preocupação de milhares de jovens brasileiros. E conto com o respaldo do Conselho Federal de Medicina, que concorda com isto: não haver discriminação. Quem se formou em Cuba, na Bolívia, no Peru ou no Chile, ao regressar ao Brasil, deverá fazer a prova de residência médica. Sendo aprovado, estará pronto para receber seu registro e entrar em exercício profissional. Será uma prova difícil, justa, a que todo médico formado no Brasil deverá submeter-se. Então, não há razão para a discriminação.

Outro critério seria a realização de uma prova nacional, numa data única, para que todo jovem possa fazer o exame de medicina, como é na OAB para o formado em Direito, com a finalidade do exercício profissional.

A situação é injustificável. Pergunto ao caro Ministro Tarso Genro até quando vamos aguardar para dar uma resposta à juventude brasileira, que tanto esforço tem feito nesse sentido?

Concedo um aparte, com muito prazer, ao nobre Senador José Agripino, Líder do PFL, que solicitou a vinda do Ministro da Educação à Comissão de Educação para tratar de um problema que inquietou o mandato de S. Ex^a e seguramente dos médicos, profissionais de saúde, e de jovens que reivindicaram a tal audiência.

Depois, ouvirei os Senadores Mão Santa e Eduardo Suplicy.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Tião Viana, agrada-me muito ouvir a manifestação de V. Ex^a no rumo do respeito à lei e aos ditames do Conselho Federal de Medicina, que, em última análise, é o órgão

de classe a quem se recorre em casos de erro médico, de prática do ilícito na profissão. Digamos, é o órgão que zela pela boa conduta da profissão de médico. O que me levou a fazer um requerimento pedindo a presença de S. Ex^a, o Ministro Tarso Genro, foi o noticiário insistente de que o MEC estaria preparando a validação em rito sumário dos diplomas dos médicos formados em Cuba, só em Cuba. Não era em Harvard, não era na Bolívia, no Equador, na Europa, em canto nenhum; só em Cuba. Tenho o maior respeito pela Nação cubana, pelos médicos formados em Cuba. Conheço jovens potiguaros que se formaram em Cuba. Sei que a medicina em Cuba tem campo de especialização, mas ela é generalista na sua essência, até pelo fato da medicina social que o país pratica. Já tive experiência, eu trouxe a experiência de Cuba para o Rio Grande do Norte, quando fui Prefeito e quando fui Governador. Implantei o Programa Médico da Família há mais de quinze anos, Senador Tião Viana. Sou muito grato à colaboração que o Governo de Cuba deu ao meu Estado quando eu era Governador. Agora, com o que não posso concordar – e aí é onde estou feliz pelo fato de V. Ex^a também concordar – é em se abrir o privilégio pelo fato de se tratar da Nação cubana, onde se poderia supor um viés ideológico, um favoritismo por viés ideológico. Aí não daria para aceitar, porque não dá para passar por cima da lei que manda, como V. Ex^a está falando, que se compatibilizem os currículos. Se o currículo for compatível, acorde, o currículo de Harvard, ou de Cuba, com o currículo brasileiro, faz-se uma prova escrita e oral, por uma universidade, que vai carimbar o diploma do formado que vem de fora. Se não houver equivalência curricular, o formando fora terá que completar o seu currículo numa universidade brasileira e após isso se habilitar. O que se noticiava, e houve até decreto e protocolo de intenções, que nunca foi desmentido, é que haveria um rito sumário – graças a Deus, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, graças a Deus, desmentido formalmente ontem pelo Ministro Tarso Genro. E eu disse a S. Ex^a: Ministro, se eu soubesse que V. Ex^a viria aqui dizer isso, ou se V. Ex^a tivesse dito há um mês o que está dizendo aqui à imprensa, não teria havido a convocação de V. Ex^a. Apenas houve editorial, houve noticiário, não houve desmentido. Então eu me vi na obrigação de, para defender a igualdade de oportunidades para o brasileiro que se formou no Equador, na Bolívia, ou em Cuba, ou em Harvard, ou na Inglaterra, oportunidades iguais. Por isso quero louvar o pronunciamento de V. Ex^a, associar-me à sua preocupação com a possibilidade de averbação dos diplomas de médicos formados onde quer que tenham se formado no exterior, com vistas a que eles possam praticar a sua profissão e salvar vidas

com competência habilitada por quem pode fazê-lo em território brasileiro. Cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a o aparte.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Senador Tião Viana, V. Ex^a dispõe de um minuto e meio, já com a prorrogação.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Tentarei cumprir, com absoluto rigor, para dar o exemplo, já que cobro tanto dos colegas Senadores.

Concedo um aparte ao Senador Mão Santa e, em seguida, ao Senador Eduardo Suplicy, pelo restante do meu tempo.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Juvêncio, buscando a sua sensibilidade política, que é extraordinária, e o Espírito das Leis, de Montesquieu, que V. Ex^a representa tão bem, queria demorar-me um pouquinho mais. Primeiro, quero cumprimentar o Senador Tião Viana por esta obra: **Estudo Soroepidemiológico das Hepatites B e Delta no Acre**, na população de doze Municípios do referido Estado. Acabo de recebê-lo. V. Ex^a, além do amor à Medicina demonstra o amor às suas origens, tecendo considerações sobre a ocupação étnico-geográfica do Acre. V. Ex^a mostra o amor à sua terra. Senador Tião Viana, ontem falei que o PT quer inventar a roda. Quero dizer que me formei em Medicina em 1966. A medicina é velha, sempre existiu, desde o surgimento da dor. Dizem que o nome de Júlio César é originário do termo “cesariana”. Então, sempre houve a Medicina, a globalização das ciências. O MEC sempre teve uma equipe para fazer os exames de qualificação dos que estudavam fora, porque no mundo não há o mesmo currículo. Na Bolívia, há dois tipos de médicos: há o curso de seis anos e há outro de tempo menor, que forma o médico rural. Só com uma equipe especializada, que é fácil e funciona. Agora, temos que nos preocupar, primeiro, em diferenciar aquele que é especialista, que possui a residência, como V. Ex^a estava falando com tanta grandeza. Realmente penso que esta Casa evoluiu quando a CAS – Comissão de Assuntos Sociais – fundou uma Subcomissão de Saúde. Entendo que todos esses assuntos deveriam ser encaminhados para essa Subcomissão de Saúde para fazer leis boas e justas.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, ainda ouviria o Senador Suplicy, mas o tempo é seu.

Encerro o meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Já concedemos quatro minutos. Conforme orientação das Lideranças dos Partidos, temos que cumprir a regra que foi imposta à Mesa.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Pela ordem, Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não posso apartear o Senador Tião Viana, mas concordo com ele. Então, aproveito a oportunidade para dizer que talvez tenhamos respondido aqui a indagações que vêm sendo feitas, pelo menos por mim, desde abril de 2004, em relação a esse tema sem nenhuma resposta do Senhor Ministro. Já foi pedida uma segunda vez, em fevereiro de 2005, também sem resposta; o prazo já venceu. Tivemos a oportunidade de ouvir do Senador

Tião Viana a solução deste problema. Mas quero cobrar também a resposta do Senhor Ministro, uma vez que outras questões estariam envolvidas nesse tema.

Trata-se do Requerimento nº 433, de 2004.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR RODOLPHO TOURINHO EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

Matéria referida:

“Requerimento do Senado nº 433, de 2004.”

REQUERIMENTO DO SENADO Nº 433, DE 2004

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL - BA) - Apresenta o seguinte Requerimento em 13 de abril de 2004:

Nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal e art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro, seja encaminhado ao Ministro da Educação, Exmo. Sr. Tarso Fernando Herz Genro, o seguinte pedido de informações:

1) Qual a situação dos estrangeiros que exercem atividades médicas no Brasil; e dos brasileiros que fazem cursos universitários no exterior, em especial o curso de Medicina na Bolívia? Existe um levantamento do número de brasileiros que estão cursando Medicina na Bolívia?

2) Existe alguma Resolução do Ministério da Educação que regulamente as revalidações dos diplomas de estrangeiros na área médica?

3) Como é feita a revalidação dos diplomas dos estrangeiros?

4) Que critérios são utilizados para avaliação?

5) Existe o princípio da reciprocidade entre Brasil e Bolívia?

Sala das Sessões,

Senador **RODOLPHO TOURINHO**

Rep 433 (2004)

— 13/4/04

— 17/2/05

— 1º Juncen

Prozo 30 dia

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – V. Ex^a deseja a reiteração do requerimento?

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Eu gostaria de ter a resposta. Tive alguma resposta por meio do Senador Tião Viana, mas eu gostaria que a Mesa cobrasse isso do Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Pois não.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Peço a palavra pela Liderança do PSB.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – V. Ex^a falará pela Liderança do PSB.

Com a palavra o Senador José Agripino, Líder do PFL, inscrito anteriormente.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senador Marco Maciel, nós estamos na quinta-feira. Amanhã é sexta-feira, último dia da semana. Tenho certeza, Senador Jefferson Péres, de que V. Ex^a vai concordar com a breve avaliação que vou fazer da semana, relativamente ao Governo. No meu entendimento, ela revela falta de comando por parte do Governo.

Eu diria que essa semana é uma síntese do comportamento do Governo do Presidente Lula. Vamos fazer uma avaliação rápida. Essa semana foi marcada, Senador Teotônio Vilela Filho, pela “reforma” ministerial. Esperavam-se mudanças no Ministério das Cidades, no Ministério da Previdência Social, na coordenação política, no Ministério da Integração Nacional, no Ministério da Saúde. Era um mundo de ministério que se falava que ia ser renovado. Ia ocorrer um choque de gestão, iam trocar incompetentes por competentes, iam arrumar politicamente o Governo. Ao final, entre marchas e contramarchas, preencheram o lugar vago de Ministro do Planejamento com um petista e substituíram o honrado Senador Amir Lando pelo Senador Romero Jucá, meu dileto amigo e companheiro. Parou aí, em um clima de muita controvérsia, em que a autoridade do Presidente foi desafiada publicamente. E a reforma não se completou. Parece que não tem o carimbo e a chancela do Presidente da República, porque ele não ousou fazer o choque de gestão que a Nação esperava.

A Medida Provisória nº 232 é outra manifestação de perda de controle político do Governo. Graças a Deus, nossos gritos – nossos, da Oposição – ecoaram,

levantaram a sociedade, que se manifestou, foi para a rua, foi para a Avenida Paulista. Os empresários pequenos, aqueles que iam caminhar para a informalidade se a Medida Provisória nº 232 vingasse, foram para o meio da rua. Vieram a Brasília e se reuniram com os partidos políticos que quiseram ouvi-los. E o Governo se rendeu à evidência dos fatos: não dá mais para suportar a última gota d’água que vai encher o copo e transbordá-lo, mas, por trás da derrota do Governo na Medida Provisória nº 232, fica mais uma vez flagrante a falta de comando do Governo, que não tem base política, não tem maioria nem para impor perversidades, como já teve. A Reforma da Previdência, que foi um grande saco de maldades, contou com a maioria governista, que não existe mais, graças a Deus! Para saco de maldade, não existe mais. A sociedade manifestou-se e o Governo mostrou claramente perda de controle e de comando.

O noticiário de hoje traz uma série de manifestações do todo-poderoso Ministro José Dirceu, cheias de lamurias, de queixas frontais, diretas ao seu Presidente. Perda de comando, conflitos intestinos.

Além disso, Senador Jefferson Péres, o que mais me impressiona: qual é a agenda deste Governo? Todo Governo deve ter uma agenda, um norte, uma definição, uma determinação, um balizamento. Qual é a agenda deste Governo? O Governo não fala em reforma política. Quem fala somos nós partidos políticos. O Governo não fala em reformulação do Orçamento. Quem fala somos nós, do Congresso brasileiro. Não há uma proposta nova. Não há nada que estimule o debate a partir do Poder Executivo, não. Nesta semana, não houve sequer os comícios diários que o Presidente da República faz nos telejornais. O único fato, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que o Governo tentou vender como positivo esta semana foi o fim do acordo com o FMI, como se fosse o anúncio de que finalmente o Governo brasileiro tinha pago tudo ao FMI e estava independente. Não deve mais nada e agora vai fazer o que quiser. Vai investir em estradas, em escolas, em hospitais, em tudo. Nada disso! Anuncia o fim do acordo, mas mantém o compromisso do superávit primário de 4.25%, o que o obriga a investimentos próximos de zero. E a retomada do crescimento sustentado cada vez mais distante.

Esta é a realidade crua que esta semana nos traz e que mostra a face real de um Governo sem propostas ou com uma proposta só: de se perpetuar no poder. Não tem plano de governo, tem plano de poder, por meio da promessa vazia e da realização zero.

O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Ouço com muito prazer o Senador Jefferson Péres.

O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM) – Senador, parece até que V. Ex^a ouviu o meu discurso de ontem, que foi nessa linha.

O SR JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Não tive o prazer, Senador.

O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM) – Eu disse que o mês de março foi particularmente infeliz para o Governo e para o País. Eu nunca vi uma comédia de erros como essa reforma ministerial. Nunca vi um Governo tão trapalhão. Ministros foram informados de que sairiam. Imaginem o desgaste desses Ministros perante até seus subordinados. Políticos foram convidados para Ministérios, sem nenhum critério técnico para o seu preenchimento. Não se buscava a excelência. De repente, o Presidente da República é desafiado publicamente, e diria quase que chantageado: ou nomeia o meu afilhado ou, então, o meu Partido rompe. O que faria um Presidente da República nesse caso, Sr. Senador José Agripino, com uma reforma ministerial já anunciada? Informaria ao desafiante que o seu Partido estava fora e faria a reforma. Mas não, acabou a reforma. E sobrou para quem? Para o nosso prezado colega Amir Lando. Que situação vexaminosa! É o que eu vou dizer. Não sei como S. Ex^a se sente, mas é como eu me sentiria. S. Ex^a não saiu porque o Ministério foi dado a outro Partido – que seria o normal. Não saiu um Senador para dar lugar a um Deputado, não. Um Ministro e Senador do PMDB foi substituído por outro Senador do PMDB. E todos ficam a se perguntar por quê.

Em matéria de incompetência política, Senador José Agripino, nunca vi nada igual.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, Senador Jefferson Péres, e somo aos argumentos que coloquei a MP 232, os conflitos intestinos, a falta de agenda.

Sr. Presidente, pergunto a V. Ex^a se posso ouvir o Senador Mão Santa.

Durante o discurso do Sr. José Agripino, o Sr. Juvêncio da Fonseca, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador José Agripino, V. Ex^a já extrapolou a prorrogação. Peço que conclua seu pronunciamento, pois há outros Senadores inscritos. O Senador Mão Santa está inscrito e poderá fazer uso da palavra depois.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Serei muito breve, sintético, Sr. Presidente. É apenas para dizer que

trocaram um general de quatro estrelas do PMDB por um tenente.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, agradeço a tolerância de V. Ex^a e, apenas para concluir, quero dizer da minha preocupação com um depoimento que ouvi do Ministro Palocci, a quem respeito muito e que esteve na Comissão de Assuntos Econômicos para discutir sobre aumento de carga tributária. Senador Jefferson Péres, o Ministro disse muitas coisas com as quais concordo e muitas com as quais não concordo, em absoluto, mas disse uma que me deixou de cabelo em pé: que o equilíbrio fiscal brasileiro tem que ser perseguido por algumas vertentes e que o déficit da Previdência está atingindo quase 2% do PIB.

Senador Jefferson Péres, o Ministro destacou enfaticamente a questão da Previdência, que mexe com aposentado, com velho, com quem já trabalhou a vida inteira, e não tocou no assunto dos juros. S. Ex^a não disse que os juros, sobre os quais o Governo tem o comando absoluto, significam hoje 7,3% do PIB brasileiro. S. Ex^a se referiu aos 2% do déficit da Previdência como elemento a ser combatido na busca do equilíbrio fiscal e esqueceu-se de falar dos juros, que significam R\$131 bilhões, o equivalente a 6,3% do PIB brasileiro.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra, pela Liderança do PSB, ao Senador João Capiberibe.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sr. Presidente, peço a minha inscrição para falar, em nome da Liderança do PDT, por cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a será atendido, após o Senador João Capiberibe.

Com a palavra o Senador João Capiberibe, por cinco minutos.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP. Pela Liderança do Bloco/PSB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o que está acontecendo com a assistência à saúde em nosso País? Intervenção no Rio de Janeiro, uma discussão interminável, e ficamos no meio dessa discussão, com graves prejuízos, evidentemente, para aquelas pessoas que dependem da assistência à saúde. O caso do Rio é muito discutido, mas a situação do meu Estado é de extrema gravidade, e volto, mais uma vez, a pedir

a atenção do Sr. Ministro da Saúde. Não é a primeira ou a segunda vez que faço isso.

As informações que tenho são extremamente preocupantes. Tenho em mão a manchete de um jornal que diz: "Ministério Público pede interdição total do Pronto Socorro". Diz a matéria:

O Promotor da Cidadania, Marcelo Moreira, entrou com pedido de liminar para interditar completamente o Hospital de Emergência por condições inadequadas de funcionamento e apresentar risco à saúde dos pacientes, médicos e funcionários. A decisão da justiça pode sair ainda hoje e a direção do Hospital e o Conselho de Saúde se preparam para fazer a transferência dos pacientes que ainda estão no HE para o Hospital Alberto Lima.

Quarta-feira, o Conselho Regional de Medicina (CRM) do Amapá interditou eticamente o Hospital de Emergência (HE), considerando indignas as condições de assistência médica e as precárias condições de assistência à saúde e à vida dos pacientes, médicos e demais profissionais, que correm até mesmo risco de morte. E deu um prazo de 24 horas para que o Governo do Estado retirasse todos os pacientes que ainda se encontram no hospital e providenciar um novo local de atendimento que ofereça padrões aceitáveis no atendimento à população. Quanto aos médicos, o CRM os proibiu de exercer qualquer ato, sob pena de infração do Código de Ética Médica. O Governo do Estado, no entanto, descumpriu a notificação e anunciou, através do secretário de saúde, Uilton Tavares, que não iria retirar os pacientes, alegando que o CRM estava tirando proveitos políticos.

Tenho aqui mais uma notícia de última hora:

O juiz Anselmo Gonçalves da Silva assinou há pouco uma ação cautelar resguardando os médicos do Hospital de Emergência a trabalharem e derrubando a decisão do CRM que proibia os médicos de exercerem qualquer ato, sob pena de infração do Código de Ética Médica. O pedido da ação partiu da Procuradoria Geral do Estado.

Além dessa situação de extrema dificuldade, a situação da dengue está descontrolada e, ultimamente, foram detectados 28 casos de mal de Chagas num bairro periférico da cidade de Santana. O Estado e as Prefeituras perderam o controle da situação.

Por isso, tenho insistido, de forma sistemática, que o Ministro da Saúde se responsabilize pelo acompanhamento da assistência à saúde em todo o território

nacional, até porque existem recursos federais destinados para isso no sistema público de saúde do Amapá e de todos os Estados brasileiros. Tenho insistido nesse assunto, porque, no nosso caso, a situação é especial. No caso do Rio de Janeiro, há conflitos políticos. No Amapá, não ocorrem esses conflitos, mas há uma crise de gerenciamento dos recursos públicos destinados à saúde. Existe dinheiro suficiente para uma prestação de serviço infinitamente melhor do que a que está sendo prestada. No entanto, quanto mais dinheiro se investe, menos se presta serviço e sua qualidade é precaríssima, o que nos leva a crer que esses recursos estão sendo desviados de suas finalidades.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP)

– O Ministério da Saúde precisa agir com urgência no caso do Amapá. Quem sabe se iniciássemos uma discussão sobre a saúde e a prestação de assistência nessa área nos vários Estados brasileiros não teríamos a desagradável surpresa de saber que a crise não está localizada apenas no Rio de Janeiro e no Amapá, mas que há uma crise bem mais ampla no que diz respeito à assistência à saúde no nosso País.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Agradeço a V. Ex^a, Senador João Capiberibe.

Concedo a palavra ao Senador Juvêncio da Fonseca, pela Liderança do PDT, pelo prazo de cinco minutos.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS.

Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o índice de aceitação da população brasileira diante da campanha de desarmamento, empreendida pelo Ministério da Justiça principalmente, teve sua aceitação reduzida de 72% para 48%. Em consequência, reacenderam-se as mobilizações para que a campanha de desarmamento encontrasse novamente um rumo de conquista do coração do brasileiro.

Mas a ponderação do Ministro Márcio Thomaz Bastos no sentido de reativar essa campanha presta um desserviço ao conhecimento da população. E passo a ler parte de matéria publicada no **Jornal do Senado** de 17 de março último:

Como lembrou, durante o seminário, o Sr. Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, um dos principais argumentos contrários à aprovação do estatuto era o de que se estariam retirando as armas das mãos dos "homens de bem" e não de bandidos.

Esse é o forte argumento daqueles que fazem campanha contra o desarmamento e que já adotamos desta tribuna por várias vezes: tenta-se tirar das mãos do homem de bem uma arma de defesa para deixá-la apenas nas mãos dos bandidos.

Mas o que se tenta fazer, explicou ele, é evitar a continuidade dos crimes cometidos por motivos fúteis.

Queremos tirar a arma das mãos do marido que brigou com a mulher e que pode se sentir tentado a matá-la, assim como queremos evitar que as armas estejam nas mãos de meninos que se envolvem em briga de rua, de torcedores de futebol exaltados, de pessoas estressadas no trânsito acrescentou o Ministro da Justiça.

Ora, a legislação, Sr^{as} e Srs. Senadores, não dá nenhuma guarida para quem quer que seja que porte uma arma na rua. A campanha do desarmamento está enfocando de maneira errada o problema existente em nossa sociedade. A lei hoje não permite que o cidadão tenha uma arma comprada legalmente e que saia com ela à rua, uma vez que não permite o porte de arma para quem quer que seja, a não ser para as autoridades, que a podem portar na rua.

Portanto, não há preocupação alguma com referência a armas na mão de criança nos bares da vida, a armas na mão de torcedores de futebol, a armas com pessoas estressadas no trânsito. Para esses casos, não existe autorização legal. Se não existe autorização legal, não tem como o Ministro incluí-los como razões para a campanha do desarmamento.

Temos dito continuamente que a legislação hoje existente permite apenas que o cidadão adquira a arma e a tenha em casa, após passar pelo crivo da Polícia Federal, sem levá-la para a rua. A lei permite que se tenha a arma em casa para proteger a sua família e o seu patrimônio. Esse é o objetivo da legislação hoje.

Para que se tenha o registro e a compra da arma, é necessário que se passe, como disse, pelo crivo da Polícia Federal, ou seja, que se prove, por meio de certidões negativas de todos os cartórios, a inexistência de crime ou processo. Há que se ter adestramento para o uso da arma, exame psicotécnico, residência definida, profissão definida; com tudo isso, um pai de família, um chefe de família pode ter sua arma em casa. Não se trata de arma para sair à rua, para marido matar mulher, para criança usar na rua, para torcedor levar para campo de futebol. O Ministro está enfocando errado a questão. A campanha não traz a verdade dos fatos, para conquistar o voto da população no referendo de outubro, como está previsto.

Por essas razões, a população, cada vez mais, está descrendo dessa proposta de desarmamento dos homens de bem em que o Estado permite que as armas fiquem na mão do bandido.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Agradeço ao nobre Senador Juvêncio da Fonseca.

Concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho, nos termos do art. 158, §2º do Regimento Interno, para uma comunicação inadiável, por cinco minutos.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há uma notícia recente na Internet que reza: “Governo corrige tabela do IR hoje por meio de nova medida provisória”. Trata-se da malfadada MP nº 232. A notícia diz:

O Governo decidiu corrigir a tabela do Imposto de Renda Pessoa Física por meio de uma nova medida provisória a ser editada ainda hoje. O texto vai revogar todos os outros pontos da Medida Provisória nº 232, como o aumento de tributo aos prestadores de serviços e o recolhimento na fonte do Imposto de Renda para produtores rurais.

Segundo a matéria, o Secretário Bernard Appy informou, entretanto, que hoje mesmo o Governo vai enviar ao Congresso o novo projeto de lei e que o seu conteúdo não foi definido, mas que “o ‘espírito’ da MP 232 será preservado”.

Ora, preservar o espírito da MP nº 232 é preservar uma série de equívocos cometidos com essa medida provisória. Além dos equívocos que foram cometidos – foram seis equívocos e um acerto; o acerto foi a correção da tabela, e aos seis equívocos me referirei depois –, há também uma argumentação enganosa sobre se tratar de uma exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Os que defendem a medida provisória – tarefa árdua, não tenho dúvida, por representar claro aumento de carga tributária – têm justificado essa posição em função da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Quanto ao que diz a lei, não há reparos a serem feitos, de fato, porque não se podem elevar despesas ou reduzir receitas sem que haja alguma contrapartida. Isso é o que diz a lei.

Entretanto, nesse caso, não posso concordar que se use esse argumento para justificar o fato.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a correção da tabela do Imposto de Renda não representa concessão de benefício algum. Na realidade, a não correção da tabela representa a constituição de uma

receita indevida. Esse é o verdadeiro ponto. Afinal, todos sabem que, desde 1996, só foi realizada uma correção, em 2002, e ainda assim em percentual muito aquém do devido.

O índice de correção proposto agora sequer recupera a inflação acumulada neste Governo. Mas, se considerarmos os dois reajustes realizados, chegamos a uma atualização de valores da ordem de 29,5%, contra uma inflação de aproximadamente 93%, no período entre 1996 e 2004.

A significativa defasagem da correção da tabela e dos limites de dedução implica, na prática, um aumento disfarçado da carga tributária, principalmente sobre a classe média assalariada, que vem diminuindo, cada vez mais, o seu poder aquisitivo.

Deixo a minha preocupação com a nova medida provisória, que apresenta um acerto, a que já me referi a correção da tabela, e seis equívocos. O primeiro equívoco torna permanente a alíquota de 27,5% e engana, é uma dissimulação, é um disfarce. O segundo ponto, o segundo equívoco é o aumento da Contribuição Social do Lucro Líquido e do Imposto de Renda para os prestadores de serviço, por significar um aumento da carga tributária.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) A retenção de tributos na fonte para a contratação de serviços é uma antecipação financeira e descapitaliza as empresas. Há equívoco em relação a se cobrar do setor agropecuário, por não se distinguir renda de faturamento e por demonstrar oportunismo, já que o setor vai bem. O outro equívoco é a restrição ao acesso dos contribuintes, limitando as questões até R\$50 mil, o que é contra os microempresários e pequenos produtores. O último equívoco refere-se à questão cambial. Querem, no fundo, atribuir uma base jurídica mais sólida para alicerçar ou modificar as questões que têm perdido.

Neste momento em que são cometidos um acerto e seis equívocos, preocupa-me o fato de o Secretário afirmar que o espírito da MP nº 232 será mantido, porque poderá ser mantido, então, tudo isso que vimos discutindo, tudo isso que está errado e que aumenta efetivamente a carga tributária, insustentável hoje para as empresas, sejam grandes, sejam pequenas, e sobretudo para os assalariados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra, para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 158, § 2º, do Regimento Interno, por cinco minutos, ao Senador Mão Santa.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Solicito a minha inscrição como Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– V. Ex^a se inscreve após a Ordem do Dia, por vinte minutos, ou antes?

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Será um breve comunicado. Pode ser antes.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Estamos no limite da Ordem do Dia. Talvez não haja tempo, e V. Ex^a tenha que falar após a Ordem do Dia, que deverá ser muito breve hoje.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pelo Sistema de Comunicação, hoje é dia 31 de março. Há 41 anos, Senador Pedro Simon – que vergonha! –, os canhões falaram mais alto. A democracia se apagou. Mesmo assim, surgiu um grandioso partido na ditadura: o MDB de Ulysses Guimarães, encantado no fundo do mar, que ensinou: “Ouçam a voz rouca das ruas!”

Teotônio Vilela, Tancredo Neves, Juscelino Kubitschek e Pedro Simon, aqui presente. O pacífico gaúcho João Goulart deixava o Governo na paz, para não haver derramamento de sangue, o que já tinha feito para tomar posse, atendendo até à mudança do regime para o Parlamentarismo, mas deixando em sua história o Rio Grande do Sul de guerra, o Rio Grande do Sul de Farroupilha, de Pedro Simon. Ele deixou essa mensagem de paz para contrabalançar a mensagem de guerra de Bento Gonçalves, da Farroupilha.

Mas nós estamos aqui. E faltam três minutos, Senador Jefferson Peres. Em mais de um minuto, Cristo fez o Pai-Nosso.

Senador Pedro Simon, em 1973, seu companheiro Ulysses Guimarães dizia: “Navegar é preciso, viver não é preciso”. Em 1973. Há 32 anos, este grandioso Partido teve um homem para se candidatar à Presidência da República. O anticandidato, para falar, para debater. Que vergonha! Ulysses Guimarães, Teotônio Vilela, Tancredo Neves e Juscelino Kubitschek foram cassados. E hoje, este Partido, Senador Paulo Paim, não tem um homem a defender a democracia, a participar. É como diz o jornalista Boris Casoy: “Isso é uma vergonha!”.

Falou-se aqui de impostos. Senador Jefferson, V. Ex^a se lembra da Bíblia, no momento em que perguntaram a Cristo se era justo pagar imposto? E Ele disse: “Quem está na moeda? É César? Dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus”. Mas Cristo diria para o brasileiro não pagar mais imposto porque o PT já cobrou muito. Dezesseis já foram aumentados, e mais dois foram criados. Isso é uma vergonha, Sr^{as} e Srs. Senadores!

Concluo homenageando o Senador Pedro Simon, esse símbolo, esse homem de virtude que escolho para ser o Líder do Partido. Lembre-se, Senador Pedro Simon, de Ulysses Guimarães, que beijou a Bíblia e a Constituição Federal. E ele dizia:

“Nossos mortos, levantem-se de seus túmulos. Venham aqui e agora testemunhar que os sobreviventes da invicta *Nação Peemedebista*...”

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Senador Mão Santa, por favor, V. Ex^a tem dois minutos para encerrar, em função da Ordem do Dia.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agradeço. Em um minuto, Cristo fez o Pai-Nosso.

“...os sobreviventes da invicta *Nação Peemedebista* não são uma raça de poltrões, de vendidos, de alugados, de traidores. Venham todos!

Venham os mortos de morte morrida, simbolizados em Juscelino Kubitschek, Teotônio Vilela, Tancredo Neves.

Venham os mortos de morte matada, encarnados pelo Deputado Rubem Paiva (...); Vladimir Herzog (...); Santos Dias, o operário; (...).

Não digam que isso é passado.

Passado é o que passou. Não passou o que ficou na memória ou no bronze da História.

O PMDB é também o passado que não passou. Não o enterremos, pois estaríamos calando vozes que a Nação ouviu e esquecido companheiros que não se esqueceram de nós.”

Senador Pedro Simon, comande esse Partido, a fim de que ele contribua com a democracia que, há 41 anos, foi enterrada e calada pelas canções. O sol da liberdade da democracia nasceu com o nosso MDB. Napoleão disse que o francês é tímido, mas, com um comandante forte, vale por cem mil homens. Neste momento histórico de nosso Partido, esse comandante é Pedro Simon.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Juvêncio da Fonseca, deixa a cadeira da

presidência, que é ocupada pelo Sr. Delcídio Amaral.

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Delcídio Amaral, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon. V. Ex^a dispõe de dez minutos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pensei que V. Ex^a não me concederia a palavra, mas fui salvo pelo gongo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tem razão o companheiro Mão Santa ao lembrar hoje mais uma passagem daquele dia trágico, 31 de março de 1964, quando a democracia foi extinta neste País. É verdade que alguns, como eu, acham que o dia exato de “festejar” é amanhã, 1º de abril, mas foi no dia 31 de março que as tropas chefiadas pelo Comandante de Minas Gerais se dirigiram ao Rio de Janeiro, onde se encontrava o Presidente João Goulart, no sentido de depô-lo. Lembro-me, como se fosse hoje, dos trágicos dias que vivemos. João Goulart assumiu a Presidência da República após uma tentativa de golpe dos militares. Jango, que era vice-Presidente de Jânio Quadros, estava na China, em missão oficial, quando Jânio Quadros renunciou, e assumiu o Presidente da Câmara dos Deputados. Assumiu interinamente, porque Jango, vice-Presidente, então Presidente, estava em viagem. Designou seu ministério, mas os três ministros militares designados pelo Dr. Ranieri Mazzilli houveram por bem determinar que João Goulart não tomaria posse. E praticamente o golpe começava aí.

O Dr. Leonel Brizola iniciou, no Rio Grande do Sul, a chamada “Legalidade”, movimento que se espalhou pelo Brasil afora e teve o aplauso da Nação. O Dr. Brizola conseguiu uma grande vitória: a manutenção da democracia. Uma vitória que teve um preço, é verdade. O Congresso, com urgência e de madrugada, instalou o parlamentarismo. Lamentavelmente, o regime parlamentarista foi maculado, pela maneira abrupta com que foi adotado, uma maneira estranha, um minigolpe de Estado para tirar o poder político do Presidente da República João Goulart – aquele regime ideal, que eu sempre defendi para o Brasil. Mas Jango assumiu como Presidente parlamentarista, nomeou Tancredo Primeiro-Ministro. Estava se fazendo um governo excepcional, diga-se de passagem, não fora a campanha de Juscelino Kubitschek e Carlos Lacerda, que já estava nas ruas – “JK 65”, “Lacerda 65” –, e a união do PSD e da UDN no Congresso, para acabar com o parlamentarismo e derrubar o Dr. Tancredo Neves.

Então, o plebiscito terminou com o parlamentarismo, e João Goulart passou a governar como Presidente presidencialista. Estava fazendo um governo respeitável, é verdade. Mas é certo também que as forças da UDN, desde 1945, não admitiam a volta de Getúlio Vargas, mas tiveram que aceitá-lo pela força dos votos, em 1950. Queriam tomar o poder em 1954, mas o Marechal Lott, com firmeza, evitou o golpe e garantiu a posse de Juscelino Kubitschek. Com a saída de Juscelino, tentaram os udenistas novamente assumir o poder agarrando-se a Jânio Quadros, que não deixou e terminou por renunciar.

Finalmente, em 1964, essas forças chegaram ao poder pela violência e pelo arbítrio, é verdade. João Goulart estava enfraquecido pelo grande debate que se travava na Nação. De um lado, os homens de esquerda indo para as ruas com as chamadas reformas de base: reforma agrária, reforma tributária, reforma da lei de remessas de lucros. De outro lado, as forças retrógradas, às vezes tendo a Igreja à frente, com “Deus, Pátria e Família”, movimentaram milhares de pessoas para exigir a deposição do Presidente. A Imprensa Nacional estava a favor do golpe, à exceção do **Correio da Manhã**, do Rio de Janeiro, cuja Condessa Pereira Carneiro pagou um alto preço pela posição assumida, sendo levada à prisão comum, entre as mulheres.

Naquela madrugada, quando as forças de Juiz de Fora se dirigiram em direção ao Rio de Janeiro, o General Denis, Comandante do II Exército, que tinha sido Ministro da Guerra do Presidente João Goulart, também amigo e compadre de João Goulart, telefonou a ele dizendo que seguia em direção a Juiz de Fora para derrotar as forças militares que de lá vinham; exigia porém que assinasse um manifesto, no qual dizia ser anticomunista e que não aceitava as forças sindicais. Era uma série de exigências que o Doutor João Goulart preferiu não aceitar. “Não aceito isso porque seria a minha desmoralização”, dizia ele.

Então, o General Amaury Kruel saiu em direção ao Rio de Janeiro, enquanto Jango saía de lá rumo a Brasília e, daqui, seguiu para Porto Alegre. Lembro-me da madrugada de 64. No aeroporto, o Ministro do Exército nomeado por João Goulart, reuniu-se no Comando do III Exército e preparava suas forças para resistir e vir a Brasília assumir a Presidência da República.

Naquela madrugada, o Presidente do Congresso Nacional decretou vaga a Presidência da República, dizendo que o Presidente João Goulart encontrava-se em lugar incerto e não sabido. Mas Jango estava em Porto Alegre, na casa do Comandante do III Exército, nomeado por ele Ministro da Guerra.

Daqui do plenário, Tancredo Neves aos berros protestava e gritava dizendo que era golpe, usando

até palavras usualmente nunca pronunciadas por ele. E lá, em Porto Alegre, o Dr. Jango ficou. De um lado, Brizola exigindo que ele viesse, que resistisse, que lutasse. De outro lado, o Ministro do Exército designado por Jango, o ilustre Marechal dizendo que lutaria ao lado dele, mas que era obrigado a reconhecer que até nas forças do III Exército já havia grande adesão ao golpe. E o Presidente João Goulart, ao invés de aceitar a luta, uma guerra civil que poderia levá-lo de volta à Presidência, imitou o Dr. Getúlio Vargas. Em 1954, o Presidente Getúlio Vargas poderia ter dito aos Generais golpistas – ao General Zenóbio, o Ministro traidor – que ficaria e resistiria; preferiu o suicídio à guerra civil. O Presidente João Goulart pegou um avião e foi para o Uruguai. Preferiu aceitar o golpe e repudiar a luta armada.

Pensávamos nós que aquele golpe seria apenas para derrubar o Dr. Jango e que a vida continuaria dentro da democracia. Mas os militares estavam preparados. E o interessante é que deixaram inclusive os quadros da UDN boquiabertos, porque, na verdade, não entregaram o Governo nem ao Sr. Lacerda, nem ao Sr. Magalhães Pinto, nem a ninguém da chamada UDN. Eles ficaram no poder até que o Presidente Tancredo Neves ganhasse o Colégio Eleitoral tanto tempo depois.

Foi um golpe dramático. Foram momentos duros que nós vivemos nessa luta pela retomada da democracia. Festejamos aqui, outro dia, numa homenagem bonita e justa ao Dr. Sarney, os vinte anos de retomada da democracia.

Sim, estamos há vinte anos, desde que o Presidente Sarney assumiu a Presidência da República num regime democrático. Mas não pensem que foram só flores e que a retomada da democracia foi apenas aquela luta no Colégio Eleitoral. A retomada da democracia teve sangue, teve suor, teve morte, os que sofreram, os que lutaram, os que tombaram no exílio; teve os líderes sindicais, os trabalhadores, os jovens universitários, proibidos durante anos de estudar, os professores universitários, cassados em seus mandatos; teve aqueles que foram expurgados da Câmara dos Deputados e do Senado Federal; teve dezenas de levadas de cassações, mas que resistiram, que lutaram e que, graças a Deus, sem a violência, sem a guerra civil, com homens como Teotônio Vilela, Ulysses Guimarães, o Dr. Tancredo Neves conseguiram trazer de volta a democracia a este País.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Pedro Simon?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Pedro Simon.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Quero apenas cumprimentá-lo pelo extraordinário testemunho. V. Ex^a viveu tão intensamente todos esses episódios, cuja síntese significa sobretudo que nós, brasileiros, nunca mais deveremos permitir a interrupção do processo democrático. Essa é a lição principal que resulta de seu testemunho. Meus parabéns.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço por suas palavras finais, que são também as minhas. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada, sucessivamente, pelos Srs. Delcídio Amaral e Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Azeredo.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, ouço V. Ex^a antes de dar a palavra, ainda, ao Senador Eduardo Azeredo.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito minha inscrição após a Ordem do Dia pela Liderança do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex^a está inscrito em segundo lugar, logo após o Senador João Ribeiro.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Muito grato.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trago a informação de que o meu Partido, o PSDB, divulga hoje ainda um estudo mostrando que a carga tributária subiu, sim, em 2004. Essa divulgação foi baseada num estudo que mostra que a carga tributária atingiu 36,6% do PIB, em 2004. Uma alta, portanto, de 0,8% do PIB sobre o índice de 2002, último ano do Governo tucano de Fernando Henrique.

Esse estudo se baseia no valor oficial do PIB do ano passado, divulgado hoje pelo IBGE, que foi de R\$1,769 trilhão. Com base exatamente nesses dados, é que se chega à carga tributária recorde de 36,6% do PIB, em 2004, e também nos dados de arrecadação das três esferas de governo: federal, estadual e municipal.

Acrescente-se ainda, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que os dados anteriores, de 1995, de 25% de carga tributária, não computavam uma grande receita extra que os governos tinham durante o período inflacionário, vinda de aplicações financeiras. Como todos sabem, com o fim da inflação, os governos deixaram de receber este montante significativo que era a receita das aplicações.

Como exemplo, lembro que, no meu Estado de Minas Gerais, a arrecadação com receita financeira nos últimos doze meses, antes da implantação do Plano Real, portanto, até julho de 1994, foi o equivalente a quatro folhas de pagamento do Estado. Dá para sentir como era importante a carga adicional que já existia e não era computada nos dados de 1995.

Mas quero dizer que o nosso Partido lança um desafio público ao Governo para que prove que não ocorreu um aumento da carga tributária. No início de março, o Ministro da Casa Civil, José Dirceu, chegou a afirmar que a carga tributária de 2004 teria se situado em 35,4% do PIB. Abaixo, portanto, do índice de 2002, que foi de 35,8%, mesmo se considerando que esse número estava inflado com a receita extra, paga pelos Fundos de Pensão naquela época.

Comparando com 2003, o pulo na carga tributária é ainda mais acentuado, se considerarmos o que havia dito o Ministro José Dirceu: 1,4% a mais.

Portanto, Sr. Presidente, o PSDB insiste em mostrar que a carga tributária aumentou quase 1%: de 35,8%, em 2002, para 36,6%, em 2004.

Registro, ainda, que entendemos que o recuo do Governo no caso da Medida Provisória nº 232 é o de quem se sente derrotado, pois viu que a opinião pública e os Partidos de Oposição se mobilizaram para mostrar que chega de tantos impostos. Por isso, o Governo teve que recuar e hoje edita uma nova medida provisória para corrigir, ainda que em percentuais muito abaixo do que deveria, a tabela do Imposto de Renda.

Esperamos que o projeto que virá com outros pontos, com a parte má – a parte boa está preservada –, não repita a tentativa do Governo de aumentar o imposto. Ainda mais com esses dados que mostram que houve, sim, um aumento da carga tributária no último ano.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao nobre Senador Marco Maciel.

Em seguida, entraremos na Ordem do Dia.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Bovespa, Bolsa de

Valores de São Paulo, na gestão do Presidente Raymundo Magliano Filho, tem-se destacado não só nas atividades específicas de operação do mercado de capitais, mas também em iniciativas vinculadas com a responsabilidade sociocultural que caracteriza as modernas organizações.

Desejo, a propósito, registrar iniciativa de significação no setor da cultura, qual seja a criação do Centro de Estudos Norberto Bobbio, fruto de um acordo de cooperação com o Centro de Estudos Piero Gobetti, sediado em Turim, onde Bobbio lecionou por várias décadas, cuja instalação, na segunda-feira desta semana, destina-se a divulgar a fecunda obra do pensador italiano falecido em 2004, com 94 anos de idade, deixando importante contribuição ao Direito, à Filosofia, à Ciência Política, à História e à Sociologia. Seus ensinamentos, ademais, repercutiram em todo o mundo, inclusive no Brasil.

O Centro de Estudos Norberto Bobbio tem os seguintes objetivos:

“1 – A realização conjunta de seminários, palestras e outros eventos culturais a respeito da vida e da obra do filósofo Norberto Bobbio;

2 – O intercâmbio de livros, estudos, teses, ensaios e documentos similares editados no Brasil e na Itália a respeito da vida e da obra de Bobbio, cabendo à Bovespa e ao Centro Gobetti a tradução para o português e para o italiano;

3 – A criação de facilidades para que estudiosos brasileiros interessados na vida e na obra de Bobbio possam realizar pesquisas no Centro Gobetti;

4 – A instituição do Prêmio Norberto Bobbio, a ser conferido pela Bovespa com a supervisão do Centro Gobetti, para premiar o melhor trabalho feito no Brasil sobre Bobbio e a influência de seu pensamento nos campos da Filosofia do Direito e da Ciência Política;

5 – Outras atividades e eventos do mútuo interesse da Bovespa e do Centro Gobetti.”

Tive a satisfação de comparecer à solenidade de inauguração do referido Centro, prestigiada pela presença do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso; do Professor Cláudio Lembo, Vice-Governador do Estado de São Paulo; do Vice-Prefeito da cidade de São Paulo, ex-Deputado Gilberto Kassab; do Professor Celso Lafer, ex-Ministro das Relações Exteriores; de Deputados Estaduais e Federais e de uma grande delegação italiana, que incluía a presença do filho de Norberto Bobbio, Andréa Bobbio.

O evento foi enriquecido com dois atos de grande significação: a abertura do seminário “Sobre a Importância e a Presença de Bobbio no Brasil e na América Latina” e o lançamento da obra **A presença de Bobbio: América Espanhola, Brasil, Península Ibérica**, de autoria de Celso Lafer e Alberto Filippi.

Ao registrar a criação da biblioteca do Centro, assim se expressou o Presidente da Bovespa, Dr. Raymundo Magliano Filho:

“A biblioteca que ora inauguramos é um esforço da Bovespa para difundir no Brasil a obra de Bobbio e dos autores contemporâneos e clássicos com os quais o pensador italiano dialogou constantemente. Ao mesmo tempo, abrimos um Centro de Estudos que, através de parcerias - principalmente com o Centro Gobetti - permitirá que a Bolsa mantenha contato com o mundo acadêmico e também jurídico, uma vez que Bobbio foi um dos grandes mestres da filosofia do direito”.

O acervo bibliográfico do Centro de Estudos Norberto Bobbio contará, inicialmente, com livros de Bobbio em italiano e traduzidos para o português, livros e trabalhos acadêmicos de estudiosos da obra de Bobbio e centenas de outras obras afins com o os temas a que se dedicou.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não precisaria falar sobre quem foi Norberto Bobbio para salientar o significado da iniciativa que estou comentando. Mas não me recuso a citar um trecho da palestra de Michelangelo Bovero, professor titular da Universidade de Turim, grande amigo de Bobbio e representante na cerimônia do Centro de Estudos Piero Gobetti, proferida no seminário a que aludi:

“... a verdadeira (ou última) grande dicotomia do pensamento do Bobbio é aquela que contrapõe os ideais à ‘rude matéria’ do mundo. Uma fórmula que Bobbio extrai de Pasternak. E logo estes óculos do Bobbio se tornam óculos escuros, que devolvem imagens foscas da realidade (aliás: talvez são os filtros escuros que Bobbio sempre sobrepôs a todos seus óculos). A realidade do mundo analisada em todas as suas facetas, estudada nas mil imagens decompostas através do hipermodelo, revela-se aos olhos do Bobbio refratária aos valores e aos ideais, também contrastantes, dos seres humanos, como sendo feita de uma matéria que os rejeita. Os últimos anos de Bobbio, sobretudo, foram acompanhados por uma reflexão constante e muito amarga sobre a predominância, de fato, do mal na

história do mundo e no palco da política. Todavia, os valores e os ideais, por contrastantes que sejam, existem como tais, não são meras ilusões ou enganos. Desde sempre, os seres humanos tentam permear a realidade com os próprios ideais”.

No mesmo sentido, Alberto Filippi, professor da Universidade de Camerino, observou que:

“Em Bobbio,...a crítica permanente ao abuso ideológico das que foram as enganosas promessas das ‘democracias do socialismo real’ (ou dos populismos midiáticos, demagógicos e autoritários) tem sido acompanhada sempre por sua implacável denúncia sobre as ‘promessas não cumpridas’ das democracias ocidentais”.

Interrompo para fazer a observação de que Bobbio foi talvez quem primeiro formulou uma análise do déficit democrático no mundo, na medida em que observou que, embora a democracia seja um instituto não recente na história dos povos, ainda não atendeu às demandas básicas da sociedade.

Prossigo: *“Porque, para Bobbio, a democracia é como a paz, indivisível na progressiva exigência de afirmação dos direitos fundamentais e dos princípios da justiça e da liberdade”.*

Como se vê, Sr. Presidente, pelas citações, Bobbio, malgrado os avanços alcançados na prática da democracia no mundo, era um cético, senão também um pessimista. É isso que ele revela, por exemplo, em um dos seus livros, **De Senectute**, um livro autobiográfico, um dos últimos que ele escreveu e que também revela um grande pessimismo e, diria mais, uma certa frustração com os ideais com que sonhou e não viu realizados.

É certo que ele viveu e participou dos grandes acontecimentos do século XX - mencionando o nazismo, fascismo, comunismo, duas grandes guerras mundiais -, que, como sabemos, é reconhecido e infelizmente um dos séculos mais violentos da história. Quem disse isso foi Isaiah Berlin, mas também o historiador marxista Eric Hobsbawn.

Sua vasta obra ajuda - e muito - a compreender as grandes questões relativas à política internacional, à teoria geral do direito e à consolidação e ao aperfeiçoamento da democracia, especialmente com vistas a melhorar a governabilidade.

Não se deve separar a obra da vida de Bobbio. Sua conduta foi coerente com o que pregou. Comportou-se de forma proba como sempre, aliando pensamento à ação. Daí, em que pese defender, com firmeza, suas convicções, Bobbio nunca deixou de preconizar a tolerância e a serenidade.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Marco Maciel, concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Senador Mão Santa, concederei o aparte a V. Ex^a dentro de dois minutos.

Sabemos que a tolerância é condição necessária para a convivência humana. Mas, lembra Bobbio (*in Elogio da Serenidade*) que “a tolerância nasce de um acordo e dura enquanto dura o acordo. A “serenidade”, contudo, “é um dom sem limites preestabelecidos e obrigatórios”. E conclui: “Identifico o sereno com o não violento, a serenidade com a recusa em exercer a violência contra quem quer que seja”.

Ouçó V. Ex^a, nobre Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Marco Maciel, V. Ex^a, que enriquece esta Casa e ilustra também a Academia Brasileira de Letras, fala sobre Bobbio. Ele realmente foi um pessimista, porque, como italiano, embora tenha vivido o Renascimento, viveu também o fascismo de Mussolini. Sei que o Presidente da República não gosta de ler e não gosta de estudar, assim como o núcleo duro, mas darei a Sua Excelência, pelo menos, um conceito atual de Bobbio.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Ele dizia que o mínimo que se tem de exigir de um governo é segurança à vida, à liberdade e à propriedade. E é o que nos está faltando no Brasil.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Senador Mão Santa, V. Ex^a lembra com oportunidade a preocupação de Bobbio com as questões ligadas à liberdade. Seu sonho foi sempre como conciliar liberdade com igualdade, isto é, como defender a liberdade como princípio e a busca da igualdade de oportunidades como fim. A filosofia de Bobbio, sobretudo sua filosofia política, é permeada dessa preocupação, que, infelizmente, ele não viu materializada enquanto viveu.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Centro de Estudos Norberto Bobbio faz memória de sua vida e obra e certamente vai estimular o debate sobre questões não resolvidas no Brasil, sobretudo no campo da teoria e da prática da política, ensejando também o interesse das novas gerações. A sua morte permite constatar, como disse certa feita Rui Barbosa, *“Para os eleitos do mundo das idéias, a miséria está na decadência e não na morte.”*

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

Encerro, Sr. Presidente, com a certeza de que o Centro de Estudos ora inaugurado há de ser o útil ao

País, mercê da atualidade com que se revestem os ensinamentos de Noberto Bobbio.

Desejo ainda, Sr. Presidente, renovar os cumprimentos pela iniciativa do Presidente da Bolsa de Valores de São Paulo, Raymundo Magliano Filho, e seus colaboradores, pela instituição do Centro de Estudos Norberto Bobbio, revelando preocupação com os assuntos voltados para o aperfeiçoamento político do País.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Teotônio Vilela Filho.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 216, DE 2005

Requeiro, nos termos do inciso II art. 218 do Regimento Interno, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do Coronel PM, Nelson Fernando Cordeiro, ex-Chefe do Gabinete Militar do Governador e ex-Comandante Geral da Polícia Militar de Minas Gerais.

Justificação

Aos 58 anos, natural de Belo Horizonte, o Coronel Nelson, como era conhecido, é uma perda sentida pelos familiares, amigos, pelos companheiros de farda e pelos políticos com os quais conviveu.

Em vasta folha de serviços prestados como militar PM, em carreira sem falha, sempre se mostrou dedicado às suas obrigações dentro da corporação, com notável espírito público e leal aos seus superiores.

Atingiu o ápice da carreira como Chefe do Gabinete Militar do Governador Hélio Garcia e Comandante Geral da Polícia Militar de Minas Gerais no meu mandato de Governador.

Chamava a atenção sua forma de lidar com a segurança pública, sempre voltada ao bem estar da população e ao entrosamento necessário com a sociedade e os políticos que a representavam.

Sala das Sessões, 31 de março de 2005 – Senador **Eduardo Azeredo**.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Teotônio Vilela Filho.

É lida a seguinte:

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, de acordo com o disposto no art. 7º, § 2º, do Regimento Interno, a partir desta data integrarei a bancada do Partido Liberal – PFL.

Atenciosas saudações, **João Ribeiro**

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A comunicação que acaba de ser lida vai à publicação.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Não há, até o presente momento, acordo das Lideranças para deliberação das matérias constantes do Item 1 da pauta.

Os Projetos de Lei de Conversão nºs 2 e 3, de 2005, serão, portanto, apreciados na sessão da próxima terça-feira, dia 5 de abril.

Está encerrada a Ordem do Dia.

São os seguintes os itens sobrestados:

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 2, DE 2005

(Proveniente da Medida Provisória nº 227, de 2004)

Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2005 (proveniente da Medida Provisória nº 227, de 2004), que dispõe sobre o Registro Especial, na Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, de produtor ou importador de biodiesel e sobre a incidência da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS sobre as receitas decorrentes da venda desse produto, altera a Lei nº 10.451, de 10 de maio de 2002, e dá outras providências.

Relator revisor: Senador Edison Lobão

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 3, DE 2005

(Proveniente da Medida Provisória nº 228, de 2004)

Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2005 (proveniente da Medida Provisória nº 228, de 2004), que *regulamenta a parte final do disposto no inciso XXXIII do caput do art. 5º da Constituição Federal e dá outras providências.* (acesso a documentos públicos de interesse particular ou coletivo)

Relator Revisor: Senador Garibaldi Alves Filho

3**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 57, DE 2003**

Primeira sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2003 (nº 306/2000, na Câmara dos Deputados), que *acrescenta o § 3º ao art. 215 da Constituição Federal, instituindo o Plano Nacional de Cultura*.

Parecer favorável, sob nº 195, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Marcelo Crivella.

4**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 15, DE 2004**

Primeira sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2004 (nº 575/98, na Câmara dos Deputados), que *altera o inciso IV do art. 20 da Constituição Federal*. (Excluindo dos bens da União as ilhas costeiras que contenham a sede de Município).

Parecer favorável, sob nº 462, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jorge Bornhausen.

5**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 40, DE 2000**

(Votação nominal, se não houver emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 40, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Heloísa Helena, que *dispõe sobre a obrigatoriedade e gratuidade da educação infantil para crianças de zero a seis anos de idade*.

Parecer favorável, sob nº 1.696, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tião Viana.

6**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 43, DE 2000**

(Votação nominal, se não houver emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 43, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Júlio Eduardo, que modifica a redação dos arts. 20, III, e 26, I, da

Constituição Federal, para definir a titularidade das águas subterrâneas.

Parecer favorável, sob nº 1.320, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Lúcio Alcântara.

7**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2003**

(Votação nominal, se não houver emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que adiciona um parágrafo ao art. 183 da Constituição Federal, aumentando o tamanho máximo do lote objeto de usucapião especial urbano em cidades com menos de 300.000 (trezentos mil habitantes).

Parecer sob nº 271, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Maranhão, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

8**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 73, DE 1999**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 73, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que *inclui novo inciso no § 9º, além de novos parágrafos no art. 165 da Constituição Federal* (participação da população ou de entidades civis legalmente constituídas na elaboração, aprovação e execução do processo orçamentário).

Parecer sob nº 1.398, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antônio Carlos Valadares, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

9**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 31, DE 2000**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Maria do Carmo Alves, que *acrescenta inciso XVIII-A ao art. 7º da Constituição Federal, para beneficiar, com*

licença-maternidade, as mulheres que adotam crianças.

Parecer sob nº 972, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com voto em separado do Senador Aloizio Mercadante.

10

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.*

Parecer sob nº 1.199, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

11

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 236, DE 2001

Discussão, em turno único, do Substituto da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2001 (nº 6.387/2002, naquela Casa), que *altera os arts. 6º, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com o objetivo de tornar obrigatório o início do ensino fundamental aos seis anos de idade.*

Parecer favorável, sob nº 22, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador José Jorge.

12

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 23, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 2002 (nº 3.881/2000, na Casa de origem), que *acrescenta inciso ao art. 30 da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.*

Pareceres sob nºs 431, de 2003, e 23, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, 1º pronunciamento: favorável ao Projeto; 2º pronunciamento (sobre as Emendas nºs 1 e 2, de Plenário): favorável, parcialmente, às emendas, nos termos de subemenda, que apresenta.

13

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 74, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 2003 (nº 6.425/2002, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação ao caput e ao § 3º do art. 304 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal* (estabelece a simplificação da lavratura do auto de prisão em flagrante para permitir ao condutor do preso e as testemunhas serem liberadas tão logo sejam ouvidas e assinados os seus depoimentos).

Parecer favorável, sob nº 4, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

14

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2004 (nº 3.371/97, na Casa de origem), que *altera o art. 259 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil* (estabelece regras para a fixação do valor da causa).

Parecer sob nº 5, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta.

15

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2004 (nº 818/2003, na Casa de origem), que *altera o art. 1.121 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, para incluir, como requisito indispensável à petição da separação consensual, o acordo entre os cônjuges relativo ao regime de visitas dos filhos menores.*

Parecer favorável, sob nº 6, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Leomar Quintanilha.

16

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 645, DE 2002

(Incluído em Ordem do Dia nos termos dos Recursos nºs 13 e 14, de 2003)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 645, de 2002 (nº 2.089/2002, na Câmara dos Deputados), que

aprova o ato que outorga concessão à Elo Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Maceió, Estado de Alagoas.

Pareceres sob nºs 624 e 624-A, de 2003, da Comissão de Educação, Relator: Senador Jefferson Péres: 1º pronunciamento, pelo sobrestamento do projeto; 2º pronunciamento, favorável.

17

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 42, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 42, de 2004 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 1.971, de 2004, Relator: Senador Eduardo Suplicy), que *autoriza a contratação de crédito externo, no valor total de quinhentos e setenta e dois milhões e duzentos mil dólares dos Estados Unidos da América, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, destinada ao Projeto de Apoio ao Programa Bolsa Família.*

18

MENSAGEM Nº 101, DE 2005

Votação, em turno único, da Mensagem nº 101, de 2005 (nº 101/2005, na origem), de 23 de fevereiro último, pela qual o Presidente da República solicita a retirada da Mensagem nº 94, de 2004 (nº 340/2004, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor *Cleveland Prates Teixeira* para ser reconduzido ao cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE.

19

REQUERIMENTO Nº 564, DE 2004

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 564, de 200, do Senador João Capiberibe, solicitando a aprovação de um voto de censura à ação das tropas de ocupação do governo dos Estados Unidos da América no Iraque, pelas práticas de humilhação, violência e tortura contra prisioneiros iraquianos, conforme material fartamente exibido pela mídia mundial.

Parecer sob nº 250, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável, com a Emenda nº 1-CRE (Substitutivo), que oferece.

20

REQUERIMENTO Nº 1.583, DE 2004

(Votação adiada, em virtude de requerimento aprovado em 01.03.2005)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.583, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, solicitando o sobrestamento do exame do Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 2003, até que sejam recebidos pelo Senado Federal os Projetos de Lei nºs 3.384, de 1997, e 4.539, de 2001, que dispõem sobre a mesma matéria, em tramitação na Câmara dos Deputados.

21

REQUERIMENTO Nº 1.584, DE 2004

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.584, de 2004, do Senador Gerson Camata, solicitando, nos termos regimentais, o sobrestamento do exame do Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 2003, até que sejam recebidos pelo Senado Federal os Projetos de Lei nºs 3.384, de 1997, e 4.539, de 2001, que dispõem sobre a mesma matéria, em tramitação na Câmara dos Deputados.

22

REQUERIMENTO Nº 1.601, DE 2004

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.601, de 2004, do Senador Marcelo Crivella, solicitando a apresentação de voto de solidariedade ao povo da Costa do Marfim e ao seu Presidente, pelos graves incidentes havidos no mês de dezembro de 2004.

Parecer favorável, sob nº 121, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro.

23

REQUERIMENTO Nº 8, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 8, de 2005, do Senador Hélio Costa, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do

Senado nº 321, de 2004, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação.

24**REQUERIMENTO Nº 14, DE 2005**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 14, de 2005, do Senador Hélio Costa e outros Senhores Senadores, solicitando que o Senado Federal dirija apelo às lideranças políticas iraquianas, de governo e oposição, para manifestação de apoio à libertação do Engenheiro João José Vasconcellos Júnior, seqüestrado no Iraque em 19 de janeiro de 2005.

Parecer favorável, sob nº 123, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Pedro Simon.

25**REQUERIMENTO Nº 22, DE 2005**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 22, de 2005, do Senador Edison Lobão, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 176 e 340, de 2004, por regularem a mesma matéria.

26**REQUERIMENTO Nº 44, DE 2005**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 44, de 2005, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nº 182, de 2003, e 352, de 2004, por regularem a mesma matéria.

27**REQUERIMENTO Nº 55, DE 2005**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 55, de 2005, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 334 e 348, de 2004, por regularem a mesma matéria.

28**REQUERIMENTO Nº 60, DE 2005**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 60, de 2005, da Senadora Serys Slhessarenko e outros Senhores Senadores,

solicitando a criação de Comissão Especial Temporária, composta de sete membros e igual número de suplentes, destinada a planejar e coordenar a execução das atividades referentes às comemorações pelo Ano Internacional da Mulher Latino-Americana - 2005, instituído pelo Parlamento Latino-Americano.

29**REQUERIMENTO Nº 61, DE 2005**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 61, de 2005, da Senadora Fátima Cleide, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 283 e 313, de 2004, por regularem a mesma matéria.

30**REQUERIMENTO Nº 74, DE 2005**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 74, de 2005, do Senador Paulo Paim, solicitando, nos termos regimentais, o desampensamento do Projeto de Lei do Senado nº 255, de 2002, do Projeto de Lei do Senado nº 5, de 2003, a fim de que tenham tramitação autônoma.

31**REQUERIMENTO Nº 75, DE 2005**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 75, de 2005, do Senador Delcídio Amaral, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 34 e 49, de 2004, por regularem a mesma matéria.

32**REQUERIMENTO Nº 91, DE 2005**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 91, de 2005, do Senador Tião Viana, solicitando a criação de Comissão composta de cinco membros, para, no prazo de sessenta dias, apresentar projeto de resolução de reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

33**REQUERIMENTO Nº 97, DE 2005**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 97, de 2005, do Senador Valmir Amaral, solicitando o oferecimento de voto de pesar e solidariedade aos Presidentes dos países

atingidos pelo maremoto em 26 de dezembro de 2004.

Parecer favorável, sob nº 122, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

34

REQUERIMENTO Nº 103, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 103, de 2005, do Senador Marcelo Crivella, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 227 e 312, de 2004, por regularem a mesma matéria.

35

REQUERIMENTO Nº 104, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 104, de 2005, do Senador Hélio Costa, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 9, de 2005 - Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação.

36

REQUERIMENTO Nº 119, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 119, de 2005, do Senador Rodolpho Tourinho, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 190, de 2002, e 39, de 2004, por regularem a mesma matéria.

37

REQUERIMENTO Nº 122, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 122, de 2005, do Senador Romero Jucá, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 207, de 1999, de sua autoria.

38

REQUERIMENTO Nº 127, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 127, de 2005, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 127 e 192, de 2004, por regularem a mesma matéria.

39

REQUERIMENTO Nº 139, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 139, de 2005, do Senador Sérgio Guerra, solicitando que, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 602, de 2004, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária.

40

REQUERIMENTO Nº 144, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 144, de 2005, do Senador Paulo Paim, solicitando que, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 602, de 2004, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais.

41

REQUERIMENTO Nº 143, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 143, de 2005, do Senador Romero Jucá, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 603, de 1999, de sua autoria.

42

REQUERIMENTO Nº 145, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 145, de 2005, do Senador Hélio Costa, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 27, de 2005, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação.

43

REQUERIMENTO Nº 157, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 157, de 2005, do Senador Leomar Quintanilha, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei da Câmara nºs 81, de 2002 e 90, de 2004, com o Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2005, por regularem a mesma matéria.

44

REQUERIMENTO Nº 163, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 163, de 2005, do Senador Rodolpho Tourinho, solicitando que, sobre o Projeto de Lei

do Senado nº 62, de 2004, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais.

45**REQUERIMENTO Nº 167, DE 2005**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 167, de 2005, do Senador Delcídio Amaral, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 63, de 2004, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infra-Estrutura.

46**REQUERIMENTO Nº 202, DE 2005**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 202, de 2005, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando manifestação de apelo às principais forças políticas da Costa do Marfim, Governo e *Forces Nouvelles*, no sentido de cessarem-se as hostilidades e encontrar-se uma solução negociada e pacífica para o grave conflito que assola aquele País africano.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Teotônio Vilela Filho, em função da ausência circunstancial do Senador José Maranhão.

Em seguida, falará o Senador João Ribeiro, pela Liderança do PL.

Tem a palavra V. Ex^a, Senador Teotônio Vilela Filho.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, Sr^{as} e Srs. Senadores, o mundo e o Brasil celebraram, na última semana, o Dia Mundial da Água, sem razões para festas e comemorações, mas com motivos para muitas dúvidas e inquietações.

Mesmo extremamente privilegiado em recursos hídricos, o Brasil já vive em toda a sua crueza o que os relatórios mais isentos e consistentes apontam há muito tempo: “os problemas mais importantes do século XXI são a qualidade e a gestão da água”, diz o relatório das Nações Unidas.

O Brasil já sofre, hoje, graves problemas de abastecimento de água. Temos seca Brasil afora. E não apenas no Nordeste semi-árido, mas em Estados de clima temperado, como no extremo Sul. O Paraná la-

menta uma quebra de safra como há muito não sofria. Santa Catarina enfrenta seca, o Rio Grande do Sul vê animais morrendo como somente se conhecia nos sertões nordestinos.

Dessa vez, o El Niño, responsável pelo fenômeno da seca no Nordeste e enchentes no Sul, foi particularmente cruel: castiga o Nordeste, como faz com frequência, mas levou enchentes e secas a regiões que mal conheciam veranicos. Por causa da seca no Sul, o Brasil deve registrar queda de aproximadamente 13% em sua produção de grãos neste ano.

Os relatórios da Unesco são ainda mais incisivos. Diz ele: “Nenhuma região será poupada do impacto dessa crise da água, que afeta cada aspecto da vida, desde a saúde das crianças até a capacidade das nações de assegurar comida para os seus cidadãos”.

O que dizer, então, Sr. Presidente, das regiões que, além da falta de água, sofrem ainda com a falta de política de água? Quem não se lembra das chuvas atípicas de janeiro do ano passado? Quem não se lembra que praticamente todos os açudes do Nordeste transbordaram generosamente semanas a fio, em função de chuvas que só caíram com tal intensidade 90 anos atrás? Os grandes açudes transbordaram, os pequenos arrombaram, tanta água caiu do céu, tanta água correu pelos rios... Mas a sede voltou, tanta água se perdeu...

A água que não se acumulou em janeiro do ano passado faltou poucos meses depois, evidenciando que, tanto no Nordeste como no Brasil, mais do que água, falta política de água. Ninguém desperdiça tanta água como nós. Se o cenário pintado pelas Nações Unidas já é de inquietação para os próximos anos, que dizer de quem, já hoje, trata com tal descaso questão assim tão essencial?

O que falta no Nordeste brasileiro, lamento repetir, não é água; o que falta é política de água. O Nordeste é a região semi-árida em que mais chove no mundo. Na maioria dos Municípios nordestinos, chove mais que a média de Paris, por exemplo; chove na região nordestina mais do que na Espanha. Mas até hoje as políticas de Governo não conseguiram minimizar os efeitos da má distribuição dessa chuva no espaço e no tempo.

Não se capta água na medida necessária, muito menos se distribui essa água no volume esperado. Para se dimensionar o drama da escassez nordestina, registre-se que a água é um bem cada vez mais raro, mesmo em regiões temperadas e de chuvas bem distribuídas.

O cenário atual pintado pelos técnicos, reconhecido pela ONU e avalizado pelos governos, é de extrema gravidade. Das vinte maiores cidades do mundo, dezoito estão localizadas em países pobres, e nenhuma tem água suficiente, incluindo-se, nessa estatística de

escassez, São Paulo e Rio de Janeiro – já concedo os apartes aos nobres Senadores Eduardo Siqueira Campos e ao meu Presidente, Eduardo Azeredo.

A cada 21 anos, tem dobrado a demanda por água – um percentual de crescimento muito superior ao aumento populacional da terra. O horizonte mais favorável que a ONU enxerga aponta que, na metade deste século, dois bilhões de pessoas em 48 países não terão água.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, os números chocam porque, através dos tempos, o mundo se acostumou a ver a terra como o planeta azul, descrito pelos astronautas; ou planeta água, que os cientistas pintaram como um imenso globo envolto por oceanos, mares, lagos e rios, de volumes aparentemente inesgotáveis.

A terra, de fato, tem 1,4 bilhão de quilômetros cúbicos de água, mas, desse total, mais de 97% são de água salgada; menos de 2% são de água doce dos rios, lagos, dos aquíferos subterrâneos e da água presente na atmosfera, em forma de vapor. O percentual efetivamente utilizável, dentro dos padrões tecnológicos e dos parâmetros econômicos atuais, é ainda menor: menos de 1%.

Sr. Presidente, na verdade, de toda a água do mundo, menos de 1% permanece girando em um ciclo hidrológico de precipitação e evaporação, que permite o seu retorno à superfície sob a forma de chuva, granizo e neve. Menos de 1%. É esse é o número aflitivo da escassez.

Concedo um aparte ao nobre Senador Eduardo Siqueira Campos.

O Eduardo Siqueira Campos (PSDB – TO) – Senador Teotonio Vilela Filho, fiquei impressionado com os números revelados por V. Ex^a e atento à profundidade do pronunciamento que V. Ex^a faz. Ouso interrompê-lo apenas para dizer que, no dia 22 de março, Dia Mundial da Água, assomei a essa tribuna, a mesma ocupada hoje por V. Ex^a, para, entre outros números também alarmantes, dizer que a falta de água ou o consumo dela em condições não adequadas mata mais do que a AIDS, do que todas as guerras, do que a violência nos grandes centros urbanos, entre outras **causas mortis**. Portanto, estamos, sim, diante do mais grave problema a ser enfrentado pela humanidade. Houve a guerra pelo ouro, a guerra amarela; houve a guerra pelo petróleo, o ouro negro; e haverá a guerra pela água, o ouro azul. Particularmente, entre os números tão bem mencionados por V. Ex^a, 97,5% das águas de todo o mundo são salgadas. Do restante doce V. Ex^a mencionou, de aquíferos profundos e geleiras, menos de 1% nos resta. Desse 1% do mundo inteiro, o Brasil é detentor de 12% da água doce. A bacia amazônica representa 40% da água do território nacional, mas a maior bacia hidrográfica do Brasil, totalmente em solo

brasileiro, é a do Araguaia/Tocantins. Por isso, nós nos consideramos abençoados, mas, se não tivermos a visão do uso múltiplo das águas, mencionado no início do pronunciamento de V. Ex^a, estaremos inevitavelmente diante de um grande problema, em relação ao qual as futuras gerações certamente não nos perdoariam. O discurso de V. Ex^a é um alerta, e esta Casa deve imediatamente se debruçar sobre este tema, que todos comemoramos, trazido por V. Ex^a, com a autoridade moral, intelectual e com a representatividade que tem nesta Casa e no Brasil. Parabéns a V. Ex^a!

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO (PSDB – AL)

– Incorporo, com muita satisfação, nobre Senador Eduardo Siqueira Campos, o aparte de V. Ex^a ao meu pronunciamento. V. Ex^a tem a autoridade de quem, por várias vezes, ocupou a tribuna desta Casa para alertar também sobre esse tema da maior importância para a nossa vida e o nosso futuro.

Concedo um aparte ao meu Presidente, Presidente do meu Partido, o PSDB, o nobre Senador Eduardo Azeredo.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador Teotonio Vilela, que foi também Presidente do nosso Partido, o PSDB, é muito oportuno o seu pronunciamento. Ainda recentemente, em Minas, realizamos um fórum de discussão sobre a água. É importante lembrarmos que, na época do chamado apagão energético – que, na verdade, não foi um apagão, mas uma ameaça de apagão –, houve uma grande mobilização no Brasil para mostrar que é possível economizar, sim. E a população economizou energia. O mesmo precisa acontecer com relação à água. Não precisamos correr o risco de haver um apagão de abastecimento de água para que haja uma mobilização pela economia dela. Seria muito importante uma campanha nacional, liderada pelo Governo, para ensinar a população a utilizar a água que temos da maneira mais adequada. O aquífero Guarani é uma das maiores reservas que temos de água subterrânea. Quero aproveitar para falar, mais uma vez, da nossa preocupação com relação ao projeto de transposição das águas do São Francisco. A revitalização é fundamental. Neste plenário, o Vice-Presidente José Alencar declarou que para cada real utilizado na transposição o mesmo valor seria destinado à revitalização. Lamentavelmente, a proposta orçamentária que o Governo mandou no ano passado não foi assim: para cada real da transposição, dez centavos – apenas 1/10 – foram para a revitalização. Portanto, nós, de Minas Gerais – acredito que posso falar pela maioria que já se manifestou, por Governadores, Senadores e Deputados –, temos essa visão de que é preciso, primeiro, fazer a revitalização, para se garantir a água. Se não houver barragens de contenção, de

regularização, se não houver as florestas ciliares plantadas, o Brasil não vai ter condição de garantir água por muito tempo. Então, é muito importante que essa transposição obedeça, primeiro, a revitalização. Meus parabéns pelo seu pronunciamento. Deixo a mensagem de que a economia que foi conseguida na energia elétrica deve também ser buscada quanto à água.

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO (PSDB – AL) –

Muito obrigado, nobre Senador Eduardo Azeredo. Minas Gerais, já foi dito aqui, é a caixa d'água do Brasil, mas essa água precisa ser cuidada e preservada, para que possa servir cada vez a um número maior de brasileiros.

Sobre a transposição do rio São Francisco, voltarei a usar essa tribuna especificamente para me manifestar a respeito desse tema, que, a propósito, hoje, foi objeto de um seminário na Câmara dos Deputados. Os palestrantes que defenderiam a transposição não apareceram e nenhum Deputado presente defendeu o assunto, ou seja, está cada vez mais claro que essa idéia não resiste a um debate ou a uma troca de opiniões. O Governo está pretendendo fazê-la na marra, de forma urgente, o que é um absurdo que, tenho certeza, o Brasil não irá permitir.

Esse é um tema que voltarei a tratar desta tribuna.

Concedo um aparte, com muita honra, ao nobre Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – V. Ex^a, como sempre, é muito hábil, inteligente e coloca as coisas muito bem quanto ao problema da água. Peço desculpas por voltar ao assunto do São Francisco. Realmente, qualquer técnico condena a transposição. Só os empreiteiros têm interesse, e o Presidente Lula, que era totalmente contrário, passou, como num passe de mágica, a ser o maior defensor dessa obra faraônica e inútil para o País. Vamos chorar muito se essa obra for feita. Se ele a fizer, entrará na História não muito bem em relação à sociedade brasileira e às populações ribeirinhas. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO (PSDB – AL)

– Concordo com cada palavra dita por V. Ex^a, nobre Senador Antonio Carlos Magalhães, e as incorporo com muita honra ao meu pronunciamento.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Senador Teotônio Vilela Filho, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO (PSDB – AL)

– Com muita honra, nobre Senador Marco Maciel.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Serei breve, mas quero dizer a V. Ex^a que o seu discurso traz à Casa uma questão que precisa ser adequadamente discutida, mesmo porque envolve uma grande variável de questões complexas, a partir mesmo do processo de revitalização do rio São Francisco, que o

historiador João Ribeiro chamou, certa feita, de rio da unidade nacional. O rio São Francisco está sendo degradado, alguns de seus afluentes já desapareceram e não se pode iniciar uma obra dessa magnitude sem se apreciar todas as questões envolvidas, que dizem respeito exatamente ao rio que tem um papel muito importante na vida do nosso País. Ele percorre grande parte do Território brasileiro e, de alguma forma, liga duas grandes regiões, o Sudeste e o Nordeste. V. Ex^a faz bem em trazer esse debate à Casa, para que possamos não somente chamar a atenção do Executivo para esse projeto, para a importância de discuti-lo e debatê-lo adequadamente, mas também para que a Casa se conscientize dos riscos que ele possui. Era o que tinha a dizer a V. Ex^a.

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO (PSDB – AL)

– Muito obrigado, nobre Senador Marco Maciel. É uma honra tê-lo como aparteante neste pronunciamento.

V. Ex^a tem toda razão quando, em síntese, diz no seu aparte que o Governo Federal, da forma como está apresentando e quer tocar esse projeto da transposição, está querendo transformar o rio da unidade nacional no rio da discórdia regional. Não podemos permitir que o Velho Chico mude essa homenagem que lhe prestam os brasileiros com muito carinho, há tanto tempo, de ser o rio da unidade nacional.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, por mais que doa, é preciso reconhecer: estamos muito longe de uma solução para as questões relativas à política de águas no Brasil. O programa de um milhão de cisternas, anunciado pelo Governo Federal com estardalhaço, próximo do Fome Zero, reduziu-se a alguns milhares, construídos em boa parte pela federação dos bancos, não pelo Ministério da Integração. Cada uma dessas cisternas, com custo pouco superior a R\$1 mil, garante água de beber de boa qualidade para a família durante o ano inteiro. Por que não anda o programa das cisternas? Perguntem ao Presidente Lula.

O que depende do Governo Federal parou, ao menos no Estado de Alagoas, e sou testemunha de vários depoimentos de Senadores de que também ocorreu o mesmo em outros Estados. Em Alagoas pararam as obras das adutoras do Sertão e do Agreste, com todas as conseqüências previsíveis da paralisação de obras de tal modo essenciais; pararam obras que significam mais saúde, como as adutoras; pararam obras que significam desenvolvimento; pararam, em Alagoas, as obras do Canal do Sertão, tão importante para levar água à região mais pobre e sofrida do meu Estado. São 170km, percorrendo 36 Municípios, levando água para beber, para o gado, para a irrigação, para gerar emprego e renda. Essa obra, iniciada no Governo Fernando Henrique, está paralisada também no meu Estado de

Alagoas. Por que pararam essas obras do Canal do Sertão? Perguntem ao Presidente Lula.

Sem adutoras, sem cisternas, sem sistemas simplificados de abastecimento d'água, sem acumulação de água, sem política de águas, os nordestinos do Semi-árido parecem todos condenados à utilização dos caminhões-pipas, que mal distribuem água contaminada, mas parecem uma instituição tão duradoura quanto o próprio mandacaru.

Nesse Governo, pior ainda, nem carros-pipas existem. O Governo simplesmente dá as costas para o Nordeste, não se move nem se comove com a seca. Por que parou a distribuição de água? Perguntem ao Presidente Lula.

Avançamos enormemente no Governo passado, em Alagoas, num programa global de utilização do baixo São Francisco. Conseguimos implantar, na região, a semente de um arrojado programa de piscicultura que mudaria a face econômica e social da região nos próximos anos. Mas isso também parou. Por que parou? Perguntem ao Presidente Lula.

Recuamos nas questões práticas, corremos o risco de recuo também nas questões institucionais.

Por iniciativa do Governo Fernando Henrique, mas com a decidida colaboração e participação do Congresso Nacional, criou-se, em 1997, a Lei nº 9.433, que definiu a Política Nacional de Recursos Hídricos e o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, um sistema descentralizado, integrado, principalmente participativo, apoiado em comitês de bacias, que têm a participação de setores do Governo, de técnicos, dos usuários e da sociedade civil. O desafio da água, afinal, não é apenas de governos, é da sociedade inteira, e é a perspectiva da integração e da participação que legitima o sistema e lhe garante sustentabilidade.

Agora, mesmo, o Governo insiste em seu polêmico projeto de transposição das águas do rio São Francisco, mesmo diante do parecer contrário do Comitê Gestor da Bacia. O Governo atropela os Comitês, atropela a sociedade, para levar adiante um projeto polêmico, que parece atender mais às necessidades eleitorais do Presidente da República que às carências hídricas do Nordeste.

Mas, como já disse, sobre transposição falaremos nos próximos dias.

Os sinais, de qualquer forma, são desalentadores. A Agência Nacional de Águas tem praticamente todo o seu orçamento contingenciado.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO (PSDB – AL)

– Sr. Presidente, peço a V. Ex^a...

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO (PSDB – AL)
– Pois não, nobre Senador Garibaldi Alves, com muita honra.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – É para me inscrever no debate que V. Ex^a vai promover quando falar sobre a transposição das águas do rio São Francisco.

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO (PSDB – AL)
– Que bom, nobre Senador.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Vou-me inscrever, inclusive para ter a honra de debater com V. Ex^a e, ao mesmo tempo, contraditar alguma coisa que V. Ex^a vai dizer, porque, na verdade, a transposição tem os seus defensores, e não pode deixar de tê-los. É um projeto secular que resolve um problema, indo ao encontro de um anseio de milhares e milhares de pessoas. Mas deixo para o debate.

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO (PSDB – AL)
– Obrigado, nobre Senador Garibaldi Alves Filho.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)
– Por ser secular, justamente não deve ser feito. Senão, já teria sido feito antes.

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO (PSDB – AL) – É verdade, já teriam surgido inclusive patrocinadores.

Mas é muito importante, nobre Senador Garibaldi Alves Filho, pela sua experiência, pela sua vivência. V. Ex^a, que governou o seu Estado, um Estado que tem procurado equacionar de forma muito satisfatória a questão hídrica, que manejou com mais eficiência essa questão da água, tenho certeza de que trará uma contribuição importante ao debate. Tenho certeza e fico muito alegre com a iniciativa de V. Ex^a.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO (PSDB – AL)
– Pois não, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Quero aplaudir a maneira pela qual V. Ex^a traz este assunto: água. Como professor de Biologia, aprendi de um filósofo, Senador Antonio Carlos Magalhães, que disse: muitas são as maravilhas da natureza, mas a mais maravilhosa é o homem. E esse homem, se ele tem cem quilos, seis é de água; uma criança de dez quilos, oito é de água. A água tem que ser água potável, aquela que V. Ex^a está se preocupando em dar ao Brasil.

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO (PSDB – AL)
– Muito obrigado, nobre Senador Mão Santa.

Sr. Presidente, como dizia, na semana em que se comemorou o Dia Mundial da Água, o que o Governo Federal fez a respeito foi a promoção de um seminário

rio, que terminou com a recomendação esperada de cobrança pela outorga da exploração da água.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO (PSDB – AL)

– No contexto das práticas deste Governo, é menos uma medida conservacionista, de racionalização do uso da água, e mais um expediente arrecadatório, como outros tantos que o Planalto não cansa de inventar. O Governo terá mais recursos. A Agência Nacional de Águas não os verá, pois eles também escoarão para o caixa único da União e sairão pelo ralo do pagamento dos juros.

Lamentavelmente, tudo se paralisou, em termos de obras.

Lamentavelmente, corre-se o risco do retrocesso institucional. O que torna a passagem do Dia Mundial da Água, insisto em repetir, uma data sem razões para festas e comemorações, apenas com motivos para dúvidas e inquietações.

Já encerrando, Sr. Presidente, fica, no entanto, o alerta de que só a preservação garantirá a massificação duradoura do acesso e do uso das águas. Insisto, como nos versos de Drummond, em que “Não, não haverá para os ecossistemas aniquilados dia seguinte. A vida harmoniosa não se restaura no dia seguinte. O vazio da noite, o vazio de tudo será o dia seguinte”.

Sr. Presidente, agradeço pela tolerância.

O Brasil precisa agir para que não tenhamos esse “dia seguinte” de vazio da noite, de vazio de tudo, sobretudo do vazio do desenvolvimento, da esperança e da vida. Porque, Sr. Presidente, a água é a essência da vida, afinal todos nós, entes vivos, viemos, há dois bilhões de anos, lá das profundezas do oceano.

Vamos cuidar da nossa água, porque assim estaremos cuidando da nossa vida e do nosso futuro.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Teotônio Vilela Filho, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho.

Durante o discurso do Sr. Teotônio Vilela Filho, o Sr. Garibaldi Alves Filho, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Siqueira Campos, 4º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Vou conceder, pela ordem de inscrição dos Srs. Líderes, a palavra ao próximo Líder inscrito para fazer uma comunicação de interesse partidário, o nobre Senador João Ribeiro, integrante da Bancada do Partido Liberal, como já anunciado por esta Mesa.

Antes de V. Ex^a chegar à tribuna, Senador João Ribeiro, desejo registrar a presença, neste augusto plenário, do Vice-Governador do Estado do Tocantins, Raimundo Nonato Pires dos Santos; da Vereadora da capital, Warner Pires, e também da Vereadora Mariza Sales, todos presentes na galeria de honra desta Casa.

Senador João Ribeiro, V. Ex^a dispõe de até 20 minutos.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, permita-me apenas informar que encaminei à Mesa solicitação de fala pela Liderança e que, no momento oportuno, V. Ex^a poderá me chamar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Para o ordenamento e conhecimento das Sr^{as} e dos Srs. Senadores está inscrito, após o Senador João Ribeiro, o Senador Antonio Carlos Magalhães. Existem também as inscrições do Senador Demóstenes Torres, que será intercalada com orador regularmente inscrito, e a do Senador Eduardo Suplicy, que também está devidamente inscrito.

Senador João Ribeiro, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PL – TO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Siqueira Campos, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero, ao iniciar minhas palavras, cumprimentar o meu caro Vice-Governador do Estado de Tocantins, Raimundo Nonato Pires dos Santos; a Vereadora Warner Pires, da capital Palmas; o Deputado Estadual Vicentinho Alves e a nossa querida amiga, ex-Vice-Prefeita de Palmas, Vereadora e representante da mulher tocantinense, Mariza Sales, que nos honram com suas presenças.

Sr. Presidente, o motivo que me traz à tribuna na tarde de hoje é exatamente para falar da minha nova posição política, da minha tomada de decisão que ocorreu durante esta semana.

Na terça-feira, encaminei ao Presidente do meu ex-Partido, o PFL, meu pedido de desfiliação do Partido da Frente Liberal, que ajudei a fundar no Brasil, ainda como Vereador de Araguaína, ainda como Vereador do norte de Goiás.

Durante quase 20 anos, pertenci às fileiras do Partido da Frente Liberal. Filiei-me ainda como Vereador. Eleito Deputado Estadual por Goiás, fui Líder do PFL na Assembléia Legislativa de Goiás por dois anos consecutivos, em 1987 e 1988. Fui eleito Prefeito de Araguaína pelo Partido da Frente Liberal. Logo depois, fui, por duas vezes, Deputado Federal e Secretário de Estado. Em seguida, fui eleito Senador da República e, no Partido da Frente Liberal, fiquei até esta semana.

Sr. Presidente, deixo registrado que fiz grandes amigos no PFL. Vejo à minha frente o Senador Antonio Carlos Magalhães, meu padrinho de casamento, pes-

soa que muito prezo e respeito. Vejo também o Senador Demóstenes Torres. Se eu fosse citar nomes, teria que falar muito, para dizer quantos amigos sinceros e leais deixo no Partido da Frente Liberal.

Não tenho e não tive, Sr. Presidente, nenhum problema com a cúpula nacional do Partido, com a Liderança, com a Executiva. Mas chegou a hora de deixar o Partido da Frente Liberal, por divergências internas no meu Estado do Tocantins, por discordar de ações sorrateiras que estavam tentando executar contra mim. Prefiro facilitar as coisas.

Deixei o PFL na terça-feira, para que seguisse seu caminho no Tocantins. Já tinha convite de vários Partidos políticos – como V. Ex^a sabe –, há muito tempo. Aceitei o do PL, Partido Liberal, o honroso convite do grande Vice-Presidente da República, José Alencar; do Ministro Alfredo Nascimento, que tem feito um grande trabalho; do Presidente Valdemar Costa Neto; do Líder Marcelo Crivella; do Líder Sandro Mabel; de muitos outros Líderes importantes; do grande Líder e querido amigo Siqueira Campos; além do Vice-Governador Raimundo Nonato Pires dos Santos, Presidente do PL no Tocantins.

Aceitei o convite da cúpula nacional do PL, e hoje fizemos uma belíssima festa de filiação em uma sala das comissões do Senado, onde não couberam todos que compareceram. Estiveram presentes vários Deputados Federais, mais de 40; vários Deputados Estaduais se fizeram representar pelo ex-Presidente da Assembléia Legislativa do Tocantins, o Deputado Vicentinho Alves. Marcaram presença vários Senadores, inclusive V. Ex^a, Sr. Presidente, bem como o Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, e o Senador Delcídio Amaral, Líder do Bloco da Maioria nesta Casa. Muitas lideranças expressivas, como o ex-Ministro e hoje Prefeito de Uberaba, Anderson Adauto, e amigos queridos, Prefeitos, vieram para acompanhar minha filiação.

Foram quase 20 anos de Partido da Frente Liberal. Saio sem mágoa, sem rancor, sem ódio. Como pertenci aos quadros desse Partido, sei que muita gente do meu Estado – como o amigo Máximo da Costa Soares, que me ajudou a fundar o PFL em todo o Tocantins, percorrendo as cidades de carro, conversando com as pessoas, organizando o Partido pelo Tocantins afora – está escutando-me. Cito o Dr. Máximo como referência do meu ex-Partido, um homem apaixonado partidariamente, médico querido da cidade de Araguaína, onde fui Prefeito.

Portanto, conversei com várias pessoas e decidi seguir o caminho do Partido Liberal, por achar que é um Partido que se identifica mais comigo neste momento, com minha doutrina, com minha maneira de pensar e agir. E sei, Sr. Presidente, que, por meio do PL, poderei ajudar um pouco mais o meu querido Tocantins, os Mu-

nicipios do meu Estado, porque venho para um Partido da Base do Governo do Presidente Lula; venho para um Partido que já é forte no Tocantins, que já é bem estruturado, bem organizado. Sem sombra de dúvida, é um dos maiores Partidos do Tocantins.

Venho para dar a minha modesta contribuição. Na minha vida inteira, na minha maneira de me conduzir, na minha trajetória política de homem simples do interior, sempre procurei honrar meus compromissos, sobretudo os partidários. Serei, portanto, Sr. Presidente, um Parlamentar que, afinado com o Partido, estará a serviço deste País, ajudando a construir um Tocantins e um Brasil melhores para todos nós.

Para que servem os Partidos políticos? Servem para muita coisa boa, desde que seus integrantes se proponham a fazer o bem. Pode-se fazer o bem em qualquer Partido; podem-se ajudar as pessoas da maneira possível. Portanto, todos os Partidos são bons; todos os programas são bons. O que importa muito é a ação do cidadão ou da cidadã que procura exercitar seu mandato em favor da população que representa. Eu, aqui, com muito orgulho, represento o meu querido Estado do Tocantins.

Alegrou-me sobremaneira, Senador Eduardo Siqueira Campos – já vou conceder um aparte a V. Ex^a –, as homenagens que presenciei hoje na minha filiação tão concorrida, prestadas pelo Ministro Alfredo Nascimento, homem sério. Repito que, para mim, o Ministro Alfredo Nascimento é o homem da época do fio do bigode. Quando trata, cumpre. É um homem que honra a palavra.

Vi o Vice-Presidente da República, José Alencar, outro homem sério, do mesmo quilate do Ministro Alfredo Nascimento e de muitos Líderes importantes que ali estavam. Homenageio o meu querido amigo Siqueira Campos, que, graças a Deus, está com saúde, recuperando-se, preparando-se para continuar cada vez mais forte e dar prosseguimento à sua luta para consolidar o Tocantins. Esse é o objetivo de todos nós, Senador Eduardo Siqueira Campos.

Fiquei, portanto, muito orgulhoso hoje não apenas pelas homenagens feitas a mim, mas especialmente por aquelas rendidas a um homem que merece ser homenageado, todo santo dia, não só pela população tocaninense, mas por qualquer cidadão brasileiro, por nós da área política, por todos que conhecem a história da criação do Tocantins: aquele que para mim é um dos maiores líderes políticos vivos da nossa história, o meu eterno Governador Siqueira Campos, seu pai.

Concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PSDB – TO) – Senador João Ribeiro, hoje temos conhecimento de que a TV Senado, dentre as TVs a cabo, é uma das

mais assistidas, seja pelo interesse que suscita o debate nacional, seja pelos temas das diversas regiões que apresenta e por tudo aquilo que é discutido nesta Casa. Eu não poderia deixar, Senador João Ribeiro, em primeiro lugar, como integrante da Mesa, de estar presidindo esta sessão no momento em que V. Ex^a anunciou que usaria da palavra para uma comunicação de interesse partidário. Não poderia também, Senador João Ribeiro, deixar de voltar a esta bancada, voltar à condição de Senador que representa o meu Estado, para poder falar à Nação brasileira um pouco sobre V. Ex^a. V. Ex^a traz para o Partido que passa a integrar um mandato de Vereador; traz um mandato de Prefeito, o de Deputado Estadual, de líder eleito e reeleito. Isso tudo ainda no tempo do norte de Goiás. Traz para o Partido Liberal o mandato de Deputado Federal mais votado do Estado do Tocantins; traz a sua passagem pela Secretaria de Governo do Estado, quando meu pai era o Governador e conseguiu eleger, na eleição subsequente, um Governador de Estado, dois Senadores, dentre os quais V. Ex^a, oito Deputados Federais – a totalidade da Bancada –, e dois terços da Assembléia Legislativa do Estado. Isso tudo, Senador João Ribeiro, meu amigo João Ribeiro, com a contribuição forte de V. Ex^a, um dos Deputados que encabeçaram, ainda na Assembléia Legislativa de Goiás, a luta pela criação do Tocantins. V. Ex^a que, como Secretário de Estado, se notabilizou por ser o Secretário amigo dos prefeitos, um municipalista, porque já foi prefeito. V. Ex^a já ocupou todos os cargos que um político pode ocupar. Será Governador do Estado do Tocantins e, se o Brasil tiver a sensibilidade de entender que a região não é só a nova fronteira agrícola, mas a solução para o País, V. Ex^a será Ministro. E quem sabe Deus o que mais será! Mas eu, que privo da sua amizade há tantos anos, Senador João Ribeiro, só posso dizer que, junto com o Líder Arthur Virgílio, junto com Eduardo Azeredo, queríamos ter a honra de tê-lo em nosso Partido. Mas, conhecedor que sou da realidade do meu Tocantins, também não posso deixar de registrar, para que não fique para ninguém a impressão de que V. Ex^a pura e simplesmente desejou mudar de partido, que recebi telefonemas em meu gabinete de prefeitos que, estranhando a ação de um membro do Partido da Frente Liberal no Estado, estavam recolhendo assinaturas para dissolver o diretório, que era presidido por V. Ex^a. Essas pessoas não chegaram a reunir meia dúzia de assinaturas. Mas tiveram de V. Ex^a uma resposta pronta, dizendo que, apesar do prestígio e do respeito que a Executiva Nacional tinham por V. Ex^a, V. Ex^a não ficaria. Não convidaria ninguém para se desfiliar, mas deixaria o Partido. Deixaria porque tem ainda seis anos de mandato de Senador, porque faz parte de um

grupo sólido que elegeu o atual Governador do Estado e elegeu Siqueira Campos por três vezes Governador do Tocantins, e porque tem força junto ao povo, a quem sempre cabe a palavra final, Senador João Ribeiro. É o povo que elege, que dá mandatos e que os tira. E nós – uns, por sermos novos demais, e outros, talvez por já termos um pouco mais de experiência –, a nossa espinha, a nossa coluna vertebral não se dobra. Não se dobra a Presidente da República, a Governador de Estado, a mandato ou a falta de mandato. Nós, que fomos e soubemos ser governo, somos e saberemos ser oposição quando se fizer necessário. Não perdemos um pequeno fio de cabelo da nossa dignidade, da nossa postura para representar o Tocantins perante o Governo Fernando Henrique Cardoso e perante o Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ele nos respeita porque somos unidos, e pelo Tocantins agimos unidos. Como disse V. Ex^a, os partidos são instrumentos. V. Ex^a está muito bem instrumentado. Tenho um profundo respeito pelo Vice-Presidente José Alencar e pelo Ministro Alfredo Nascimento, dentre outros grandes membros do Partido Liberal, que agora se engrandece com o nome de V. Ex^a. É importante dizer, Senador João Ribeiro, que essa união é o que nos faz forte. V. Ex^a, no partido que estiver, mantém não só a amizade como também o respeito dos nossos prefeitos, dos nossos Deputados Estaduais, Federais, da nossa Bancada. Nós continuaremos unidos, tanto eu quanto V. Ex^a. No **Diário Oficial** de ontem, o Presidente da República fez publicar um decreto assinado por Sua Excelência que me concederá a Ordem do Mérito Militar; eu, que já havia recebido há poucos dias a Ordem do Mérito da Aeronáutica. Sou integrante do PSDB. O Presidente da República conhece as minhas convicções e sabe que as minhas posições partidárias não me impedem de ser um Senador que representa com muita firmeza o Tocantins e que não mistura os assuntos, que nos fazem ser Oposição neste plenário, mas que também nos fazem ajudar o Governo do Presidente da República, porque o povo quis assim. Portanto, Senador João Ribeiro, eu, que me alonguei neste aparte, quero que V. Ex^a saiba que não é nada mais do que a emoção que sinto por ver V. Ex^a prestigiado e festejado hoje, como foi pelas grandes autoridades nacionais e estaduais, pelo seu ingresso no Partido Liberal. E eu, como tocaninense, só posso dizer ao País que muito me honra integrar a Bancada que representa esse Estado no Senado Federal com a presença de V. Ex^a.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PL – TO) – Agradeço o aparte, Senador Eduardo. V. Ex^a não o prolongou, não, foi o entusiasmo, é claro. Fico muito feliz com os esclarecimentos e as colocações feitas por V. Ex^a, que

é meu amigo-irmão de lutas e de ideais. Isso é o que importa para todos nós.

O Partido Liberal já está no Tocantins há muito tempo, estruturado, organizado e, como eu disse, sob a Presidência do meu amigo Raimundo Nonato Pires dos Santos, nosso Vice-Governador, que já foi Governador do Tocantins. Portanto, tenho a certeza e a convicção de que vou ajudar muito, vou procurar ajudar o Presidente Lula votando aquilo que for bom para o País. Minha posição sempre foi independente. Nunca tive problemas com o Partido com referência à minha maneira de agir nesta Casa. Sempre fui muito respeitado e não tenho nenhuma reclamação quanto a isso. Mas acho que agora, nesta minha nova posição política, poderei contribuir, como já disse, mais ainda com o Tocantins. Temos muita coisa importante para fazer no nosso Estado, para a consolidação definitiva do Tocantins.

Por exemplo, hoje citei, Presidente Mão Santa, a questão da Ferrovia Norte-Sul, que é uma obra de integração nacional extremamente importante. Cobrei isso do Ministro Alfredo Nascimento, já que o Presidente Lula, quando esteve no Tocantins, ainda na campanha política, fez esse compromisso. Como o Ministério é hoje comandado por um homem do PL, tenho certeza de que vou ter mais acesso, vou poder ajudar mais e contribuir mais para que possamos discutir melhor essa questão da Ferrovia Norte-Sul, da eclusa do Lajeado, das hidrelétricas do Tocantins que precisam ser construídas com eclusas, para que possamos fazer o canal de navegação da hidrovia do Tocantins, permitindo mais de 720 quilômetros de navegação para transportar os nossos produtos por um preço mais barato.

(A Presidência faz soar a campanha.)

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PL – TO) – Portanto, é isso que precisamos fazer. A minha ação hoje, a minha mudança de Partido foi motivado pelo interesse do povo tocaninense, nada mais nada menos. Fiz essa mudança por achar que é uma opção melhor para que eu possa ajudar mais o Governo do Tocantins, ajudar mais os Municípios.

Respeito a posição de cada um nesta Casa, mas tenho a opinião de que cada um age da maneira como pode e de acordo com seu pensamento. Para isto fomos eleitos: para que cada um tenha liberdade de expressão, porque a maneira de agir de cada um a cada um pertence.

Não votei no Presidente Lula na eleição passada, mas tenho votado muito com o Governo nesta Casa em muitas coisas.

(Interrupção do som.)

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PL – TO) – Peço um minuto apenas para concluir, Presidente Mão Santa.

Acho que o Governo está no caminho certo. Portanto, vou procurar contribuir com a Bancada do PL nesta Casa, que passa hoje a ter quatro Senadores. Assim, vou seguir as orientações partidárias e ajudar a organizar cada vez mais o Partido no meu Estado, o Tocantins, nos Municípios pequenos e nos grandes. Enfim, buscarei trazer mais companheiros para o PL.

Fica aqui o meu convite, porque sei que há muitos tocaninenses me ouvindo. Faremos uma grande festa de filiação no Estado para os tocaninenses que quiserem ingressar no PL e nos seguir. Que possam estar conosco neste novo momento partidário que passo a viver a partir de hoje.

Muito obrigado a todos que me prestigiaram na festa de filiação hoje.

Durante o discurso do Sr. João Ribeiro, o Sr. Eduardo Siqueira Campos, 4º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador João Ribeiro e Senador Antonio Carlos Magalhães, lembro o Senador piauiense Petrônio Portella, que tão bem presidiu esta Casa, um ícone da redemocratização, que dizia: “Só não muda quem se demite do direito de pensar”.

Concedo a palavra, com muita honra, por cessão do Senador José Maranhão, ao Senador Antonio Carlos Magalhães, do PFL, da Bahia, que transformou aquele Estado num verdadeiro país e, em seguida, ao Senador Paulo Paim, do PT do Rio Grande do Sul. E, encerrando a sessão, concederei a palavra ao Senador Demóstenes Torres, do PFL de Goiás.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Dr. Ives Gandra Martins não precisa ser apresentado a ninguém. Sua trajetória como profissional, estudioso e mestre do Direito confunde-se com a história recente da ciência política e jurídica do País.

Pois, há poucos dias, Ives Gandra Martins afirmou, em artigo publicado em vários e importantes jornais do País, que “o Governo é medíocre”.

Trata-se de um artigo duro, se quisermos qualificá-lo, extremamente crítico em relação ao Governo e que não pode ser ignorado, mesmo por aqueles que não concordam com os argumentos do Professor.

Ives Gandra Martins critica, por exemplo, o tratamento que o Governo dispensa, ao MST. Ele nos lembra que, embora essa “instituição” sequer exista legalmente, vem sendo financiada pelo Ministério da Reforma Agrária. E, ainda assim, segundo suas palavras, “prossegue ameaçando, atingindo a dignidade

das autoridades (...) e invadindo terras, até com aviso prévio”. É assim que age esse movimento, que tem o apoio total do Governo e do Ministro da área.

Perplexo, denuncia também o Professor a irresponsabilidade do Governo ao pretender mandar técnicos brasileiros, especialistas em “inteligência”, para que sejam treinados em Cuba.

Convenhamos, é difícil entender, e, mais ainda, defender essa iniciativa. Um país que se pretende democrático! Hoje, tantas palavras aqui foram pronunciadas em nome da democracia, por muitos que, talvez, não pudessem fazê-lo. É difícil defender isto: que vá se aprender democracia em Cuba, onde o Presidente Fidel me honra até com a sua amizade. Fui o primeiro ministro brasileiro a ir a Cuba, mas, é, sem dúvida alguma, o governo que representa mais o autoritarismo no mundo.

Ives Gandra aborda também a questão das indenizações milionárias a anistiados. Isso é uma vergonha! O que se paga aos anistiados, muitos dos quais não sofreram nada. Já disse aqui que um secretário do meu governo recebeu indenização de mais de um milhão e recebe salário de R\$14 mil. Foi secretário no regime militar, no regime de 31 de março, de hoje, que tantos aqui atacam.

Vejam só como são os anistiados! Enquanto isso, a viúva de Rubens Paiva não recebe indenização alguma. Falo com autoridade, porque prefeito da cidade de Salvador, Rubens Paiva, sem poder exercer qualquer das atividades, dei obras públicas para ele realizar. Como dei a Fernando Santana e tantos outros.

De maneira que: venham devagar, porque eu tenho autoridade em relação a esse assunto!

Ives Gandra aborda também as indenizações milionárias de que acabei de falar, assunto que já me trouxe a esta tribuna várias vezes, mas o Governo não toma providência alguma.

Devo dizer, aliás, que encontrei ontem, na palavra do Líder do Governo desta Casa, apoio para que sejam revistas pelo menos muitas dessas aposentadorias de anistiados. Vamos fazer justiça.

Assim como eu, Ives Gandra não se conforma com essas indecentes indenizações, destinadas a “amigos” do atual Governo. Trata-se de mais um escândalo, dos muitos que estão ocorrendo nessa fase da vida pública brasileira.

Uma comparação das indenizações com a MP 232, a malsinada, em que o Governo se acovardou, retirando-a para não ser derrotado, que tanta polêmica provocou e está provocando, dá a dimensão dos disparates da medida provisória. Se fosse aprovada, levaria R\$2,5 milhões. Pois as indenizações a serem pagas aos simpatizantes do Governo ou falsos simpatizantes

ultrapassarão, e muito, R\$3 bilhões. E esta Casa não faz nada. E o Governo não faz nada.

Para o caso, chamo a atenção de um grande amigo meu, alguém que respeito bastante: o Ministro Márcio Thomaz Bastos, um homem de bem, sério, que pode, talvez, dar uma ajuda ao Presidente da República no sentido de evitar que aconteçam, com tanta frequência, essas anistias milionárias.

Diversos outros setores do governo são alvo do legítimo inconformismo de Ives Gandra Martins: a política educacional, as crescentes despesas públicas, a falta de prioridades do governo, o uso político da máquina governamental, a infundável criação de novos cargos – só no Palácio do Planalto, são 46% a mais em relação aos que existiam.

Aliás, esse crescimento desenfreado de cargos de confiança configura uma burla aos concursos públicos. Muitos acusam, inclusive, que esses cargos têm sido excelente fonte de renda para o Partido dos Trabalhadores, além de abrigo e lenitivo aos derrotados pelas urnas – derrotados pelas urnas que compõem quase toda a Esplanada dos Ministérios. Entre os vencedores, poucos foram nomeados, evidentemente, para cargos como o de Ministro, mas os derrotados, esses sim, foram aproveitados no Palácio do Planalto da maneira mais indecorosa possível.

Até mesmo o alardeado crescimento é visto com desconfiança. Nunca contesto aqui os números que o Líder Aloizio Mercadante apresenta, mas um dia vou fazê-lo. Vou fazê-lo, porque, não correspondendo à realidade, não deveriam ser divulgados como verdade, e verdade insofismável.

S. Ex^a festeja o índice de crescimento econômico do Brasil em 2004, que foi de 5,2% – aliás, o Líder repete o Presidente, que também, ainda hoje, ouvi falar sobre isso –, esquecendo-se de que a Argentina cresceu 9,2%; a China, 9,5%; a Índia, 8,6%. Cresceram bem mais e não há essa publicidade toda nesses países. É que aqui se tem dinheiro farto para jogar na publicidade oficial.

Ninguém pode discordar, portanto, dos argumentos do Professor Ives Gandra Martins, e a prova é que o governo não fez nada em relação ao seu artigo “Governo medíocre”. Assim como eu, ele ressalva a admiração que tem pelo Presidente Lula, mas rotula o governo, pela *performance* que vem apresentando, de medíocre, além de muitas vezes irresponsável.

Mais medíocre ou mais irresponsável? Essa é uma boa pergunta para ficar pelo menos na Internet para os internautas responderem.

Sr. Presidente, o tributarista encerra seu artigo exortando o Presidente Lula a mudar a forma pela qual vem dirigindo o País. Ele lembra, com propriedade,

que o Presidente não pode governar apenas para os seus companheiros.

Sr. Presidente, causa-me grande preocupação o fato de um intelectual da envergadura de Ives Gandra Martins, que não pode ser tachado de radical – ao contrário é um conciliador –, falar da maneira como tem falado do governo e chegar às conclusões que chegou, que são extremamente duras para o governo do Presidente Lula.

Quero, Sr. Presidente, que este Governo medite sobre essas e outras críticas que vem recebendo, e que, com humildade, corrija alguns dos seus erros. Se assim fizer, estará demonstrando maturidade e, especialmente, inteligência, pois persistir no erro é penalizar o cidadão. Se não se corrigir, certamente sofrerá as consequências, podem acreditar, nas eleições de 2006.

Não posso encerrar as minhas palavras sem pedir a transcrição do artigo de Ives Gandra e ler a sua

parte final: “Mude, presidente, mude. Sirva ao Brasil! Sirva ao povo brasileiro! E não apenas aos seus companheiros de caminhada. Até porque não foram só eles que o elegeram”.

Presidente, aceite o conselho de Ives Gandra Martins e coloque o País na rota do progresso, do desenvolvimento, da seriedade, da dignidade e receba o respeito dos seus concidadãos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

“Governo medíocre”

Governo medíocre

A nota do ministro da Saúde, “legalizando” o aborto no Brasil, à revelia dos Poderes Legislativo e Judiciário, e a declaração do ministro da Fazenda de que a carga tributária é insustentável, mas não será reduzida pelo corte nos compromissos do governo, levam-me à conclusão de que, além da irresponsabilidade, que atos como essa manifestação do ministério da Saúde denotam, o governo é medíocre.

Veja-se, por exemplo, o desrespeito permanente à lei que o MST promove, ameaçando e atingindo a dignidade das autoridades com palavras ofensivas e invadindo terras, até com aviso prévio. Não obstante essa “instituição”, que nem existe legalmente, é financiada pelo Ministério da Reforma Agrária, inclusive, para criar uma universidade destinada a “formar” guerrilheiros.

Por outro lado, a história presente e futura certamente terá Fidel Castro como um genocida semelhante a Pinochet. Ambos são assassinos, responsáveis por fuzilarem pessoas sem julgamento, atividade em que, ao tempo dos “paredões”, Fidel Castro revelou-se um matador mais eficiente.

É bem verdade que o Chile, à beira da falência com o governo Allende – a inflação ultrapassara 600% –, progrediu muito mais que Cuba, ao ponto de exibir em educação, crescimento e estabilidade, índices muito melhores que o Brasil e, incomensuravelmente melho-

res, que Cuba, sendo, hoje, uma democracia, enquanto Cuba é uma lamentável e anacrônica ditadura.

Mude, presidente. Sirva ao Brasil! Sirva ao povo brasileiro! E não aos seus companheiros

A irresponsabilidade do governo é tão grande, todavia, que pretende mandar, segundo a imprensa, os nossos especialistas em “inteligência” para treinamento segundo os métodos ditatoriais cubanos, herdados da KGB soviética. Em outras palavras, o namoro permanente com a ditadura, que o governo atual mantém – as visitas a Cuba pelas autoridades são tantas, que já se tornaram monótonas – faz pensar que seus integrantes gostariam de ver o modelo cubano implantado no Brasil, razão pela qual estão preparando as forças de inteligência nas técnicas do tirano de Cuba, para quando a oportunidade se apresente.

Na educação, o Brasil violenta a Constituição com a “exclusão dos incluídos”. Pessoas com preparo e capacidade para cursar, por merecimento, uma Faculdade, são excluídas para ceder suas vagas a pessoas menos habilitadas – por culpa do próprio Estado, que não propicia a educação básica que lhe compete – por uma falsa visão das denominadas ações afirmativas. É de se lem-

brar que a Constituição proíbe qualquer tipo de discriminação (artigo 3º, inciso IV) e que o governo ignora essa proibição, ao eliminar o critério da “competência”, preferindo o da “ideologia”. “Competência e mérito” cedem lugar a “discriminação”, proibida pela Constituição, e ao “despreparo”, sacrificando o nível do ensino para atender concepções jurássicas.

As indenizações destinadas aos amigos, correligionários e adeptos do atual governo, por supostas perseguições políticas, à época do regime de exceção, são escandalosas e outorgadas, como se nunca – depois daquelas perseguições – tivessem, os indenizados, logrado obter oportunidades de trabalho. E recebem fantásticas fortunas à custa dos contribuintes brasileiros. Só para se ter noção – segundo a imprensa – a MP 232, que está gerando a maior revolta, na história brasileira recente, contra a “curra tributária”, levará às burras oficiais R\$ 2,5 bilhões. Em compensação, as indenizações a serem pagas aos simpatizantes do governo que se opuseram ao regime militar, ultrapassarão, de longe, os R\$ 3 bilhões! E serão destinadas a pessoas que, na sua maioria, não foram impedidas de trabalhar, durante o período de exceção!!!

As despesas públicas com pessoal (foram contratados 45 mil funcionários federais a mais), por outro lado, cresceram, assustadoramente, no go-

verno atual, em clara demonstração de que os aumentos tributários destinam-se mais ao custeio das benesses do poder e ao luxo dos governantes atuais – o avião presidencial é, talvez, o símbolo mais eloquente desse desperdício – do que à prestação dos serviços públicos.

O próprio grito de ufanismo, de que o Brasil cresceu 5,2%, em 2004 – prevê-se um crescimento de apenas 3,5%, em 2005 – é ridículo. A Argentina no período cresceu 9,2%, a China 9,5%, a Índia 6,5% e a Rússia 7,1%. Só quem é totalmente despreparado para analisar ou não quer enxergar os dados da realidade, não percebe que o Brasil cresceu, não por mérito do governo Lula, mas pelo “efeito maré” da economia mundial e, mesmo assim, cresceu menos que os outros países no mesmo estágio de desenvolvimento, porque é um país mais vulnerável, por força do excesso de tributos, excesso de juros e burocracia esclerosada.

Esta é a razão pela qual, apesar de gostar do presidente Lula como pessoa, considero o seu governo, pela performance que vem apresentando, medíocre e, muitas vezes, profundamente irresponsável.

Mude, presidente, mude. Sirva ao Brasil! Sirva ao povo brasileiro! E não apenas aos seus companheiros de caminhada. Até porque não foram só eles que o elegeram.

Ives Gandra escreve nesta página às quintas-feiras, a cada 15 dias

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– V. Ex^a será atendido na forma regimental.

Concedemos a palavra ao extraordinário Senador do PT do Estado do Rio Grande do Sul, Senador Paulo Paim.

V. Ex^a tem vinte minutos para fazer o seu pronunciamento. Lembramos, evidentemente, que a Presidência é sempre generosa para com o Estado do Rio Grande do Sul.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Mão Santa, presidente em exercício, Senadoras e Senadores, em primeiro lugar quero reafirmar à Casa que está confirmado, por iniciativa deste Parlamentar, no próximo dia 7, às 10 horas da manhã, na Comissão de Assuntos Sociais, o debate sobre a PEC Paralela.

Convidamos para esse debate representantes dos delegados de Polícia, representantes da Polícia Militar, dos auditores dos Estados, dos auditores federais, dos advogados e do DIAP, Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar.

Sr. Presidente, todos sabemos que a PEC Paralela foi construída nesta Casa a partir de um grande acordo. A Câmara a mudou. Espero, agora, que construamos novamente um entendimento e que a matéria seja votada, beneficiando, de acordo com os meus cálculos, mais de dez milhões de brasileiros que esperam essa decisão.

Sr. Presidente, fiquei desde as 14 horas neste plenário na expectativa de falar. Assim fiz, apesar de já haver falado na segunda, na terça e na quarta-feira, para comentar uma iniciativa desta Casa que considero muito importante.

Sou daqueles homens públicos que prefere os exemplos. Como dizia Gandhi, mais vale um gesto do que mil palavras. Sou autor do Estatuto da Pessoa com Deficiência, por meio do qual melhoraremos a vida de 24,5 milhões de pessoas.

Faço uma homenagem a este jovem que está à minha direita: o servidor público Ayres Neves Júnior, que faz parte de uma comissão especial que está estudando, nesta Casa, formas para permitir às pessoas deficientes que se movimentem sem problemas – para isso, ele está naquele triciclo. A intenção é adquirir mais do que um daqueles, para que, todas as vezes em que uma pessoa com deficiência visitar o Senado, possa se deslocar, sem ter de enfrentar nenhum obstáculo, pela Câmara e pelo Senado. É claro que essa é uma iniciativa do Senado. Quero dizer também, Sr. Ayres, que fiquei muito feliz quando soube que o Senador Eduardo Suplicy o contratou para trabalhar com S. Ex^a.

Há um movimento na Casa para que, em todos os departamentos do Senado da República, traba-

lhem pessoas portadoras de deficiência. Gosto de dar exemplos. Trabalham comigo, e muito bem, três pessoas cegas e um deficiente. Não elogio a deficiência, mas lembro que os deficientes, como digo sempre, são muito eficientes em outras 99 áreas.

Cumprimento a Comissão, da qual o Aires faz parte, por estar se movimentando por toda a Casa a fim de retirar todos os obstáculos, inclusive os de ordem física e arquitetônica. A famosa acessibilidade permitirá que, não só esta Casa, não só os prédios públicos, mas também áreas privadas sigam o exemplo do Senado e se aparelhem – isso deve ocorrer, por exemplo, nos *shoppings* – a fim de permitir a um deficiente que circule com tranquilidade. Considero importante falar sobre isso neste momento, porque esses exemplos devem ser seguidos.

Mais uma vez, parabenizo o movimento.

Aproveito para cumprimentar o Ministério Público Federal por estar fazendo chegar aos nossos gabinetes – confesso que pedi mais mil – esta cartilha que leva o nome “O Acesso de Alunos com Deficiências às Escolas e Classes Comuns da Rede Popular”, e está aqui um cadeirante, na capa deste livro.

É importante porque a pessoa portadora de deficiência deve também ter acesso à escola regular; ela não quer ser discriminada. E, no convívio, como diz muito bem esta cartilha do Ministério Público, mostra-se como a criança se integra com facilidade apesar de ter uma ou outra deficiência.

Agradeço pela cartilha que me chegou às mãos pelo companheiro Luciano, que também é deficiente e que trabalha no nosso gabinete. Cumprimento todos aqueles que trabalharam na elaboração da cartilha, como, por exemplo, o Procurador-Geral da República, Dr. Cláudio Fontelles; a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, na figura de Ela Wiecko Volkmer de Castilho; a Escola Superior do Ministério Público da União, na figura de Lindôra Maria Araújo; Fundação Procurador Pedro Jorge de Melo e Silva, pela pessoa de Antonio Fonseca; e as autoras Eugênia Augusta Gonzaga Saverio, Luiza de Marillac P. Pantoja, Maria Teresa Egler Mantoan, a jornalista Luiza, o estagiário Roberto Roselini; com revisão de Antonio, Cláudia, Marcelo, Patrícia; ilustrações de Antonio Furtado; diagramação de Reviravolta Comunicação Visual; apoio Ministério da Educação, Caixa Econômica Federal, Federação Brasileira das Ações de Sindicatos e também da Rede Globo.

Sr. Presidente, fiz questão de ler porque considero que iniciativas como esta – refiro-me a este movimento que está fazendo aqui no plenário o nosso colega de trabalho e amigo Aires Pereira das Neves Júnior

– deveriam ser seguidas também por grande parte da nossa sociedade.

Sr. Presidente, espero que esse movimento sensibilize esta Casa para que aprovemos rapidamente o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Há uma expectativa muito grande na sociedade em relação à aprovação desse estatuto.

O mérito do estatuto não é de quem o apresentou; o mérito, neste momento, não é somente desse jovem que aqui está, mas da Comissão que está trabalhando nesta Casa. E gostaria que toda a Comissão se sentisse homenageada, neste momento. Manifesto um pouquinho da minha emoção, mas é natural por parte de quem tem uma irmã que ficou cega aos 40 anos. Já contei essa história, não vou repeti-la agora.

Aproveito para cumprimentar o Diretor-Geral do Senado Federal, Agaciel da Silva Maia, que sei tem incentivado, independentemente de quem seja o Presidente ou de qual seja a Mesa Diretora, que a Casa, cada vez mais, trabalhe com sensibilidade em relação à pessoa com deficiência. Não falo somente deste caso. Lembro que, recentemente, quando eu estava na Vice-Presidência da Casa, fiquei em um dilema. Lá, trabalhavam dois deficientes cegos: um negro e um branco. O que fazer? Eu não podia continuar com os dois. Apelei ao Sr. Agaciel e apelamos ao Presidente da Casa. O resultado foi que contratamos os dois. Os dois ficaram trabalhando na Casa, à nossa disposição: tanto o Luciano, que é branco e é um poeta, uma alma, um coração, uma mente muito bonita, como o João Júlio, que é negro e cumpre também o seu papel na Casa no serviço de assessoria parlamentar.

Enfim, Sr. Presidente, fiquei aqui até agora para dar este depoimento, cumprimentando o Senado da República e o Ministério Público. Parabéns, Aires Pereira das Neves Júnior, que aqui representa a Comissão de Sensibilidade, e toda a equipe da Casa! Fiz questão de repetir seu nome uma, duas, três vezes, porque creio que é importante. É um exemplo a ser seguido. Parabéns, Direção da Casa! Devagar estamos avançando.

Que o dia 21 de setembro, símbolo da Primavera, estação que, para mim, lembra flores e alegria, seja o dia da sanção e da aprovação do Estatuto do Portador de Deficiência.

Eram as considerações que queria tecer. Agradeço a V. Ex^a por ter me dado a oportunidade de fazer este breve comentário de um tema que considero muito caro e de suma importância.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres, representante do Estado de Goiás, pela Liderança do PFL.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO. Pela Liderança do PFL.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Governo Federal investiu, no ano passado, R\$1,00 na segurança pública de cada brasileiro. Quando a esmola é pequena demais, nem o santo confia. Um real não dá nem para comprar um estilingue e jogar pedra no ladrão. Seria cômico se não fosse uma tragédia diária, e a violência é socialista como foi o Presidente Luiz Inácio da Silva: vitima homens, mulheres, crianças e, principalmente, os jovens; tranca o rico no condomínio fechado e leva o dinheiro do pobre comprar o pão. E, para combatê-la, o Governo Federal gasta R\$1,00 por ano com cada habitante. Um real por ano, menos de dois centavos por semana para fazer a segurança pública de cada pessoa. Tenho de repetir essa calamidade, como já o fiz em outros pronunciamentos, na tentativa de sensibilizar o Presidente da República. E o Presidente Lula é um homem sensível. Ele viu que a segurança pública no Haiti estava um caos e mandou tropas para lá. Mas o Presidente, apesar de preferir pagode e churrasco durante os semanais rachões de futebol em seu quintal, deve ter ouvido Caetano Veloso cantar que “o Haiti é aqui”.

Se quiser encontrar o Haiti, o Presidente da República gastará menos de uma hora de carro ou apenas alguns minutos caso prefira olhar de cima, a bordo do AeroLula, aparelho confortável no qual caberia tudo que foi investido em segurança pública no Brasil no ano passado e ainda sobraria espaço interno para se construir um aviário, que é como o pessoal do Executivo chama galinheiro. É muito perto do Palácio do Planalto, do Congresso Nacional, o Haiti que transformou a Praça dos Três Poderes numa ilha cercada de insegurança por todos os lados. O Entorno do Distrito Federal é um Haiti esquecido pela Presidência da República. O som dos tiros, os gritos das vítimas e o choro de suas famílias só não são ouvidos pelo Presidente da República, se sua sala no Planalto e sua suíte no Alvorada tiverem isolamento acústico. É muito perto, por exemplo, a aflição do povo de Águas Lindas, a cidade que mais ganhou habitante proporcionalmente nos últimos anos. No início da década passada, era um distrito em que viviam duas mil almas. Hoje, é uma cidade imensa, com 250 mil sobreviventes da violência, clamando por atenção do Poder Público.

Em Águas Lindas, sua vizinha, Luiz Inácio Lula da Silva não investiu sequer o realzinho que gastou com a segurança de cada habitante do Brasil em 2004. Aliás, com cada vizinho seu de Águas Lindas, o Presidente da República não gastou um centavo sequer, o que o torna responsável direto por estar cercado de Haiti. Se a comparação for feita nos níveis de violência contra a pessoa, o Entorno do Distrito Federal é

até mais inseguro que o Haiti, com a diferença grave de que Porto Príncipe recebe tropas do Exército e até jogo da Seleção, e Águas Lindas e região recebem apenas o desprezo.

O Brasil inteiro sabe que o Presidente é um homem grato. No primeiro turno das eleições de 2002, Luiz Inácio Lula da Silva teve em Águas Lindas quase o triplo de votos de José Serra e manteve a goleada no segundo turno. A população do Entorno implora ao Presidente Lula que observe o que está acontecendo ao seu redor, invista na segurança de seus vizinhos, atente para os números da violência que o circunda.

Todos os meses, em média, são assassinadas 30 pessoas no Entorno do Distrito Federal, computando-se apenas os homicídios dolosos. Já foi pior: eram 50 homicídios em 1999. Mas também já foi melhor: passaram para 25 em 2001. Essa evolução rápida ocorreu graças aos investimentos do Governo Federal na administração do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Recomeçou a piorar com a falta de investimentos do Presidente Lula, que, aliás, pelo menos nisso, continua igualitário e socialista. Esqueceu a segurança pública do País inteiro e encarnou a definição de Millôr Fernandes para valentia: “Trago sempre armas modernas, minha casa é uma fortaleza e não saio sem guarda-costas, como todos os valentes que conheço”.

Luiz Inácio é um bravo, mas o milhão de brasileiros de todos os Estados que habitam as cidades goianas no Entorno do Distrito Federal precisa dessa bravura presidencial em forma de verbas. As polícias não têm armas modernas, o povo não dispõe de meios para fazer de sua casa uma fortaleza, seu único guarda-costas é a fé em Deus e não adianta demonstrar valentia perto de bandido porque, em 95% dos casos, quem reage morre.

Quando o Governo Federal quer, ele resolve, pois dinheiro não lhe falta. A arrecadação continua subindo como o AeroLula. Só em fevereiro foram R\$25,1 bilhões. Mais de R\$25 bilhões em apenas um mês que, além de menor que os outros 11, é tradicionalmente ruim para arrecadar. Assim, o Governo dispõe de recursos para intervir na Saúde do Rio de Janeiro e fazer, em duas semanas, o que deveria ter feito nos dois anos anteriores e irresponsavelmente se omitiu. Na tentativa de queimar a imagem do Prefeito do Rio, César Maia, o Governo Federal fez brotar dinheiro dos corredores do Ministério da Saúde e, numa ação kafkiana, interveio em hospitais que eram seus. Para salvar a pele de seu Ministro menos eficiente, o da Saúde – e o Brasil sabe que esse Campeonato de Incompetência é muito disputado –, o Governo abriu suas asas sobre o Rio, como se apenas a Cidade Maravilhosa tivesse filas

em hospitais, como se apenas ali faltassem médicos e medicamentos.

Agora, espera-se que o Chefe da Casa Civil coloque na frigideira também o Ministro da Justiça para que apareça dinheiro para a segurança pública. Infelizmente, é necessário torcer até pelo imponderável para que o Presidente da República observe a guerra civil travada não no Haiti da América Central, mas no Haiti do Planalto Central.

A disposição do Governo em intervir nos seus próprios hospitais no Rio é a mesma que dá lucro bilionário aos bancos, mas se alguém quiser ver o estereótipo do desânimo mire-se na moleza quando o assunto é segurança, seja a pública ou a nacional. Deixa faltar comida em hospitais das Forças Armadas, metade da frota da Aeronáutica está nos pátios por falta de peça e manutenção, o Exército ainda usa veículos da Segunda Guerra Mundial e os militares são dispensados do treinamento para economizar munição. Se com a União arrecadando R\$300 bilhões por ano a situação chegou a esse caos, avalie-se como estão as polícias estaduais.

Quando a comparação é entre as polícias do Distrito Federal e as de Goiás, então, as diferenças são alarmantes. Um soldado em início de carreira recebe em Goiás menos de R\$1 mil líquidos. Em Brasília, é o dobro. Na Polícia Civil, agente do DF ganha mais que delegado em Goiás. Não que os policiais do Distrito Federal não mereçam. Não são eles que ganham muito, os policiais de Goiás é que recebem mal. E por quê? Porque o Governo Federal banca os vencimentos dos policiais de Brasília. Para Goiás, nada.

Por essas e outras causas, são criadas situações bizarras. Como praticamente ficaram conurbadas as cidades satélites do DF com algumas cidades goianas, o policial do Estado corre atrás de bandido de um lado ganhando a metade do seu colega do Distrito Federal. Acabou-se a fronteira, mas abriu-se um abismo, principalmente salarial.

Os Governadores de Goiás e do DF fizeram parceria no dia 1º de março e, no dia seguinte, a Promotora de Justiça Marivânia Palmeira de Oliveira Ferez foi vítima de seqüestro-relâmpago em Valparaíso, cidade goiana que faz divisa com o Distrito Federal. Se a violência atingiu até uma autoridade do nível da doutora Marivânia, integrante do Ministério Público de Goiás, é porque passou dos limites.

Todos os dias, a qualquer hora, pessoas anônimas são mutiladas, roubadas, estupradas. As famílias perderam a tranquilidade. Quando seus filhos saem para a escola, reina o desassossego até voltarem para casa. Quem fica em casa vê as portas sendo arrombadas, móveis e eletrodomésticos levados por

larápios antes de quitar as prestações. As pessoas de bem ficam atrás das grades nos muros e nas janelas, enquanto os bandidos tomam conta das ruas. Os comerciantes são atacados por ladrões. O Brasil inteiro convive com essa barbárie, mas à região goiana do Entorno do Distrito Federal só falta o decreto de calamidade pública.

Os próprios policiais definem como guerra civil o que está ocorrendo nas cidades do Entorno. De fato, o estado é de terra arrasada. Além das questões sociais, a violência na região é produto também do sucateamento das viaturas, da deficiência salarial, da quantidade insuficiente de policiais.

A principal reportagem da edição de 26 de março de 2005 do jornal **Correio Braziliense** foi sobre a criminalidade no Entorno. “VIOÊNCIA”, gritou o **Correio** na primeira página, acrescentando que o “aumento da criminalidade no Entorno assusta Brasília”. O **Correio Braziliense** informa que oito cidades do Entorno tiveram 25% dos assassinatos ocorridos no Estado de Goiás em 2004. São 246 Municípios no meu Estado e um quarto dos homicídios ocorrem em apenas oito, exatamente no Entorno. Notícia o **Correio Braziliense**:

Dados da Secretaria de Segurança Pública e Justiça de Goiás revelam que 1.118 assassinatos foram registrados no Estado em 2004. Desse total de mortes violentas, 279 aconteceram na fronteira com o DF. E 71% das vítimas foram executadas com armas de fogo.

No alto da página, o **Correio** constata: “Falta de recursos da polícia goiana dificulta repressão aos bandidos”. Infelizmente, é um retrato fiel da tragédia diuturna que espanta 1 milhão de pessoas nas cidades goianas que se limitam com Brasília e aterroriza os mais de 2 milhões de habitantes do Distrito Federal.

De fato, a deficiência material é responsável por grande parte dos problemas, mas é consequência. Uma das causas é o desprezo do Governo Federal. Para dar idéia da desatenção, os 250 mil moradores de Águas Lindas são cuidados por 25 policiais por turno, com apenas duas viaturas durante o dia. Um lugar com tanta violência tem somente um policial para cada 10 mil moradores e apenas uma viatura para cada 125 mil habitantes. É muito pouco, e sou testemunha da omis-

são. Vou sempre a Águas Lindas, a convite do Prefeito José Pereira, e às demais cidades do Entorno, como estarei amanhã de manhã em Novo Gama.

Falta tudo na região, e um dos maiores clamores é por paz. O Governo Federal tem de ouvir os seus vizinhos. Duzentos e setenta e nove assassinatos em oito cidades são uma carnificina no quintal do Presidente da República, que pode ter responsabilidade direta na redução da criminalidade, assim como está tendo no aumento da violência. Já que sobra dinheiro para dispensar acordo com o FMI, está na hora de desafiar o banditismo com verbas federais na segurança pública. Goiás, como os demais Estados, precisa dessa força do Governo Federal, que retém quase todo o dinheiro arrecadado nas unidades da federação.

O Presidente Lula pode entrar para a história da violência ou da paz. Caso permaneça omissos, as famílias das vítimas se lembrarão do Presidente da República como o governante que poderia ter evitado o luto e as lágrimas, mas preferiu passar por cima dos problemas, a bordo do Aerolula. Se quiser agir, o Presidente ficará na memória da população como o estadista que quer fazer bonito na ONU mandando tropas para o Haiti, mas que também se importa com a carnificina ao lado de sua casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– V. Exª deseja que seja transcrito o material apresentado?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– Sim, Sr. Presidente.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR DEMÓSTENES TORRES EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

Matérias referidas:

“Violência”

“Prazo Demais”

“Crime no Entorno pressiona Brasília”

“Faixa de Gaza no Palácio do Planalto”

(**Correio Braziliense**, de 26-03-2005)

CORREIO BRAZILIENSE

VIOLÊNCIA

AUMENTO DA CRIMINALIDADE NO ENTORNO ASSUSTA BRASÍLIA POLÍTICA

NÃO HÁ MAIS CLIMA PARA ISSO. SE (OS DOCUMENTOS) PERTENCEM
À HISTÓRIA DO PAÍS, PERTENCEM À POPULAÇÃO BRASILEIRA

Roberto Buatois, presidente nacional da Comissão dos Arquivos do Brasil (CABR)

IMPRESSÃO

Presidente da Comissão de Mortos e Desaparecidos defende alterações na MP sobre a abertura dos arquivos secretos, como a mudança de critérios para divulgação mais rápida de documentos de interesse da população

É prazo demais...

MATHEUS MACHADO
DA FOLHA DE SÃO PAULO

Foi apenas um dia de análise e pouco mais de três horas de discussões. Assim, sem um debate mais aprofundado, a Medida Provisória 228, que trata da divulgação de arquivos ultra-secretos, entre os quais documentos da ditadura, foi aprovada no dia 15 na Câmara dos Deputados. O texto permite que o governo mantenha sigilo de determinados documentos pelo tempo que achar conveniente, e isso preocupa os defensores da abertura dos arquivos. Um deles é o presidente da Comissão de Mortos e Desaparecidos da Secretaria Na-

cional dos Direitos Humanos, Augustino Veit, que defende a mudança da MP no Senado.

O maior problema, na visão de Veit, é que o texto da MP permite à Comissão de Averiguação e Análise de Informações Sigilosas adiar o prazo de divulgação de documentos considerados ultra-secretos que ameacem "a soberania, a integridade territorial nacional ou as relações internacionais do país". O tempo para divulgação desses papéis caiu de 50 para 30 anos prorrogáveis por mais 30. Após esse período, a autoridade responsável pelos documentos poderá pedir para mantê-los em sigilo. Aí é que entra a decisão da comissão. Seus integrantes

poderão estender o segredo por um prazo longo demais. Ficará inteiramente a critério do grupo.

Uma outra preocupação dos especialistas no tema é que ninguém, na verdade, sabe quais documentos podem ser classificados como ultra-secretos. Quem tem a responsabilidade de analisar isso é a mesma Comissão de Averiguação e Análise de Informações Sigilosas. É ela que decidirá, por exemplo, se alguns arquivos da ditadura militar serão classificados como sigilosos (com prazo de sigilo menor) ou ultra-secretos.

Para Augustino Veit as discussões na comissão podem levar em conta apenas os interesses do governo, que muitas vezes entram em conflito

com o desejo da sociedade de uma divulgação ampla. "Existe um aspecto grave em tudo isso, vão existir documentos que serão renovados quantas vezes a autoridade entender. Coisa que não beneficia muito a abertura", critica o presidente da Comissão de Mortos e Desaparecidos. Para ele, a MP não alterou em praticamente nada a situação anterior de tentativa de abertura dos arquivos. "Acho que isso é mais uma política de governo que uma política de Estado", criticou.

Voto

Veit espera que a MP não seja apreciada no Senado da forma como foi na Câmara. O presidente da Casa, Serrinho Cavalcanti (PP-PE), desig-

no o relator dois dias antes da votação do texto no plenário. O deputado Sérgio Miranda (PCdoB-MG) teve de fazer algumas alterações no mesmo dia da votação. Das 18 emendas apresentadas pelos parlamentares, apenas uma foi aceita e, mesmo assim, parcialmente.

A medida foi votada e aprovada e, agora, segue para o Senado. Veio com a expectativa de que os senadores gastem mais tempo no debate o assunto. "São pipéis

que se tratam da nossa história. Isso não pode ser tratado desse jeito", reclamou. "Acho que a MP tem sim que mudar e ser muito discutida no Senado antes de ser mais uma vez aprovada."

O presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Roberto Busato, também defende a divulgação dos arquivos do regime militar sem restrições. Segundo ele, não há razão para guardar em segredo tudo aquilo que de fato fez parte da história do país. "A divulga-

ção desses documentos e arquivos do regime militar deve ser feita sem restrições", cobra Busato. "Não há mais clima para isso. Se pertencem à história do país, pertencem à população brasileira."

Paciência

O ministro da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, Nilmário Miranda, garante que o objetivo do governo é abrir os arquivos. Para isso, assegura, é que foi criada a Comissão de Averiguação e Análise de Informações Sigilosas. "Não quere-

mos manter sigilo algum. A linha é abrir os documentos que tratam da repressão política. É preciso apenas ter um pouco de paciência", disse.

Ele argumenta que a composição da comissão — formada por sete ministros — é equilibrada e favorece a divulgação dos documentos. "Temos o direito de fazer nossa comissão. Mas isso não quer dizer que não abriremos os arquivos. Muita gente que critica as medidas adotadas vai se surpreender no futuro."

■ COLABOROU HELAYNE BOAVENTURA

ARTIGOS //

Direito das famílias

A criação de um Centro de Referência e Pesquisa sobre violações dos direitos humanos durante a ditadura militar já poderia ter ocorrido, pelo menos, desde 1995, ano da promulgação da Lei n. 9.140/95 que, de certa forma, em um reconhecimento oficial da culpabilidade do Estado brasileiro, mas ela nasceu com uma lacuna essencial. Falta-lhe aquilo a que recentemente se referiu a juíza federal Solange Salgado, isto é, as "medidas instrumentais" que garantissem aos familiares o acesso aos documentos dos arquivos do regime militar. Na prática, a lei deixava o ônus da prova para os familiares. O Decreto 4.553, de dezembro de 2002, já revogado, tornou mais difícil o acesso aos arquivos.

Desde 1991, já existia a Lei de Arquivos e a Constituição Federal de 1988 abria espaço sem precedentes para o acesso dos cidadãos às informações públicas. Ações mais efetivas do governo Lula em relação a esse assunto só aconteceram, infelizmente, como reação à publicação das fotos supostamente de Vladimir Herzog pelo Correio Braziliense, em outubro de 2001. Por outro lado, desde 1994, um documento da Unesco com o Conselho Internacional de Arquivos definia a abrangência das "instituições de repressão" incluindo os serviços de informações, organizações paramilitares, tribunais de exceção, campos de concentração, prisões especiais, centros psiquiátricos.

Considerou-se também que as estruturas dos serviços de repressão "podem estar nos setores mais tradicionais da administração", daí a decisão de incluir na categoria anterior, as Forças Armadas, organismos de polícia e de segurança, tribunais civis e outros setores da administração civil. O documento reafirmava as funções fundamentais dos arquivos na consolidação dos direitos coletivos e individuais.

GEORGETE MEDLEG RODRIGUES

Doutora em História pela Université de Paris (Paris IV-Sorbonne), professora do Curso de Arquivologia e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília.

Conquista da democracia

As memórias compartilhadas constituem a comunidade e as sociedades nacionais. E, sendo assim, impõe-se ao Estado a responsabilidade de zelar pela preservação e divulgação do material que se encontra sob a sua guarda. Este desafio está sendo enfrentado pelo governo Lula. Do ponto de vista legal, o Brasil voltou a ter condições jurídicas para tornar públicos os documentos produzidos pelo Estado.

No fim do ano passado, a Medida Provisória 228, em fase de aprovação pelo Congresso Nacional, retomou o prazo máximo de sigilo estipulado na Lei de Arquivos, de 1991. A nova regra criou também a Comissão de Averiguação e Análise de Informações Sigilosas, que poderá — caso seja solicitada — analisar a possibilidade de prorrogação do prazo de sigilo de documentos ultra-secretos, se a informação ameaçar "a soberania, a integridade territorial nacional ou as relações internacionais do país".

A comissão faz um levantamento com o objetivo da desclassificação do caráter sigiloso. Muitos documentos já estão recebendo tratamento técnico adequado à preservação e acesso e em pouco tempo serão encaminhados ao Arquivo Nacional.

A comissão continua a receber, nas próximas semanas, documentos que estão sob a guarda de outras instituições como a Aeronáutica, por exemplo. Além disso, convidado pela SEDH, um grupo de trabalho interdisciplinar começou a elaborar o projeto do centro de referência sobre violação de direitos humanos no Brasil, iniciativa que será um marco no conjunto de políticas públicas para a garantia do direito à memória e à informação no Brasil.

Espaço de convergência e difusão de informações, ele vai reunir ou terá a referência de todo o tipo de informação produzida naquele período, como documentos, filmes, livros, jornais, além de abrigar um projeto de história oral, com depoimentos de vítimas. Com essas medidas, democráticas e transparentes, estão sendo criadas, políticas públicas que garantem o direito à informação.

NILMÁRIO MIRANDA

Ministro-chefe da Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH)

VIOLENCIA

Oito cidades vizinhas ao Distrito Federal concentram 25% dos assassinatos de todo o estado de Goiás. Falta de recursos da polícia goiana dificulta repressão aos bandidos. Convênio estadual ainda funciona precariamente

Crime no Entorno pressiona Brasília

LEANDRO BISA
DA EQUIPE DO CORREIO

O Distrito Federal está diante de uma fronteira de violência. A capital do país é vizinha de um aglomerado de cidades do estado de Goiás que concentram um alto índice de criminalidade. Oito cidades localizadas no Entorno do DF respondem por 25% dos assassinatos registrados no estado de Goiás em 2004. Sem recursos para combater os bandidos nas proximidades da área federal, a polícia goiana conta com a colaboração dos colegas de Brasília.

A violência de Goiás seria um problema local se ficasse restrita aos limites com o DF. Ocorre que a criminalidade no Entorno tem um impacto em Brasília. As cidades vizinhas à capital servem de posto de distribuição para os traficantes de drogas. E crimes que preocupam o brasileiro, como seqüestro-relâmpago, são frequentemente cometidos por bandidos do Entorno.

O estado de Goiás possui 246 municípios. Mas a violência concentra-se em oito cidades que ficam em um raio de 150 km de Brasília: Águas Lindas, Padre Bernardo, Santo Antônio do Descoberto, Novo Gama, Valparaíso, Luziânia, Cidade Ocidental e Cristalina. Dados

PRIMÓ
Segundo o governo de
Goiás, em 2004,

279

assassinatos ocorreram
em oito cidades goianas
que cercam o DF

da Secretaria de Segurança Pública e Justiça de Goiás revelam que 1.118 assassinatos foram registrados no estado em 2004. Desse total de mortes violentas, 279 mortes aconteceram na fronteira com o DF. E 71% das vítimas foram executadas com armas de fogo.

Guerra do tráfico

Na avaliação da polícia goiana, o tráfico de drogas é a força motriz da guerra que ocorre em ruas esburacadas e mal iluminadas da região. Traficantes brasilienses expostos do DF disputam espaço no Entorno. E os pontos de venda se multiplicam em localidades como Novo Gama, Valparaíso e Águas Lindas. Rixas entre grupos rivais e acertos de contas são comuns. "O Lago Azul, por exemplo, é chelo de bocas-de-fúria", disse o coronel Odair Ângelo Meneses, comandante do 5º Comando

Regional de Polícia Militar de Goiás, responsável pelo policiamento ostensivo em toda região do Entorno, ao se referir ao bairro de Valparaíso.

Em 1º de março último, os governos de Goiás e do Distrito Federal assinaram um convênio de cooperação mútua na área da segurança. É uma tentativa localizada de pôr em prática um plano nacional de segurança, que, lançado em 2002 pelo governo federal, ainda é incipiente. Conforme explicou o coronel Meneses, da Polícia Militar de Goiás, o acordo ainda não entrou em prática efetivamente. "Estamos organizando as operações. Elas vão começar a partir de abril". Disse o comandante. Além de Valparaíso e Santa Maria, Gama e Novo Gama também estão na área.

O sociólogo Flávio Testa, especialista em criminalidade, defende que, para ser eficaz, a parceria precisa de cooperação efetiva entre os policiais das duas unidades da federação. "Não adianta o reforço por parte do DF sem que Goiás invista em segurança. Os nossos policiais ficarão sobrecarregados", comenta. Para Testa, o aumento da violência nessas regiões de fronteira é um fenômeno que ocorre em todo o país. "Essas áreas viram terra de ninguém. O poder público nem sempre consegue atuar de forma eficaz" diz.

Sem policial para combate

O 5º Comando Regional de Polícia Militar de Goiás, responsável pelo policiamento ostensivo em toda região do Entorno, ao oeste do DF, tem apenas 1.320 soldados para cuidar de uma área compreendida por 11 municípios e 11 distritos, segundo coronel Odair Ângelo Meneses. "Temos apenas um terço do número de policiais necessários", comenta o coronel. Não bastasse a falta de homens, as condições da frota de veículos da PM/GO é precária. "Nossos carros estão todos sucateados. Como as ruas são muito esburacadas, a vida útil das viaturas é de apenas um ano. As nossas foram adquiridas em 2000 e 2001. E falta manutenção", afirma o policial militar.

A situação da Polícia Civil, reconhece o diretor ge-

ral de Polícia do Estado, delegado Humberto de Jesus Teixeira, é semelhante. São 330 agentes para cuidar do Entorno. "Nós temos viaturas, mas sofremos com a falta de efetivo. Eu morro de inveja dos recursos que o DF tem", conta.

O delegado afirma não ser apenas o narcotráfico que avança sobre o Goiás. "Outras modalidades de crime acompanham o tráfico e estão migrando para cá", comentou.

A ousadia dos criminosos é grande. No dia 12 último, dois bandidos armados assaltaram a agência Rede Fácil às 11h, na principal avenida do Jardim Ingá, bairro de Luziânia. A agência é vizinha a um posto da Polícia Militar. Mas, na hora do crime, não havia policiais no posto.

Realidades distintas

O major Agrício da Silva, comandante em exercício do 9º Batalhão de Polícia Militar do DF, localizado no Gama, e um dos maiores da região oeste do DF, disse que seus policiais têm grande dificuldade em agir no Entorno. Como o convênio entre Brasília e Goiás é recente, os policiais ainda não conhecem a região. "Hoje mesmo (dia 22 de março), fomos comunicados que um carro havia sido roubado e se avaliou para o Novo Gama. Os policiais não conhecem a área. Com o con-

venio implantado, isso vai mudar", conta. O diretor de Polícia de Goiás, Humberto Teixeira, tem consciência da necessidade de mudar a forma de trabalho no Entorno. "Estou esperando a nomeação de 600 policiais novos", comenta. Ele acrescenta que outras medidas estão sendo estudadas, com a implantação da Lei Seca.

O presidente do Sindicato dos Policiais Civis do Entorno (Sinpoc/Reide), Silveira Alves Moreira, acha que não basta alterações no quadro das dele-

gacias e crítica a falta de investimentos. "Nós somos mal preparados. Fazemos um curso rápido e não passamos por reciclagem", disse Silveira. O salário médio de um policial civil em Goiás é R\$ 1.500, segundo Silveira. O valor é três vezes e meio menor do que o pago aos agentes do DF. A diferença salarial também é notada na PM. Os soldados recebem R\$ 1 mil, enquanto no DF o salário da categoria é R\$ 2.200.

Vítimas humildes

A diferença entre as polícias

goiana e brasiliense favorece os bandidos, que preferem cometer crimes na periferia da capital federal. "É natural que os criminosos atuem no Entorno", analisa o especialista Flávio Testa. Ele cita como exemplo o crime de seqüestro relâmpago, quando no início o alvo eram integrante da classe alta. "O que se vê hoje são marginais seqüestrando pessoas mais humildes", avalia.

A merendeira Alda de Oliveira, 37 anos, é moradora do Gama, mas foi vítima da violência no Entorno. Ela trabalha na cre-

che Cecília Meireles, no bairro Céu Azul, em Valparaíso. Apesar de não morar na cidade, também enfrenta a rotina de medo. Em janeiro deste ano, Alda ajudava a cuidar de cerca de cem crianças, incluindo a filha, quando um traficante em fuga e trocando tiros com a polícia, pulou o muro da creche. "Ele mandou todo mundo ficar calado. Só que as crianças choravam", conta a merendeira. "Era um garotão. Ficou uns 20 minutos lá dentro. Depois se entregou, graças a Deus", acrescenta.

Brasilienses e goianos que moram no limite entre Santa Maria e Valparaíso contam o cotidiano de violência. Quando o crime é no DF, há mais chance de investigação

Faixa de Gaza no Planalto Central

LEONARDO BISA
DA EQUIPE DO CORREIO

Uma rua de terra separa os limites da violência no Entorno e no Distrito Federal. Ela é conhecida como *Faixa de Gaza*, em referência ao território no Oriente Médio onde judeus e palestinos se digladiam há décadas. No território de conflito às margens do Distrito Federal, as mortes ocorrem não por razões ideológicas ou religiosas, mas sim por causa da ação de bandidos e do tráfico de drogas.

O motorista de caminhão Oswaldo Gomes Correia, 49 anos, perdeu dois filhos para o crime. O mais velho, Renato, morreu em 1998. Junto com amigos, ele saiu do bairro onde morava, o Céu Azul, no Valparaíso, para roubar um carro na Praia de Clubes Sul. O dono do veículo estava armado e reagiu. O segundo filho, Artur, morreu aos 20 anos na guerra do tráfico. No dia 8 de abril de 2001, às 0h30, Artur levou nove tiros na saída de um baile de rap, a 200 metros de casa. Oswaldo ainda correu para salvá-lo. "Quatro tiros de revólver 38 e cinco de pistola 380. Quando o peguei em meus braços, já estava morto. Levei para o Hospital do Gama só para tirar do meio da rua. Não dava para esperar o IML. Às vezes, o corpo passa o dia na rua esperando o rabeção", disse Oswaldo. O Céu Azul é considerado uma das áreas mais críticas do Entorno. Dos 52 homicídios registrados no município de Valparaíso em 2004, 16 aconteceram neste bairro.

Os dois jovens que mataram o filho de Oswaldo moravam em Santa Maria, no Distrito Federal. A dupla chegou a Valparaíso a pé, após atravessar a Faixa de Gaza. A rua de terra, paralela à DF-020, divide as duas cidades. De um lado, está o Módulo Residencial Santa Maria. Do outro, a Quadra 119 do Céu Azul, bairro de Valparaíso. Oswaldo sabe que começou a pensar no filho Artur nesse local, três anos antes de ser fuzilado na saída do baile de rap.

Assalto e prisão

Com 17 anos então, o adolescente era iniciado em merla, droga derivada da cocaína que, depois da maconha, é a mais consumida no Entorno. Sem dinheiro para comprar o produto, Artur decidiu cometer um assalto. Na *Faixa de Gaza*, abordou um amigo do próprio Oswaldo. A vítima, um pai de família de 10 anos, morreu com uma facada na barriga. Como o crime ocorreu na área do Distrito Federal, coube à polícia brasiliense a investigação do caso. Artur foi apreendido dias depois. Passou três anos inter-

nado no Centro de Atendimento Especializado (Caej). "Quando o corpo cai para lá, é bom, porque a polícia do DF investiga e prende. Quando cai para cá, é ruim", disse Oswaldo.

Hoje, o motorista lidera um movimento social pela conscientização da juventude no Céu Azul. Conversa com jovens nas ruas, procura familiares de vítimas, providencia enterros e, quando pode, distribui um jornal comunitário editado por ele mesmo.

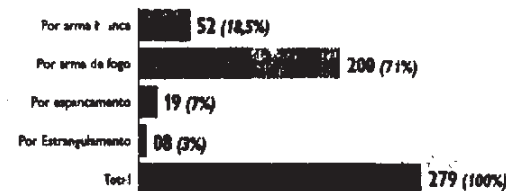
"O meu sonho é organizar uma associação de pais de jovens mortos na guerra do tráfico. A dor de ver dois filhos morrendo dessa maneira me mudou. Não quero isso para ninguém", conta o motorista. O resultado de seu trabalho pode ser conferido em casa. Os dois filhos mais novos, de 16 e 15 anos, levam

uma vida bem diferente da dos irmãos falecidos. "Eles trabalham durante o dia na Caixa Econômica e estudam à noite. No sábado fazem curso profissionalizante e domingo vão à igreja. E muitos outros meninos seguem os passos deles", conta Oswaldo.

FRONTEIRA DE RISCO

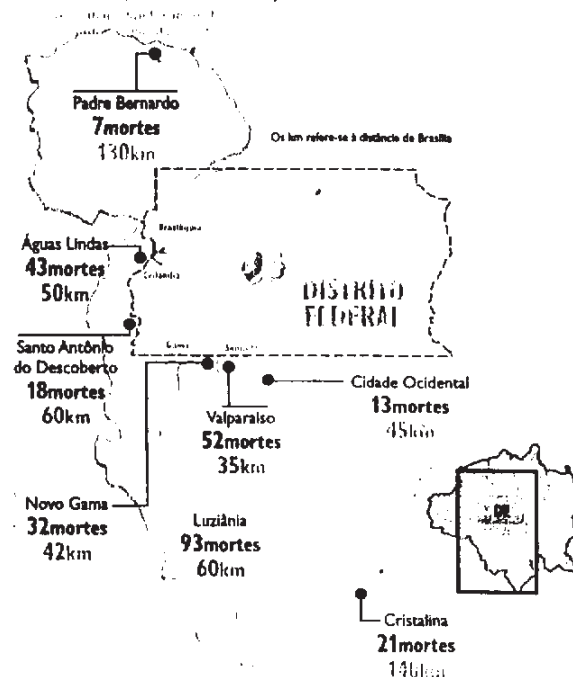
Oito cidades do Entorno do Distrito Federal concentram 25% das mortes registradas em todo o estado de Goiás no ano de 2004.

HOMICÍDIOS EM 2004 NO ENTORNO DO DF



1.118 é o total de homicídios no estado de Goiás em 2004

279 assassinatos ocorreram nas proximidades do DF



Rendido no bingo

CAROLINA CARABALLO
DA EQUIPE DO CORREIO

Os boletins policiais mostram diariamente que a rota da violência passa do Entorno para o Distrito Federal e vice-versa. Exemplo disso é o seqüestro-relâmpago que o mecânico J.O.R., 28 anos, sofreu na madrugada de ontem. Ele foi levado por dois homens — Maurílio Coelho da Silva, 19 anos, e outro rapaz identificado apenas como Gordo — de Valparaíso até Santa Maria.

Policiais militares conseguiram prender Maurílio. O comparsa dele está foragido.

J. estava dentro do carro, uma Belina branca, no Pólo JK, próximo a um bingo de Valparaíso II. Por volta das 00h30, foi abordado por um rapaz em busca de dinheiro. O jovem sacou a arma e entrou no carro. Mandou J. andar pelas redondezas. Menos de 15 minutos depois, estavam de volta às proximidades do bingo, onde Maurílio entrou no carro e assumiu a direção.

Mandado para o portamalas, J. ficou abaixado o tempo todo. Já estavam em Santa Maria quando o carro foi interceptado por

valentões da PM. J. ficou em cima, mas com os policiais conseguiu fugir. De acordo com Maurílio, ele não queria o carro apenas para dar um passeio. J. ainda lesa a vida está solto e está com muito medo, desabafou a vítima.

AGUSTÃO

HOMEM É BALEADO AO SAIR DE SHOPPING

Nicélio Fernandes Campos, 32 anos.

Apesar de dois tiros nas pernas, ontem, quando estava no estacionamento do Flamingo Shopping, em Sobradinho, o crime ocorreu por volta das 15h30. A vítima foi levada para o Hospital Regional de Sobradinho. A polícia ainda investiga quem é o autor dos disparos. Segundo testemunhas, ele fugiu em uma camionete Fiat Strada branca logo após atingir Nicélio Campos. A suspeita é de que o crime tenha sido resultado de uma discussão entre os dois, motivada por ciúmes da namorada.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a será atendido na forma do Regimento Interno.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, concedemos a palavra ao Senador do PSDB de Minas Gerais, Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, volto a ocupar a tribuna para fazer uma denúncia grave sobre um procedimento do Governo Federal em relação ao Estado de São Paulo.

O Governador Geraldo Alckmin acabou de conceder uma entrevista coletiva, em São Paulo, mostrando a perseguição feita ao Estado, em relação ao seqüestro, ao bloqueio de R\$57 milhões, feito pelo Tesouro Nacional, dos recursos do FPE – Fundo de Participação dos Estados, do Estado de São Paulo, por conta de dívidas contraídas pela Vasp nos anos 80, cuja renegociação foi feita na década de 90.

O seqüestro, segundo as palavras do Governador Geraldo Alckmin, foi feito de forma arbitrária e injusta, sem comunicação prévia. O Governador disse ainda que o Ministro Palocci lhe telefonou ontem, falou sobre o problema do endividamento da Cesp e citou, segundo Alckmin, superficialmente, a questão da Vasp. Nada mais foi dito, porque o bloqueio já tinha sido feito, quando o Ministro Palocci ligou para o Governador de São Paulo.

É lamentável, Sr. Presidente, que tenhamos de trazer um assunto desse aqui. Veja bem que o Gover-

no do PSDB, em nenhum momento, fez discriminação em relação a Governador que o apoiasse ou não. O Governo Lula, ainda recentemente, teve uma atitude de tolerância em relação à Prefeita do Estado de São Paulo e, agora, vem, de maneira inusitada, por conta de dívida da Vasp, fazer um bloqueio de recursos do Estado de São Paulo.

A área jurídica do Governo de São Paulo já obteve liminar do Supremo Tribunal suspendendo esse bloqueio, porque, além dos R\$57 milhões que serão devolvidos, houve ainda uma tentativa do Governo Lula de bloquear mais R\$28 milhões. O total chega a R\$590 milhões, que se quer bloquear.

Em vez de cobrar da empresa devedora, a Vasp, que está em processo de dificuldade financeira há muito tempo, como todos sabem, agora se pretende buscar prejudicar o Governo de São Paulo!

Peço a transcrição dessa nota oficial do Governo de São Paulo, alertando e lamentando que não é possível que, na metade do Governo Lula, haja esse tipo de procedimento contra um Governador, que é do PSDB, um nome forte do Partido, possível candidato à Presidência da República, baseado em um fato como esse de endividamento da Vasp, gerando uma posição rigorosa de cobrança, de maneira arbitrária, sobre recursos que pertencem ao povo de São Paulo.

Aliás, Sr. Presidente, lamentavelmente, esta tem sido uma característica também do Governo: a partidização por parte de seus elementos que dirigem as estatais, que dirigem os Ministérios. Vemos que o Governo tem procurado colocar ali militantes partidários

e não técnicos, como deveriam ser sempre e como foi no Governo do PSDB.

Esse é um fato lamentável. O PSDB se posiciona aqui, no final desta quinta-feira, para protestar e prestar a solidariedade ao Governador Geraldo Alckmin.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR EDUARDO AZEREDO EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º do Regimento Interno.)

Matéria referida:

“Governo Federal tenta bloquear recursos de São Paulo”

GOVERNO FEDERAL TENTA BLOQUEAR RECURSOS DE SÃO PAULO

- 1) A Secretaria do Tesouro Nacional tentou, desde ontem, 30 de março, bloquear recursos do Estado de São Paulo. A medida, incorreta e arbitrária, foi comunicada em fax enviado pelo secretário do Tesouro, Joaquim Levy, ao secretário estadual da Fazenda, Eduardo Guardia;
- 2) O Tesouro Nacional comunicou à Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo que passaria a reter os repasses da União ao Governo Estadual relativos ao Fundo de Participação – FPE, IPI – Exportação, Lei Kandir (LC/87) e do Auxílio Financeiro às Exportações (MP 237), até atingir o montante de R\$ 590 milhões;
- 3) A notificação da Secretaria do Tesouro Nacional não foi precedida de nenhum contato prévio, notificação de débito ou aviso de cobrança relativo à suposta pendência;
- 4) A tentativa de se apropriar de recursos do Governo de São Paulo foi justificada pela Secretaria do Tesouro Nacional pela existência de fiança prestada pelo Governo Estadual às dívidas contraídas pela então estatal VASP nos anos 80 e cuja renegociação foi feita em 1990;
- i) O histórico do caso é o seguinte:
 - a) Em setembro de 1990, a VASP firmou contrato de refinanciamento de dívida originária de empréstimos concedidos à VASP pela União ao amparo do Aviso MF-30/83, para liquidação de compromissos externos, com a interveniência do Estado de São Paulo, que continuou, por obrigações contratuais, como fiador;
 - b) Quando foi privatizada, em 1990, os compradores assumiram os créditos e débitos da VASP, mas o Governo do Estado permaneceu como fiador – o que era uma das principais condições para a venda da empresa;
 - c) Em 1994, o Brasil obteve novos descontos na sua dívida externa, com a contrapartida de garantias em títulos do Tesouro Americano;
 - d) A Vasp, a partir daí, questionou na justiça o débito que tinha com a União, pretendendo obter as mesmas condições dadas ao governo brasileiro, tal como previsto no contrato de refinanciamento (Lei 7976);
 - e) A partir de novembro de 1997, a VASP obteve liminar junto à Justiça Federal para suspensão da cobrança da dívida pela União. Houve então entendimento jurídico da Secretaria do Tesouro Nacional de que esta liminar também desobrigava o Governo Estadual de suas responsabilidades como fiador, enquanto perdurasse a discussão sobre o próprio mérito da dívida;
 - f) Como fiador, o Governo do Estado de São Paulo foi cobrado pela União e honrou a garantia prestada: até novembro de 1997, o Estado de São Paulo pagou à União, um total de US\$ 233,7 milhões;
 - g) Em 11 de março de 2005, a liminar que protegia a VASP foi revogada, o que permitiria a imediata cobrança da dívida da VASP por parte da União. Em seu pedido para a suspensão da liminar, a União justificou-se pela necessidade de cobrança imediata da dívida, em face da difícil situação financeira da empresa;

- h) Estranhamente, porém, ao invés de cobrar a VASP, a Secretaria do Tesouro Nacional optou por tentar bloquear recursos do Governo de São Paulo. E o fez sem aviso prévio, sem negociação e sem suporte jurídico. Mais: embora a garantia dada pelo Estado tenha sido apenas as cotas do Fundo de Participação do Estado, a Secretaria do Tesouro Nacional resolveu, por vontade própria e indevidamente, tentar bloquear os créditos da Lei Kandir;
- i) Hoje, 31 de março de 2005, o Tesouro Nacional mandou retirar da conta do Governo de São Paulo no Banco do Brasil, a quantia de R\$ 57 milhões de reais. Algumas horas depois, o Supremo Tribunal Federal, por intermédio do Ministro Cezar Peluso, determinou o desbloqueio do dinheiro, a imediata devolução de quaisquer quantias sequestradas e ordenou que a Secretaria do Tesouro Nacional se abstivesse de qualquer nova tentativa de retenção das verbas estaduais;
- j) Vale notar, também, que o Tesouro Nacional tenta bloquear recursos de uma dívida cujo valor total ainda não foi estabelecido pela Justiça. Portanto, é impossível, neste momento, saber se o montante já pago cobre, ou não, a dívida – o que torna ainda mais absurda a tentativa de bloqueio.
- 6- É de se notar, também, que as empresas aéreas possuem créditos contra a União por conta do congelamento das tarifas nos anos oitenta, que foram reconhecidos em juízo com amparo de jurisprudência favorável do Supremo Tribunal Federal - STF;
- 7- Em função da existência de crédito dessa natureza contra a União, a Transbrasil fez acordo de encontro de contas com a União. Segundo informações da imprensa, os créditos que a VASP teria a receber da União atingem valores da ordem de R\$ 1,5 bilhão;
- 8- Noticiário da imprensa dá conta de que o Governo Federal, por ordem do presidente da República, está negociando um "encontro de contas" com as empresas aéreas.
- 9- Nesse contexto, a tentativa de bloqueio dos recursos estaduais beneficia a empresa VASP, em detrimento dos contribuintes paulistas, uma vez que, se o Tesouro tivesse conseguido bloquear os R\$ 590 milhões de reais pretendidos, essa quantia seria excluída do encontro de contas;
- 10- O Estado de São Paulo repudia a maneira arbitrária e desastrada pela qual o governo da República está tratando uma questão que ainda está sob exame da Justiça.

Sen. Eduardo Azeredo

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Os Srs. Senadores Romeu Tuma e Edison Lobão enviaram à Mesa proposições cuja tramitação, de acordo com o dispositivo do art. 235, inciso III, alínea “a”, do Regimento Interno, devem ter início na Hora do Expediente.

As matérias serão lidas na próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Os Srs. Senadores Leonel Pavan, Teotônio Vilela Filho, Reginaldo Duarte, Antero Paes de Barros, Alvaro Dias, Almeida Lima, Valmir Amaral e Augusto Botelho enviaram discurso à mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apa-

nhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, “Operação Moisés”. Este é o título do editorial publicado no jornal **O Estado de S. Paulo** de 22 de março do corrente.

O editorial registra a festa realizada pelo PT no último fim-de-semana, para a comemoração de seus 25 anos. Assim como os eventos do próprio governo, a festa tornou-se um culto à personalidade do seu líder e não de seus militantes, seus companheiros. O presidente Lula, apesar de todos os equívocos e de todos os escândalos que maculam a história de seu governo, ainda foi comparado a Moisés no discurso de seu fiel ministro José Dirceu.

O partido que não realiza nem sua reforma ministerial, tem pretensões de conduzir o povo brasileiro à

Terra Prometida. O ministro assegurou também que o PT não vai esperar 40 anos para fazer as prometidas reformas libertadoras.

“O que significa que o partido terá de se conformar com os arranjos fisiológicos cada vez mais indigestos do presidente e acolher os seus rompantes apoteóticos como se fossem pura expressão da verdade”.

Para que conste dos Anais do Senado da República, requeiro, Sr. Presidente, que o artigo passe a integrar este pronunciamento. Com isso, os histo-

riadores terão elementos para, futuramente, avaliar o desempenho do Governo Lula.

A matéria segue em anexo.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

“Operação Moisés”.

‘Operação Moisés’

Em matéria de festa propriamente dita, o PT já fez melhores do que a do último fim de semana, no Recife, pela passagem dos 25 anos do partido. Começa que foi uma comemoração tardia – precisou ser adiada para não coincidir com o primeiro aniversário da revelação de que Waldomiro Diniz, o velho amigo e braço direito do ministro da Casa Civil, José Dirceu, tinha no seu passado recente uma história de extorsão e tráfico de influência. Por sinal, algo que se não pode imaginar que o ministro desconhecesse quando o nomeou assessor do governo para assuntos parlamentares – acertar a vida dos políticos, em suma.

Depois, o partido não sabia onde fazer a festa. Em Belo Horizonte, como se pensara, já não poderia ser depois que o mineiro Virgílio Guimarães, ao se lançar candidato avulso à presidência da Câmara dos Deputados, ajudou a derrotar o candidato oficial Luiz Eduardo Greenhalgh e por isso foi punido com um ano de suspensão (o que ele considerou uma manifestação de stalinismo). Já Recife tinha a contra-indicação de ser a capital do Estado a cujo governo quer concorrer o ministro da Saúde Humberto Costa, em vias de ser defenestrado do Gabinete de Lula – ou assim parecia até a semana passada.

Mas, talvez para acabar de uma vez por todas pelo menos com mais essa novela, já que a outra, a da reforma ministerial, o partido não controla, cumpriu-se enfim o ritual da celebração, de que participaram, segundo o noticiário, quatro ministros, um senador e uma dezena de deputados federais – tantos quantos foram ao evento

promovido em São Paulo pela esquerda petista, para deplorar o que Lula, em mensagem aos companheiros reunidos no Recife, disse que não fez: “Uma ruptura na dinâmica de construção do PT” (embora aludisse às “contradições previsíveis do exercício do poder”).

Contradição por contradição, a do Recife foi uma amostra de livro de texto. Pois o que ali se festejou, incomparavelmente mais do que o quarto de século do PT, foi a figura ausente do seu fundador. Em vez de concentrar as homenagens nos seus militantes – aqueles que fizeram a história do partido,

FESTA DO PARTIDO TORNA-SE CULTO À PERSONALIDADE DO SEU LÍDER

como bem observou a prefeita de Fortaleza, Luizianne Lins, da ala dita radical da agremiação –, os mestres-de-cerimônias José Dirceu e José Genoino colocaram Lula literalmente no centro da festa. Um vídeo de 13 minutos exibido na ocasião privilegiava a trajetória do presidente, sobrepondo-o a qualquer outra dimensão, real ou simbólica, do percurso petista.

O ponto culminante foi o discurso em que Dirceu anunciou o óbvio – a candidatura Lula à reeleição – e foi mais longe do que o chefe em matéria de metáforas, comparando-o a ninguém menos do que Moisés, que resgatou os hebreus da servidão no Egito e os conduziu à Terra Prometida, numa jornada de 40 anos. Ao assegurar que o PT não vai esperar 40 anos para fazer as reformas libertadoras do povo brasileiro, deixou no ar, inadvertidamente decerto, a

sugestão do horizonte de tempo dos sonhos políticos petistas. Mas a “Operação Moisés” lançada pelo ministro tem um componente peculiar.

Os hebreus precisaram de Moisés para fugir do Egito, mas não para chegar à Canaã; o profeta os deixou antes disso. Já o projeto petista de ficar no poder depende exclusivamente, como a festa no Recife deixou mais claro do que nunca, da popularidade pessoal do seu nume tutelar. Não há mais a menor dúvida de que os interesses do Partido dos Trabalhadores se tornaram caudatários dos interesses de Luiz Inácio Lula da Silva. O que ele considerar bom para si, o PT terá de considerar por definição bom para si também. Eis uma amarga ironia.

O partido nasceu com a louvável pretensão de ser uma alternativa ao eterno domínio dos caciques sobre os partidos brasileiros, da mesma forma como a meta do sindicalismo petista era superar a herança da tutela getulista. Pois bem: hoje o PT é um instrumento de Lula não menos do que o PTB original era um instrumento de Vargas. O que significa que o partido terá de se conformar com os arranjos fisiológicos cada vez mais indigestos do presidente e acolher os seus rompantes apoteóticos como se fossem pura expressão da verdade.

Sexta-feira, em Aracaju, por exemplo, ele disse que “estamos conseguindo até com relativa facilidade mudar a geografia social do mundo para enfrentar, de um lado, os Estados Unidos, de outro, a União Europeia”. Nem Moisés ousaria tanto.

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO (PSDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “Os bons amigos das Farc”, de autoria do ex-ministro, governador e senador Jarbas Passarinho, publicado no jornal **Correio Braziliense** em sua edição de 15 de março do corrente.

O artigo trata das relações entre as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Farc, e sua relação com o Partido dos Trabalhadores, conforme foi mostrado em reportagem da revista *Veja* do dia 16 de março. O autor mostra que os “laços explosivos” entre as Farc e militantes do PT são antigos e que não são novidade para ninguém.

Sr. Presidente, requiro que o referido artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR TEOTONIO VILELA FILHO
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

“Os bons amigos das Farc.”

OPINIÃO

Os bons amigos das Farc

JARBAS PASSARINHO
Foi ministro de
Estado, governador
e senador

Gerard Chaliand, um ativista de esquerda, jornalista e escritor, depois de atuar nas lutas de descolonização da África (Argélia) e Ásia (Vietnã) e estudar as guerrilhas colombianas em 1968, escreveu *Mitos revolucionários do Terceiro Mundo*, um estudo comparado dos movimentos revolucionários em que analisa por que alguns venceram e outros não. Prefaciado pelo escritor Noam Chomsky, de conhecida simpatia pela esquerda, julga o livro “uma contribuição importante para a compreensão da história contemporânea”.

Tratando das guerrilhas colombianas, Chaliand se detém na figura do padre colombiano Camilo Torres, sociólogo, nascido em família burguesa, que abandonou a cátedra universitária e, descrente de eleições no sistema democrático representativo, optou pela via armada para obter a justiça social. Aderiu, na clandestinidade, ao Exército de Libertação Nacional, ligado a Fidel Castro, e pouco depois foi morto, de armas nas mãos, em combate com uma patrulha militar, em janeiro de 1966. Cito-o ao ver a foto de outro padre, Olivério Medina, também guerrilheiro, ao que parece mais voltado para a atividade menos perigosa que a luta armada e mais sedutora, como a de ser “embaixador” das Farc no Brasil.

Tropas de elite do Exército colombiano, treinadas nos Estados Unidos, atacaram, em 1964, uma das muitas “repúblicas independentes”. Foram bem-sucedidas. Reconquistaram o terreno ocupado, mas uma boa parte de guerrilheiros escapou sob a liderança de um

camponês, Manuel Marulanda, a quem o Partido Comunista Colombiano nomeará membro do seu Comitê Central. Nasceram as Farc, Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, que hoje têm supostamente mais de 15 mil combatentes e dominam 1/3 do território do país. Marulanda é conhecido pelo apelido de Tiro Fixo. A ele o então presidente Pastora, antecessor do presidente Uribe, foi encontrar na selva tentando a pacificação. Concedeu-lhe uma “área liberada”, livre de repressão. A conciliação não prosperou. Após o colapso da União Soviética, de onde lhe chegavam armamentos e munição, as FARC hoje têm menos com um orçamento maior que o do Exército, devido ao pagamento de resgates de seqüestros (dois mil em 2004) e à contribuição do narcotráfico, a que dão segurança como garantia para o plantio de coca.

Toma-se conhecimento, pela revista *Veja* desta semana, dos “Laços Explosivos” entre as Farc e militantes do PT. Novidade não é. Quando tomou posse no governo do Rio Grande do Sul o sindicalista Olívio Dutra, a imprensa noticiou que em uma janela do Palácio Piratini, sede do governo, uma bandeira de Cuba foi exibida. Também não é nenhuma novidade haver a mídia publicado que o governador dialogou com representante da guerrilha comunista (teria sido o “embaixador” padre Medina?) que participaram do 1º Fórum Social Mundial, em 2001, em Porto Alegre, onde foram saudados como exemplo da opção pela luta armada. Mais tarde, o governo gaúcho teria financiado integrantes das Farc convidados para proferir palestras nos educandários públicos estaduais. Um paradoxo: o da generosidade do governador de um estado com tantas necessidades de melhor investimento.

Os “laços” são antigos, o que não faz estranhar que um sindicalista, dono de chácara

próxima de Brasília, tenha servido de “aparelho” para reunião de trabalho de petistas com militantes da narcoguerrilha, tendo o cuidado de fazê-lo em mesa debaixo de árvores para precaver-se de possível “grampo”. No convívio de mais de seis horas comemoradas com forró, o padre teria oferecido cinco milhões de dólares para engordar o caixa de petistas nas eleições de 2002. Conhece tão bem a legislação eleitoral brasileira que o ladino servo do Senhor precatou-se de comprometer os candidatos petistas. Teria usado 300 empresários (o número lembra os 300 “pica-retas” já não existentes no Congresso) para que recebessem os dinheiros lavados e os transferissem como doações de campanha.

A reportagem é um primor de sagacidade. Descreve possíveis fatos plausíveis, sempre baseada na informação da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), fatos que estão catalogados com a classificação de secretos, mas que lhe foram passados sob condição de guardar a fonte pessoal. Admite verossimilhança, mas logo, para evitar confundir-se com verbiagem, acrescenta que não encontrou evidências da oferta financeira do piedoso padre, e que pode não passar de uma bravata. Ressalva o PT, quanto a apoiar as ações das Farc, o que é vigorosamente repudiado pelo secretário de Relações Internacionais do partido, mas revela que o comitê de Brasília, “integrado e dirigido por militantes do PT”, apoia. Ao que o secretário, em confirmação implícita, diz que existem à revelia do partido. O repórter afirma que a Abin tem uma fitacassete onde está gravada a oferta financeira do padre Medina, mas guarda de assumir a autenticidade da fita, “porque são célebres os erros do velho SNI, arquivados na Abin, motivados pela paranóia anticomunista”. É, tudo não passa de paranóia de quem leu o discurso de Khrushchev.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, volto à tribuna novamente para tratar, mais uma vez, da festa de comemoração dos 25 anos do Partido dos Trabalhadores. A jornalista Eliane Cantanhêde publicou na **Folha de S. Paulo**, edição do dia 10 de março, o artigo intitulado “barrados no baile”, mostrando como a comemoração dos 25 anos do PT está causando uma enorme “dor de cabeça” nos seus organizadores.

Agora, a jornalista comenta novamente a festa em seu artigo “O barrado no baile”, publicado na **Folha de S. Paulo** do último dia 18 de março. O artigo mostra que a decisão de fazer a festa em Recife também enfrenta suas dificuldades, já que o Ministro da Saúde, que além de ser do PT de Pernambuco é pré-candidato do partido ao governo do Estado, está sendo demitido. Além do mais, o jornal **Valor Econômico** do mesmo dia 18 de março publicou a nota “Esquerda petista”, in-

formando que a esquerda petista lançou um manifesto pedindo mudanças no partido e no governo.

Com tantos constrangimentos, o Presidente Lula acabou desistindo de participar da festa. E como diz a jornalista Eliane Cantanhêde, “festa do PT sem Lula não é festa do PT”.

Sr. Presidente, requeiro que os artigos citados da **Folha de S. Paulo** e do **Valor Econômico** sejam considerados parte integrante deste pronunciamento, para que passem a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR REGINALDO DUARTE EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

“O barrado no baile.”

“Curtas.”

ELIANE CANTANHÊDE

“O” barrado no baile

BRASÍLIA - *Esta festa difícil essa do PT! O problema agora é que a estrela da festa não pode ir. E não é a estrela vermelha, é a estrela Lula.*

A festa não pôde ser em Belo Horizonte porque o governo e a cúpula partidária estão umas feras com o deputado Virgílio Guimarães, candidato dissidente à presidência da Câmara. E vice-versa: Virgílio e os virgilistas mineiros também não andam nada felizes nem festeiros.

A festa igualmente não podia ser em São Paulo, onde o Planalto quer impor a candidatura de Aloizio Mercadante ao governo do Estado, mas a ex-prefeita Marta Suplicy já está em campanha aberta, e o ex-presidente da Câmara João Paulo Cunha acha que a vez é dele. Festa do PT? Daria uma confusão danada.

Que tal o Rio? Ih, nem pensar. Benedita da Silva foi demitida do ministério e sumiu do mapa, os cariocas estão a ver navios no oceano federal e querem porque querem nomear o deputado Jorge Bittar para o Planejamento. Pode ser, mas pode não ser.

Em Porto Alegre também ficaria complicado. O partido perdeu a prefeitura depois de 16 anos no poder, inclusive por causa de uma guerra interna das boas. Com tantas correntes e tantas fraturas, não é o momento de uma festa que se propõe justamente de exaltação à “unidade”.

O jeito seria fazer em Brasília mesmo. Mas atenção! Lula demitiu Cristovam Buarque por telefone na reforma ministerial passada e baratinou o PT da capital, que ficou sem eira nem beira. A festa só poderia ser na Grã-já do Tórto ou no Palácio da Alvorada. “En petit comité”, evidentemente.

Sobrou Recife, meio por exclusão. Pois não é que o único ministro do PT-PE, Humberto Costa, está sendo demitido da Saúde? Como Lula poderia demitir o ministro num dia e fazer festa na casa dele no dia seguinte? Ou fazer a festa num dia e demitir no dia seguinte? Ainda mais porque Costa é o pré-candidato do partido ao governo do Estado.

E por isso que Lula desistiu de ir à festa em Recife amanhã. E festa do PT sem Lula não é festa do PT.

FOLHA DE SÃO PAULO
18.03.05

Curtas

Alckmin

O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), disse ontem, em Araçatuba (interior de São Paulo), que não irá fazer uma reforma em seu secretariado em razão da derrota do deputado estadual tucano Edson Aparecido à presidência da Assembleia Legislativa para Rodrigo Garcia (PFL). “Não vai haver reforma no secretariado. As pessoas estão no governo por competência”. Alckmin negou que tenha sofrido uma derrota política. “O Poder Legislativo é independente. Esse é um assunto que já é uma página virada. É uma disputa interna da Assembleia”.

Esquerda petista

A esquerda petista lança hoje, no Recife, um manifesto chamado “Carta aos Petistas e às Petistas” pedindo mudanças no partido e no governo Lula, especialmente na política econômica, que segundo o documento deixa o país submisso ao capital financeiro. O documento, que faz também duras críticas à forma como o partido vem sendo conduzido, será lançado no Sindicato dos Bancários do Recife, às vésperas do encontro nacional para comemorar os 25 anos do PT que será realizado sábado também na capital pernambucana.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna nesse momento para registrar o artigo intitulado “PT vira agência de empregos”, de autoria do jornalista Augusto Nunes, publicado no **Jornal do Brasil** em sua edição de 13 de março do corrente.

Em seu artigo, o jornalista comenta as contratações desnecessárias e inexplicáveis feitas pelo governo do PT e como o partido do presidente Lula vem utilizando esse recurso para acolher os companheiros derrotados nas urnas. A Presidência da República aumentou seu número de funcionários de 2.497 para 3.331. E parece não acabou, para completar a deman-

da por novos postos, o PT cria com mais 544 novos cargos através da MP 233.

“Esses desperdícios ajudam a explicar a voracidade fiscal do governo”.

Pela oportunidade do assunto, requeiro que o artigo seja dado como lido e considerado como parte integrante deste pronunciamento. O texto é o seguinte:

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

“PT vira agência de empregos.”

Jornal do Brasil

Publicado em: 13/03/2005

PT vira agência de empregos

Augusto Nunes

Revigorado pela volta às funções de chefe de campanha, agora para reeleger o presidente Lula da Silva em 2006, o ministro José Dirceu aproveitou uma reunião dos “altos companheiros” para mostrar que o longo inverno não lhe amainou a arrogância. Irritado com quem acha que o governo gasta demais em contratações desnecessárias, comunicou que apenas está em curso a “modernização do Estado brasileiro”.

Conversa fiada. Dirceu acha que o Brasil é um país de idiotas, desinformados e desmemoriados. Uma terra de gente que ignora a parceria público-partidária que cuida do Projeto Desemprego Zero para a Companheirada. Foi a primeira PPP da Era Lula, juntando o governo e o PT.

A parceria fez do partido de Lula a mais eficaz agência de empregos do país (talvez a maior do mundo). Alguém aí conhece algum militante petista procurando trabalho? O Projeto Emprego é um fracasso nacional, a taxa de desemprego é perturbadora. Mas o PT não abandona companheiros no desvio, como reafirma o pronto atendimento aos flagelados das urnas de outubro.

Decidido a poupar de aflições financeiras os candidatos derrotados a prefeito, sobretudo os que haviam tentado a reeleição e carregavam nos ombros cachos de assessores sem serviço. O comando do Desemprego Zero forjou um plano de emergência que resultou na criação de 834 cargos em comissão, preenchidos sem concurso. Com golpes de caneta desferidos nos últimos meses, a Presidência da República conseguiu elevar de 2.497 para 3.331 o exército de funcionários. A farra corre solta nas barbas de Lula. E vai crescer, graças a matreirices infiltradas nas medidas provisórias que não param de pousar no Congresso.

A MP 233 cria uma certa Superintendência Nacional de Previdência Complementar, a Previc. Se aprovada, serão contratados 544 novos funcionários: 100 analistas, 80 técnicos, 120 especialistas em previdência, 194 premiados com cargos em comissão e, fecho de ouro da coleção de cabides, 50 procuradores federais. Esses desperdícios ultrajantes ajudam a explicar a voracidade fiscal do governo.

Só mesmo enfiando as mãos nos bolsos do povo os punгуistas federais poderão financiar tamanha gastança. Cortes no orçamento afetam setores essenciais, ameaçados de morte por inanição. Enquanto isso, o governo segue empregando companheiros. Nós pagamos.

Pagamos e, assim, ajudamos a financiar as atividades do PT, cujos filiados entregam ao partido parte do salário.

“Posso explicar cada uma das contratações”, gabou-se José Dirceu, que vem chefiando o trabalho de recrutamento. Pode nada. Embora tenha prometido há um ano colocar os pingos nos is, ele ainda deve ao país explicações sobre a escolha do gatuno Waldomiro Diniz como seu braço direito.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Esquecidos da terra”, publicada no jornal **Correio Braziliense** em sua edição de 13 de março do corrente.

A matéria trata da questão fundiária no Brasil e mostra que o atual governo está muito longe de cumprir as promessas feitas pelo Presidente Lula durante a campanha para a presidência da República: “Nenhum dos 11 compromissos que compõem o PNRA está sendo atendido na velocidade necessária para que o governo chegue ao final dos quatro anos po-

dendo declarar que promoveu mudanças na estrutura fundiária do país”.

Concluindo, Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

“Esquecidos da terra.”

10 BRASIL

ESSA META DE 400 MIL É IRREAL. É IMPOSSÍVEL DE SER ALCANÇADA

Raul Jungmann, deputado federal e ex-ministro do Desenvolvimento Agrário

QUESTÃO FUNDIÁRIA

Nenhuma das 11 metas do Plano Nacional de Reforma Agrária está sendo levada adiante em ritmo que permita ao governo cumprir promessa feita por Lula durante a campanha para presidente da República

Esquecidos da terra

ANDRÉ CARRAVILLA
DA EQUIPE DO CORREIO

O ritmo com que as metas do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) estão sendo colocadas em prática é tão lento que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez para os movimentos sociais quando estava ainda em campanha para o Palácio do Planalto. Nenhum dos 11 compromissos que com-

põem o PNRA está sendo atendido na velocidade necessária para que o governo chegue ao final dos quatro anos podendo declarar que promoveu mudanças na estrutura fundiária do país.

Um dos casos que mais chama a atenção é o do número de posseiros regularizados. O Ministério do Desenvolvimento Agrário tem que fazer um grande esforço para atingir os 400 mil títulos de posse colocados como com-

promissas no início do governo. Até o fim de 2004 apenas oito mil famílias de posseiros, que vivem em terras da União, tiveram a situação regularizada. “Essa meta de 400 mil é irreal. É impossível de ser alcançada”, garante o deputado federal Raul Jungmann (PSDB-PR), ex-ministro da pasta no governo anterior.

O próprio governo já reconhece que tem problemas. O ministro-chefe da Casa Civil, José Dir-

ceu, declarou que o governo Lula resolveu uma herança complicada. Desde o presidente decidiu que os milhões de assentamentos seriam fundados. “Não é o que precisamos fazer”, afirmou. A meta era de 115 mil. Temos consciência disso, mas é o que o país pode fazer dentro das possibilidades que o sistema” alegou.

De acordo com o governo, serão assentadas 300 mil famílias em quatro anos. Contudo, o pro-

EM CÂMERA LENTA

As 11 metas do Plano Nacional de Reforma Agrária e o que de fato foi feito em dois anos do governo Lula

1. Famílias assentadas

- Promessa: 400 mil famílias
- Em dois anos: 117 mil famílias

2. Posse regularizada

- Promessa: atender a 500 mil famílias
- Em dois anos: oito mil famílias

3. Crédito Fundiário

- Promessa: atender a 130.000 famílias
- Em dois anos: foram atendidas 9.186 famílias

4. Recuperar capacidade produtiva e viabilidade econômica dos assentamentos

- Promessa: oferecer

crédito, assistência técnica, programas de habitação e fornecer energia elétrica.

- Em dois anos: Vários programas foram implantados o governo não informou

5. Cadastro georreferenciado

- Promessa: cadastrar e georreferenciar 2 milhões de imóveis rurais
- Em dois anos: dois milhões de hectares georreferenciados

6. Criar postos permanentes de trabalho no setor reformado

- Promessa: dois milhões em um ano
- Em dois anos: 411 mil

7. Comunidades quilombolas

- Promessa: identificar, demarcar e titular 743 comunidades
- Em dois anos: nove comunidades

8. Desocupação de áreas indígenas

- Promessa: há cerca de 100 áreas indígenas com ocupantes que não são índios
- Em dois anos: uma

9. Promover a igualdade de gênero na reforma agrária

- Promessa: distribuir documentos e garantir a titulação conjunta das terras
- Em dois anos: o governo

emitiu em 2004 por volta de 62 mil documentos, a maioria para mulheres, e desde 2003 tornou obrigatória a titulação conjunta da terra para casais

10. Políticas de comercialização para todas famílias reformadas

- Em dois anos: foram destinados R\$ 263 milhões por meio do Programa de Aquisição de Alimentos. No entanto, de 2003 para 2004, o número de famílias beneficiadas caiu de 80 mil para 64 mil

11. Universalizar o direito à educação e à cultura

- Em dois anos: o Pronera garantiu acesso à escolarização rural de 57 mil trabalhadores. Em 2004, o programa Bibliotecas Rurais chegou a 415 comunidades

cesso está caminhando devagar. Nos últimos dois anos, o ministério atingiu pouco mais de um quarto da meta prevista: 117.555 famílias. O ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, tenta manter-se otimista. Ele alega que a meta para os dois primeiros anos era assentar 145 mil famílias. "Atingimos 81% do estabelecido", afirma.

Para o coordenador nacional da Comissão Pastoral da Terra, Isidoro Revers, os números revelam o descaso do governo com o assunto. Na opinião dele, a meta ideal seria de um milhão de famílias assentadas, em vez de 400 mil.

As famílias assentadas demonstram para receber a posse definitiva da terra. A documentação só é entregue depois de dez anos, quando todas as dívidas assumidas pelas famílias com o governo foram quitadas. Para construir as casas, os lavradores recebem entre R\$ 2,5 mil e R\$ 12 mil, e são destinados ao plantio. O que os programas voltados à implantação da infra-estrutura nos assentamentos é exterior, mas o número de beneficiários é restrito. O PNDI prevê, por

exemplo, a concessão de crédito fundiário para 130 mil famílias no período de quatro anos. No entanto, somente 18 mil receberam o dinheiro de janeiro de 2003 até dezembro do ano passado.

Sem dinheiro para plantar

Em 2004, o governo federal destinou R\$ 155 milhões para o Programa Nacional de Crédito Fundiário. Os recursos, porém, nem sempre são suficientes. Há dois anos assentado no Projeto Agrícola Roça, localizado a 30 quilômetros de Arinos, município do interior de Minas Gerais, Diomar Antônio Marques acumula dívidas, não tem condições de adubar a terra nem dispõe de recursos suficientes para terminar a construção da casa de dois quartos e 36 metros quadrados, até hoje sem pia, banheiro ou vaso sanitário.

Pai de quatro filhos, Marques só cursou até a 7ª série, não sabe o significado da pa-

lavra burocracia, mas viveu na pele o drama de quem batalha contra a lentidão da máquina do governo. "Ficamos uns quatro, seis meses numa barraca esperando o dinheiro para começar a construir. Fui a Brasília várias vezes", explica o lavrador, ao lembrar as idas à sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Com a filha recém-nascida doente, ele foi obrigado a vender seis das 12 vacas que tinha. Não tem ideia do que vai fazer a partir do ano que vem para pagar as parcelas dos financiamentos que contraiu com o governo. "Deus ajuda", resigna-se, fazendo o sinal da cruz.

Para quitar as dívidas, na maioria dos casos, os assentados vendem parte da produção. Um dos melhores clientes é a União. No entanto, a cada ano o governo federal repassa menos dinheiro para compras do gênero. Para se ter uma ideia, em 2003 o Programa de Aquisição de Alimentos beneficiou 80 mil famílias. No ano seguinte, 64

mil. A diferença é resultado do corte de recursos para o programa. No primeiro ano da gestão Lula havia R\$ 163 milhões disponíveis. O orçamento foi reduzido para R\$ 130 milhões do ano seguinte.

No quesito educação no campo, os assentados de Arinos também têm do que reclamar. Para Maria Rodrigues Barbosa, a escola onde estudam três dos seus filhos é um tératoma da pouca importância que o governo dispensa ao ensino nos assentamentos. "Só fiz até a 3ª série (do ensino fundamental), e sei tabuada melhor do que meu filho que está na 6ª série", afirma Maria.

Moradora do assentamento Cario Quebrado, a 30 quilômetros de Arinos, no interior de Minas Gerais, ela demora mais de uma hora para levar os filhos de charrete até a escola onde eles estudam. Quando os pega de volta, Maria costuma ouvir os três reclamarem da falta de estrutura do estabelecimento. "Quando não falta merenda, falta água", protesta.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar o artigo publicado no jornal **O Estado de São Paulo**, de 23 de março de 2005, com o título: "Lula no espelho de Marta".

O articulista José Nêumanne faz uma análise sobre a fragilidade da reforma ministerial efetuada pelo Presidente Lula, apontando a sua ineficácia para resolver as principais metas do governo, provocar um choque de competência na gestão administrativa e conduzir a um acordo político que viabilize a reeleição.

Apesar do Presidente da República gozar de um altíssimo grau de popularidade, a falta de eficiência de seu ministério e o aumento excessivo da carga tributária, aliados à elevação das despesas com a máquina

pública, podem levar a um fenômeno semelhante ao de Marta Suplicy, que possuía bons índices de aprovação, mas foi derrotada pelo candidato José Serra na eleição para a prefeitura de São Paulo.

Por fim, Sr. Presidente, requiero que o referido artigo passe a integrar os anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALMEIDA LIMA EM SEU PRO-NUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

"Lula no espelho de Marta."

O ESTADO DE S. PAULO

Lula no espelho de Marta

José Nêumanne

Não era preciso ser adivinho para saber de antemão que esta dita como segunda dita reforma do Ministério empreendida pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva tinha tudo para ser um parto da montanha: o Vesúvio parindo um ratinho. Embora a reação do chefe do governo não pudesse ser esperada, ela não produzirá muita moessa, até porque as mudanças previstas não ocorridas não promoveriam mesmo choque algum de competência da gestão; dificilmente cumpririam o outro objetivo explícito, o da retomada do controle do Legislativo pelo Planalto; e não garantiriam o antecipado triunfo reeleitoral do chefe do governo no próximo turno da eleição de 2006.

As mudanças afinal feitas são as menores ainda do que seria o amundongo inicialmente desenhado. A diferença entre os senadores peemedebistas e os fundos do Norte Amílcar (L.O.) e Romero Jucá (R.R.) passa-se como uma linha enfraquecida por um cego, pelo fundo de uma alilha. As credenciais deste pa-

A REELEIÇÃO SERÁ DECIDIDA PELO ELEITOR, E NÃO PELOS CHEFÕES PARTIDÁRIOS

ra enfrentar um aumento do tamanho de R\$ 50 bilhões do ISS, entre outros desafios, não um segredo que seus patronos peemedebistas, Renan Calheiros (AL) e José Sarney (PP), não revelam nem sob tor-

ra. E não há grande coisa a esperar de Paulo Bernardo (PT-R) no Ministério do Planejamento. Mas também nada justifica a expectativa em torno das ventuais qualidades de curincha de Ciro Gomes em seu passado de governador do Ceará ou a improvisada passagem pelo Ministério da Fazenda do breve e confuso Itamar Franco.

Imaginar que o atendimento pelo presidente da voracidade pantagruélica dos chefões de partido que vendem a alma por um carguinho bastaria para o Congresso se tornar menos imprevisível do que está desde a vitória de Severino Cavalcanti equivale a contar com o toque de corneta da Cavalaria americana para pôr fim ao caos do pós-guerra no Iraque. Se o governo não conseguiu evitar a candidatura alternativa de Virgílio Guimarães (MG) contra seu favorito Luiz Eduardo Greenhalgh (SP), o que levou à derrocada na Câmara dos Deputados, como imaginar que contaria com o apoio de todos os votos do PMDB, que nunca votou unido – nem nos tempos do lendário Ulysses Guimarães –, por obra e graça de duas ou três pastinhas? Para assegurar os votos desses aliados Lula teria de destinar um ministério a cada deputado e senador do partido, pois todos eles votam, de fato, de acordo com sua inconsciência, sem levar em conta direttriz de ninguém.

É por demais preocupante a “farra do boi” executada no Congresso nesta chamada “era severina”, mas não é justo imaginar que ela se deva apenas ao “neosseverinismo” vigente. Que responsabilidade o presidente da Câmara tem pelos 43 mil novos empregos criados pa-

ra aparelhar o Estado brasileiro com a mui ambiciosa militância petista? Por que lhe atribuir culpa pelos aumentos de gastos provocados pela generosidade com donas de casa, empregadas domésticas, delegados de polícia e gabinetes de nobres pares, entre outros, com o chapéu do distinto público, se o PT tem a maior bancada e o governo arrota superioridade com sua maioria parlamentar? Sem falar no fato de companheiros petistas serem autores dos relatórios estrólinas ou presidirem as comissões que os aprovaram, de forma leviana.

É aí que entra em jogo a questão da reeleição de Lula. Ofuscado pelas facilidades com que se flexibilizam convicções dadas como inabaláveis de chefões políticos que, à distância, se assemelham a varões de Plutarco, a elite dirigente petista se esquece de duas coisas. A primeira é que quem vai reeleger ou derrotar o presidente nas urnas não serão esses chefões de máfias partidárias, mas, sim, o Zé-Ninguém, que tem encontrado cada vez mais motivos para desprezá-los. E a segunda, que erros que levam a derrotas podem repeti-las. Para bancar a “farra do boi”, que seu governo promove e seu discurso tenta em vão negar, o presidente Lula vai ter de mandar uma conta cada vez maior ao contribuinte em forma de impostos. Este, gato escaldado, já sentiu a barra pesando e resolveu estrilar, como nunca havia feito antes, contra a tanga maldita da MP 232. O governo sabe que não pode recuar e certamente já prepara mais golpes pela frente, contando com a boa imagem que o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, tem conquistado, mercê

dos excelentes resultados da economia.

É também a economia que sustenta outro fenômeno digno de nota: o altíssimo grau de prestígio popular do presidente, apesar da inoperância total do Ministério por ele comandado. A questão é saber se vai ser mantido esse atentado contra a lógica baseado apenas na retórica auto-oposicionista dele. Se Lula se olhar no espelho, talvez veja como pode estar ficando parecido com Marta Suplicy, surrada nas urnas em São Paulo, ainda que as pesquisas constatassem a aprovação de sua gestão pelo eleitorado. E isso porque ela se limitou a criar taxas para tentar cobrir a gastança, tentando saciar a gula infinita dos companheiros.

Diz o povo que, se conselho fosse bom, ninguém o dava, pois seria vendido na farmácia. Mas aqui vai um. Em vez de governar para amigos do peito e chefões de bancadas, Lula deveria aproveitar a guinada que deu na tal reforma para tentar seduzir o eleitor, senhor, em última instância, do destino dele. Para tanto teria de fazer duas coisas: dar realmente um choque de eficiência na equipe, nomeando o melhor nome para cada pasta, e frequentar mais o próprio gabinete, em vez de só discursar. Af, ele calaria a oposição, mandando a foto autografada despachando com qualquer ministro em seu gabinete, pedida pelo líder tucano no Senado, Arthur Virgílio (AM). Assim, talvez convencesse o eleitor a mantê-lo na ponte de comando por mais quatro anos.

José Nêumanne, jornalista e escritor, é editorialista do *Jornal da Tarde*

O SR. VALMIR AMARAL (PMDB – DF. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no último dia 12 de fevereiro, o mundo assistiu, perplexo, a mais um assassinato decorrente de conflito pela posse de terras: o da missionária norte-americana Dorothy Stang, na pequena cidade de Anapu, no Estado do Pará. Desde 1972, a irmã Dorothy desenvolvia projetos para a geração de emprego e renda que beneficiavam inúmeras famílias, abandonadas pelo governo no coração da floresta amazônica. Mais recentemente, dedicava-se ao Projeto de Desenvolvimento Sustentável Esperança.

A gravidade da ocorrência do assassinato motivou a vinda a esta tribuna dos nobres Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy e Demóstenes Torres, e das nobres Senadoras Fátima Cleide e Ana Júlia Carepa, a fim de manifestarem sua indignação, e a do Senado, pelo ocorrido. Também o cantor Sérgio Reis, grande expoente da música sertaneja, durante um *show* realizado na cidade paraense de Novo Progresso, no mês de fevereiro último, deixou clara sua revolta com o que próximo dali ocorreria. A eles, Sr. Presidente, venho juntar-me por meio deste pronunciamento.

Infelizmente, esse não é um episódio isolado. Diversos outros, anônimos ou famosos, já ocorreram – como os casos da madre italiana Adelaide Molinari (1986), do seringueiro Chico Mendes (1988), e do conflito de Eldorado dos Carajás, em 1996. Isso, para citar os famosos.

Mais lamentável ainda é o retrato da impunidade que cerca esses crimes. Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), dos 327 casos registrados no Pará, entre 1985 e 2003, somente 10 foram julgados, e apenas 8 pistoleiros e 5 mandantes foram condenados!

Temos de nos perguntar, Sr. Presidente, até quando vamos presenciar esses desmandos, vendo bandidos e mercenários do crime organizado agirem livremente, ceifando vidas indefesas!

É certo que toda essa problemática possui origem na falta de uma adequada política de reforma agrária para o País. Não quero, aqui, fazer uma extensiva análise da questão, até porque o tempo não me permitiria, mas considero oportuno trazer alguns dados que ilustram a real situação do Brasil nesse aspecto:

1º) Segundo o IBGE, o número de famílias sem-terra acampadas cresceu mais de 1.000% no período de 1990 a 2000;

2º) A CPT estima que, nos últimos 30 anos, tenham ocorrido, apenas no Pará, cerca de 772 assassinatos por conflitos fundiários; e

3º) O Governo Fernando Henrique Cardoso assentou, numa área equivalente à do Uruguai, cerca de 635 mil famílias, entre 1995 e 2002, a um custo de 25

bilhões de reais; entretanto, a quantidade de pessoas que reivindicam a posse da terra não pára de crescer.

Esses números, Sr^{as} e Srs. Senadores, apenas comprovam uma única verdade: o fracasso das medidas de reforma agrária até hoje desenvolvidas. Se não fosse assim, seria de esperar que estivéssemos caminhando rumo à pacificação dos conflitos rurais e à gradual redução do quantitativo daqueles que buscam um pedaço de terra para si e para sua família. Os estudiosos apontam a estrutura fundiária do Brasil como uma das raízes de nosso subdesenvolvimento, e com razão: somos o único País com extensão continental cuja distribuição de terras ainda permanece quase idêntica à da época de seu descobrimento. A ausência de um compromisso sério de governo, aliada à corrupção em cartórios, à inoperância da Justiça e aos desmandos da pistolagem, é o caldo de cultura que permite florescer a grilagem de terras.

Se o problema é grave do ponto de vista social, ele também o é pelo aspecto econômico. A Revista Época, em sua edição de 21 de fevereiro último, deixa evidente o enorme prejuízo que a indústria da grilagem de terras traz para o País, em especial para a Amazônia. Lá, onde a prática da exploração racional das reservas madeiras é uma raridade, as empresas sérias que querem investir, com certificação ambiental, encontram dificuldades em identificar terras para comprar, tamanha a confusão documental que impera. Diga-se, de passagem, que essas empresas faturam cerca de 560 milhões de dólares por ano, em um mercado que movimenta, anualmente, 18 bilhões de dólares. O Brasil, apesar de deter a maior floresta tropical do mundo, ocupa uma inexpressiva fatia desse negócio, pois nossas madeiras não obtêm o indispensável selo ambiental para exportar.

Recentemente, o Governo Federal sinalizou que vai enviar ao Congresso Nacional projeto de lei que dispõe sobre as concessões florestais, cuja aprovação permitirá às madeiras explorarem, de forma sustentável e certificada, as terras devolutas da União, hoje entregues aos grileiros. Se isso vier mesmo a acontecer, conseguiremos gerar mais de US\$3 bilhões por ano, e cerca de 500 mil empregos diretos com essa atividade produtiva.

Retomando o tema inicial, Sr. Presidente, gostaria de enfatizar, aqui, a necessidade imperativa de intervenção federal para redução dos conflitos no campo. Falo de medidas concretas, não apenas paliativas, como o envio de 2 mil soldados à região de Anapu, para contornar momentaneamente a situação.

O Senado da República, por exemplo, decidiu criar, por intermédio da Resolução nº 1, de 2005, a Comissão Permanente de Agricultura e Reforma Agrária. O momento é oportuno para que aprofundemos os

debates sobre a questão fundiária em nosso País, e para que esta Casa resgate o papel do Poder Legislativo como formulador das grandes políticas nacionais. Precisamos encontrar os mecanismos mais adequados para resolver o problema da distribuição de terras no Brasil, problema que se arrasta por mais de 500 anos, a fim de que a paz no campo seja não apenas um sonho, mas uma realidade concreta.

Outro ponto que merece destaque e que, a meu ver, é fundamental para o apaziguamento dos conflitos agrários é a efetiva aplicação do Estatuto do Desarmamento. Apenas para exemplificar sua importância, gostaria de dizer que, segundo dados da Polícia Federal, o Estado do Pará ocupa o vigésimo lugar no *ranking* do desarmamento: até 31 de janeiro deste ano, no Estado, haviam sido devolvidas 4 mil 347 armas, no âmbito da campanha promovida pelo Governo Federal. E, para nosso espanto, Anapu, palco do lamentável episódio aqui mencionado, não possui sequer um posto de recolhimento!

Concluo este pronunciamento, Sr. Presidente, com as palavras da missionária Dorothy Stang, morta na luta por um Brasil mais justo: “Eu não quero fugir, nem quero abandonar a batalha dessas pessoas que vivem na floresta sem qualquer proteção. Elas têm o direito sacrossanto de aspirar a uma vida melhor em uma terra onde elas possam viver e trabalhar com dignidade, respeitando o meio ambiente”.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o controle e o acompanhamento da execução orçamentária e financeira dos entes da Administração Pública federal, estadual e municipal – além de representar garantia de maior austeridade, transparência e eficácia no trato da coisa pública – são fundamentais para o combate à corrupção e à impunidade, males ainda presentes nas esferas de poder do nosso País.

O advento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) representou, e representa, um importantíssimo instrumento de combate a tais mazelas. Sua consagração como prática administrativa do dia-a-dia visa a garantir que, no Brasil, o interesse público jamais seja confundido com o privado. Perpetrar tal confusão representaria, para o administrador público, punição segura e severa.

O combate à endemia da corrupção – que espero, em pouco tempo, esteja reduzida a eventos episódicos – não é a única virtude da estrita aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal. O aperfeiçoamento do combate à inflação e a criação das condições para o desenvolvimento sustentável também integram o rol de seus benefícios.

A presença de instrumentos potentes, tais como a LRF, é indispensável para erradicar a cultura inflacionária brasileira, possuidora de raízes profundas, cujas origens remontam ao processo de desenvolvimento nacional.

Iniciado por volta de 1930, com o ocaso da República Velha e o fim da política do “café com leite”, o desenvolvimento industrial brasileiro sempre esteve pautado no processo de substituição de importações e no crescimento do aparato estatal.

Para custear todo o esforço necessário à industrialização, os Governos sempre se valeram da expansão, constante e crescente, do déficit público. A inflação que se seguia era amplamente tolerada, tendo em vista os maiores benefícios proporcionais gerados pelo crescimento econômico do País.

Mudaram os paradigmas, e a inflação se tornou insuportável: de companheira do desenvolvimento, passou a representar o principal entrave a ele. Nasceu no Brasil uma nova cultura, na qual a inflação não é mais tolerada.

Para crescermos de forma sustentada, sem inflação, sabemos que é necessário o rigoroso controle do gasto público. Não podemos gastar mais do que arrecadamos, pois isso tem significado prejuízos proporcionalmente maiores do que os benefícios auferidos.

Dessa mudança de mentalidade, nasceu a precisão de uma lei que garantisse o equacionamento racional do gasto público e a responsabilidade na condução das contas das três esferas de governo. Sem dúvida alguma, essa lei é a Lei de Responsabilidade Fiscal.

A aprovação da LRF foi um marco político incomensurável na história republicana do Brasil. Soubemos deixar de lado a tradição consolidada de gastar o dinheiro público de forma desmedida e irresponsável – mesmo que, muitas vezes, com boas intenções – para abraçar uma legislação que vai permitir, senão erradicar, pelo menos amenizar o fardo da corrupção e da improbidade, que ainda pesa sobre os ombros do povo brasileiro.

Neste comenos, é impossível falar dos avanços da Lei de Responsabilidade Fiscal sem mencionar a Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, que definiu sanções para os crimes de responsabilidade. Numa iniciativa sem precedentes, a Lei estabeleceu, para os maus administradores públicos, penas de até quatro anos de reclusão e cinco anos de inelegibilidade, além do enquadramento em outros tipos penais, conforme as características dos crimes.

Com a gênese dessa Lei, não só os entes administrativos seriam punidos; também os administradores passaram a ter punição, o que assegurou a consolidação da probidade, da transparência e da respon-

sabilidade como virtudes indispensáveis àqueles que ocupam, e venham a ocupar, cargos públicos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, os enormes avanços trazidos à administração pública brasileira – e, por extensão, a todos nós, povo brasileiro – estão estampados nas quatro linhas mestras que estruturam a Lei de Responsabilidade Fiscal. São elas: planejamento; transparência; controle; e responsabilização.

O quesito planejamento permeia todo o texto da LRF. O administrador público deve planejar despesas, receitas e nível de endividamento, sempre levando em conta o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual. Deve, do mesmo modo, observar as restrições impostas pela própria Lei de Responsabilidade Fiscal.

A LRF sepultou de uma vez por todas, para o bem maior do nosso País, a falta de planejamento de gastos, ou mesmo o não-cumprimento dos limites previstos no Orçamento. Enfim, chegou ao corpo de nossas leis a máxima de que o bem-gastar depende do bem-planejar. Quem planeja mal, ou não planeja, gasta mal! Isso, não podemos mais aceitar!

A transparência na administração da coisa pública é assegurada pela própria obrigação de elaborar e divulgar relatórios periódicos de acompanhamento da gestão fiscal. Foi-se o tempo da caixa-preta! A LRF exige que o administrador seja transparente e demonstre, com clareza, todos os seus atos enquanto gestor público.

Sr. Presidente, a transparência está intimamente ligada ao controle, que exige uma ação fiscalizadora efetiva, contínua e eficiente dos Tribunais de Contas da União, dos Estados e dos Municípios. É imprescindível que as demonstrações contábeis dos diversos órgãos da Administração Pública sejam apreciadas e auditadas pelas cortes de contas, a fim de garantir que sejam atendidos o princípio da moralidade, o da eficiência e o da publicidade.

Última linha mestra que norteia a Lei de Responsabilidade Fiscal, a responsabilização pressupõe a punição dos entes federados que descumprirem os limites e as regras impostos pelo diploma legal. Nesse caso, estão previstas sanções como a suspensão das transferências voluntárias, das garantias e da permissão para a contratação de operações de crédito.

A responsabilização não objetiva o punir por punir. Visa, sim, intimidar qualquer tentativa de burlar a LRF, uma lei amplamente debatida pela sociedade e pelo Congresso Nacional, e que, como toda lei, deve ser integralmente cumprida.

A implementação da LRF facilitou, de forma indescritível, o controle do gasto público. Ao fixar limites para o endividamento e para o pagamento de pessoal, a Lei permitiu ao administrador público o equacionamento de receitas e despesas, de forma a evitar a total incapacidade de fazer frente aos compromissos assumidos, o que era comum no Brasil.

A proibição da elevação dos gastos com a folha de pagamento nos seis meses que antecedem as eleições é, também, uma medida extremamente benéfica, pois representa um passo significativo na preservação da moralidade e da lisura da administração e, a reboque, do processo eleitoral.

Evitaram-se, ainda, as chamadas “heranças malditas”, por meio das quais os Prefeitos e Governadores, recém-empossados, recebiam dívidas impagáveis, irresponsavelmente contraídas pelos antecessores em fim de mandato. Isso só foi possível graças à proibição, constante da LRF, de contrair obrigações de despesa, nos últimos 8 meses de mandato, que não possam ser pagas nesse período, ou para as quais não haja disponibilidade de caixa suficiente no exercício seguinte.

A Lei de Responsabilidade Fiscal, não beneficiou, apenas, a execução das políticas públicas. Beneficiou, também, e muito, a elaboração da peça orçamentária, responsabilidade precípua do Poder Legislativo.

A prática ilusionista, comum no passado, de recheiar o Orçamento com rubricas impossíveis de serem cumpridas ficou, praticamente, impossibilitada. A LRF estabelece, de forma cristalina, que a Lei Orçamentária Anual deve ser elaborada de forma compatível com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

E vai além. Exige que o Orçamento contenha, em anexo, um demonstrativo da compatibilidade das programações com os objetivos e metas constantes do Anexo de Metas Fiscais da LDO. E mais ainda: deve conter, também, um demonstrativo do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Lei de Responsabilidade Fiscal foi vista, por uns, como um entrave que sufocaria a iniciativa do administrador público. Que visão equivocada! A Lei de Responsabilidade Fiscal não é uma amarra que sufoca o legislador, tampouco o administrador público. Ao contrário, representa um avanço, nunca antes visto, no planejamento do gasto público.

Bastante abrangente, ela obriga todos os dirigentes de órgãos públicos, de quaisquer dos três Poderes (até do Ministério Público), ao seu inteiro cumprimento. É um rigor necessário à gestão pública, já que lida com os recursos de todos, e não apenas de uns!

A Lei de Responsabilidade Fiscal coloca nosso País no caminho certo. É com transparência, seriedade e planejamento – garantias indispensáveis à governabilidade – que conduziremos o Brasil a tempos de desenvolvimento, prosperidade e justiça social!

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 26 minutos.)

PARECER N°1 , DE 2005– CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Aviso n° 003, de 2005–CN (n° 2.481/2004, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional, cópia do Acórdão n° 2.087, de 2004–TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente ao Relatório de Inspeção realizada., na execução de serviços de conservação preventiva, rotineira e emergencial de rodovias no Estado de Mato Grosso (TC n° 011.385/2004–5).

I – Relatório

Trata o presente parecer do Aviso n° 003, de 2005–CN (n° 2.481/2004, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional, cópia do Acórdão n° 2.087, de 2004–TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente ao Relatório de Inspeção realizado na execução de serviços de conservação preventiva, rotineira e emergencial de rodovias no Estado de Mato Grosso (TC n° 011.385/2004–5)..

As obras objeto do presente Aviso tiveram indícios de irregularidades graves apontados em auditoria realizada pela Secretaria de Fiscalização de Controle Externo no Estado do Mato Grosso – Secex/MT, do Tribunal de Contas da União, que motivou a inclusão de obras no Anexo VI da Lei n° 11.100, de 25 de janeiro

de 2005 (LOA/2005), nos termos do art. 97, **caput**, da Lei n° 10.934, de 11 de agosto de 2004 (LDO/2005), que assim mencionou: “O projeto de lei orçamentária anual e a respectiva lei poderão contemplar subtítulos relativos a obras e serviços com indícios de irregularidades graves informados pelo Tribunal de Contas da União, permanecendo a execução orçamentária, física e financeira dos contratos, convênios, parcelas ou subtrechos em que foram identificados os indícios, condicionada à adoção de medidas saneadoras pelo órgão ou entidade responsável, sujeitas à prévia deliberação da Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1°, da Constituição, nos termos do § 6° deste artigo”.

I – Voto do Relator

Trata-se de um conjunto de obras de restauração e conservação preventiva de trechos de rodovias federais no Estado de Mato Grosso, que visam proporcionar condições satisfatórias de tráfego nessas rodovias para fins de escoamento da produção e maior conforto e segurança aos usuários. Até a data da última vistoria realizada pelo TCU, em 14/04/2004, 39% das obras já haviam sido realizadas. Estas obras tem sido executadas com dotações no âmbito dos Programas de trabalho 26.782.0220.2834.0051 – Restauração de Rodovias Federais – No Estado do Mato Grosso e 26.782.0220.2841.0051 – Conservação Preventiva e Rotineira de Rodovias – No Estado do Mato Grosso.

O TCU realizou auditoria nestas obras em 2002, quando identificou indícios de irregularidades graves em vários contratos, o que levou o Congresso Nacional a vedar a execução destes no âmbito da LOA/2003. Posteriormente, o TCU, por meio do Acórdão n° 268/2003–Plenário, de 26-3-2003, decidiu “dar ciência deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, à Presidência e à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, informando-as de que, relativamente ao programa de trabalho n° 26.782.0220.2841.0051, foram adotadas medidas corretivas para saneamento dos Contratos n°s PD/11–022/2001, PD/11–021/2001, PD/11–020/2001, PD/11–019/2001 e dos contratos decorrentes dos processos licitatórios n°s 51210.002215/01–10, 51210.001636/00–42 e 51210.001638/00–31, da 11ª UNIT/DNIT, que portanto podem ter a sua execução liberada, permanecendo, porém, irregularidades no Contrato n° PD/11–003/1997;”. Em função disso, o Congresso Nacional, por meio do Decreto Legislativo N° 002/2003, liberou a execução dessas obras.

Após nova fiscalização, realizada no corrente ano, o TCU constatou que a repactuação dos contratos PD/11-017/2000, PD/11-018/2000, PD/11-019/2001, Pr.2599/2002-03, PD/11-012/1998, PD/11-021/2001, PD/11-020/2001, PD/11-022/2001, PD/11-011/1998 e UT/11-003/2002, PD/11-027/01, UT-045/02, PD/11-028/01, UT/11-006/02, PG-294/00, PG-012/01 e PD/11-014/01 não havia sido feita, apesar do TCU, em julho de 2003, ter dado um prazo de 60 dias ao DNIT para proceder os ajustes e ter sido esta a condição para a liberação da execução dos referidos contratos. Por outro lado, foram saneadas as irregularidades no Processo Licitatório Pr. 2599/2002-03. Diante disso, a Corte de Contas, por intermédio do Acórdão nº 510/2004 Plenário, deliberou em:

“9.6 encaminhar cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e Voto que o fundamentam, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e ao Exmo Sr. Ministro de Estado dos Transportes, informando que a irregularidade relativa ao Pr. 2599/2002-03 foi saneada, podendo ser formalizada a execução do respectivo contrato, permanecendo pendentes as demais questões apontadas no item 9.3 do Acórdão 790/2003 – Plenário – TCU.”

Nesse sentido, tendo em vista o não cumprimento da condição que havia sido a razão da liberação das obras em 2003, por meio do Aviso CN nº 11/2004, o Congresso Nacional aprovou projeto de decreto legislativo incluindo esses contratos no Anexo VIII da LOA/2004, ficando a sua execução física, orçamentária e financeira vedada.

Todavia, no processo TC 011.385/2004-5, o TCU muda o entendimento acerca dos indícios de irregularidades nestas obras. Cita o Ministro-Revisor, Walton Alencar Rodrigues:

“Entendo que se o edital previa o pagamento do fornecimento de acordo com a sistemática antiga, pelo valor da nota fiscal de compra mais bonificação de quinze por cento, vindo o contrato, posteriormente, a dispor a incidência do BDI pleno, válido para os demais itens, impõe-se a devolução uma vez que, manifestamente, a alteração equivaleria a uma majoração injustificada do preço do serviço.

O mesmo não ocorre se o edital já previa o pagamento do fornecimento por meio de

BDI único. Nesse caso, a imposição de uma repactuação prevendo o pagamento pela bonificação reduzida de quinze por cento corresponderia a uma injustificada redução dos valores pactuados.

No caso concreto sob exame, não há notícia no processo de que os contratos não repactuados tenham decorrido de licitações em que se previa a bonificação de quinze por cento sobre o preço de aquisição dos materiais betuminosos. Provavelmente não era esse o caso, já que essa forma de pagamento foi abandonada pelo Dnit desde 1997 (veja-se, a respeito, a Decisão Plenária 212/2002) e os contratos aqui considerados são de 2001.

Por essas razões sugeri esclarecer que a repactuação determinada alcançaria apenas os contratos cujas licitações de origem previam o pagamento pelo valor da aquisição, informado pelo valor da nota fiscal ou pelo preço tabelado, conforme o caso, acrescido da bonificação de quinze por cento.”

Nessa linha de entendimento, o Ministro-Relator, Adylson Motta, no seu Voto afirma que:

“Essa irregularidade remonta a 21-10-1997, data a partir da qual o então DNER, com fulcro numa alegada liberação de preços de materiais betuminosos promovida pela Portaria nº 28/97 do Ministério da Fazenda, sujeitou esse importante item no rol de custos das obras e objeto de simples aquisição por parte das contratadas, ao mesmo regime de BDI dos demais materiais. Esse procedimento acarretou excessiva elevação do BDI comumente aplicado a esse insumo e o conseqüente desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos, em desfavor da Administração.

(...)

Entretanto, considerando que há indícios fortes de que os contratos em questão datam de períodos posteriores a 1997 (ano em que se abandonou a adoção do percentual de 15 % de bonificação nas licitações da autarquia, segundo informações colhidas no TC 003.602/2001-0), e diante dos fatos e argumentos apresentados pelo eminente Ministro-Revisor Walton Alencar Rodrigues, entendo que carece de elementos suficientes para se recomendar a paralisação de sua execução orçamentária. Acolho ainda a restrição suge-

rida ao subitem 9.1 e a supressão de determinação de fornecimento direto de materiais betuminosos à vista dos novos procedimentos adotados pela autarquia.

Assim sendo, peço vênias à Unidade Técnica para discordar de sua proposta de adoção de medida cautelar e de outras providências, e Voto por que seja adotado o Acórdão que ora submeto à consideração deste Plenário.”

Diante disso, o TCU, por intermédio do Acórdão nº 2.087 – Plenário, de 15 de dezembro de 2004, deliberou em:

“9.1. determinar à 11ª Unidade de Infra-Estrutura Terrestre – DNIT que – em relação aos contratos para execução de obras rodoviárias originados de licitações em que se previa a bonificação de quinze por cento (15%) sobre o preço de aquisição dos materiais betuminosos e que foram posteriormente alterados para inclusão de previsão de pagamento do dito fornecimento com incidência do BDI pleno, válido para os outros itens contratuais - promova a repactuação desses contratos de forma a se retornar ao modo de pagamento previsto no edital de licitação, adotando-se as medidas tendentes ao ressarcimento dos valores porventura pagos a maior, inclusive com a instauração de tomada de contas especial, caso necessário;

9.2. dar ciência da presente deliberação à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e ao Departamento Nacional de Infra-Estrutura dos Transportes - DNIT, informando-lhes que, em relação a licitações e contratos contemplados com recursos inscritos no PT 26.782.0220.2834.0051 e PT 26.782.0220.2841.0051, não foram constatadas irregularidades que recomendem a paralisação da execução orçamentária de tais programas de trabalho;”

Em face do exposto, Voto pela exclusão do Anexo VI da LOA/2005, dos subtítulos 26.782.0220.2834.0051 – Restauração de Rodovias Federais – No Estado do Mato Grosso e 26.782.0220.2841.0051 – Conservação Preventiva e Rotineira de Rodovias – No Estado do Mato Grosso, na forma do projeto de decreto legislativo em anexo.

Sala da Comissão, de março de 2005. – Deputado **Humberto Michiles**, Relator.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Exclui do Anexo VI à Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005, os subtítulos 26.782.0220.2834.0051 – Restauração de Rodovias Federais – No Estado do Mato Grosso e 26.782.0220.2841.0051 – Conservação Preventiva e Rotineira de Rodovias – No Estado do Mato Grosso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam excluídos do Anexo VI à Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005, os subtítulos 26.782.0220.2834.0051 – Restauração de Rodovias Federais – No Estado do Mato Grosso e 26.782.0220.2841.0051 – Conservação Preventiva e Rotineira de Rodovias – No Estado do Mato Grosso, da Unidade Orçamentária 39252 – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT, estando autorizada a sua execução física, orçamentária e financeira.

Art. 2º O Tribunal de Contas da União fará o acompanhamento físico-financeiro da execução das obras mencionadas no artigo 1º, encaminhando relatório à Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição Federal.

Art. 3º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, de março de 2005.
– Deputado **Humberto Michiles**, Relator

Ofício nº S - 2/2005-CMO (CIRCULAR)

Brasília, 15 de março de 2005.

Senhor Parlamentar,

Dirijo-me a Vossa Excelência para encaminhar o Relatório apresentado pelo Deputado Humberto Michiles ao Aviso nº 3/2005-CN, o qual concluiu por um Projeto de Decreto Legislativo – PDL.

Comunico, ainda, que de acordo com o estabelecido no art. 35, inciso VII, letra “c” da Resolução nº 01/2001-CN, combinado com a proposta do Deputado Ricardo Barros, aprovada na 12ª Reunião Ordinária, realizada 5-6-2002, o prazo para apresentação de emendas ao Relatório e ao Projeto de Decreto Legislativo será nos dias 16 e 17-3-2005 – 2 (dois) dias úteis.

Informo, outrossim, que o formulário para apresentação de emendas ao Relatório e ao PDL encontra-se acessível na página da Comissão na Internet.


Atenciosamente, – **Myrna Lopes Pereira**, Secretária de Comissão


CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, na Primeira Reunião Ordinária, realizada em 29 de março de 2005, **APROVOU**, por unanimidade, o Relatório do Deputado **HUMBERTO MICHILES**, ao **Aviso n.º 003/2005-CN**, que nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado foi favorável à exclusão do Anexo VI da Lei n.º 11.100, de 25/01/2005, dos subtítulos 26.782.0220.2834.0051 – Restauração de Rodovias Federais – no Estado do Mato Grosso e 26.782.0220.2841.0051 – Conservação Preventiva e Rotineira de Rodovias – no Estado do Mato Grosso. Ao Relatório e ao Projeto de Decreto Legislativo, nos dias 16 e 17/03/2005, não foram apresentadas emendas.

Compareceram os Senhores Deputados José Carlos Machado, Segundo Vice-Presidente, Almir Sá, Amauri Gasques, Bismarck Maia, Cezar Silvestri, Claudio Cajado, Darci Coelho, Devanir Ribeiro, Dr. Heleno, Eduardo Sciarra, Eduardo Valverde, Elaine Costa, Fernando Ferro, Geraldo Resende, Gilmar Machado, Heleno Silva, Homero Barreto, Humberto Michiles, Iberê Ferreira, Jaime Martins, João Leão, João Magalhães, João Magno, Jorge Alberto, Jorge Bittar, José Divino, José Militão, Júlio Cesar, Leodegar Tiscoski, Luiz Carreira, Luiz Couto, Manato, Marcelino Fraga, Márcio Reinaldo Moreira, Marcos Abramo, Mário Negromonte, Nelson Meurer, Pauderney Avelino, Pedro Canedo, Pedro Chaves, Pedro Fernandes, Pedro Novais, Rafael Guerra, Ricardo Barros, Rogério Teófilo, Ronaldo Dimas, Rose de Freitas, Sérgio Miranda, Terezinha Fernandes, Vignatti, Wasny de Roure, Welinton Fagundes, Wilson Santiago e Zé Geraldo; e os Senadores Efraim Moraes, Primeiro Vice-Presidente, Augusto Botelho, Fernando Bezerra, Heráclito Fortes, Jonas Pinheiro, Leonel Pavan, Luiz Otavio, Mozarildo Cavalcanti, Romeu Tuma, Sérgio Zambiasi, Serys Slhessarenko e Valdir Raupp.

Sala de Reuniões, em 29 de março de 2005.


Senador EFRAIM MORAIS
Primeiro Vice-Presidente no exercício da Presidência


Deputado HUMBERTO MICHILES
Relator

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1, DE 2005

Exclui do Anexo VI à Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005, os subtítulos 26.782.0220.2834.0051 – Restauração de Rodovias Federais – No Estado do Mato Grosso e 26.782.0220.2841.0051 – Conservação Preventiva e Rotineira de Rodovias – No Estado do Mato Grosso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam excluídos do Anexo VI à Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005, os subtítulos 26.782.0220.2834.0051 – Restauração de Rodovias Federais – No Estado do Mato Grosso e 26.782.0220.2841.0051 – Conservação Preventiva e

Rotineira de Rodovias – No Estado do Mato Grosso, da Unidade Orçamentária 39252 – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, estando autorizada a sua execução física, orçamentária e financeira.

Art. 2º O Tribunal de Contas da União fará o acompanhamento físico – financeiro da execução das obras mencionadas no artigo 1º, encaminhando relatório à Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição Federal.

Art. 3º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 29 de março de 2005. – Senador **Efraim Moraes**, Primeiro Vice-Presidente no exercício da Presidência – Deputado **Humberto Michiles**, Relator.

**AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE
DO SENADO FEDERAL
SENADOR: RENAN CALHEIROS**

**31-3-2005
quinta-feira**

10:30 – Vice-Presidente da República José Alencar,
Ministro de Estado da Defesa

Celebração de Protocolo de Intenções entre o
Senado Federal e o Ministério da Defesa, com o ob-
jetivo de promover o intercâmbio e a cooperação téc-
nico-científica e cultural, visando ao desenvolvimento
institucional e de recursos humanos.

Sala de Audiências da Presidência do Senado
Federal

12:00 – Gravação para o Programa Nacional do
PMDB

Sala de Audiências da Presidência do Senado
Federal

12:30 – Deputado Estadual Ronaldo Lopes – Alago-
as

Sala de Audiências da Presidência do Senado
Federal

13:00 – Almoço com os jornalistas de O Globo
Helena Chagas, Tereza Cruvinel, Ilimar Franco,
Adriana Vasconcelos e Jorge Bastos Moreno

Restaurante Francisco da Academia de Tênis
de Brasília

15:30 – Ministro Miguel Rosseto, Ministro de Estado
do Desenvolvimento Agrário

Sala de Audiências da Presidência do Senado
Federal

16:00 – Ordem do Dia – Sessão Deliberativa
Plenário do Senado Federal

17:00 – Gravação para o programa do PMDB do Mato
Grosso

Sala de Audiência da Presidência do Senado
Federal

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
3ª Sessão Legislativa Ordinária da
52ª Legislatura -2005**

**Resenha Mensal das matérias apreciadas
referente ao mês de março de 2005
(Período de 1º a 31/03/2005)**



I - MEDIDAS PROVISÓRIAS

1 - APROVADA NA ÍNTEGRA E ENVIADA À PROMULGAÇÃO:

Total..... 1

Medida Provisória nº 225, de 2004, que *autoriza a Caixa Econômica Federal, em caráter excepcional e por tempo determinado, a arrecadar e alienar os diamantes brutos em poder dos indígenas Cintas-Largas habitantes das Terras Indígenas Roosevelt, Parque Indígena Aripuanã, Serra Morena e Aripuanã.*

Sessão: 8.3.2005

**2 - APROVADA COM ALTERAÇÕES E DEVOLVIDA À
CÂMARA DOS DEPUTADOS:**

Total..... 1

Emendas do Senado ao Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2005 (oferecido pela Câmara dos Deputados à Medida Provisória nº 226, de 2004), que institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO e altera dispositivos da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da administração pública federal; da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, que institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF; da Lei nº 9.872, de 23 de novembro de 1999, que cria o Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – FUNPROGER; da Lei nº 10.194, de 14 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre a instituição de Sociedades de Crédito ao Microempreendedor; e da Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, que dispõe sobre o direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores; e dá outras providências.

Sessão: 30.3.2005

II – PROJETO DE LEI APROVADO E ENVIADO À SANÇÃO:

De iniciativa da Câmara dos Deputados ...	1
Total.....	1

Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2003 (nº 5.119/2001, na Casa de origem), que denomina “Rodovia Milton Santos” a BR-242 (Bahia-Brasília), que atravessa a Chapada Diamantina e o oeste baiano.

Sessão: 1º.3.2005

III – PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À CÂMARA DOS DEPUTADOS:

De iniciativa de Comissão Mista	3
De iniciativa do Senado Federal	2
Total.....	5

Projeto de Lei do Senado nº 254, de 2004, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre a exploração sexual, que altera o art. 241 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (dispõe sobre os crimes relativos a cenas de sexo explícito ou pornográficas envolvendo crianças e adolescentes).

Sessão: 1º.3.2005

Projeto de Lei do Senado nº 255, de 2004, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre a exploração sexual, que altera dispositivos da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (prevê o fechamento definitivo de hotel, pensão, motel ou congêneres, quando hospedarem crianças e adolescentes desacompanhados dos pais ou responsáveis, ou sem autorização).

Sessão: 1º.3.2005

Projeto de Lei do Senado nº 253, de 2004, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre a exploração sexual, que altera o Título VI (dos crimes contra os costumes) da Parte Especial do Código Penal.

Sessão: 1º.3.2005

Projeto de Lei do Senado nº 371, de 2004, de autoria da Mesa do Senado Federal, que altera a remuneração dos servidores públicos integrantes dos Quadros de Pessoal do Senado Federal.

Sessão: 1º.3.2005

Projeto de Lei do Senado nº 54, de 2002, de autoria do Senador Lauro Campos, que altera o art. 4º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, de forma a aumentar o período máximo de percepção do seguro-desemprego para dez meses.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 23.3.2005

IV – PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À PROMULGAÇÃO:

De iniciativa do Senado Federal	1
De iniciativa da Câmara dos Deputados ...	3
Total.....	4

Projeto de Decreto Legislativo nº 378, de 2002 (nº 1.586/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à TV Primavera de Criciúma Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina.*

Sessão: 1º.3.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 247, de 2003 (nº 2.397/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Freqüência Brasileira de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Garopaba, Estado de Santa Catarina.*

Sessão: 1º.3.2005

Projeto de Resolução nº 42, de 1999, de autoria do Senador Tião Viana, que *modifica dispositivos do Regimento Interno do Senado Federal, estabelecendo novo horário para início das sessões.*

Sessão: 1º.3.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 28, de 1998 (nº 484/1997, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio O Povo Ltda., atualmente denominada Empresa Jornalística O Povo S.A., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 23.3.2005

V - MENSAGEM RELATIVA A ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA:

Total	1
--------------------	----------

Mensagem nº 153, de 2004 (nº 554/04, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor *Frederico Cezar de Araujo*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à Comunidade da Austrália, exercer o de Embaixador do Brasil junto ao Estado Independente da Papua Nova Guiné.

Sessão: 1º.3.2005

VI - REQUERIMENTOS DE CRIAÇÃO DE COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO:

Total.....	2
-------------------	----------

Requerimento nº 160, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Srs. Senadores, *solicitando a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito, com a finalidade de investigar os fatos que arrola no que diz respeito à corrupção de agente público lotado na Casa Civil da Presidência da República.*

Sessão: 16.03.2005

Requerimento nº 161, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Srs. Senadores, *solicitando a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito, com o objetivo de investigar todas as privatizações realizadas no Brasil, no período de 1990 a 2004, instituído pelo Programa Nacional de Desestatização - PND (M.P. nº 115 e Lei nº 8.031/90) e os critérios adotados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES para concessões de empréstimos nos processos de privatização.*

Sessão: 16.03.2005

VII – OUTROS REQUERIMENTOS APROVADOS:

Total	2
--------------------	----------

Requerimento nº 1.532, de 2004, do Senador Pedro Simon, de tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 262 e 337, de 2004.

Sessão: 1º.3.2005

Requerimento nº 1.600, de 2004, da Senadora Ideli Salvatti, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 610, de 1999, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.

Sessão: 1º.3.2005

IX - MATÉRIAS RETIRADAS PELOS AUTORES:

De iniciativa do Senado Federal	3
Total.....	3

Projeto de Resolução nº 32, de 2004, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que *cria a revista Senatus, e dá outras providências.*

(Retirado pelo Requerimento nº 1.531, de 2004)

Sessão: 1º.3.2005

Requerimento nº 1604, de 2004, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que solicita o sobrestamento do Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2004 (nº 708/2003, na Casa de origem), que “altera dispositivos do Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, que dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista.

(Retirado pelo Requerimento nº 126, de 2005)

Sessão: 8.3.2005

Requerimento nº 437, de 2004, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, *que requer, nos termos do § 2º do artigo 50 da Constituição Federal, combinado com o artigo 397, Inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convocado o Ministro de Estado dos Transportes, Alfredo Pereira do Nascimento, para prestar esclarecimentos sobre o estado de conservação e os planos para o atendimento às necessidades urgentes de infraestrutura e segurança das estradas brasileiras.*

(Retirado pelo Requerimento nº 191, de 2005)

Sessão: 23.3.2005

X - OUTRAS DELIBERAÇÕES:

De iniciativa do Senado Federal	19
Total.....	19

Requerimento nº 114, de 2005, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, *solicitando congratulações à Prefeitura de Florianópolis pelo Prêmio Anual Nacional “Os Municípios mais Dinâmicos do Brasil”, oferecido pela Gazeta Mercantil ao município que mais cresceu no último ano em cada Estado da Federação.*

Sessão: 3.3.2005

Requerimento nº 115, de 2005, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, *solicitando congratulações à diretoria da “Renar Maçãs S/A”, de Fraiburgo-SC, pelo início, neste último dia 28 de fevereiro, da comercialização de ações desta empresa na Bolsa de Valores de São Paulo – Bovespa.*

Sessão: 3.3.2005

Requerimento nº 123, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso à mulher brasileira, aqui representada pela servidora do Senado Federal, Sarah Abrahão.*

Sessão: 8.3.2005

Requerimento nº 124, de 2005, de autoria do Senador Maguito Vilela, *solicitando voto de pesar pelo falecimento de Luciana de Sousa Vilela e Érica de Sousa Vilela, vítimas de um acidente automobilístico na BR-158.*

Sessão: 8.3.2005

Requerimento nº 136, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do cientista César Lattes.*

Sessão: 9.3.2005

Requerimento nº 138, de 2005, de autoria do Senador Álvaro Dias, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do físico César Lattes.*

Sessão: 9.3.2005

Requerimento nº 142, de 2005, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, *que solicita voto de pesar pelo falecimento do professor Doutor Raul Machado Horta, membro da Comissão de Estudos Constitucionais que elaborou a Constituição Federal de 1988, falecido em 2 de março do corrente.*

Sessão: 10.3.2005

Requerimento nº 147, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de pesar pelo falecimento no último dia 25 de fevereiro do Sr. Walmor Giavarina, ex-deputado federal, ex-prefeito e vereador de Apucarana.*

Sessão: 10.3.2005

Requerimento nº 151, de 2005, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, *solicitando voto de aplauso em comemoração aos 150 anos do Município de Aracaju.*

Sessão: 14.3.2005

Requerimento nº 153, de 2005, de autoria do Senador César Borges e outros Srs. Senadores, *solicitando voto de saudade ao eminente brasileiro Luís Eduardo Magalhães*

Sessão: 15.3.2005

Requerimento nº 155, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Srs. Senadores, *solicitando voto de lembrança pela passagem da data natalícia do Ex-Deputado Luís Eduardo Magalhães.*

Sessão: 16.3.2005

Requerimento nº 156, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Srs. Senadores, *solicitando voto de lembrança pelo transcurso do 30º aniversário de instalação do mandato do Dr. Tarcísio Maia no Governo do Estado do Rio Grande do Norte.*

Sessão: 16.3.2005

Requerimento nº 166, de 2005, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, *solicitando que sejam apresentadas congratulações ao cientista político e professor Cândido Mendes pela outorga, recebida da Sorbonne no último dia 10 de março, do título de Doutor Honoris Causa.*

Sessão: 17.3.2005

Requerimento nº 189, de 2005, de autoria dos Senadores Arthur Virgílio e José Agripino, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do advogado Aristóteles Coelho Cavalcante, ocorrido na semana passada em Natal, Estado do Rio Grande do Norte.*

Sessão: 23.3.2005

Requerimento nº 205, de 2005, de autoria do Senador Maguito Vilela, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do político goiano Walfrides Sena.*

Sessão: 29.3.2005

Requerimento nº 206, de 2005, de autoria do Senador Maguito Vilela, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do Desembargador Remo Palazzo.*

Sessão: 29.3.2005

Requerimento nº 210, de 2005, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, *solicitando voto de congratulações pelo transcurso dos 456 anos da cidade de Salvador.*

Sessão: 29.3.2005

Requerimento nº 214, de 2005, de autoria do Senador Maguito Vilela, solicitando voto de pesar pelo falecimento do político goiano Oliveiros Jesus Barros.

Sessão: 30.3.2005

Requerimento nº 216, de 2005, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, de inserção de voto de pesar pelo falecimento do Coronel PM Nelson Fernando Cordeiro, ex-Chefe do Gabinete Militar do Governador e ex-Comandante-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais.

Sessão: 31.3.2005

XI - ATOS CONJUNTOS DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS:

Total.....	2
-------------------	----------

Ato nº 1, de 2005, que cria a comissão mista destinada a propor a reestruturação do Processo Orçamentário.

Sessão: 8.03.2005

Ato nº 2, de 2005, que prorroga para o dia 28 de abril de 2005, o prazo da comissão mista criada pelo Ato Conjunto nº 2, de 6 de dezembro de 2004, destinada a efetuar estudos visando ao aperfeiçoamento do rito de tramitação de medidas provisórias.

Sessão: 16.3.2005

XII - ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL PRORROGANDO PRAZO DE VIGÊNCIA DE MEDIDA PROVISÓRIA

Total.....	6
-------------------	----------

Ato nº 1, de 2005, que prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 8 de março de 2005, a vigência da Medida Provisória nº 225, de 22 de novembro de 2004, que *“autoriza a Caixa Econômica Federal, em caráter excepcional e por tempo determinado, a arrecadar e alienar os diamantes brutos em poder dos indígenas Cintas-Largas habitantes das Terras Indígenas Roosevelt, Parque Indígena Aripuanã, Serra Morena e Aripuanã”*.

(publicado no Diário Oficial da União de 1º.3.2005, seção I)

Ato nº 2, de 2005, que prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 16 de março de 2005, a vigência da Medida Provisória nº 226, de 29 de novembro de 2004, que *“institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO e altera dispositivos da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, que trata do apoio ao desenvolvimento de micro e pequenas empresas, da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, que institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira - CPMF, da Lei nº 9.872, de 23 de novembro de 1999, que trata do Fundo de Aval para a Geração de Emprego e Renda – FUNPROGER, da Lei nº 10.194, de 14 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre a instituição de Sociedades de Crédito ao Microempreendedor, e da Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, que dispõe sobre o*

direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores, e dá outras providências”.

(publicado no Diário Oficial da União de 8.3.2005, seção I)

Ato nº 3, de 2005, que prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 23 de março de 2005, a vigência da Medida Provisória nº 227, de 6 de dezembro de 2004, que *“dispõe sobre o Registro Especial, na Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, de produtor ou importador de biodiesel e sobre a incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins sobre as receitas decorrentes da venda desse produto, altera a Lei nº 10.451, de 10 de maio de 2002, e dá outras providências.*

(publicado no Diário Oficial da União de 15.3.2005, seção I)

Ato nº 4, de 2005, que prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 26 de março de 2005, a vigência da Medida Provisória nº 228, de 9 de dezembro de 2004, que *“regulamenta a parte final do disposto no inciso XXXIII do art. 5º da Constituição e dá outras providências”.*

(publicado no Diário Oficial da União de 17.3.2005, seção I)

Ato nº 5, de 2005, que prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 2 de abril de 2005, a vigência da Medida Provisória nº 229, de 17 de dezembro de 2004, que *“acresce parágrafos ao art. 10 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, dá nova redação ao art. 3º da Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e prorroga os prazos previstos nos arts. 30 e 32 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003”.*

(publicado no Diário Oficial da União de 22.3.2005, seção I)

Ato nº 6, de 2005, que prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 8 de abril de 2005, a vigência da Medida Provisória nº 230, de 22 de dezembro de 2004, que *“abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Saúde, da Defesa e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, no valor global de R\$ 569.100.000,00, para os fins que especifica e dá outras providências”.*

(publicado no Diário Oficial da União de 22.3.2005, seção I)

SESSÕES PLENÁRIAS REALIZADAS (1º a 31 de março de 2005)	
Deliberativas Ordinárias	13
Não Deliberativas	7
Especial	2
Total	22

SUMÁRIO DAS MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO FEDERAL

(1º a 31 de março de 2005)

MATÉRIAS APROVADAS	15
I – Medidas Provisórias aprovadas.....	2
1 – aprovada na íntegra e enviada à promulgação	1
2 – aprovada com alterações e devolvida à Câmara dos Deputados.....	1
II – Proposições aprovadas e enviadas à sanção.....	1
III - Proposições aprovadas e enviadas à Câmara dos Deputados	5
1 – Por decisão do Plenário.....	4
1.1 - Proposições do Senado	4
2 – Por decisão terminativa.....	1
2.1 - Proposições do Senado	1
IV - Proposições aprovadas e enviadas à promulgação	4
1 - Concessões de telecomunicações	3
2 - Outros	1
V – Mensagem relativa à escolha de Chefe de Missão Diplomática	1
VI – Outros Requerimentos.....	2
MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO	3
VII – Matérias retiradas pelos autores	3
TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS	18
ATOS CONJUNTOS DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS.....	2
ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL PRORROGANDO PRAZO DE MEDIDA PROVISÓRIA	6

SUMÁRIO CONSOLIDADO DO PERÍODO DE 15 DE FEVEREIRO A 31 DE MARÇO DE 2005

SESSÕES PLENÁRIAS REALIZADAS PELO SENADO FEDERAL NA 3ª LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA (15 de fevereiro a 31 de março de 2005)

Deliberativas Ordinárias	16
Não Deliberativas	12
Especial.....	2
Total	30
* Reuniões	1

MATÉRIAS APROVADAS	125
I – Medidas Provisórias aprovadas.....	2
1 – Aprovada na íntegra e enviada à promulgação	1
2 – Aprovada com alterações e devolvida à Câmara dos Deputados.....	1
II - Projetos aprovados e enviados à sanção	1
III – Projetos aprovados e enviados à Câmara dos Deputados.....	10
1 - Em decisão terminativa.....	4
1.1 Projetos de Lei do Senado Federal.....	4
2 - Por decisão de Plenário.....	6
2.1 - Do Senado Federal.....	4
2.2 – Da Câmara dos Deputados.....	2
IV - Projetos aprovados e enviados à promulgação	105
1 - Concessões de telecomunicações	103
2 - Outros	2
V – Mensagens relativas à escolha de Chefes de Missão Diplomática.....	1
VI – Votos de Aplauso, Censura ou Semelhante	2
VII – Auditoria do Tribunal de Contas da União	2
VIII – Outros Requerimentos.....	2
MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO	10
IX - Matérias prejudicadas.....	7
X - Matérias retiradas pelos autores	3
TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS	135
ATOS CONJUNTOS DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS.....	2
ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL PRORROGANDO PRAZO DE MEDIDA PROVISÓRIA	6
REQUERIMENTOS DE CRIAÇÃO DE CPI DEFERIDOS	2

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES NO MÊS DE MARÇO DE 2005**COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE.****REUNIÃO REALIZADA EM 01/03/2005 - ORDINÁRIA**

01) REQUERIMENTO Nº 01/2005-CAE, QUE REQUER, NOS TERMOS REGIMENTAIS, SEJA FEITO CONVITE AO PRESIDENTE PETROBRÁS, SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA, A FIM DE EXPOR RELATÓRIO ECONÔMICO FINANCEIRO DA COMPANHIA, AS PARCERIAS FIRMADAS E AS PERSPECTIVAS DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DOS NOVOS POÇOS DE PETRÓLEO.

AUTORIA: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES.

RESULTADO: APROVADO.

02) REQUERIMENTO Nº 02/2005-CAE, QUE REQUER NOS TERMOS DO ART. 93, INCISO II, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, SEJA REALIZADA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O EXMO. SR. MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, ANTÔNIO PALOCCI, COM O OBJETIVO DE ESCLARECER O RECENTE AUMENTO DA CARGA TRIBUTÁRIA NO PAÍS.

AUTORIA: SENADOR CÉSAR BORGES.

RESULTADO: APROVADO.

REUNIÃO REALIZADA EM 08/03/2005 - ORDINÁRIA

01) MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 96, 2005 - NÃO TERMINATIVA SUBMETE À APRECIÇÃO DO SENADO FEDERAL A INDICAÇÃO DO SENHOR PEDRO OLIVA MARCILIO DE SOUSA PARA EXERCER O CARGO DE DIRETOR DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM, NA VAGA DO SENHOR ELI LORIA. AUTORIA: EXECUTIVO. RELATOR: SENADOR VALDIR RAUPP. PARECER: A SER APRECIADO EM VOTAÇÃO SECRETA. RESULTADO: APROVADA A INDICAÇÃO POR 13 VOTOS FAVORÁVEIS, UM CONTRÁRIO E UMA ABSTENÇÃO.

02) REQUERIMENTO Nº 03/2005-CAE, QUE REQUER, NOS TERMOS REGIMENTAIS, SEJA REALIZADA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O EXMO. SR. MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, CIRO GOMES, COM O OBJETIVO DE ESCLARECER A PROPOSTA DE TRANSPOSIÇÃO DAS ÁGUAS DO RIO SÃO FRANCISCO. **AUTORIA: SENADOR CÉSAR BORGES. RESULTADO: APROVADO.**

03) REQUERIMENTO Nº 04/2005-CAE, QUE REQUER, NOS TERMOS REGIMENTAIS, SEJA REALIZADA AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA COM A COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS E AS COMISSÕES DE

AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, COM A PRESENÇA DO EXMO. SR. MINISTRO CIRO GOMES OU DE TÉCNICOS DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, PARA DISCUTIR O PROJETO DA TRANSPOSIÇÃO DAS ÁGUAS DO RIO SÃO FRANCISCO. **AUTORIA:** SENADOR FERNANDO BEZERRA. **RESULTADO:** **APROVADO**

04) REQUERIMENTO Nº 05/2005-CAE, QUE REQUER, NOS TERMOS REGIMENTAIS, SEJA REALIZADO UM CICLO DE DEBATES NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL E A AUTONOMIA DO BANCO CENTRAL. **AUTORIA:** SENADOR LUIZ OTÁVIO. **RESULTADO:** **APROVADO**

05) REQUERIMENTO Nº 06/2005-CAE, QUE REQUER, NOS TERMOS REGIMENTAIS, SEJA CONVIDADO PARA PARTICIPAR DE AUDIÊNCIA PÚBLICA NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS O EXMO. SR. MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, SR. ANTÔNIO PALOCCI, A FIM DE QUE SEJAM DEBATIDOS ASPECTOS E PERSPECTIVAS DA POLÍTICA ECONÔMICA. **AUTORIA:** SENADOR LUIZ OTÁVIO. **RESULTADO:** **APROVADO**

06) REQUERIMENTO Nº 07/2005-CAE, QUE REQUER, NOS TERMOS REGIMENTAIS, A CRIAÇÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, COM 9 (NOVE) MEMBROS TITULARES E IGUAL NÚMERO DE SUPLENTE, PARA OPINAR SOBRE AS MATÉRIAS DE INTERESSE DO PODER LOCAL. **AUTORIA:** SENADOR LUIZ OTÁVIO. **RESULTADO:** **APROVADO**

REUNIÃO REALIZADA EM 15/03/2005 – ORDINÁRIA

ITEM UM – REQUERIMENTO Nº 08, DE 2005 – CAE.

FINALIDADE: AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA SE DISCUTIR AS AÇÕES E OS RESULTADOS DA POLÍTICA DE MICROCRÉDITO DO GOVERNO FEDERAL.

AUTORIA: SENADORA IDELI SALVATTI E SENADORES ROMEU TUMA, TASSO JEREISSATI, JOSÉ AGRIPINO E DELCÍDIO AMARAL.

EXPOSITOR: GILSON ALCEU BITTENCOURT, SECRETÁRIO EXECUTIVO DO GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL DE MICROCRÉDITO E MICROFINANÇAS DO MINISTÉRIO DA FAZENDA. **RESULTADO:** **REQUERIMENTO APROVADO E AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA.**

REUNIÃO REALIZADA EM 22/03/2005 – ORDINÁRIA

ITEM UM – REQUERIMENTO Nº 09, DE 2005 – CAE

FINALIDADE: AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE AS ATIVIDADES DO BANCO POPULAR NO QUE DIZ RESPEITO AO ATENDIMENTO À POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA. **AUTORIA:** SENADORES ARTHUR VIRGÍLIO E TASSO JEREISSATI. **RESULTADO:** APROVADO.

EXPOSITOR: . IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES, DIRETOR-PRESIDENTE DO BANCO POPULAR. **RESULTADO:** REQUERIMENTO APROVADO E AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA. **RESULTADO:** APROVADO.

02) REQUERIMENTO Nº 10/2005-CAE, QUE REQUER, NOS TERMOS REGIMENTAIS, SEJA CONVIDADO, EM AUDIÊNCIA PÚBLICA, O EX-MINISTRO DA FAZENDA, SR. MAILSON DA NÓBREGA, COM A FINALIDADE DE DISCUTIR A AUTONOMIA DO BANCO CENTRAL. **AUTORIA:** SENADOR RODOLPHO TOURINHO. **RESULTADO:** APROVADO.

03) REQUERIMENTO Nº 11/2005-CAE, QUE REQUER SEJA CONVIDADO O PROF. NOGUEIRA BATISTA JR., A FIM DE PARTICIPAR DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A AUTONOMIA DO BANCO CENTRAL DO BRASIL. **AUTORIA:** SENADOR EDUARDO SUPPLY. **RESULTADO:** APROVADO.

04) REQUERIMENTO Nº 12/2005-CAE, QUE REQUER, NOS TERMOS REGIMENTAIS, SEJAM CONVIDADOS PARA PRESTAREM ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS A RESPEITO DO DESCUMPRIMENTO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO DO ART. 32 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 2000, E DA RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL Nº 43, DE 2001, AS SEGUINTE AUTORIDADES: EXMA. SRA. MARTA SUPPLY, EX-PREFEITA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO; SR. JOAQUIM VIEIRA FERREIRA LEVY, SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL; SR. SILA RONDEAU CAVALCANTE SILVA, PRESIDENTE DA ELETROBAS E CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA AES ELETROPAULO. **AUTORIA:** SENADOR LUIZ OTÁVIO. **RESULTADO:** APROVADO.

05) REQUERIMENTO Nº 13/2005-CAE, QUE REQUER, NOS TERMOS REGIMENTAIS, SEJA CONVIDADA A EXMA. SRA. MINISTRA DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, DILMA ROUSSEFF, PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS SOBRE O NOVO MODELO DE REESTRUTURAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO, OS INVESTIMENTOS REALIZADOS E RESULTADOS OBTIDOS COM ESSA POLÍTICA. **AUTORIA:** SENADOR EDUARDO AZEREDO. **RESULTADO:** APROVADO.

06) REQUERIMENTO Nº 14/2005-CAE, QUE REQUER, NOS TERMOS REGIMENTAIS, SEJA CONVIDADO O SR. SÉRGIO DARCY DA SILVA ALVES, DIRETOR DE NORMAS E ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO DO BANCO CENTRAL DO BRASIL, PARA, EM AUDIÊNCIA PÚBLICA, PRESTAR ESCLARECIMENTOS SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE MICROCRÉDITO PRODUTIVO ORIENTADO. **AUTORIA:** SENADORA LÚCIA VÂNIA E

SENADORES TASSO JEREISSATI E ARTHUR VIRGÍLIO. RESULTADO: APROVADO.

07) REQUERIMENTO Nº 15/2005-CAE, QUE REQUER, NOS TERMOS REGIMENTAIS, SEJA CONVIDADO O SR, ALEXANDRE SCHWARTSMAN, DIRETOR DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS DO BANCO CENTRAL, PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS ACERCA DAS RECENTES MEDIDAS ECONÔMICAS IMPLEMENTADAS PELO BANCO CENTRA RELATIVAS ÀS MODIFICAÇÕES NAS NORMAS QUE DISPÕEM SOBRE A COMPRA E A VENDA DE MOEDA ESTRANGEIRA E O REGISTRO DO MOVIMENTO DE ENTRADA E SAÍDA DE DIVISAS E SEUS IMPACTOS NA ECONOMIA NACIONAL. AUTORIA: SENADOR EDUARDO SUPLICY. RESULTADO: APROVADO.

08) REQUERIMENTO Nº 16/2005-CAE, QUE REQUER, NOS TERMOS REGIMENTAIS, SEJA REALIZADA, NO PRÓXIMO DIA 30 DE MARÇO DO CORRENTE, REUNIÃO SECRETA COM A PRESENÇA DO SR. IVAN GUIMARÃES, PRESIDENTE DO BANCO POPULAR DO BRASIL, PARA QUE O MESMO PRESTE ESCLARECIMENTOS SOBRE OS DADOS DO BALANÇO DA INSTITUIÇÃO REFERENTES AO PRIMEIRO DE 2005, AINDA NÃO DIVULGADOS PUBLICAMENTE. AUTORIA: COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS. RESULTADO: APROVADO.

REUNIÃO REALIZADA EM 29/03/2005 – ORDINÁRIA

ITEM ÚNICO – REQUERIMENTO NºS 02 E 06, DE 2005 – CAE.

FINALIDADE: AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE ESCLARECER O RECENTE AUMENTO DA CARGA TRIBUTÁRIA NO PAÍS E DEBATER OS ASPECTOS E PERSPECTIVAS DA POLÍTICA ECONÔMICA. **AUTORIA:** SENADORES CÉSAR BORGES E LUIZ OTÁVIO. **EXPOSITOR:** SENHOR MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, ANTONIO PALOCCI FILHO. **RESULTADO:** AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA.

REUNIÃO REALIZADA EM 30/03/2005 – EXTRAORDINÁRIA

ITEM ÚNICO: REQUERIMENTO Nº 16, DE 2005 – CAE.

FINALIDADE: ESCLARECIMENTOS, QUE SERÃO PRESTADOS EM REUNIÃO SECRETA, SOBRE OS DADOS DO BALANÇO DO BANCO POPULAR DO BRASIL REFERENTES AO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2005, AINDA NÃO DIVULGADOS PUBLICAMENTE.

AUTORIA: COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS.

EXPOSITOR: IVAN GUIMARÃES, PRESIDENTE DA INSTITUIÇÃO.

RESULTADO: AO INICIAR A REUNIÃO, AINDA PÚBLICA, O SENADOR ROMEU TUMA PROPÕE QUE O SENHOR IVAN GUIMARÃES PASSE AS

INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS PESSOALMENTE AO SENADOR TASSO JEREISSATI. A PROPOSTA FOI ACATADA PELO SENADOR TASSO JEREISSATI E DEMAIS MEMBROS PRESENTES.

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS – CAE

REUNIÃO REALIZADA EM 29/03/2005 – EXTRAORDINÁRIA - ITEM ÚNICO: DEFINIÇÃO DOS TRABALHOS DA SUBCOMISSÃO. **RESULTADO:** DEFINIDAS DIVERSAS PROVIDÊNCIAS.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS.

REUNIÃO REALIZADA EM 03/03/2005 – ORDINÁRIA

01) REQUERIMENTO Nº 1 – CAS, DE 2005 - “REQUER A EXTINÇÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO MEIO AMBIENTE, NO ÂMBITO DESTA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS”. AUTOR: SENADOR PAULO PAIM. **RESULTADO:** APROVADO.

02) REQUERIMENTO Nº 2 – CAS, DE 2005 - “REQUER A CRIAÇÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA, NO ÂMBITO DESTA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS”. AUTOR: SENADOR PAULO PAIM. **RESULTADO:** APROVADO.

REUNIÃO REALIZADA EM 10/03/2005 – ORDINÁRIA

01) REQUERIMENTO Nº 07 - CAS - 2005“Requer, tendo em vista o que dispõe o art.72, VI, combinado com o art. 102-E, VI, do Regimento Interno do Senado Federal, na redação que lhes foi dada pela Resolução nº 01, de 2005, a extinção da

subcomissão do Idoso, tendo em vista não constar mais a proteção do idoso como competência desta Comissão de Assuntos Sociais”. **Autores:** Senador Sérgio Cabral e Senador Papaléo Paes. **Resultado: Aprovado.**

02) REQUERIMENTO Nº 8 - CAS – 2005 “Requer, nos termos do inciso II, do § 2º do art.58 da Constituição Federal, combinado com o inciso II do art.90 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para debater sobre o Projeto de Lei do Senado nº 19 de 2003, que altera o art. 198 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovado pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Fixa o peso máximo de vinte quilogramas que um empregado pode remover, individualmente)”. **Autores:** Senador Marcelo Crivella e Senador Papaléo Paes. **Resultado: Aprovado.**

03) REQUERIMENTO Nº 9- CAS - 2005.“Requer, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a extinção da Comissão Temporária da Saúde, criada no ano de 2003, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais e, em seu lugar, a criação da Subcomissão Permanente de Promoção e Acompanhamento e Defesa da Saúde, com 5 (cinco) membros titulares e o mesmo número de suplentes”. **Autor:** Papaléo Paes. **Resultado: Aprovado.**

04) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 97, DE 2001 - NÃO TERMINATIVO - “Institui o Programa Voluntário de Vacinação - PVV”. **Autor:** Deputado Nelson Proença. **Relator:** Senador Augusto Botelho. **Parecer:** pela oitiva preliminar da CCJ quanto à constitucionalidade e juridicidade do Projeto. **Resultado: Aprovado.**

05) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 80, DE 2004 - NÃO TERMINATIVO - “Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, para acrescentar o serviço de atendimento a pessoas que vivem em situação de rua”. **Autor:** Deputado Henrique Afonso. **Relatora:** Senadora Roseana Sarney. **Parecer:** favorável. **Resultado: Aprovado Requerimento nº 5, nos termos do art. 102-D, do Regimento Interno, da Resolução do Senado Federal nº 1/2005, o envio do PLC 80/2004 ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.**

06) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24 , DE 2003 - NÃO TERMINATIVO - “Dispõe sobre o exercício da profissão de Turismólogo”. **Autora:** Deputada Maria Elvira. **Relator:** Senador Eduardo Azeredo. **Parecer:** favorável, com emenda nº 1-CCJ. **Resultado: Aprovado Requerimento nº 6, nos termos do art. 104-A, do Regimento Interno, da Resolução do Senado Federal nº 1/2005, o envio do PLC 24/2003 ao exame da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.**

07) REQUERIMENTO Nº 5 - CAS – 2005, “Solicito, nos termos do art. 102-D, do Regimento Interno, na Redação dada pela Resolução do Senado Federal de nº 1/2005, o envio do PLC nº 80 de 2004, que altera a Lei nº 8.742/93, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, para acrescentar o serviço de atendimento a pessoas que vivem em situação de rua, ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa”. **Autor:** Senador Waldir Raupp. **Resultado: Aprovado.**

08) REQUERIMENTO Nº 6 - CAS – 2005 - “Solicito, nos termos do art. 104-A, do Regimento Interno, na Redação dada pela Resolução do Senado Federal de nº 1/2005, o envio do PLC nº 24 de 2003, que dispõe sobre o exercício da profissão de Turismólogo, ao exame da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo”.

Autor: Senador Waldir Raupp. **Resultado:** Aprovado.

09) REQUERIMENTO Nº 10 - CAS - 2005 - “Requer, nos termos Regimentais e Constitucionais, que seja convidado o Senhor Ministro do Estado da Saúde, Humberto Costa, e que sejam convidados o ex-secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, Luiz Carlos Bueno de Lima, o presidente da Associação dos Laboratórios Oficiais -Alfob, Carlos Alberto Pereira, e o ex-Secretário-Executivo do Ministério da Saúde, Gastão Wagner, para, em Audiência Pública, prestar esclarecimentos aos Senadores desta Comissão de Assuntos Sociais sobre a crise no abastecimento de medicamentos contra Aids e sobre a crise da saúde na cidade do Rio de Janeiro”. **Autor:** Senador Waldir Raupp. **Resultado:** Aprovado

REUNIÃO REALIZADA EM 16/03/2005

01) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 512, DE 2003 - TERMINATIVO - “Torna obrigatória a proteção contra radiação ultravioleta nos óculos de sol e dá outras providências”. **Autoria:** Senador JONAS PINHEIRO. **Relator:** Senador SIBÁ MACHADO. **Parecer:** favorável. **Resultado:** APROVADO.

02) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 24, DE 2004 - TERMINATIVO - “Altera o artigo 57 da Lei nº 6360, de 23 de setembro de 1976, para obrigar a que as bulas de medicamentos sejam impressas com letras cujas dimensões permitam a leitura fácil”. Na reunião do dia 06-10-2004 foi concedido vista ao senador José Maranhão, sem manifestações até esta data. **Autoria:** Senador Romeu Tuma. **Relator:** Senador Eduardo Azeredo. **Parecer:** favorável. **Resultado:** APROVADO

03) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº66, DE 2004 - NÃO TERMINATIVO - “Altera o art. 1º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências. (Exclui os odontólogos da prerrogativa de prescrever esteróides e ptídeos anabolizantes e dispõe sobre os dados da receita desses fármacos). **Autor:** Deputado Neuton Lima. **Relator:** Senador Augusto Botelho. **Parecer:** favorável com emenda que apresenta. **Resultado:** APROVADO.

04) REQUERIMENTO Nº 11, DE 2005 - “Requer que seja convidado para comparecer perante a comissão de assuntos sociais, o Senhor Ministro da Saúde, Doutor. Humberto Campos, a fim de prestar esclarecimentos sobre as atividades da FUNASA, mormente no tocante à aplicação de recursos nos programas de saúde de sua responsabilidade.” **Autores:** Senador Demóstenes Torres e Senador Jonas Pinheiro. **Resultado:** APROVADO.

05) REQUERIMENTO Nº12, DE 2005 - “Requer, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a extinção da Subcomissão Permanente das

Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais, criada no ano de 2003, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais e, em seu lugar, a criação da Subcomissão Permanente de Assistência Social aos Portadores de Necessidades Especiais, com 5 membros titulares e o mesmo número de suplentes”. **Autores:** Senador Eduardo Azeredo e Senador Reginaldo Duarte. **RESULTADO: APROVADO**

REUNIÃO REALIZADA EM 30/03/2005 – EXTRAORDINÁRIA – 1ª REUNIÃO

ITEM ÚNICO: VISITA INSTITUCIONAL DO MINISTRO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, SENHOR PATRUS ANANIAS, ATENDENDO SOLICITAÇÃO DO MINISTRO ACOLHIDA PELO PRESIDENTE DA COMISSÃO, COM BASE NO ARTIGO 397, INCISO II, § 1º, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL. **RESULTADO: REALIZADA.**

REUNIÃO REALIZADA EM 30/03/2005 – EXTRAORDINÁRIA – 2ª REUNIÃO

ITEM UM: REQUERIMENTO Nº 08, DE 2005 – CAS.

FINALIDADE: AUDIÊNCIA PÚBLICA REFERENTE AO PLS 19, DE 2003, QUE ALTERA O ART. 198 DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO, APROVADA PELO DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943 (FIXA O PESO MÁXIMO DE 20KG (VINTE QUILOGRAMAS) QUE UM EMPREGADO PODE REMOVER, INDIVIDUALMENTE).

AUTORIA: SENADORES MARCELO CRIVELLA E PAPALÉO PAES.

EXPOSITORES: SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS – PRESIDENTE DA CONFERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA (CNTI); SR. EDUARDO LÍRIO GUTERRA – PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PORTUÁRIOS (FNP); SRA. MARIA DE LOURDES MOURE – COORDENADORA GERAL DE NORMATIZAÇÃO E PROGRAMAS DO DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO – MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO; DRA. MARIA HELENA DA SILVA GUTHIER – COORDENADORA NACIONAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE DO TRABALHO – MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO.

RESULTADO: AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA.

02) REQUERIMENTO Nº 13, DE 2005 - “Requer nos termos regimentais a realização de Simpósio Nacional sobre Saúde e Seguridade Social, a ser realizado nos dias 18, 19, e 20 de maio com a participação da Frente Parlamentares da Saúde e participação da Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados e de entidades ligadas à área de saúde”. O objetivo deste evento é promover uma discussão crítica e abrangente sobre o atual Sistema Único de Saúde- SUS”. **AUTOR: Senador AUGUSTO BOTELHO. **RESULTADO: APROVADO.****

03) REQUERIMENTO Nº 14, DE 2005 - “Requer a realização de Audiência Pública com vistas a tratar das alterações propostas na PEC 227/2004 (PEC PARALELA), no âmbito da Câmara dos Deputados, quanto à inclusão das categorias de procuradores, defensores públicos, advogados, agentes fiscais e delegados de polícia como detentores do direito ao teto de desembargadores, para o dia 07 de abril de 2005 às 10:00horas”. Para tanto, gostaríamos que fossem convidados Presidentes da ANFIP, FENAFISCO, representantes da Advocacia da União, Delegados de Polícia, Presidente Nacionalidade Comandantes de Polícia Militar e outros representantes de categorias, a serem definidos pela própria Subcomissão do Trabalho e Previdência.” **AUTOR:** Senador PAULO PAIM. **RESULTADO: APROVADO.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – CCJ.

REUNIÃO REALIZADA EM 02/03/2005 - ORDINÁRIA

01) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2003 - TERMINATIVO NA CAS “ALTERA O DECRETO-LEI Nº 986, DE 21 DE OUTUBRO DE 1969, PARA PROIBIR A ATRIBUIÇÃO DE DESTAQUE ÀS DECLARAÇÕES DE QUALIDADES E DE CARACTERÍSTICAS NUTRITIVAS, TANTO NAS EMBALAGENS QUANTO NA PUBLICIDADE DE ALIMENTOS”.

AUTORIA: SENADOR TIÃO VIANA.

RELATORIA: SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI.

PARECER: PELA APROVAÇÃO DO PROJETO, QUANTO À CONSTITUCIONALIDADE, REGIMENTALIDADE, JURIDICIDADE E TÉCNICA LEGISLATIVA.

OBS: A MATÉRIA SERÁ APRECIADA PELAS COMISSÕES DE ASSUNTOS ECONÔMICO E DE ASSUNTOS SOCIAIS.

RESULTADO: APROVADO O PARECER.

02) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 421, DE 2003 - TERMINATIVO

“ALTERA OS §§ 1º E 3º DO ARTIGO 1.331, O INCISO I DO ARTIGO 1.336 E O ARTIGO 1.351, TODOS DA LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002, QUE ‘INSTITUI O CÓDIGO CIVIL’, NO QUE TANGE ÀS DISPOSIÇÕES SOBRE A ALIENAÇÃO E LOCAÇÃO DE ABRIGOS PARA VEÍCULOS, AO CRITÉRIO DE FIXAÇÃO DA FRAÇÃO IDEAL E À ALTERAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO, RELATIVAMENTE A CONDOMÍNIOS EDILÍCIOS, RESPECTIVAMENTE”. **AUTORIA:** SENADOR MARCELO CRIVELLA.

RELATORIA: SENADOR DEMÓSTENES TORRES. **RELATORIA “AD HOC”:** SENADOR RODOLPHO TOURINHO

PARECER: PELA APROVAÇÃO DO PROJETO, COM AS EMENDAS NºS 1 E 2, QUE APRESENTA.

OBS: SERÃO FEITAS DUAS VOTAÇÕES NOMINAIS, SENDO A PRIMEIRA PARA O PROJETO E A SEGUNDA PARA AS EMENDAS.

RESULTADO: APROVADO O PROJETO COM AS EMENDAS NºS 1 - CCJ E 2 – CCJ.

03) MENSAGEM (SF) Nº 10, DE 2005 - (MENSAGEM Nº 33, DE 2005, NA ORIGEM) - "SUBMETE À APRECIÇÃO DO SENADO FEDERAL O NOME DO ALMIRANTE-DE-ESQUADRA RAYDER ALENCAR DA SILVEIRA, PARA EXERCER O CARGO DE MINISTRO DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, NA VAGA DECORRENTE DA APOSENTADORIA DO MINISTRO JOSÉ JULIO PEDROSA, A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2005".

AUTORIA: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.

RELATORIA: SENADOR CÉSAR BORGES.

PARECER: VOTAÇÃO SECRETA.

RESULTADO: APROVADA A INDICAÇÃO, COM 22 VOTOS FAVORÁVEIS.

REUNIÃO REALIZADA EM 09/03/2005 – ORDINÁRIA.

01) MENSAGEM (SF) Nº 3, DE 2005 (Mensagem nº 961, de 2004, na origem)- NÃO TERMINATIVO - "Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Doutor EDUARDO FLORES VIEIRA, para ocupar o cargo de Defensor Público-Geral da União, na vaga decorrente do término do mandato da Excelentíssima Doutora Anne Elisabeth Nunes de Oliveira". **Autoria: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Relatoria:** Senador EDUARDO SUPLICY. **Parecer:** Votação Secreta. **Resultado:** Aprovada a indicação, com 21 votos favoráveis.**

02) REQUERIMENTO (SF) Nº 258, DE 2004- NÃO TERMINATIVO – Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando as informações publicadas no Jornal 'O Estado de São Paulo', do dia 29 de fevereiro de 2004, seja enviada a Esta Casa pelo Ministro de Estado da Fazenda relação contendo todas as empresas relacionadas aos jogos de bingo que se encontram em débito com a Secretaria da Receita Federal". **Autoria:** Senador ROMEU TUMA. **Relatoria:** Senador MOZARILDO CAVALCANTI. **Parecer:** Pelo arquivamento do Requerimento. **Resultado:** Rejeitado o Relatório do Senador Mozarildo Cavalcanti. A Presidência designa Relator do Vencido o Senador César Borges (art. 128 do RISF).

03) REQUERIMENTO (SF) Nº 1.441, DE 2004- NÃO TERMINATIVO – "Requer, nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, inciso IV, e 216, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado ao Ministro de Estado da Fazenda pedido de informações sobre o valor das aplicações feitas pelas empresas COPEL, SANEPAR e ITAIPU BINACIONAL e suas respectivas fundações no Banco Santos". **Autoria:** Senador ÁLVARO DIAS. **Relatoria:** Senador JOSÉ MARANHÃO. **Relator "Ad hoc":** Senador LEONEL PAVAN. **Parecer:** Pela aprovação do Requerimento e seu encaminhamento ao Presidente do Banco Central do Brasil. **Resultado:** Aprovado o Parecer, com a Emenda nº 1-CCJ.

04) Requerimento nº 1, de 2005-CCJ - “Requeiro a Vossa Excelência o adiamento da discussão das matérias terminativas, constantes da pauta da reunião de 09 de março de 2005 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania”. **Autoria: Senadores NEY SUASSUNA e ALOIZIO MERCADANTE. **Resultado:** Aprovado.**

REUNIÃO REALIZADA EM 16/03/2005 - ORDINÁRIA

01) REQUERIMENTO (SF) Nº 1407, DE 2004 - NÃO TERMINATIVO – “Requer, nos termos do artigo 50, § 2º da Constituição Federal e artigo 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, ao Ministro de Estado da Fazenda informações sobre a existência de recursos de entidades da administração pública depositados no Banco Santos S.A”. **Autoria: Senador CÉSAR BORGES. **Relator:** Senador DEMÓSTENES TORRES. **Parecer:** Pela aprovação do Requerimento. **Observação:** Durante a discussão da matéria, foi oferecida a Emenda nº 1, de iniciativa dos Senadores Hélio Costa e Aloizio Mercadante, acolhida pelo Relator. **Resultado:** Aprovado o Parecer, com a Emenda nº 1 – CCJ.**

02) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 113, DE 2003 - TERMINATIVO - “Revoga inciso V, do Artigo 83, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal”. **Autoria: Senador HÉLIO COSTA. **Relator:** Senador JEFFERSON PÉRES. **Parecer:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Rejeitado o Projeto.**

03) REQUERIMENTO Nº 2-CCJ, DE 2005 - “Requeiro, nos termos regimentais, o adiamento da discussão e votação do Requerimento nº 71, de 2005, de minha autoria, item 1 da Pauta desta Comissão”. **Autoria: Senador TASSO JEREISSATI. **Resultado:** Aprovado.**

REUNIÃO REALIZADA EM 23/03/2005 – ORDINÁRIA – RESULTADO NÃO

**D
I
V
U
L
G
A
D
O**

REUNIÃO REALIZADA EM 30/03/2005 – ORDINÁRIA – RESULTADO NÃO

**D
I
V
U
L
G**

**A
D
O****COMISSÃO DE EDUCAÇÃO – CE.****REUNIÃO REALIZADA EM 01/02/05 - EXTRAORDINÁRIA****01) PETIÇÃO (SF) Nº 008, DE 2004**

“ENCAMINHA AÇÃO POPULAR PROMOVIDA CONTRA A AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, VISANDO DECRETAR A NULIDADE DE ATOS DE TRANSFERÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO PARA EXPLORAÇÃO DE SERVIÇO MÓVEL ESPECIALIZADO (SME), E SUAS RESPECTIVAS RADIOFREQUÊNCIAS, DO GRUPO MCOMCAST S.A. PARA A NEXTEL TELECOMUNICAÇÕES S.A.”.

AUTORIA: ALUISIO FRANÇOIS DO AMARAL

RELATORIA: SENADOR AELTON FREITAS

PARECER: PELO ARQUIVAMENTO DA MATÉRIA

RESULTADO: APROVADO, PELO ARQUIVAMENTO

02) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 181, DE 2004 – TERMINATIVO

“DÁ A DENOMINAÇÃO DE 'COMANDANTE JOÃO RIBEIRO DE BARROS' AO AEROPORTO DE BAURU, NO ESTADO DE SÃO PAULO”.

AUTORIA: SENADOR ROMEU TUMA

RELATORIA: SENADOR JOÃO RIBEIRO

**PARECER: FAVORÁVEL, NA FORMA DO
SUBSTITUTIVO OFERECIDO**

**OBS.: SENDO APROVADO O
SUBSTITUTIVO, A MATÉRIA SERÁ INCLUÍDA EM
PAUTA DA PRÓXIMA REUNIÃO, PARA
APRECIAÇÃO EM TURNO SUPLEMENTAR, NOS
TERMOS DO DISPOSTO NO ART. 282,
COMBINADO COM O ART. 92 DO REGIMENTO
INTERNO DO SENADO FEDERAL.**

RESULTADO: APROVADO

03) REQUERIMENTO - “REQUEIRO, NOS TERMOS REGIMENTAIS E CONSTITUCIONAIS, QUE SEJAM CONVIDADOS O SENHOR MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, TARSO GENRO, O PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA, DR. EDSON DE OLIVEIRA ANDRADE, E O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE

SÃO PAULO, DR. ISAC JORGE FILHO, PARA, EM AUDIÊNCIA PÚBLICA, PRESTAR ESCLARECIMENTOS AOS SENADORES DESTA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO SOBRE A QUESTÃO DA REVALIDAÇÃO AUTOMÁTICA DOS DIPLOMAS DE BOLSISTAS BRASILEIROS QUE SE FORMAM NA ESCOLA LATINO-AMERICANA DE MEDICINA, EM CUBA”.

AUTORIA: SENADORES ÁLVARO DIAS E JOSÉ AGRIPIÑO

RESULTADO: APROVADO

04) REQUERIMENTO - "COM AMPARO NO ART. 58, § 2º, II E V, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, COMBINADO COM OS ARTS. 90, II, V E IX E 93, II, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, REQUEIRO A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS, NO ÂMBITO DESTA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, PARA A DISCUSSÃO DO ASSUNTO REFORMA UNIVERSITÁRIA. DEVERÃO SER CONVIDADOS A EXPOR SEUS PONTOS DE VISTA AS AUTORIDADES E REPRESENTANTES DAS ENTIDADES NOMINADAS A SEGUIR, SUGERINDO A PRESENÇA DOS QUATRO PRIMEIROS INDICADOS JÁ NA PRIMEIRA AUDIÊNCIA PÚBLICA QUE VIER A SE REALIZAR: 1 – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – FERNANDO HADDAD, SECRETÁRIO-EXECUTIVO; 2 – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR (ANDIFES) – ANA LÚCIA ALMEIDA GAZZOLA, PRESIDENTE; 3 – CONSELHO DE REITORES DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS (CRUB) – MANASSÉS CLAUDINO FONTELES, PRESIDENTE; 4 – UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES (UNE) – GUSTAVO LEMOS PETTA, PRESIDENTE; 5 – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS UNIVERSIDADES PARTICULARES (ANUP); 6 – SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (ANDES – SN); 7 – SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA (SBPC); 8 – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE REITORES DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS E MUNICIPAIS (ABRUEM); 9 – FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS (FOMAPRACE); 10 – CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE EDUCAÇÃO (CONSED); 11 – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO (CNTE); 12 – ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS (ABC); 13 – MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA; 14 – CLÁUDIO MOURA E CASTRO – PROFESSOR E ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO”.

AUTOR: SENADOR HÉLIO COSTA

RESULTADO: APROVADO

05) EMENDAS AO SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 532, DE 2003 - TERMINATIVO - (TURNO SUPLEMENTAR) - “ALTERA OS ARTS 16, 68, 81, 82, 86 E REVOGA O § 7º DO ART. 68 DA LEI 9.610, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998, PARA DISCIPLINAR AUTORIA E EXIBIÇÃO PÚBLICA DE OBRAS AUDIOVISUAIS E CINEMATOGRAFICAS”.

AUTORIA DAS EMENDAS: SENADOR MOZARILDO CAVALCÂNTI

RELATORIA: SENADOR ROBERTO SATURNINO

PARECER:PELA REJEIÇÃO DAS EMENDAS

AUTORIA DO SUBSTITUTIVO: SENADOR ROBERTO SATURNINO

AUTORIA DO PLS 532/03: SENADOR JOÃO CAPIBERIBE E PAULO OCTÁVIO
OBS.: O PARECER, DE AUTORIA DO SENADOR ROBERTO SATURNINO, AO
PLS 532/03, FAVORÁVEL AO PROJETO, NA FORMA DO SUBSTITUTIVO
OFERECIDO, FOI APROVADO NA REUNIÃO DO DIA 09/06/04. NO TURNO
SUPLEMENTAR FORAM OFERECIDAS SETE (07) EMENDAS DE AUTORIA
DO SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI.

**RESULTADO: AS EMENDAS FORAM REJEITADAS E REITERADA A
APROVAÇÃO DO SUBSTITUTIVO DO RELATOR.**

06) REQUERIMENTO NÃO TERMINATIVO - “NA QUALIDADE DE
RELATOR DE PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 282, DE 2004, QUE 'INSTITUI
O DIA NACIONAL DE COMBATE A PSORÍASE', PERANTE A COMISSÃO DE
EDUCAÇÃO, REQUEIRO A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, NO
ÂMBITO DESTA COMISSÃO, COM O INTUITO DE INSTRUIR A MATÉRIA,
NOS TERMOS DO ART. 93, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO
FEDERAL, PARA PARTICIPAR DA AUDIÊNCIA PÚBLICA. SOLICITO QUE
SEJAM CONVIDADOS OS SEGUINTESENHORES: **DR. GILVAN FERREIRA
ALVES**, MÉDICO, DERMATOLOGISTA, PRESIDENTE DA SOCIEDADE
BRASILEIRA DE DERMATOLOGIA DO DISTRITO FEDERAL, **DRA. GLADYS
AIRES MARTINS**, MÉDICA DERMATOLOGISTA, ESPECIALISTA EM
PSORÍASE, COORDENADORA DO AMBULATÓRIO EM PSORÍASE DO
HOSPITAL DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - HUB, **DRA. LUNA AZULAY
ABULAFIA**, MÉDICA DERMATOLOGISTA, ESPECIALISTA EM PSORÍASE,
PROFESSORA ASSISTENTE DA UERJ E DA UNIVERSIDADE GAMA FILHO,
PROFESSORA DA UFRJ; **GLADIS LIMA**, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO
NACIONAL DOS PORTADORES DE PSORÍASE”.

AUTORIA: SENADOR MÃO SANTA

RESULTADO: APROVADO

07) REQUERIMENTO NÃO TERMINATIVO - “NOS TERMOS DO ART. 58, §
2º, V, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, COMBINADO COM OS ARTS. 90, V E
IX E 93, II DO REGIMENTO INTERNO, REQUEIRO SEJA CONVIDADO PARA
COMPARECER PERANTE A COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DESTA CASA, O
SENHOR MINISTRO TARSO GENRO, A FIM DE PRESTAR
ESCLARECIMENTOS A RESPEITO DA DECISÃO DO MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO EM ADOTAR RITO SUMÁRIO PARA O REGISTRO DOS
DIPLOMAS DOS MÉDICOS BRASILEIROS FORMADOS EM CUBA”.

AUTORIA: SENADOR JOSÉ AGRIPINO

RESULTADO: APROVADO

08) REQUERIMENTO NÃO TERMINATIVO - “REQUER, NOS TERMOS
REGIMENTAIS E CONSTITUCIONAIS, QUE SEJA CONVIDADO O
SECRETÁRIO DE SAÚDE DO ESTADO DO ACRE, SENHOR CASSIANO
MARQUES DE OLIVEIRA, A SE MANIFESTAR, EM AUDIÊNCIA PÚBLICA
NA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SOBRE A QUESTÃO DA REVALIDAÇÃO
AUTOMÁTICA DOS DIPLOMAS DE BOLSISTAS BRASILEIROS QUE SE
FORMAM NA ESCOLA LATINO-AMERICANA DE MEDICINA EM CUBA”.

AUTORIA: SENADOR ROBERTO SATURNINO

RESULTADO: APROVADO**09) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 097, DE 2004**

“APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO A PRISMA ENGENHARIA EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE CARACOL, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR AUGUSTO BOTELHO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

10) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 932, DE 2004

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCACIONAL, CULTURAL E BENEFICENTE MANANCIAL A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE PRESIDENTE PRUDENTE, ESTADO DE SÃO PAULO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR AUGUSTO BOTELHO

RESULTADO: APROVADO

11) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 935, DE 2004

“APROVA O ATO QUE RENOVA A PERMISSÃO OUTORGADA À RÁDIO UNIÃO DA FRANCA LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE FRANCA, ESTADO DE SÃO PAULO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR AUGUSTO BOTELHO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

12) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1010, DE 2004

“APROVA O ATO QUE RENOVA A PERMISSÃO OUTORGADA AO SISTEMA MERIDIONAL DE RADIODIFUSÃO LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE SOROCABA, ESTADO DE SÃO PAULO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR AUGUSTO BOTELHO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

13) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1048, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A PERMISSÃO OUTORGADA À ANTENA UM RADIODIFUSÃO LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE

RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE SÃO PAULO, ESTADO DE SÃO PAULO".

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR AUGUSTO BOTELHO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

14) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1051, DE 2004 - "APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA TV RECORD DE RIO PRETO S.A. PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO DE SONS E IMAGENS NA CIDADE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, ESTADO DE SÃO PAULO".

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR AUGUSTO BOTELHO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

15) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1104, DE 2004 - "APROVA O ATO QUE RENOVA A PERMISSÃO OUTORGADA À RÁDIO STÉREO PLANALTO DE VINHEDO LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE VINHEDO, ESTADO DE SÃO PAULO".

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR AUGUSTO BOTELHO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

16) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1157, DE 2004 - "APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA RÁDIO BELA VISTA LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE BELA VISTA, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL".

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR AUGUSTO BOTELHO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

17) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1160, DE 2004 - "APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA REDE MS INTEGRAÇÃO DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO DE SONS E IMAGENS NA CIDADE DE CAMPO GRANDE, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL".

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR AUGUSTO BOTELHO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

18) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1180, DE 2004 - "APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA RÁDIO DIFUSORA DE RIO BRILHANTE LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE RIO BRILHANTE, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL".

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR AUGUSTO BOTELHO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

19) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1252, DE 2004 - "APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA RÁDIO TROPICAL FM A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE ANGÉLICA, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL".

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR AUGUSTO BOTELHO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

20) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1257, DE 2004 - "APROVA O ATO QUE RENOVA A PERMISSÃO OUTORGADA À RÁDIO TRANSAMÉRICA FM LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE PONTA PORÃ, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL".

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR AUGUSTO BOTELHO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

21) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1285, DE 2004 - "APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO E DIFUSÃO COMUNITÁRIA DAS MORENINHAS A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE CAMPO GRANDE, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL".

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR AUGUSTO BOTELHO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

22) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1306, DE 2004 - "APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA RÁDIO REGIONAL DE FÁTIMA DO SUL LTDA. - ME PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE FÁTIMA DO SUL, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL".

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR AUGUSTO BOTELHO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

23) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 923, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A PERMISSÃO OUTORGADA À RÁDIO DIFUSORA DO PARANÁ LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON, ESTADO DO PARANÁ”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR CRISTOVAM BUARQUE

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

24) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 933, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE AUTORIZA O INSTITUTO CULTURAL IPIRANGA A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE IPIRANGA, ESTADO DO PARANÁ”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR CRISTOVAM BUARQUE

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

25) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 999, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA RÁDIO VOZ DO SUDOESTE LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE CORONEL VIVIDA, ESTADO DO PARANÁ”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR CRISTOVAM BUARQUE

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

26) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1017, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA FUNDAÇÃO CULTURAL NOSSA SENHORA DA GLÓRIA DE MARINGÁ PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE MANDAGUAÇU, ESTADO DO PARANÁ”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR CRISTOVAM BUARQUE

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

27) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1028, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A PERMISSÃO OUTORGADA À SCALA FM STÉREO DE CURITIBA LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE CURITIBA, ESTADO DO PARANÁ”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR CRISTOVAM BUARQUE

PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

28) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1034, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA RÁDIO GUARANIAÇU LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE GUARANIAÇU, ESTADO DO PARANÁ”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA AD HOC: SENADOR CRISTOVAM BUARQUE
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

29) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1046, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO JARDIM SÃO JOÃO A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE GENERAL CARNEIRO, ESTADO DO PARANÁ”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA AD HOC: SENADOR CRISTOVAM BUARQUE
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

30) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1047, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA RÁDIO COMUNICADORA DE FOZ DO IGUAÇU LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE FOZ DO IGUAÇU, ESTADO DO PARANÁ”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA AD HOC: SENADOR CRISTOVAM BUARQUE
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

31) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1084, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A PERMISSÃO OUTORGADA À RÁDIO FM NORTE PIONEIRA LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE JACAREZINHO, ESTADO DO PARANÁ”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA AD HOC: SENADOR CRISTOVAM BUARQUE
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

32) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1110, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA EMISSORAS RÁDIO MARAJOARA LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA TROPICAL NA CIDADE DE BELÉM, ESTADO DO PARANÁ”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA AD HOC: SENADOR CRISTOVAM BUARQUE
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

33) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1154, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A PERMISSÃO OUTORGADA À RÁDIO SOCIEDADE MONTE ALEGRE LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE TELÊMACO BORBA, ESTADO DO PARANÁ”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA AD HOC: SENADOR CRISTOVAM BUARQUE
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

34) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1156, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA RÁDIO CLUB DE FAXINAL LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE FAXINAL, ESTADO DO PARANÁ”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA AD HOC: SENADOR CRISTOVAM BUARQUE
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

35) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1175, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA RÁDIO JORNAL DE ASSIS CHATEAUBRIAND LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE ASSIS CHATEAUBRIAND, ESTADO DO PARANÁ”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA AD HOC: SENADOR CRISTOVAM BUARQUE
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

36) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1186, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA RÁDIO UNIÃO DE CÉU AZUL LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE CÉU AZUL, ESTADO DO PARANÁ”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA AD HOC: SENADOR CRISTOVAM BUARQUE
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

37) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1197, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA RÁDIO AMPÉRE LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE AMPÉRE, ESTADO DO PARANÁ”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA AD HOC: SENADOR CRISTOVAM BUARQUE
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

38) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1211, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA RÁDIO ATUAL GUAIRACÁ DE MANDAGUARI LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE MANDAGUARI, ESTADO DO PARANÁ”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA AD HOC: SENADOR CRISTOVAM BUARQUE
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

39) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1231, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA RÁDIO ALVORADA DO SUL LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE REBOUÇAS, ESTADO DO PARANÁ”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA AD HOC: SENADOR CRISTOVAM BUARQUE
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

40) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1243, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA FUNDAÇÃO REDENTORISTA DE COMUNICAÇÕES SOCIAIS PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE PARANAGUÁ, ESTADO DO PARANÁ”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA AD HOC: SENADOR CRISTOVAM BUARQUE
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

41) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1249, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A PERMISSÃO OUTORGADA À RÁDIO INTEGRAÇÃO CIDADE DE MEDIANEIRA FM LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE MEDIANEIRA, ESTADO DO PARANÁ”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA AD HOC: SENADOR CRISTOVAM BUARQUE
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

42) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1266, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA RÁDIO NAJUÁ

DE IRATI LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE IRATI, ESTADO DO PARANÁ”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR CRISTOVAM BUARQUE

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

43) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1270, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA RÁDIO BRASIL SUL LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE IBIPORÃ, ESTADO DO PARANÁ”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR CRISTOVAM BUARQUE

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

44) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1271, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA RÁDIO ELDORADO DO PARANÁ LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, ESTADO DO PARANÁ”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR CRISTOVAM BUARQUE

PARECER: FAVORÁVEL, COM A EMENDA OFERECIDA

RESULTADO: APROVADO

45) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1280, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E ARTÍSTICO DE CIDADE GAÚCHA A EXECUTAR SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE GAÚCHA, ESTADO DO PARANÁ”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR CRISTOVAM BUARQUE

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

46) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1309, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA RÁDIO CLUBE DE REALEZA LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE REALEZA, ESTADO DO PARANÁ”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR CRISTOVAM BUARQUE

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

47) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1310, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DO SISTEMA NOVA

ERA DE COMUNICAÇÃO LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE BORRAZÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR CRISTOVAM BUARQUE

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

48) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 873, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE MONSENHOR PAULO - RÁDIO CIDADE FM PARA O DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE MONSENHOR PAULO, ESTADO DE MINAS GERAIS.”

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR AELTON FREITAS

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

49) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 892, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO SÃO SEBASTIÃO DE RÁDIO E COMUNICAÇÃO A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE NOVA SERRANA, ESTADO DE MINAS GERAIS.”

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR AELTON FREITAS

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

50) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 921, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICA E CULTURAL DE MACHACALIS A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE MACHACALIS, ESTADO DE MINAS GERAIS”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR AELTON FREITAS

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

51) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 924, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO PARA DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL DE MATIPÓ A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE MATIPÓ, ESTADO DE MINAS GERAIS” .

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR AELTON FREITAS

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

52) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 953, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA RÁDIO METROPOLITANA DE VESPASIANO LTDA., PLARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE VESPASIANO, ESTADO DE MINAS GERAIS.”

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR AELTON FREITAS

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

53) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 982, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE OUTORGA CONCESSÃO À FUNDAÇÃO DE CULTURA E RADIODIFUSÃO DE VESPASIANO PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO DE SONS E IMAGENS NA CIDADE DE VESPASIANO, ESTADO DE MINAS GERAIS”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR AELTON FREITAS

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

54) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1039, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A PERMISSÃO OUTORGADA À RÁDIO CENTENÁRIO FM LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE FRUTAL, ESTADO DE MINAS GERAIS.”

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR AELTON FREITAS

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

55) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1054, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL COUTENSE DE RADIODIFUSÃO A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE COUTO DE MAGALHÃES DE MINAS, ESTADO DE MINAS GERAIS.”

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR AELTON FREITAS

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

56) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1093, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À ADELE FM STEREO DE DUARTINA LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE DUARTINA, ESTADO DE SÃO PAULO.”

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR AELTON FREITAS

PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

57) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1133, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE OUTORGA CONCESSÃO À FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL GERMIN LOUREIRO PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO DE SONS E IMAGENS NA CIDADE DE JOÃO MONLEVADE, ESTADO DE MINAS GERAIS”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR AELTON FREITAS
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

58) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1139, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL FELIZBURGUENSE DE RADIODIFUSÃO A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE FELIZBURGO, ESTADO DE MINAS GERAIS.”

AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR AELTON FREITAS
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

59) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1145, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA RÁDIO SOCIEDADE PASSOS LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE PASSOS, ESTADO DE MINAS GERAIS”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR AELTON FREITAS
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

60) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1179, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA RÁDIO EDUCADORA DE ARCOS LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE ARCOS, ESTADO DE MINAS GERAIS”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR AELTON FREITAS
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

61) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1235, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA RÁDIO JURITI DE PARACATU LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIOSIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE PARACATU, ESTADO DE MINAS GERAIS”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR AELTON FREITAS
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

62) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1261, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A PERMISSÃO OUTORGADA À EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO TRIÂNGULO LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE UBERABA, ESTADO DE MINAS GERAIS.”

AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR AELTON FREITAS
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

63) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1291, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A PERMISSÃO OUTORGADA À SUPER SOM UBERABA FM LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE UBERABA, ESTADO DE MINAS GERAIS.”

AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR AELTON FREITAS
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

64) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1300, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE OUTORGA CONCESSÃO À AGÊNCIA GUANHANENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE GUANHÃES, ESTADO DE MINAS GERAIS.”

AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR AELTON FREITAS
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

65) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1308, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA RÁDIO UNIÃO DE JOÃO PINHEIRO LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE JOÃO PINHEIRO, ESTADO DE MINAS GERAIS.”

AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR AELTON FREITAS
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

66) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 994, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA RÁDIO CULTURAL DE VITÓRIA LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE

RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO, ESTADO DE PERNAMBUCO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR MARCO MACIEL

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

67) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1141, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À PARAÍBA TV/FM LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE TRINDADE, ESTADO DE PERNAMBUCO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR MARCO MACIEL

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

68) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1162, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA FUNDAÇÃO EMISSORA RURAL A VOZ DO SÃO FRANCISCO PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE PETROLINA, ESTADO DE PERNAMBUCO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR MARCO MACIEL

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

69) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1188, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO MONTE SINAI FM A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE GARANHUNS, ESTADO DE PERNAMBUCO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR MARCO MACIEL

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

70) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1263, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA RÁDIO SURUBIM LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE SURUBIM, ESTADO DE PERNAMBUCO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR MARCO MACIEL

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

71) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1272, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DAS DIFUSORAS DE

PERNAMBUCO LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE LIMOEIRO, ESTADO DE PERNAMBUCO".

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR MARCO MACIEL

PARECER: FAVORÁVEL, COM A EMENDA OFERECIDA

RESULTADO: APROVADO

72) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 846, DE 2004 - "APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE BARRO ALTO - GO A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE BARRO ALTO, ESTADO DE GOIÁS".

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADORA MARIA DO CARMO ALVES

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

73) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 974, DE 2004 - "APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO CULTURAL 'TOLENTINO ROSA SALDANHA' DE RIO VERDE A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE RIO VERDE, ESTADO DE GOIÁS".

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADORA MARIA DO CARMO ALVES

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

74) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 984, DE 2004 - "APROVA O ATO QUE RENOVA A PERMISSÃO OUTORGADA À FUNDAÇÃO CRISTÃ EDUCATIVA PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE PIRES DO RIO, ESTADO DE GOIÁS".

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADORA MARIA DO CARMO ALVES

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

75) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1137, DE 2004 - "APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE CAMPOS VERDES - GO A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE CAMPOS VERDES, ESTADO DE GOIÁS".

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADORA MARIA DO CARMO ALVES

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

76) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1144, DE 2004 - "APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA RÁDIO RIVIERA

LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE GOIÂNIA, ESTADO DE GOIÁS”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADORA MARIA DO CARMO ALVES

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

77) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1170, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA RÁDIO ALVORADA DE RIALMA LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE RIALMA, ESTADO DE GOIÁS”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADORA MARIA DO CARMO ALVES

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

78) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 960, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO DA RÁDIO COMUNITÁRIA BOM JESUS FM A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE TUPARETAMA, ESTADO DE PERNAMBUCO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADORA MARIA DO CARMO ALVES

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

79) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 981, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA BOAS NOVAS A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE GOIANA, ESTADO DE PERNAMBUCO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADORA MARIA DO CARMO ALVES

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

80) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 987, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA RÁDIO LIBERDADE DE CARUARU LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE CARUARU, ESTADO DE PERNAMBUCO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADORA MARIA DO CARMO ALVES

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

81) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 922, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA

DE RADIODIFUSÃO DE GLICÉRIO A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE MACAÉ, ESTADO DO RIO DE JANEIRO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR MARCO MACIEL

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

82) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 944, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A PERMISSÃO OUTORGADA À EMPRESA SF DE RADIODIFUSÃO LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE VOLTA REDONDA, ESTADO DO RIO DE JANEIRO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR MARCO MACIEL

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

83) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 954, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A PERMISSÃO OUTORGADA À RÁDIO SUL FLUMINENSE LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE BARRA MANSA, ESTADO DO RIO DE JANEIRO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR MARCO MACIEL

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

84) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1062, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À FUNDAÇÃO EDUCACIONAL E SOCIAL DÍDIMO RIBEIRO GOMES PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE ITAPERUNA, ESTADO DO RIO DE JANEIRO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR MARCO MACIEL

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

85) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1085, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DO SISTEMA RESENDENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE RESENDE, ESTADO DO RIO DE JANEIRO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR MARCO MACIEL

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

86) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1122, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO DE APOIO À ESCOLA DO COLÉGIO ESTADUAL JOSÉ GARCIA DE FREITAS A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE ITAPERUNA, ESTADO DO RIO DE JANEIRO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR MARCO MACIEL

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

87) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1123, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ITAIPAVA DE RADIODIFUSÃO A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE PETRÓPOLIS, ESTADO DO RIO DE JANEIRO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR MARCO MACIEL

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

88) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1127, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA RÁDIO FEDERAL LTDA, PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE NITERÓI, ESTADO DO RIO DE JANEIRO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR MARCO MACIEL

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

89) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1155, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA RÁDIO PRINCESINHA DO NORTE LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE MIRACEMA, ESTADO DO RIO DE JANEIRO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR MARCO MACIEL

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

90) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1189, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DO SISTEMA TROPICAL DE COMUNICAÇÃO LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE MIGUEL PEREIRA, ESTADO DO RIO DE JANEIRO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

91) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1207, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A PERMISSÃO OUTORGADA AO EMPREENDIMENTO DE RADIODIFUSÃO REGIÃO DOS LAGOS LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE CABO FRIO, ESTADO DO RIO DE JANEIRO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR MARCO MACIEL

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

92) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1255, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA SOCIEDADE STEREOSUL DE RADIODIFUSÃO LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE VOLTA REDONDA, ESTADO DO RIO DE JANEIRO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR MARCO MACIEL

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

93) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1304, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA EMISSORA CONTINENTAL DE CAMPOS LTDA. PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE CAMPOS DOS GOYTACAZES, ESTADO DO RIO DE JANEIRO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR MARCO MACIEL

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

94) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1316, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A PERMISSÃO OUTORGADA À RÁDIO TRANSAMÉRICA DE SÃO PAULO LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, ESTADO DO RIO DE JANEIRO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR MARCO MACIEL

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

95) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1338, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A PERMISSÃO OUTORGADA À RÁDIO JORNAL FLUMINENSE DE CAMPOS LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE CAMPOS, ESTADO DO RIO DE JANEIRO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR MARCO MACIEL

PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

96) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 934, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DO CANAL BRASILEIRO DA INFORMAÇÃO - CBI - LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO DE SONS E IMAGENS NA CIDADE DE SÃO PAULO, ESTADO DE SÃO PAULO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR GERSON CAMATA

PARECER: FAVORÁVEL, COM A EMENDA OFERECIDA

RESULTADO: APROVADO

97) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 941, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA - CENTRO PAULISTA DE RÁDIO E TV EDUCATIVAS PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA CURTA NA CIDADE DE SÃO PAULO, ESTADO DE SÃO PAULO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR GERSON CAMATA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

98) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 942, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A PERMISSÃO OUTORGADA À RÁDIO STUDIO 1 FM LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE MIRASSOL, ESTADO DE SÃO PAULO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR GERSON CAMATA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

99) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 945, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, CULTURAL E DE PROMOÇÃO SOCIAL LUDWIG ZANKL A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE BARIRI, ESTADO DE SÃO PAULO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR GERSON CAMATA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

100) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1049, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA RÁDIO CLUBE DE ITAPETININGA LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE ITAPETININGA, ESTADO DE SÃO PAULO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR GERSON CAMATA
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

101) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1088, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA TELEVISÃO CACHOEIRO LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO DE SONS E IMAGENS NA CIDADE DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR GERSON CAMATA
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

102) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1090, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA SOCIEDADE RÁDIO CLUBE DE GUARATINGUETÁ LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE GUARATINGUETÁ, ESTADO DE SÃO PAULO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR GERSON CAMATA
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

103) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1091, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A PERMISSÃO OUTORGADA À RÁDIO VOX 90 LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE AMERICANA, ESTADO DE SÃO PAULO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR GERSON CAMATA
PARECER: FAVORÁVEL, COM A EMENDA OFERECIDA
RESULTADO: APROVADO

104) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1114, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA RÁDIO NOTÍCIAS BRASILEIRAS LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE MATÃO, ESTADO DE SÃO PAULO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR GERSON CAMATA
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

105) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1221, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A PERMISSÃO OUTORGADA À FUNDAÇÃO ROBERTO RABELLO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL PARA

EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE NOVA VENÉCIA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR GERSON CAMATA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

106) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1245, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA BAURU RÁDIO CLUBE LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE BAURU, ESTADO DE SÃO PAULO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR GERSON CAMATA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

107) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1320, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO AO SISTEMA SANTAROSENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE SANTA ROSA DE VITERBO, ESTADO DE SÃO PAULO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR GERSON CAMATA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

108) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1334, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA FUNDAÇÃO PADRE DONIZETTI PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE CASA BRANCA, ESTADO DE SÃO PAULO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR GERSON CAMATA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

109) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 952, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA RÁDIO CLUBE DE CANELA LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE CANELA, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR VALDIR RAUPP

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

110) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 964, DE 2004 - "APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA SOCIEDADE RÁDIO CULTURA JAGUARÃO LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE JAGUARÃO, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL".

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR VALDIR RAUPP

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

111) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 969, DE 2004 - "APROVA O ATO QUE RENOVA A AUTORIZAÇÃO OUTORGADA À PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO SUL - RÁDIO MUNICIPAL SÃO-PEDRENSE PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE SÃO PEDRO DO SUL, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL".

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR VALDIR RAUPP

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

112) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 993, DE 2004 - "APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA RÁDIO TV CAXIAS S.A. PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO DE SONS E IMAGENS NA CIDADE DE CAXIAS DO SUL, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL".

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR VALDIR RAUPP

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

113) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1033, DE 2004 - "APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA FUNDAÇÃO DOM REY PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE GUAJARÁ-MIRIM, ESTADO DE RONDÔNIA".

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR VALDIR RAUPP

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

114) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1045, DE 2004 - "APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA SOCIEDADE RÁDIO DIFUSORA ALEGRETENSE LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE ALEGRETE, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL".

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR VALDIR RAUPP

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

115) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1068, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA EMPRESA CAPONENSE DE RADIODIFUSÃO AM LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE CAPÃO DA CANOA, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR VALDIR RAUPP

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

116) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1070, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PE. LANDEL DE MOURA A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE PALMEIRA DAS MISSÕES, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR VALDIR RAUPP

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

117) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1073, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A PERMISSÃO OUTORGADA À RÁDIO SANANDUVA LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE SANANDUVA, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR VALDIR RAUPP

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

118) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1098, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A PERMISSÃO OUTORGADA À RÁDIO UMBU FM LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE SOBRADINHO, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR VALDIR RAUPP

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

119) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1116, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA FUNDAÇÃO COTRISEL PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE SÃO SEPÉ, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR VALDIR RAUPP
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

120) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1132, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA RÁDIO TAPEJARA LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE TAPEJARA, ESTADO RIO GRANDE DO SUL”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR VALDIR RAUPP
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

121) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1183, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA RÁDIO GUARITA LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE CORONEL BICACO, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR VALDIR RAUPP
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

122) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1237, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A PERMISSÃO OUTORGADA À RÁDIO IMPERIAL FM LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE NOVA PETRÓPOLIS, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR VALDIR RAUPP
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

123) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1244, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA RÁDIO AURORA LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE GUAPORÉ, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR VALDIR RAUPP
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

124) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1248, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À CARDOSO & FERNANDES LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO

SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE COLORADO DO OESTE, ESTADO DE RONDÔNIA”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR VALDIR RAUPP

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

125) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1258, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA RÁDIO SANTO ÂNGELO LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE SANTO ÂNGELO, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR VALDIR RAUPP

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

126) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1303, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA RÁDIO REAL LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE CANOAS, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR VALDIR RAUPP

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

127) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1307, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA FUNDAÇÃO JOSÉ DE PAIVA NETTO PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA CURTA NA CIDADE DE PORTO ALEGRE, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR VALDIR RAUPP

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

128) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1312, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO E MOVIMENTO COMUNITÁRIO RÁDIO ELSHADDAY A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE URUGUAIANA, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR VALDIR RAUPP

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

129) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1323, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA SOCIEDADE RÁDIO SANTAMARIENSE LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE SANTA MARIA, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR VALDIR RAUPP

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

130) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1336, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA RÁDIO METRÓPOLE DE CRISSIUMAL LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE CRISSIUMAL, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR VALDIR RAUPP

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

131) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1150, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A PERMISSÃO OUTORGADA À RÁDIO IMPRENSA S/A PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE SÃO PAULO, ESTADO DE SÃO PAULO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR CRISTOVAM BUARQUE

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

132) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1152, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA RÁDIO NONOAI LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE NONOAI, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR CRISTOVAM BUARQUE

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

133) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1173, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A PERMISSÃO OUTORGADA À RÁDIO LIBERAL FM STÉREO LTDA. - ME PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE GUAPORÉ, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR CRISTOVAM BUARQUE

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

134) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1198, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A PERMISSÃO OUTORGADA À RÁDIO 'FÁTIMA FM' DE CRUZ ALTA LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE CRUZ ALTA, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL”. - AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR CRISTOVAM BUARQUE

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

135) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1215, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA RÁDIO DIFUSORA OESTE LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE OSASCO, ESTADO DE SÃO PAULO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR CRISTOVAM BUARQUE

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

136) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1220, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO A KMR - TELECOMUNICAÇÕES LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE ALTINÓPOLIS, ESTADO DE SÃO PAULO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR CRISTOVAM BUARQUE

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

137) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1273, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL DE AVANHANDAVA A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE AVANHANDAVA, ESTADO DE SÃO PAULO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR CRISTOVAM BUARQUE

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

138) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 814, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À REDE BRASILEIRA DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE OURO PRETO DO OESTE, ESTADO DE RONDÔNIA”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR AUGUSTO BOTELHO
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

139) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 816, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À CUERDA & SOUZA LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE PRESIDENTE MÉDICI, ESTADO DE RONDÔNIA”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR AUGUSTO BOTELHO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

140) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 957, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO MUNICÍPIO DE BOTUPORÃ A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE BOTUPORÃ, ESTADO DA BAHIA”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR AUGUSTO BOTELHO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

141) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 959, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL QUIXABEIRA FM A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE QUIXABEIRA, ESTADO DA BAHIA”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR AUGUSTO BOTELHO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

142) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1006, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA RÁDIO ATLÂNTICA DE CONSTANTINA LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE CONSTANTINA, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR AUGUSTO BOTELHO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

143) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1021, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA FUNDAÇÃO NAVEGANTES DE PORTO LUCENA PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE CAIBATÉ, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR AUGUSTO BOTELHO
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

144) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1059, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ILHÉUS - BA A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE ILHÉUS, ESTADO DA BAHIA”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR AUGUSTO BOTELHO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

145) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1101, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA RADIODIFUSÃO SULMATOGROSSENSE LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE POXORÉO, ESTADO DE MATO GROSSO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR MÃO SANTA

PARECER: FAVORÁVEL, COM A EMENDA OFERECIDA

RESULTADO: APROVADO

146) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1174, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA RÁDIO SORRISO LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE SORRISO, ESTADO DE MATO GROSSO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR MÃO SANTA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

147) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1204, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA SOCIEDADE RÁDIO EDUCADORA DE JUÍNA LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE JUÍNA, ESTADO DE MATO GROSSO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR MÃO SANTA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

148) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1242, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO VALE TELES PIRES DE COMUNICAÇÃO - AVATEPIC A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR MÃO SANTA
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

149) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 988, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A PERMISSÃO OUTORGADA À RÁDIO LASER LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE VALINHOS, ESTADO DE SÃO PAULO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR PAPALÉO PAES
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

150) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1050, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA RÁDIO CULTURA DE LEME LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE LEME, ESTADO DE SÃO PAULO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR PAPALÉO PAES
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

151) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1158, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A PERMISSÃO OUTORGADA AO SISTEMA REGIONAL DE RADIODIFUSÃO LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE VOTORANTIM, ESTADO DE SÃO PAULO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR PAPALÉO PAES
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

152) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1161, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A PERMISSÃO OUTORGADA À RÁDIO ALIANÇA IGARAPAVA LTDA.- ME PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE IGARAPAVA, ESTADO DE SÃO PAULO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR PAPALÉO PAES
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

153) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1129, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE APOIO ÀS ENTIDADES DE BOCAINA A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE BOCAINA, ESTADO DE SÃO PAULO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR PAPALÉO PAES
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

154) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1163, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A PERMISSÃO OUTORGADA À RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE SÃO PAULO, ESTADO DE SÃO PAULO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR PAPALÉO PAES
PARECER: FAVORÁVEL, COM A EMENDA OFERECIDA
RESULTADO: APROVADO

155) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1284, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA POPULAR FM DE CAPELA DO ALTO (ACCP / FM CA) A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE CAPELA DO ALTO, ESTADO DE SÃO PAULO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR PAPALÉO PAES
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

156) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1301, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A PERMISSÃO OUTORGADA À RÁDIO ANTENA JOVEM LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE ASSIS, ESTADO DE SÃO PAULO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR PAPALÉO PAES
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

157) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1324, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA RÁDIO PRIMAVERA LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE PORTO FERREIRA, ESTADO DE SÃO PAULO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR PAPALÉO PAES
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

158) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1337, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA APARECIDA PARA EXPLORAR SERVIÇO DE

RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE MONTE APRAZÍVEL, ESTADO DE SÃO PAULO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR PAPALÉO PAES

PARECER: FAVORÁVEL, COM A EMENDA OFERECIDA

RESULTADO: APROVADO

159) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 950, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA RÁDIO CIDADE LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR MÃO SANTA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

160) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 963, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA RÁDIO TABAJARA LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE TUBARÃO, ESTADO DE SANTA CATARINA”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR MÃO SANTA

PARECER: FAVORÁVEL, COM A EMENDA OFERECIDA

RESULTADO: APROVADO

161) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1134, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A PERMISSÃO OUTORGADA À FUNDAÇÃO RÁDIO FM LUZ E VIDA PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE ORLEANS, ESTADO DE SANTA CATARINA”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR MÃO SANTA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

162) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1142, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA RÁDIO BARRIGA VERDE CAPINZAL LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE CAPINZAL, ESTADO DE SANTA CATARINA”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR MÃO SANTA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

163) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1227, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA RÁDIO ENTRE RIOS LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE PALMITOS, ESTADO DE SANTA CATARINA”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR MÃO SANTA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

164) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1236, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À RÁDIO MORADA DO VERDE LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE CUNHA PORÃ, ESTADO DE SANTA CATARINA”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR MÃO SANTA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

165) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1262, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A PERMISSÃO OUTORGADA À RÁDIO MENINA DO ATLÂNTICO FM LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ, ESTADO DE SANTA CATARINA”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR MÃO SANTA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

166) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1287, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA RÁDIO CAIBI LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE CAIBI, ESTADO DE SANTA CATARINA”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR MÃO SANTA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

167) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 958, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA BENEFICENTE BRILHANTE A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE CAMPOS DOS GOYTACAZES, ESTADO DO RIO DE JANEIRO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR SÉRGIO ZAMBIAZI

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

168) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1053, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A PERMISSÃO OUTORGADA À RÁDIO GLOBO S/A PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, ESTADO DO RIO DE JANEIRO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR SÉRGIO ZAMBIAZI

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

169) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 821, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA MARIA DOS SANTOS DE CASTRO A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE CANGUARETAMA, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR SÉRGIO ZAMBIAZI

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

170) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 844, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A PERMISSÃO OUTORGADA À RÁDIO FM TRAMPOLIM DA VITÓRIA LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE PARNAMIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR SÉRGIO ZAMBIAZI

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

171) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1063, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA RÁDIO CULTURA DO OESTE LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE PAU DOS FERROS, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR SÉRGIO ZAMBIAZI

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

172) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1201, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A PERMISSÃO OUTORGADA À CULTURA FM RADIODIFUSÃO LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE MONTE ALTO, ESTADO DE SÃO PAULO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR SÉRGIO ZAMBIAZI

PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

173) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1031, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA RÁDIO DIFUSORA ITÁPOLIS LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE ITÁPOLIS, ESTADO DE SÃO PAULO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR MÃO SANTA
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

174) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1105, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A PERMISSÃO OUTORGADA À STÚDIO CEM FM STÉREO LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE ORIENTE, ESTADO DE SÃO PAULO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR MÃO SANTA
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

175) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1159, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA RÁDIO PIRATININGA DE JAÚ LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE JAÚ, ESTADO DE SÃO PAULO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR MÃO SANTA
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

176) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1190, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA RÁDIO CULTURA DE CAMPINAS LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE CAMPINAS, ESTADO DE SÃO PAULO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR MÃO SANTA
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

177) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1228, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A PERMISSÃO OUTORGADA À RÁDIO ITAIPU DE MARÍLIA LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE MARÍLIA, ESTADO DE SÃO PAULO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR MÃO SANTA
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

178) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº1251, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA EMPRESA DE RADIODIFUSÃO SETE CIDADES DE PIRACURUCA LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE PIRACURUCA, ESTADO DO PIAUÍ”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR MÃO SANTA
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

179) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 990, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A PERMISSÃO OUTORGADA À RÁDIO TERRA FM LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE DOURADOS, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA AD HOC: SENADOR GERSON CAMATA
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

180) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1022, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA RÁDIO DIFUSORA CACIQUE LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE NOVA ANDRADINA, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA AD HOC: SENADOR GERSON CAMATA
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

181) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1193, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A PERMISSÃO OUTORGADA À EMISSORAS DIÁRIO DA REGIÃO LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE MIRASSOL, ESTADO DE SÃO PAULO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA AD HOC: SENADOR GERSON CAMATA
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

182) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1209, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A PERMISSÃO OUTORGADA À RÁDIO FM CIDADE DE ITIRAPINA LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE

RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE ITIRAPINA, ESTADO DE SÃO PAULO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR GERSON CAMATA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

183) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1233, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À ALTA VISTA RÁDIO E TELEVISÃO LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE CAMPINAS, ESTADO DE SÃO PAULO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR GERSON CAMATA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

184) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1229, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO AO SINCO - SISTEMA NACIONAL DE COMUNICAÇÃO LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE COELHO NETO, ESTADO DO MARANHÃO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR TEOTÔNIO VILELA FILHO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

185) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1283, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE OUTORGA CONCESSÃO À FUNDAÇÃO NAGIB HAICKEL PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO DE SONS E IMAGENS NA CIDADE DE IMPERATRIZ, ESTADO DO MARANHÃO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR TEOTÔNIO VILELA FILHO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

186) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 926, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA FUNDAÇÃO EVANGÉLICA BOAS NOVAS PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE BELÉM, ESTADO DO PARÁ”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR ROMEU TUMA

PARECER: FAVORÁVEL, COM A EMENDA OFERECIDA

RESULTADO: APROVADO

187) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 928, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À FUNDAÇÃO RÁDIO

FM EDUCADORA ITAGUARY NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE MUANÁ, ESTADO DO PARÁ”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR ROMEU TUMA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

188) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1094, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA EMISSORAS RÁDIO MARAJOARA LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE BELÉM, ESTADO DO PARÁ”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR ROMEU TUMA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

189) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1121, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO RÁDIO UNIÃO COMUNITÁRIA RURÓPOLIS A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE RURÓPOLIS, ESTADO DO PARÁ”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR ROMEU TUMA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

190) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1124, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À RBN - REDE BRASIL NORTE DE COMUNICAÇÃO LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA LOCALIDADE DE MONTE ALEGRE, ESTADO DO PARÁ”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR ROMEU TUMA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

191) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1143, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DE BELTERRA A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE BELTERRA, ESTADO DO PARÁ”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR ROMEU TUMA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

192) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1314, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA FUNDAÇÃO

NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE BRAGANÇA, ESTADO DO PARÁ”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR ROMEU TUMA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

193) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1029, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A AUTORIZAÇÃO OUTORGADA À PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE BOM JESUS, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR ROMEU TUMA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

194) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1041, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA SOCIEDADE DE RADIODIFUSÃO FORTALEZA LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE RIO PARDO, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR ROMEU TUMA

PARECER: FAVORÁVEL, COM A EMENDA OFERECIDA

RESULTADO: APROVADO

195) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1333, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA RÁDIO NACIONAL ITABUNA BAHIA LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE ITABUNA, ESTADO DA BAHIA”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR ROMEU TUMA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

196) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1131, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO MUNICÍPIO DE VALPARAÍSO DE GOIÁS A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE VALPARAÍSO DE GOIÁS, ESTADO DE GOIÁS”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR ROMEU TUMA

PARECER: FAVORÁVEL

197) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 807, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA EMPRESA DE COMUNICAÇÃO SAMPAIO LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS, ESTADO DE ALAGOAS”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR TEOTÔNIO VILELA FILHO

PARECER: FAVORÁVEL, COM A EMENDA OFERECIDA

RESULTADO: APROVADO

198) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 980, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A PERMISSÃO OUTORGADA AO SISTEMA JEQUIÉ DE COMUNICAÇÃO LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE JEQUIÉ, ESTADO DA BAHIA”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR TEOTÔNIO VILELA FILHO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

199) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1000, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A PERMISSÃO OUTORGADA À RÁDIO FM DO SUDOESTE LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE VITÓRIA DA CONQUISTA, ESTADO DA BAHIA”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR TEOTÔNIO VILELA FILHO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

200) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1103, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A PERMISSÃO OUTORGADA AO SISTEMA MINEIRO DE RADIODIFUSÃO LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE ITANHÉM, ESTADO DA BAHIA”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR TEOTÔNIO VILELA FILHO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

201) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 971, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS AMIGOS DE MONTE DO CARMO - TO A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE MONTE DO CARMO, ESTADO DO TOCANTINS”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR JOÃO RIBEIRO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

202) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1067, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A PERMISSÃO OUTORGADA À IMPERIAL COMUNICAÇÕES LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE PORTO NACIONAL, ESTADO DO TOCANTINS”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR JOÃO RIBEIRO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

203) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1113, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A PERMISSÃO OUTORGADA À BOA SORTE - RÁDIO E TELEVISÃO LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE GURUPI, ESTADO DO TOCANTINS”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR JOÃO RIBEIRO

PARECER: FAVORÁVEL, COM A EMENDA OFERECIDA

RESULTADO: APROVADO

204) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1176, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A PERMISSÃO OUTORGADA À RÁDIO SOM DE GURUPI LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE GURUPI, ESTADO DO TOCANTINS”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR JOÃO RIBEIRO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

205) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 927, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO SÃO JOÃO BATISTA A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE VISCONDE DO RIO BRANCO, ESTADO DE MINAS GERAIS”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR AELTON FREITAS

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

206) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 968, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE AUTORIZA O CENTRO CULTURAL ANDRELANDENSE - CECAN A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE ANDRELÂNDIA, ESTADO DE MINAS GERAIS”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR AELTON FREITAS

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

207) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 973, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RESTAURAÇÃO E VIDA A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE UBERLÂNDIA, ESTADO DE MINAS GERAIS”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR AELTON FREITAS

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

208) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1025, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À FUNDAÇÃO SANTA CRUZ DE JEQUITINHONHA PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE JEQUITINHONHA, ESTADO DO MINAS GERAIS”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR AELTON FREITAS

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

209) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1030, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA TELEVISÃO SUL DE MINAS LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO DE SONS E IMAGENS NA CIDADE DE VARGINHA, ESTADO DE MINAS GERAIS”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR AELTON FREITAS

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

210) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1036, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A PERMISSÃO OUTORGADA À RÁDIO PONTAL DE ITABIRA LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE ITABIRA, ESTADO DE MINAS GERAIS”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR AELTON FREITAS

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

211) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1037, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA RIMA COMUNICAÇÕES LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE VÁRZEA DA PALMA, ESTADO DE MINAS GERAIS”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR AELTON FREITAS

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

212) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1078, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE MORADORES E AMIGOS DE CORDISLÂNDIA MG (AMACOR) A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE CORDISLÂNDIA, ESTADO DE MINAS GERAIS”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR AELTON FREITAS

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

213) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1099, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO AO SISTEMA IPANEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE IPANEMA, ESTADO DE MINAS GERAIS”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR AELTON FREITAS

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

214) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1117, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A PERMISSÃO OUTORGADA À RÁDIO DIVINÓPOLIS LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE DIVINÓPOLIS, ESTADO DE MINAS GERAIS”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR AELTON FREITAS

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

215) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1118, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À RÁDIO E TV CENTAURO LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE SÃO VICENTE DE MINAS, ESTADO DE MINAS GERAIS”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR AELTON FREITAS

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

216) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1130, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DA COMUNIDADE DE CONGONHAS -

ACDESC A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE CONGONHAS, ESTADO DE MINAS GERAIS”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR AELTON FREITAS

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

217) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1151, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A PERMISSÃO OUTORGADA À RÁDIO IMPARSOM LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE GOVERNADOR VALADARES, ESTADO DE MINAS GERAIS”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR AELTON FREITAS

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

218) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1222, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A PERMISSÃO OUTORGADA À EXPRESSO FM E RADIODIFUSÃO LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE CAMPOS ALTOS, ESTADO DE MINAS GERAIS”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR AELTON FREITAS

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

219) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1240, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À RÁDIO SÃO GONÇALO FM LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE SÃO GONÇALO DO PARÁ, ESTADO DE MINAS GERAIS”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR AELTON FREITAS

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

220) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1268, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO-COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA LAFAIETE - ARCCOL PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE CONSELHEIRO LAFAIETE, ESTADO DE MINAS GERAIS”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR AELTON FREITAS

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

221) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1292, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA RÁDIO SETE LAGOAS LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE SETE LAGOAS, ESTADO DE MINAS GERAIS”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR AELTON FREITAS

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

222) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1328, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA FUNDAÇÃO JOSÉ DE PAIVA NETTO PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE MONTES CLAROS, ESTADO DE MINAS GERAIS”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR AELTON FREITAS

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

223) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 996, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA TELEVISÃO GOYÁ LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO DE SONS E IMAGENS NA CIDADE DE GOIÂNIA, ESTADO DE GOIÁS”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR SÉRGIO ZAMBIAZI

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

224) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1038, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A PERMISSÃO OUTORGADA À RÁDIO CARAJÁ DE ANÁPOLIS LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE ANÁPOLIS, ESTADO DE GOIÁS”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR SÉRGIO ZAMBIAZI

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

225) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1058, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO SILVANIENSE DE DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL - ASILDAC A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE SILVÂNIA, ESTADO DE GOIÁS”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR SÉRGIO ZAMBIAZI

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

226) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1108, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A PERMISSÃO OUTORGADA À RÁDIO SUDOESTE FM LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE RIO VERDE, ESTADO DE GOIÁS”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR SÉRGIO ZAMBIAZI

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

227) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1146, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA RÁDIO ALVORADA DE QUIRINÓPOLIS LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE QUIRINÓPOLIS, ESTADO DE GOIÁS”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR SÉRGIO ZAMBIAZI

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

228) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1147, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO CULTURAL E EDUCATIVA RIO QUENTE A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE RIO QUENTE, ESTADO DE GOIÁS”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR SÉRGIO ZAMBIAZI

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

229) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 904, DE 2003 - “APROVA O ATO QUE OUTORGA CONCESSÃO À TV NORDESTE LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO DE SONS E IMAGENS NA CIDADE DE TEÓFILO OTONI, ESTADO DE MINAS GERAIS”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR HÉLIO COSTA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

230) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 199, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE OUTORGA CONCESSÃO À TV STÚDIOS DE TEÓFILO OTONI S/C LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO DE SONS E IMAGENS NA CIDADE DE MANHUAÇU, ESTADO DE MINAS GERAIS”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR HÉLIO COSTA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

231) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 588, DE 2004 - "APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO DE APOIO E ASSISTÊNCIA À JUVENTUDE SERICITENSE - AJUS A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE SERICITA, ESTADO DE MINAS GERAIS".

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR HÉLIO COSTA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

232) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 606, DE 2004 - "APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO QUINZE DE AGOSTO - AQUA A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE SÃO GONÇALO DO RIO PRETO, ESTADO DE MINAS GERAIS".

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR HÉLIO COSTA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

233) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 637, DE 2004 - "APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO FILHOS DA TERRA - AFIT A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE SANTA VITÓRIA, ESTADO DE MINAS GERAIS".

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR HÉLIO COSTA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

234) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 645, DE 2004 - "APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CACHOEIRENSE DE RADIODIFUSÃO A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE CARMO DA CACHOEIRA, ESTADO DE MINAS GERAIS".

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR HÉLIO COSTA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

235) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 654, DE 2004 - "APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA RÁDIO CULTURA DE MONLEVADE LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE JOÃO MONLEVADE, ESTADO DE MINAS GERAIS".

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR HÉLIO COSTA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

236) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 659, DE 2004 - "APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE DORES DE CAMPOS, ESTADO DE MINAS GERAIS".

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR HÉLIO COSTA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

237) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 675, DE 2004 - "APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO MARANATA DOS AMIGOS FRANCO DUMONTENSE A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE FRANCISCO DUMONT, ESTADO DE MINAS GERAIS".

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR HÉLIO COSTA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

238) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 688, DE 2004 - "APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE CRISÓLITA A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE CRISÓLITA, ESTADO DE MINAS GERAIS".

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR HÉLIO COSTA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

239) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 691, DE 2004 - "APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMIGOS UNIDOS DE DELTA A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE DELTA, ESTADO DE MINAS GERAIS".

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR HÉLIO COSTA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

240) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 772, DE 2004 - "APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À WEB COMUNICAÇÃO LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE IACIARA, ESTADO DE GOIÁS".

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR HÉLIO COSTA

PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

241) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 744, DE 2004 - "APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL CARMELITANA A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE MONTE CARMELO, ESTADO DE MINAS GERAIS".

AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR HÉLIO COSTA
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

242) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 791, DE 2004 - "APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA FUNDAÇÃO DOM QUIRINO PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE TEÓFILO OTONI, ESTADO DE MINAS GERAIS".

AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR HÉLIO COSTA
PARECER: FAVORÁVEL, COM A EMENDA OFERECIDA
RESULTADO: APROVADO

243) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 818, DE 2004 - "APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À SOCIEDADE RÁDIO MONTANHESA LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE ERVÁLIA, ESTADO DE MINAS GERAIS".

AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR HÉLIO COSTA
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

244) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 820, DE 2004 - "APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO CULTURAL RELIGIOSA E RECREATIVA DE ITANHOMI A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE ITANHOMI, ESTADO DE MINAS GERAIS".

AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR HÉLIO COSTA
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

245) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 879, DE 2004 - "APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO APARECIDENSE COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO - AACORA A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE CONCEIÇÃO DA APARECIDA, ESTADO DE MINAS GERAIS".

AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR HÉLIO COSTA
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

246) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 912, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO SUAÇUIENSE COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO - ASCOC A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE SÃO BRÁS DO SUAÇUI, ESTADO DE MINAS GERAIS”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR HÉLIO COSTA
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

247) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1032, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA RÁDIO ITATIAIA LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE TIMÓTEO, ESTADO DE MINAS GERAIS”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR HÉLIO COSTA
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

REUNIÃO REALIZADA EM 08/03/2005 – EXTRAORDINÁRIA –

01) NÃO TERMINATIVO - REQUERIMENTO Nº 1302, DE 2004 - “REQUER, COM FUNDAMENTO NO ART. 215 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, SEJA INSTITUÍDA, NO ÂMBITO DO SENADO FEDERAL, A SEMANA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, A SER CELEBRADA ANUALMENTE NO MÊS DE OUTUBRO, COM O OBJETIVO DE MOBILIZAR A POPULAÇÃO BRASILEIRA PARA QUESTÕES CIENTÍFICAS, ENFATIZANDO O PAPEL DA CIÊNCIA NO NOSSO DIA-A-DIA E DEMONSTRANDO A SUA IMPORTÂNCIA PARA A SAÚDE E O DESENVOLVIMENTO DO PAÍS”.

AUTORIA: SENADORA SERYS SLHESSARENKO
RELATORIA: SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA

PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

02) NÃO TERMINATIVO - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 83, DE 2004 “DENOMINA 'RODOVIA DEPUTADO WILSON MATTOS BRANCO' A RODOVIA BR-392, DESDE O MUNICÍPIO DE PELOTAS ATÉ O DE RIO GRANDE, NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL”.

AUTORIA: DEPUTADO ELISEU PADILHA
RELATORIA: SENADOR VALDIR RAUPP

PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

03) NÃO TERMINATIVO - PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 002, DE 2004 - (TRAMITANDO EM CONJUNTO O PRS 066/02)

"DÁ O NOME DE EDIFÍCIO CARLOTA QUEIROZ AO ANEXO I DO SENADO FEDERAL".

AUTORIA: SENADORA SERYS SLHESARENKO

RELATORIA: SENADOR HÉLIO COSTA

PARECER: FAVORÁVEL E PELA PREJUDICIALIDADE DO PRS 066/02, QUE TRAMITA EM CONJUNTO.

RESULTADO: APROVADO

04) NÃO TERMINATIVO - PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 066, DE 2002 - (TRAMITANDO EM CONJUNTO O PRS 002/04)

"DÁ O NOME DE EDIFÍCIO SENADOR JUSCELINO KUBITSCHKE AO ANEXO I DO SENADO FEDERAL".

AUTORIA: SENADOR ARLINDO PORTO

RELATORIA: SENADOR HÉLIO COSTA

PARECER: PELA PREJUDICIALIDADE E FAVORÁVEL AO PRS 002/04, QUE TRAMITA EM CONJUNTO.

RESULTADO: APROVADO

05) NÃO TERMINATIVO - ADITAMENTO AO REQUERIMENTO Nº 002/05

"REQUER NOS TERMOS REGIMENTAIS A INCLUSÃO NO REQUERIMENTO Nº 002/05, DE AUTORIA DO SENADOR HÉLIO COSTA, QUE DEBATERÁ A REFORMA UNIVERSITÁRIA, DO NOME DO SENHOR PAULO RENATO, EX-MINISTRO DA EDUCAÇÃO".

AUTORIA: SENADOR MÃO SANTA

RESULTADO: APROVADO

REUNIÃO REALIZADA EM 09/03/2005 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM ÚNICO - AUDIÊNCIA PÚBLICA - REQUERIMENTO Nº 02/2005

FINALIDADE: REFORMA UNIVERSITÁRIA

AUTORIA: SENADOR HÉLIO COSTA

EXPOSITORES: FERNANDO HADDAD -
Secretário Executivo do Ministério da Educação; **ANA LÚCIA ALMEIDA GAZZOLA -** Presidente da

Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES); **JOSÉ IZECIAS DE OLIVEIRA** - Vice-Presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB); **GUSTAVO LEMOS PETTA** - Presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE).

RESULTADO: REALIZADA

REUNIÃO REALIZADA EM 15/03/2005 – EXTRAORDINÁRIA

01) NÃO TERMINATIVO - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 213, DE 2003 - "INSTITUI O ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL". AUTORIA: SENADOR PAULO PAIM. RELATORIA AD HOC: SENADOR JOSÉ JORGE. PARECER: FAVORÁVEL, COM AS EMENDAS OFERECIDAS. **RESULTADO: APROVADO.**

02) TERMINATIVO - SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 181, DE 2004 - (TURNOS SUPLEMENTAR) - "DÁ A DENOMINAÇÃO DE 'COMANDANTE JOÃO RIBEIRO DE BARROS' AO AEROPORTO DE BAURUR, NO ESTADO DE SÃO PAULO". AUTORIA DO SUBSTITUTIVO: SENADOR JOÃO RIBEIRO. AUTORIA DO PLS 181/04: SENADOR ROMÉU TUMA
RESULTADO: APROVADO

03) NÃO TERMINATIVO - ADITAMENTO Nº 02 AO REQUERIMENTO Nº 002/05-CE - "REQUER, NOS TERMOS REGIMENTAIS, INCLUSÃO NO REQUERIMENTO Nº 002/05, QUE DISCUTIRÁ A 'REFORMA UNIVERSITÁRIA' EM AUDIÊNCIA PÚBLICA NESTA COMISSÃO, DO SEGUINTE NOME: SENHORA THÈRESE HOFMANN, DECANA DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB". AUTORIA: SENADOR JOSÉ JORGE. **RESULTADO: APROVADO.**

04) NÃO TERMINATIVO - ADITAMENTO Nº 02 AO REQUERIMENTO Nº 003/05-CE - "REQUER, NOS TERMOS REGIMENTAIS, SEJA CONVIDADO PARA PRESTAR DEPOIMENTO NESTA COMISSÃO O SENHOR HÉLIO CAMPAGNUCIO, SECRETÁRIO -GERAL DA APAC - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS ESTUDANTES BRASILEIROS EM CUBA". AUTORIA: SENADOR CRISTOVAM BUARQUE. **RESULTADO: APROVADO**

05) NÃO TERMINATIVO - ADITAMENTO Nº 03 AO REQUERIMENTO Nº 003/05-CE - "SOLICITA, NOS TERMOS REGIMENTAIS, E EM ADITAMENTO DO REQUERIMENTO Nº 003/05-ce, SEJA CONVIDADO O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO ESTADO DO TOCANTINS, SENHOR GISMAR GOMES, A PARTICIPAR, COMO EXPOSITOR, DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A QUESTÃO DA REVALIDAÇÃO AUTOMÁTICA DOS DIPLOMAS DE

BOLSISTAS BRASILEIROS QUE SE FORMAM NA ESCOLA LATINO-AMERICANA DE MEDICINA, EM CUBA". AUTORIA: SENADORES JOÃO RIBEIRO, MARCO MACIEL, PAULO PAIM E JOSÉ JORGE. **RESULTADO: APROVADO.**

06) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 443, DE 2004 - "APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À FH COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE QUITERIANÓPOLIS, ESTADO DO CEARÁ". AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA: SENADOR REGINALDO DUARTE. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

07) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 930, DE 2004 - "APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA RÁDIO MACAMBIRA LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE IPUEIRAS, ESTADO DO CEARÁ". AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA: SENADOR REGINALDO DUARTE. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

08) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 961, DE 2004 - "APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA 26 DE JULHO A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE SANTANA DO CARIRI, ESTADO DO CEARÁ". AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA: SENADOR REGINALDO DUARTE. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

09) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1002, DE 2004 - "APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SANTO ANTÔNIO, DE ANTONINA DO NORTE (CE) A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE ANTONINA DO NORTE, ESTADO DO CEARÁ". AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA: SENADOR REGINALDO DUARTE. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO**

10) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1076, DE 2004 - "APROVA O ATO QUE RENOVA A PERMISSÃO OUTORGADA À FM JANGADEIRO LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE FORTALEZA, ESTADO DO CEARÁ". AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA: SENADOR REGINALDO DUARTE. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

11) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1102, DE 2004 - "APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA RÁDIO JORNAL DE CANINDÉ LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE CANINDÉ, ESTADO DO

CEARÁ”. AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA: SENADOR REGINALDO DUARTE. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

12) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1109, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA RÁDIO LITORAL DE CASCAVEL LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE CASCAVEL, ESTADO DO CEARÁ”. AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA: SENADOR REGINALDO DUARTE. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

13) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1195, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA RÁDIO DIFUSORA DOS INHAMUNS LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE TAUÁ, ESTADO DO CEARÁ”. AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA: SENADOR REGINALDO DUARTE. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

14) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1206, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE OUTORGA CONCESSÃO À REDE SOL DE COMUNICAÇÕES LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE GRANJA, ESTADO DO CEARÁ”. AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA: SENADOR REGINALDO DUARTE. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

15) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1217, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA RÁDIO TABAJARA DE SÃO BENEDITO LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE SÃO BENEDITO, ESTADO DO CEARÁ”. AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA: SENADOR REGINALDO DUARTE. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

16) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1230, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE OUTORGA CONCESSÃO À FUNDAÇÃO EDUCATIVA EDUARDO SÁ PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO DE SONS E IMAGENS NA CIDADE DE PACAJUS, ESTADO DO CEARÁ”. AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA: SENADOR REGINALDO DUARTE. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO**

17) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1297, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA RÁDIO PROGRESSO DE RUSSAS LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE RUSSAS, ESTADO DO CEARÁ”. AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA:

SENADOR REGINALDO DUARTE. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

18) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1364, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA RÁDIO JORNAL DE AMAMBAÍ LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE AMAMBAÍ, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL”. AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA AD HOC: SENADOR GERSON CAMATA. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

19) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1406, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA REDE INDEPENDENTE DE RÁDIO LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE JARDIM, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL”. AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA AD HOC: SENADOR GERSON CAMATA. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO**

20) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1458, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA RÁDIO E TELEVISÃO CAÇULA LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE TRÊS LAGOAS, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL”. AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA AD HOC: SENADOR GERSON CAMATA. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

21) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1472, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA SOCIEDADE CAMPOGRANDENSE DE RADIODIFUSÃO LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE CAMPO GRANDE, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL”. AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA AD HOC: SENADOR GERSON CAMATA. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

22) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1471, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A PERMISSÃO OUTORGADA À ARJONA E CHAVES LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE JATAÍ, ESTADO DE GOIÁS”. AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA AD HOC: SENADOR MAGUITO VILELA. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

23) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 088, DE 2005 - “APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA DE ITAJÁ A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE ITAJÁ, ESTADO DE GOIÁS”. AUTORIA:

PODER EXECUTIVO. RELATORIA AD HOC: SENADOR MAGUITO VILELA. PARECER: FAVORÁVEL. RESULTADO: APROVADO.

24) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1126, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO DA RÁDIO COMUNITÁRIA IPOJUCANA A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE IPOJUCA, ESTADO DE PERNAMBUCO”. AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA: SENADOR JOSÉ JORGE. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

25) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1200, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A PERMISSÃO OUTORGADA À SOCIEDADE RÁDIO CULTURA LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE SERRA TALHADA, ESTADO DE PERNAMBUCO”. AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA: SENADOR JOSÉ JORGE. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

26) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1315, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A PERMISSÃO OUTORGADA À RÁDIO VITÓRIA FM LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO, ESTADO DE PERNAMBUCO”. AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA: SENADOR JOSÉ JORGE. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

27) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1330, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA DIFUSORAS DE PERNAMBUCO LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE PESQUEIRA, ESTADO DE PERNAMBUCO”. AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA: SENADOR JOSÉ JORGE. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

28) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1168, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA RÁDIO CULTURA FLUMINENSE LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA TROPICAL NA CIDADE DE CAMPOS, ESTADO DO RIO DE JANEIRO”. AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA AD HOC: SENADOR ROBERTO SATURNINO. PARECER: FAVORÁVEL, COM A EMENDA OFERECIDA. **RESULTADO: APROVADO.**

29) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1313, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA RÁDIO SOCIEDADE DE FRIBURGO LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE NOVA FRIBURGO, ESTADO DO RIO DE JANEIRO”. AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA AD HOC: SENADOR ROBERTO SATURNINO. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO**

30) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1343, DE 2004 - "APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO VIDA DE PROMOÇÃO SOCIAL A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE SÃO PEDRO DA ALDEIA, ESTADO DO RIO DE JANEIRO". AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA AD HOC: SENADOR ROBERTO SATURNINO. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

31) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1353, DE 2004 - "APROVA O ATO QUE RENOVA A PERMISSÃO OUTORGADA À RÁDIO JORNAL GAZETA DE NOVA FRIBURGO LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE NOVA FRIBURGO, ESTADO DO RIO DE JANEIRO". AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA AD HOC: SENADOR ROBERTO SATURNINO. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

32) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1369, DE 2004 - "APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA ESTRADA DA SAPATA A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS, ESTADO DO RIO DE JANEIRO". AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA AD HOC: SENADOR ROBERTO SATURNINO. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

33) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1479, DE 2004 - "APROVA O ATO QUE RENOVA A PERMISSÃO OUTORGADA À SOCIEDADE STEREOSUL DE RADIODIFUSÃO LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE VOLTA REDONDA, ESTADO DO RIO DE JANEIRO". AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA AD HOC: SENADOR ROBERTO SATURNINO. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

34) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 464, DE 2004 - "APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À WEB COMUNICAÇÃO LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE COCALZINHO DE GOIÁS, ESTADO DE GOIÁS". AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA AD HOC: SENADOR MAGUITO VILELA. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

35) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1413, DE 2004 - "APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À SOCIEDADE SERRADO VERDES DE COMUNICAÇÕES LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE ITAPACI, ESTADO DE GOIÁS." AUTORIA: PODER EXECUTIVO.

RELATORIA AD HOC: SENADOR MAGUITO VILELA. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

36) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1438, DE 2004 - "APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO A VOZ ATIVA COMUNICAÇÕES LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE ITAPURANGA, ESTADO DE GOIÁS". AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA AD HOC: SENADOR MAGUITO VILELA. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

37) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1478, DE 2004 - "APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DO NOVA FLORIDA A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE ALEXÂNIA, ESTADO DE GOIÁS". AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA AD HOC: SENADOR MAGUITO VILELA. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

38) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1352, DE 2004 - "APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA RÁDIO COPACABANA LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE SÃO GONÇALO, ESTADO DO RIO DE JANEIRO". AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA: SENADOR ROBERTO SATURNINO. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

39) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1277, DE 2004 - "APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À MORRO ALTO FM LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE ROSÁRIO DO SUL, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL". AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA AD HOC: SENADOR PAULO PAIM. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

40) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1279, DE 2004 - "APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À MORRO ALTO FM LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE PROGRESSO, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL". AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA AD HOC: SENADOR PAULO PAIM. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

41) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 931, DE 2004 - "APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA RÁDIO PORTO FELIZ LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE MONDAÍ, ESTADO DE SANTA CATARINA". AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA: SENADOR LEONEL PAVAN. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

42) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 937, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA RÁDIO SOCIEDADE OESTE CATARINENSE LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE CHAPECÓ, ESTADO DE SANTA CATARINA”. AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA: SENADOR LEONEL PAVAN. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

43) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1001, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A PERMISSÃO OUTORGADA À RÁDIO PRINCESA DO OESTE LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE XANXERÊ, ESTADO DE SANTA CATARINA”. AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA: SENADOR LEONEL PAVAN. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

44) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1003, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A PERMISSÃO OUTORGADA A STÚDIO RADIODIFUSÃO LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE BLUMENAU, ESTADO DE SANTA CATARINA”. AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA: SENADOR LEONEL PAVAN. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

45) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1035, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA RÁDIO DOZE DE MAIO LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE SÃO LOURENÇO D'OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA”. AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA: SENADOR LEONEL PAVAN. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

46) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1080, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA RÁDIO DIFUSORA ITAJAÍ LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE ITAJAÍ, ESTADO DE SANTA CATARINA”. AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA: SENADOR LEONEL PAVAN. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

47) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1115, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA RÁDIO CENTRO OESTE DE PINHALZINHO LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE PINHALZINHO, ESTADO DE SANTA CATARINA”. AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA: SENADOR LEONEL PAVAN. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

48) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1135, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE AUTORIZA A RÁDIO COMUNITÁRIA "MARIA ROSA" - FM A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE CURITIBANOS, ESTADO DE SANTA CATARINA". AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA: SENADOR LEONEL PAVAN. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

49) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1153, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA EMPRESA BLUMENAUENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE BLUMENAU, ESTADO DE SANTA CATARINA". AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA: SENADOR LEONEL PAVAN. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

50) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1172, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA RÁDIO DIFUSORA DE LAGUNA SOCIEDADE LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE LAGUNA, ESTADO DE SANTA CATARINA". AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA: SENADOR LEONEL PAVAN. **PARECER: FAVORÁVEL.**

51) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1203, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A PERMISSÃO OUTORGADA À RÁDIO CULTURA DE JOINVILLE LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE JOINVILLE, ESTADO DE SANTA CATARINA". AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA: SENADOR LEONEL PAVAN. **PARECER: FAVORÁVEL.**

52) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1239, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA TV O ESTADO LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO DE SONS E IMAGENS NA CIDADE DE CHAPECÓ, ESTADO DE SANTA CATARINA". AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA: SENADOR LEONEL PAVAN. **PARECER: FAVORÁVEL. RESULTADO: APROVADO.**

53) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1332, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA RÁDIO BAHIANA DE JEQUIÉ LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE JEQUIÉ, ESTADO DA BAHIA". AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA AD HOC: SENADOR FLÁVIO ARNS. **PARECER: FAVORÁVEL. RESULTADO: APROVADO.**

54) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1216, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A PERMISSÃO OUTORGADA À RÁDIO FM CIDADE MACARANI LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE

MACARANI, ESTADO DA BAHIA”. AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA AD HOC: SENADOR AUGUSTO BOTELHO. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

55) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1225, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO PORTAL DO ALVORADA/JEREMOABO - BA A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE JEREMOABO, ESTADO DA BAHIA”. AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA AD HOC: SENADOR AUGUSTO BOTELHO. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

56) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1212, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA RÁDIO PRINCESA DA SERRA LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE ITABAIANA, ESTADO DE SERGIPE”. AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA AD HOC: SENADOR MARCO MACIEL. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

57) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 995, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A PERMISSÃO OUTORGADA À PROVÍNCIA FM STÉREO S.A., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE BELÉM, ESTADO DO PARÁ”. AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA: SENADOR LUIZ OTÁVIO. PARECER: FAVORÁVEL, COM A EMENDA OFERECIDA. **RESULTADO: APROVADO.**

58) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1069, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA RÁDIO GUAMÁ LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ, ESTADO DO PARÁ”. AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA: SENADOR LUIZ OTÁVIO. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

59) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1074, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A PERMISSÃO OUTORGADA À RÁDIO DIFUSORA FM DE PARAGOMINAS LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE PARAGOMINAS, ESTADO DO PARÁ”. AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA: SENADOR LUIZ OTÁVIO. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

60) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1226, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DE SÃO MAMEDE - PB (AMSAM) A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE SÃO MAMEDE, ESTADO DA PARAÍBA”. AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA AD HOC:

SENADOR GERALDO MESQUITA. PARECER: FAVORÁVEL. RESULTADO: APROVADO.

61) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1402, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO DE VIÇOSA A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE VIÇOSA, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE”. AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA: SENADOR FERNANDO BEZERRA. PARECER: FAVORÁVEL. RESULTADO: APROVADO.

62) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 976, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE OUTORGA CONCESSÃO À FUNDAÇÃO DE ARTE, COMUNICAÇÃO, CULTURA E ENSINO - FACCE, PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO DE SONS E IMAGENS NA CIDADE DE LAMBARI, ESTADO DE MINAS GERAIS”. AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA: SENADOR HÉLIO COSTA. PARECER: FAVORÁVEL. RESULTADO: APROVADO.

63) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1005, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA RÁDIO DIFUSORA DE POÇOS DE CALDAS LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE POÇOS DE CALDAS, ESTADO DE MINAS GERAIS”. AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA: SENADOR HÉLIO COSTA. PARECER: FAVORÁVEL. RESULTADO: APROVADO.

64) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1274, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À FUNDAÇÃO DOM JUSTINO JOSÉ DE SANTANA PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE JUIZ DE FORA, ESTADO DE MINAS GERAIS”. AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA: SENADOR HÉLIO COSTA. PARECER: FAVORÁVEL. RESULTADO: APROVADO.

REUNIÃO REALIZADA EM 22/03/2005 – ORDINÁRIA

01) NÃO TERMINATIVO - MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 009, DE 2005: "SUBMETE À APRECIÇÃO DO SENADO FEDERAL O NOME DO SENHOR NILSON RODRIGUES DA FONSECA, PARA EXERCER O CARGO DE DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE CINEMA - ANCINE, NA VAGA DA SENHORA LIA MARIA DE GOMENSORO PALACHINI LOPES". **AUTORIA:** PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **RELATORIA:** SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA. **PARECER:** A SER APRECIADO EM VOTAÇÃO SECRETA. **RESULTADO:** APROVADA A INDICAÇÃO POR 17 VOTOS FAVORÁVEIS.

02) NÃO TERMINATIVO - MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 008, DE 2005: "SUBMETE À APRECIÇÃO DO SENADO FEDERAL O NOME DO SENHOR MANOEL RANGEL NETO, PARA EXERCER O CARGO DE DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE CINEMA - ANCINE, NA VAGA DO SENHOR AUGUSTO SEVÁ". **AUTORIA:** PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **RELATORIA:** SENADORA IDELI SALVATTI. **PARECER:** A SER APRECIADO EM VOTAÇÃO SECRETA. **RESULTADO:** APROVADA A INDICAÇÃO POR 17 VOTOS FAVORÁVEIS.

03) NÃO TERMINATIVO – REQUERIMENTO - "REQUEIRO, NOS TERMOS DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, A INCLUSÃO DO TEATRO NO ESCOPO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO SOCIAL E INFORMÁTICA, INSTALADA NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, E A SUPRESSÃO DA INFORMÁTICA DO ESPECTRO DE ATUAÇÃO DA REFERIDA SUBCOMISSÃO, QUE ADOTARÁ A DENOMINAÇÃO DE SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL". **AUTORIA:** SENADORES HÉLIO COSTA E SÉRGIO CABRAL. **RESULTADO: APROVADO**

04) NÃO TERMINATIVO – REQUERIMENTO - "REQUEIRO NOS TERMOS DO INCISO V DO § 2º DO ART. 58 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, COMBINADO COM O INCISO V DO ART. 90 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, SEJAM CONVIDADAS AS AUTORIDADES ABAIXO RELACIONADAS PARA EXPOR PERANTE ESTA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO SOBRE O PROGRAMA DO GOVERNO FEDERAL'PC CONECTADO': CÉSAR ALVAREZ, COORDENADOR DO PROGRAMA "PC CONECTADO" E ROBERTO PINTO MARTINS, COORDENADOR GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA SECRETARIA DE POLÍTICA DA INFORMÁTICA DO MINISTÉRIO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA". **AUTORIA:** SENADOR HÉLIO COSTA. **RESULTADO: APROVADO.**

05) NÃO TERMINATIVO - ADITAMENTO AO REQUERIMENTO Nº 03, DE 2005 - "SOLICITO, NOS TERMOS REGIMENTAIS, SEJA INCLUÍDA A QUESTÃO DO RECONHECIMENTO DE DIPLOMAS DE MÉDICOS CUBANOS QUE PRESTAM SERVIÇOS DE SAÚDE NO BRASIL, NO OBJETO DOS DEBATES A SEREM REALIZADOS DURANTE AUDIÊNCIA PÚBLICA QUE TRATARÁ DA REVALIDAÇÃO AUTOMÁTICA DOS DIPLOMAS DE BOLSISTAS BRASILEIROS QUE SE FORMARAM NA ESCOLA LATINO-

AMERICANA DE MEDICINA, EM CUBA, APROVADA PELO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005-CE, POR SEREM ASSUNTOS CORRELATOS". **AUTORIA:** SENADORES JOÃO RIBEIRO E HÉLIO COSTA. **RESULTADO:** **APROVADO.**

06) NÃO TERMINATIVO - ADITAMENTO AO REQUERIMENTO Nº 04, DE 2005 - "SOLICITO, NOS TERMOS REGIMENTAIS, SEJA INCLUÍDA A QUESTÃO DO RECONHECIMENTO DE DIPLOMAS DE MÉDICOS CUBANOS QUE PRESTAM SERVIÇOS DE SAÚDE NO BRASIL, NO OBJETO DOS DEBATES A SEREM REALIZADOS DURANTE AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O MINISTRO TARSO GENRO, QUE TRATARÁ A RESPEITO DA DECISÃO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO EM ADOTAR O RITO SUMÁRIO PARA O REGISTRO DOS DIPLOMAS DOS MÉDICOS BRASILEIROS FORMADOS EM CUBA, APROVADA PELO REQUERIMENTO Nº 4, DE 2005-CE, POR SEREM ASSUNTOS CORRELATOS". **AUTORIA:** SENADORES JOÃO RIBEIRO E HÉLIO COSTA. **RESULTADO:** **APROVADO.**

REUNIÃO REALIZADA EM 29/03/2005 – EXTRAORDINÁRIA

01) TERMINATIVO - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 239, DE 2004 - "DETERMINA O TOMBAMENTO DE TÚMULOS ONDE SE ENCONTRAM OS RESTOS MORTAIS DE EX-PRESIDENTES DA REPÚBLICA". **AUTORIA:** SENADORES HERÁCLITO FORTES E OUTROS. **RELATORIA:** SENADOR MARCO MACIEL. **PARECER:** FAVORÁVEL. **RESULTADO:** **APROVADO**

02) NÃO TERMINATIVO - PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 041, DE 2004 - "INSTITUI O PRÊMIO JORNALISTA ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO". **AUTORIA:** SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES. **RELATORIA:** SENADOR HÉLIO COSTA. **PARECER:** FAVORÁVEL, NA FORMA DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO. **RESULTADO:** **APROVADO.**

03) TERMINATIVO - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 297, DE 2004 - "INSTITUI O DIA NACIONAL DA ALIMENTAÇÃO". **AUTORIA:** SENADOR MAGUITO VILELA. **RELATORIA AD HOC:** SENADOR GERSON CAMATA. **PARECER:** FAVORÁVEL. **RESULTADO:** **APROVADO**

04) NÃO TERMINATIVO – REQUERIMENTO - "REQUEIRO, NOS TERMOS DO ARTIGO 90, INCISO V, COMBINADO COM O ARTIGO 102, INCISO IV, DO REGIMENTO INTERNO, SEJA CONVIDADO O PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – ANATEL, SENHOR ELIFAS CHAVES GURGEL DO AMARAL, PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS SOBRE A AÇÃO FISCALIZATÓRIA, REALIZADA NO DIA 09 DE MARÇO DE 2005, PELOS AGENTES DA ANATEL, ALEX PIRES E JOSÉ MARIA, NA SEDE DA TV COMUNITÁRIA DE BRASÍLIA, LOCALIZADA NO SINDICATO DOS JORNALISTAS DO DISTRITO FEDERAL, NO SETOR DE INDÚSTRIAS

GRÁFICAS, QUADRA 02, Nº 430, BRASÍLIA – DF. PARA A MESMA AUDIÊNCIA, DEVERÃO SER CONVIDADOS OS DIRETORES DA TV COMUNITÁRIA DE BRASÍLIA, SENHORES PAULO MIRANDA E CARLOS ALBERTO ALMEIDA, PARA RELATAREM OS FATOS OCORRIDOS. A AÇÃO EMPREENDIDA PELOS AGENTES, SEGUNDO ELES, TINHA COMO FINALIDADE ‘FAZER UMA AÇÃO PRELIMINAR’ E SOLICITAR CÓPIAS DOS PROGRAMAS DA EMISSORA COMUNITÁRIA PARA ‘AVALIAR CONTEÚDO’ DA PROGRAMAÇÃO. QUESTIONADOS PELOS DIRETORES SOBRE A LEGITIMIDADE DO ATO, OS AGENTES INFORMARAM QUE NÃO TINHAM NENHUMA DOCUMENTAÇÃO DA AGÊNCIA DETERMINANDO A AÇÃO, BEM COMO DEMONSTRARAM TOTAL DESCONHECIMENTO QUANTO AOS CRITÉRIOS E A LEGISLAÇÃO PERTINENTE AO FUNCIONAMENTO DAS TVS COMUNITÁRIAS”. AUTORIA: SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR. **RESULTADO: APROVADO**

05) NÃO TERMINATIVO – REQUERIMENTO - “REQUEREMOS A VOSSA EXCELÊNCIA, QUE DE ACORDO COM O ART. 90 INCISO V, COMBINADO COM O ART. 93 INCISO II DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL E OUVIDO O PLENÁRIO DA COMISSÃO, SEJA CONVIDADO O EXCELENTÍSSIMO MINISTRO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, SENHOR TARSO GENRO, PARA DEBATER MODELOS DE FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO”. AUTORIA: SENADOR SÉRGIO CABRAL, SUBSCRITO PELO SENADOR PAULO PAIM (APOIAMENTO DO SENADOR PEDRO SIMON). **RESULTADO: APROVADO.**

06) NÃO TERMINATIVO - ADITAMENTO AO REQUERIMENTO Nº 002, DE 2005-CE. (REFORMA UNIVERSITÁRIA) - “REQUEIRO, NOS TERMOS REGIMENTAIS, SEJAM INCLUÍDOS NA LISTA DE CONVIDADOS RELACIONADOS NO REQUERIMENTO Nº 002/05-CE, DE MINHA AUTORIA, APROVADO EM 01/03/05, REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO DA FAZENDA E DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS - ABRUC, PARA PARTICIPAR, NESTA COMISSÃO, DE AUDIÊNCIA PÚBLICA QUE IRÁ DISCUTIR A REFORMA UNIVERSITÁRIA”. AUTORIA: SENADOR HÉLIO COSTA. **RESULTADO: APROVADO**

07) NÃO TERMINATIVO - ADITAMENTO AO REQUERIMENTO Nº 007/05-CE - “REQUEIRO, NOS TERMOS REGIMENTAIS, QUE A AUDIÊNCIA PÚBLICA, APROVADA POR MEIO DO REQUERIMENTO Nº 007/05-CE, DE AUTORIA DE SUA EXCELÊNCIA O SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR, SEJA MAIS ABRANGENTE, PARA QUE SEJAM APURADOS TODOS OS FATOS ACORRIDOS NO PAÍS A RESPEITO DAS AÇÕES FISCALIZATÓRIAS REALIZADAS PELA ANATEL NAS PEQUENAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS”. AUTORIA: SENADOR HÉLIO COSTA. **RESULTADO: APROVADO.**

08) NÃO TERMINATIVO - ADITAMENTO AO REQUERIMENTO Nº 008/05-CE - “REQUEIRO, NOS TERMOS REGIMENTAIS, QUE O MINISTRO DA EDUCAÇÃO, SENHOR TARSO GENRO, NOS INFORME A SITUAÇÃO DO

APORTE DE RECURSOS PARA AS ESCOLAS TÉCNICAS". AUTORIA: SENADOR PAULO PAIM. RESULTADO: APROVADO.

09) NÃO TERMINATIVO – REQUERIMENTO - "REQUEIRO, NOS TERMOS DO ART. 58, § 2], INCISO II, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, COMBINADO COM OS ARTIGOS 90, 93 E 94 DO REGIMENTO INTERNO DESTA CASA, A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA NESTA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DO SENADO FEDERAL, A FIM DE SE DETERMINAR A OPORTUNIDADE DO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 507, DE 2003, DE AUTORIA DA SENADORA FÁTIMA CLEIDE, QUE 'MODIFICA O ART. 61 DA LEI 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1966, COM A FINALIDADE DE DISCRIMINAR AS CATEGORIAS DE TRABALHADORES QUE SE DEVEM CONSIDERAR PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO', COM OS CONVIDADOS ABAIXO RELACIONADOS. REQUERIMENTO COM ESTE OBJETIVO, DE AUTORIA DO SENADOR EFRAIM MORAIS, JÁ FOI APROVADO POR ESTA COMISSÃO EM 30 DE NOVEMBRO DE 2004. TRATA-SE, PORTANTO, DE REAPRESENTAÇÃO DAQUELE REQUERIMENTO, UMA VEZ QUE O MENCIONADO PARLAMENTAR NÃO INTEGRA ATUALMENTE ESTA COMISSÃO. A DIRETORA DA CNTE, PROFª JUÇARA MARIA DUTRA VIEIRA; O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; O 1º COORDENADOR DO SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES FEDERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA E PROFISSIONAL - SINASEFE; UM REPRESENTANTE DO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO; UM REPRESENTANTE DO CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO". AUTORIA: SENADORA IDELI SALVATTI. RESULTADO: APROVADO.

10) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 037, DE 2005 - "APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À RÁDIO CIDADE LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA". AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA: SENADORA IDELI SALVATTI. PARECER: FAVORÁVEL. RESULTADO: APROVADO.

11) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1398, DE 2004. "APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA RÁDIO ASSUNÇÃO CEARENSE LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE FORTALEZA, ESTADO DO CEARÁ". AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA: SENADOR REGINALDO DUARTE. PARECER: FAVORÁVEL. RESULTADO: APROVADO.

12) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1416, DE 2004 - "APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE JOANINHA A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE TAUÁ, ESTADO DO CEARÁ". AUTORIA: PODER

EXECUTIVO. RELATORIA: SENADOR REGINALDO DUARTE. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

13) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1450, DE 2004 - "APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO PARQUE DE EXPOSIÇÃO A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE MORADA NOVA, ESTADO DO CEARÁ". AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA: SENADOR REGINALDO DUARTE. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

14) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1484, DE 2004 - "APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA RÁDIO DIFUSORA CRISTAL LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE QUIXERAMOBIM, ESTADO DO CEARÁ". AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA: SENADOR REGINALDO DUARTE. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

15) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1375, DE 2004 - "APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ÁGUA BOA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA/ABAC A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE DOURADOS, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL". AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA: SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

16) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1441 , DE 2004 - "APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE COSTA VERDE - SIDERAL FM A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE MARICÁ, ESTADO DO RIO DE JANEIRO". AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA: SENADOR ROBERTO SATURNINO. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

17) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 46 , DE 2005 - "APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À RÁDIO ULTRA FM LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE SÃO JOÃO DA BARRA, ESTADO DO RIO DE JANEIRO". AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA: SENADOR ROBERTO SATURNINO. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

18) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1346, DE 2004 - "APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA SALGADINHO FM A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE SALGADINHO, ESTADO DE PERNAMBUCO". AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA:

SENADOR MARCO MACIEL. PARECER: FAVORÁVEL. RESULTADO: APROVADO.

19) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1401, DE 2004 - "APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À REDE BRASIL DE COMUNICAÇÕES LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE SALGUEIRO, ESTADO DE PERNAMBUCO". AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA: SENADOR MARCO MACIEL. PARECER: FAVORÁVEL. RESULTADO: APROVADO.

20) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1418, DE 2004 - "APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA QUIPAPÁ FM A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE QUIPAPÁ, ESTADO DE PERNAMBUCO". AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA: SENADOR MARCO MACIEL. PARECER: FAVORÁVEL. RESULTADO: APROVADO.

21) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 946, DE 2004 - "APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO À L & C RÁDIO EMISSORAS LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE SÃO ROQUE, ESTADO DE SÃO PAULO". AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA: SENADOR ROMEU TUMA. PARECER: FAVORÁVEL. RESULTADO: APROVADO.

22) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1164, DE 2004 - "APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA RÁDIO E TELEVISÃO RECORD S.A., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA CURTA NA CIDADE DE SÃO PAULO, ESTADO DE SÃO PAULO". AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA: SENADOR ROMEU TUMA. PARECER: FAVORÁVEL. RESULTADO: APROVADO.

23) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1191, DE 2004 - "APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA RÁDIO EMISSORA DA BARRA LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE BARRA BONITA, ESTADO DE SÃO PAULO". AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA: SENADOR ROMEU TUMA. PARECER: FAVORÁVEL. RESULTADO: APROVADO.

24) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1192, DE 2004 - "APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA RÁDIO JORNAL DE BARRETOS OM LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE BARRETOS, ESTADO DE SÃO PAULO". AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA: SENADOR ROMEU TUMA. PARECER: FAVORÁVEL. RESULTADO: APROVADO.

25) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1378, DE 2004 - "APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA TELEVISÃO BANDEIRANTES DE PRESIDENTE PRUDENTE LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO DE SONS E IMAGENS NA CIDADE DE PRESIDENTE PRUDENTE, ESTADO DE SÃO PAULO " AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA: SENADOR ROMEU TUMA. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

26) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1457, DE 2004 - "APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À SANTA CRUZ FM LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE BRODÓSQUI, ESTADO DE SÃO PAULO". AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA: SENADOR ROMEU TUMA. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

27) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1475, DE 2004 - "APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA RÁDIO NOVA SUMARÉ LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE SUMARÉ, ESTADO DE SÃO PAULO". AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA: SENADOR ROMEU TUMA. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

28) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1491, DE 2004 - "APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA CENTRAL SÃO CARLOS DE COMUNICAÇÃO LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE SÃO CARLOS, ESTADO DE SÃO PAULO". AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA: SENADOR ROMEU TUMA. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

29) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 687, DE 2003 - "APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PRÓ VIDA DE SOBRADINHO A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE SOBRADINHO, DISTRITO FEDERAL ". AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA: SENADOR CRISTOVAM BUARQUE. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

30) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1322, DE 2004 - "APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À FM PLANALTO DE CAJURU LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE CAJURU, ESTADO DE SÃO PAULO". AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA: SENADOR CRISTOVAM BUARQUE. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

31) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1326, DE 2004 - "APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA CENTRAL DE RÁDIO E NOTÍCIAS DE ITATIBA LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE

RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE ITATIBA, ESTADO DE SÃO PAULO". AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA: SENADOR CRISTOVAM BUARQUE. PARECER: FAVORÁVEL. RESULTADO: APROVADO.

32) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1347, DE 2004 - "APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ARAMOC - ASSOCIAÇÃO REGIONAL DE AMIGOS E MORADORES DO CRUZEIRO A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL". AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA: SENADOR CRISTOVAM BUARQUE. PARECER: FAVORÁVEL. RESULTADO: APROVADO.

33) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 10, DE 2005 - "APROVA O ATO QUE OUTORGA CONCESSÃO A MELLO E BRUNO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO DE SONS E IMAGENS NA CIDADE DE LAGES, ESTADO DE SANTA CATARINA". AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA AD HOC: SENADOR LEONEL PAVAN. PARECER: FAVORÁVEL. RESULTADO: APROVADO.

34) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 77, DE 2005 - "APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA SOCIEDADE RÁDIO GUARUJÁ LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE FLORIANÓPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA". AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA AD HOC: SENADOR LEONEL PAVAN. PARECER: FAVORÁVEL. RESULTADO: APROVADO.

35) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 309, DE 2004 - "APROVA O ATO QUE OUTORGA CONCESSÃO À LÍDER COMUNICAÇÕES LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE FEIJÓ, ESTADO DO ACRE". AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA: SENADOR GERALDO MESQUITA. PARECER: FAVORÁVEL. RESULTADO: APROVADO.

36) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1282, DE 2004 - "APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA FUNDAÇÃO VERDES FLORESTAS PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE CRUZEIRO DO SUL, ESTADO DO ACRE". AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA: SENADOR GERALDO MESQUITA. PARECER: FAVORÁVEL. RESULTADO: APROVADO.

37) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1327, DE 2004 - "APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA RÁDIO UNIVERSITÁRIA METROPOLITANA LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE

RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE RIO BRANCO, ESTADO DO ACRE". AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA: SENADOR GERALDO MESQUITA. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

38) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1276, DE 2004 - "APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À MORRO ALTO FM LTDA. PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE RESTINGA SECA, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL". AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA: SENADOR PAULO PAIM. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

39) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1372, DE 2004 - "APROVA O ATO QUE RENOVA A PERMISSÃO OUTORGADA À RÁDIO CLUBE DE BAGÉ LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA DE ÂMBITO LOCAL NA CIDADE DE BAGÉ, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL". AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA: SENADOR PAULO PAIM. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

40) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1381, DE 2004 - "APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA RÁDIO PLANETÁRIO LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE ESPUMOSO, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL". AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA: SENADOR PAULO PAIM. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

41) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1392, DE 2004 - "APROVA O ATO QUE RENOVA A PERMISSÃO OUTORGADA À SOCIEDADE RADIODIFUSÃO PARANHANA LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE TAQUARA, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL". AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA: SENADOR PAULO PAIM. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

42) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1412, DE 2004 - "APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À PORTO SANTO RADIODIFUSÃO LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE PARANAIGUARA, ESTADO DE GOIÁS". AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA AD HOC: SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

43) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1428, DE 2004 - "APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA VIDA A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE SÃO LUÍS DE MONTES BELOS, ESTADO DE GOIÁS". AUTORIA:

PODER EXECUTIVO. RELATORIA AD HOC: SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

44) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 29, DE 2005 - “APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO AO SISTEMA MONTES BELOS DE COMUNICAÇÃO LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE PALMEIRAS DE GOIÁS, ESTADO DE GOIÁS”. AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA AD HOC: SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

45) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 30, DE 2005 - “APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO A PORTO SANTO RADIODIFUSÃO LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE QUIRINÓPOLIS, ESTADO DE GOIÁS”. AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA AD HOC: SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

46) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 45, DE 2005 - “APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO A LOPES & PASSAMANI LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE MARA ROSA, ESTADO DE GOIÁS”. AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA AD HOC: SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

47) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 52, DE 2005 - “APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À RÁDIO NATIVA FM LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE EDÉIA, ESTADO DE GOIÁS”. AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA AD HOC: SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

48) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1480, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA RÁDIO INDEPENDÊNCIA DO TOCANTINS LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE PARAÍSO DO TOCANTINS, ESTADO DO TOCANTINS”. AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA AD HOC: SENADOR GERSON CAMATA. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

49) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1486, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A PERMISSÃO OUTORGADA À RÁDIO PADRE LUSO LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE PORTO NACIONAL, ESTADO DO TOCANTINS”. AUTORIA: PODER

EXECUTIVO. RELATORIA AD HOC: SENADOR GERSON CAMATA. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

50) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1431, DE 2004 - "APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ABADIA DE GOIÁS A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE ABADIA DE GOIÁS, ESTADO DE GOIÁS". AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA AD HOC: SENADOR AELTON FREITAS. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

51) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 61, DE 2005 - "APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO A LOPES & PASSAMANI LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE SANTO ANTÔNIO DA BARRA, ESTADO DE GOIÁS". AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA AD HOC: SENADOR AELTON FREITAS. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

52) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 95, DE 2005 - "APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO AO SISTEMA MONTES BELOS DE COMUNICAÇÃO LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE GOIÁS, ESTADO DE GOIÁS". AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA AD HOC: SENADOR AELTON FREITAS. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

53) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 97, DE 2005 - "APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DOS MORADORES DE PETROLINA DE GOIÁS - GO A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE PETROLINA DE GOIÁS, ESTADO DE GOIÁS". AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA AD HOC: SENADOR AELTON FREITAS. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

54) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1340, DE 2004 - "APROVA O ATO QUE RENOVA A PERMISSÃO OUTORGADA À RÁDIO VENÂNCIO AIRES LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE VENÂNCIO AIRES, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL". AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA: SENADOR FÁTIMA CLEIDE. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

55) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1345, DE 2004 - "APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE SANTA LUZIA A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE SANTA LUZIA D'OESTE, ESTADO DE RONDÔNIA". AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA: SENADORA FÁTIMA CLEIDE. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

56) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1138, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE E CULTURAL PADRE BERNARDO A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE MACAJUBA, ESTADO DA BAHIA”. AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA: SENADORA MARIA DO CARMO ALVES. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

57) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1140, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A PERMISSÃO OUTORGADA À RÁDIO TRANSAMÉRICA DA BAHIA LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE SALVADOR, ESTADO DA BAHIA”. AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA: SENADORA MARIA DO CARMO ALVES. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

58) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1296, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO SALINAS DA MARGARIDA DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE SALINAS DA MARGARIDA, ESTADO DA BAHIA”. AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA: SENADORA MARIA DO CARMO ALVES. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

59) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1397, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A PERMISSÃO OUTORGADA À RÁDIO E TELEVISÃO ARACAJU LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE ARACAJU, ESTADO DE SERGIPE”. AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA: SENADORA MARIA DO CARMO ALVES. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

60) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1391, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA RÁDIO JUTANÓPOLIS DE MANACAPURU LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE MANACAPURU, ESTADO DO AMAPÁ”. AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA AD HOC: SENADOR REGINALDO DUARTE. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

61) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 35, DE 2005 - “APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO A ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE PIO IX, ESTADO DO PIAUÍ”. AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA AD HOC: SENADOR ROBERTO SATURNINO. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

62) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 63, DE 2005 - “APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO A SINCO - SISTEMA NACIONAL DE COMUNICAÇÃO LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE LANDRI SALES, ESTADO DO PIAUÍ”. AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA AD HOC: SENADOR ROBERTO SATURNINO. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

63) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1264, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA RÁDIO PARAÍSO LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE MACEIÓ, ESTADO DE ALAGOAS”. AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA AD HOC: SENADOR CRISTOVAM BUARQUE. PARECER: FAVORÁVEL, COM A EMENDA OFERECIDA. **RESULTADO: APROVADO.**

64) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 19, DE 2005 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA SOCIEDADE RÁDIO VILA REAL LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE CUIABÁ, ESTADO DO MATO GROSSO”. AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA AD HOC: SENADOR PAULO PAIM. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

65) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1205, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA RÁDIO CULTURA DE PARACURU LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE PARACURU, ESTADO DO CEARÁ”. AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA AD HOC: SENADOR AELTON FREITAS. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

66) TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1064, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA ITA - NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE ITAITUBA, ESTADO DO PARÁ”. - AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA AD HOC: SENADOR AELTON FREITAS. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

REUNIÃO REALIZADA EM 30/03/2005 – EXTRAORDINÁRIA

ITEM ÚNICO - AUDIÊNCIA PÚBLICA

FINALIDADE: ESCLARECIMENTOS A RESPEITO DA DECISÃO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO EM ADOTAR RITO SUMÁRIO PARA O REGISTRO DOS DIPLOMAS DOS MÉDICOS BRASILEIROS FORMADOS EM

CUBA E SOBRE O RECONHECIMENTO DE DIPLOMAS DE MÉDICOS CUBANOS QUE PRESTAM SERVIÇOS DE SAÚDE NO BRASIL.

AUTORIA DO REQUERIMENTO: **SENADOR JOSÉ AGRIPINO.**

AUTORIA DO ADITAMENTO AO REQUERIMENTO: **SENADORES JOÃO RIBEIRO E HÉLIO COSTA.**

EXPOSITOR: MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, SENHOR TARSO GENRO.

RESULTADO: REALIZADA.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA.

REUNIÃO REALIZADA EM 01/08/2005 - ORDINÁRIA

01) REQUERIMENTO Nº 01, DE 2005-CMA - Requer, nos termos regimentais, que sejam convidados para participarem de Audiência Pública nesta Comissão os senhores Ricardo Morishita, Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor – DPDC do Ministério da Justiça, Oswaldo Moraes, Diretor Geral do Procon de Brasília e Sevifredo Paz, Coordenador Executivo do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor - IDEC, com a finalidade de discorrerem sobre a nova atribuição desta Comissão, que passa a opinar sobre assuntos atinentes à defesa do consumidor. Autoria: Senador LEOMAR QUINTANILHA. Resultado: Aprovado.

02) REQUERIMENTO Nº 02, DE 2005-CMA - Requer, nos termos regimentais, seja o Tribunal de Contas da União oficiado a informar a esta Comissão se foram ou não concluídas as tomadas de contas especiais determinadas por aquela Corte relativamente ao Município de Bacabal, decorrentes de investigações realizadas em razão da PFS 02/2003, bem como informações sobre as razões de eventual atraso na conclusão dos processos de tomada de contas especial. Autoria: Senadores NEY SUASSUNA e JOÃO ALBERTO SOUZA. Resultado: Aprovado.

03) REQUERIMENTO Nº 03, DE 2005-CMA - Requer, nos termos regimentais, que seja convidada para participar de Audiência Pública nesta Comissão a Ministra do Meio Ambiente, Sra. Marina Silva, com a finalidade de tratar dos assuntos atinentes à defesa do meio ambiente, de acordo com as novas atribuições desta Comissão. Autoria: Senador LEOMAR QUINTANILHA. Resultado: Aprovado.

04) REQUERIMENTO Nº 04, DE 2005-CMA - Requeiro, nos termos regimentais, a extinção da Subcomissão Permanente destinada a acompanhar as Obras Inacabadas e/ou Suspensas que tenham recebido recursos da União, criada

através do Requerimento nº 23, de 2003-CFC, de autoria do Senador Ney Suassuna. Autoria: Senador LEOMAR QUINTANILHA. Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 08/03/2005 - ORDINÁRIA

01) ATO Nº 1, DE 2005-CMA - Encaminha para o arquivo os avisos e diversos oriundos do Tribunal de Contas da União e outros órgãos governamentais, na forma anexa. Autoria: Senador **LEOMAR QUINTANILHA. Resultado: Aprovado**

02) ATO Nº 2, DE 2005-CMA - Estabelece normas sobre o encaminhamento de matérias do Tribunal de Contas da União a esta Comissão, na forma anexa. Autoria: Senador **LEOMAR QUINTANILHA. Resultado: Aprovado.**

REUNIÃO REALIZADA EM 22/03/2005 – ORDINÁRIA

01) AUDIÊNCIA PÚBLICA – REQUERIMENTO Nº 01, DE 2005.

FINALIDADE: DEFESA DO CONSUMIDOR.

AUTORIA: SENADOR LEOMAR QUINTANILHA.

EXPOSITORES: **RICARDO MORISHITA**, DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR – DPDC, DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA; **SEZIFREDO PAZ**, COORDENADOR EXECUTIVO DO INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR – IDEC; **ALESSANDRA DE ALMEIDA CAMARGOS**, ASSESSORA JURÍDICA DO PROCON-DF

RESULTADO: REALIZADA

02) REQUERIMENTO Nº 5, DE 2005-CMA - NOS TERMOS DO ART. 90, INCISO XI, COMBINADO COM O ART. 93, INCISO II E COM O ART. 113 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, REQUEIRO SEJA REALIZADA AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA PERANTE A COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA (CRA), A COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE (CMA) E A COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL (CDR) COM A FINALIDADE DE QUE SUA EXCELÊNCIA MINISTRA DO MEIO AMBIENTE, SRA. MARINA SILVA APRESENTE O PLANO DA AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL. **AUTORIA:** SENADORA ANA JÚLIA CAREPA. **RESULTADO: APROVADO.**

REUNIÃO REALIZADA EM 29/03/2005 - ORDINÁRIA

01) REQUERIMENTO Nº 06, DE 2005-CMA - Nos termos das disposições contidas nos arts. 215, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 71, VII, da Constituição Federal, requeiro seja solicitado ao

Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Ministro ADYLLSON MOTTA, a remessa de cópia de auditoria, estudo, relatório, parecer ou qualquer outro tipo de documento relacionado à regulação da Conta Consumo de Combustíveis Fósseis (CCC), cobrada pela Eletrobrás das concessionárias de energia elétrica, em particular os pertinentes à auditoria objeto do Processo nº 013.237/2004-1. Autoria: Senador VALDIR RAUPP. **Resultado: APROVADO.**

02) REQUERIMENTO Nº 07, DE 2005-CMA - Requer, nos termos do art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado a comparecer ao Plenário desta Comissão o Senhor JORGE CAETANO JÚNIOR, Diretor de Defesa Animal do Ministério da Agricultura e Delegado do Brasil perante a Organização Mundial de Saúde Animal – OIE, para prestar esclarecimentos sobre a declaração feita em Paris, França, na presença de cientistas e autoridades da OIE, de que “o Estado do Pará desenvolvia um programa de erradicação com falhas ou inconformidades técnicas na vigilância sanitária, na estrutura dos serviços veterinários, e que a auditoria realizada pelo Ministério da Agricultura não recomendava o encaminhamento da proposta do Estado para certificação internacional livre de febre aftosa, com vacinação”. Autoria: Senadora LUIZ OTÁVIO. **Resultado: APROVADO com aditamento proposto pelo Senador AELTON FREITAS pela realização de reunião conjunta com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA.**

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA – CDH.

REUNIÃO REALIZADA EM 03/03/2005 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM ÚNICO - AUDIÊNCIA PÚBLICA - REQUERIMENTO Nº 01/2005 – 1ª PARTE

FINALIDADE: ESCLARECIMENTOS DAS AUTORIDADES SOBRE AS MORTES DE CRIANÇAS DESNUTRIDAS EM ALDEIAS LOCALIZADAS NA REGIÃO DO MUNICÍPIO DE DOURADOS/MS, NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL.

AUTORIA: SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA.

EXPOSITORES: SENHOR LAERTE TETILA – PREFEITO DE DOURADOS

SENHOR JOSÉ GIACOMO BACCARIN – SECRETÁRIO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

SENHOR GASPAR FRANCISCO HICKMANN – COORDENADOR DE MATO GROSSO DO SUL DA FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE (FUNASA)

SENHOR ISRAEL BERNARDO DA SILVA – CHEFE DO NÚCLEO DE DOURADOS DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO.

RESULTADO: REALIZADA.

REUNIÃO REALIZADA EM 10/03/2005 – EXTRAORDINÁRIA

01) AUDIÊNCIA PÚBLICA - REQUERIMENTO Nº 01/2005 – 2ª PARTE

FINALIDADE: ESCLARECIMENTOS DAS AUTORIDADES ABAIXO RELACIONADAS SOBRE AS MORTES DE CRIANÇAS DESNUTRIDAS EM ALDEIAS LOCALIZADAS NA REGIÃO DO MUNICÍPIO DE DOURADOS/MS, NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL.

AUTORIA: SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA.

EXPOSITORES: CACIQUE AMBRÓSIO GÓES –DA TRIBO DE ETNIA KINIKINAWA; VEREADOR EDUARDO OTÁVIO TEIXEIRA MARCONDES – PRESIDENTE DA CPI DO ÍNDIO, EM DOURADOS/MS; FERNANDO DA SILVA SOUZA – VICE-PRESIDENTE DO CONSELHO DISTRITAL DE SAÚDE INDÍGENA, EM DOURADOS/MS; ROSELI MARIA RUIZ SILVA – PRESIDENTE DA RECOVÊ, EM CAMPO GRANDE/MS; DANIEL NUNES – ÍNDIO, LAVRADOR, RESIDENTE EM ANTONIO JOÃO-MS.

RESULTADO: REALIZADA

02) REQUERIMENTO CDH Nº 03/2005 – “SOLICITA A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA COM VISTAS A DEBATER O PROBLEMA DE DESNUTRIÇÃO VERIFICADA EM CRIANÇAS INDÍGENAS DO MATO GROSSO DO SUL, COM OS SEGUINTE CONVIDADOS: HILÁRIO SILVA, ÍNDIO KADIWÉU, PRESIDENTE DO CONSELHO DISTRITAL DE SAÚDE INDÍGENA DO MATO GROSSO DO SUL – CONDISI E MEMBRO TITULAR DO CONSELHO INTERSETORIAL DE SAÚDE INDÍGENA – CISI; LUCIANO ARÉVALO, ÍNDIO, CAPITÃO DA ALDEIA BORORÓ, DO MUNICÍPIO DE DOURADOS – MS; HÉLIO NIMBÚ, ÍNDIO, CAPITÃO DA ALDEIA JAQUAPIRÚ, TAMBÉM DE DOURADOS – MS E ANASTÁCIO PERALTA, COORDENADOR DAS AÇÕES INDÍGENAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS – MS”.

AUTORIA: SENADORES JUVÊNCIO DA FONSECA E DELCÍDIO AMARAL.

RESULTADO: APROVADO.

03) REQUERIMENTO CDH Nº 04/2005 – “SOLICITA A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA COM VISTAS A DEBATER A SITUAÇÃO DAS COMUNIDADES KAIOWÁ-GUARANI, VITIMADAS POR SUBNUTRIÇÃO, NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, COM OS SEGUINTE CONVIDADOS: RUBEM FERREIRA THOMAZ DE ALMEIDA E FÁBIO

MURA, ANTROPÓLOGOS DEDICADOS ÀS COMUNIDADES EM FOCO; UM REPRESENTANTE DA COMISSÃO DE DIREITOS INDÍGENAS GUARANI KAIOWÁ; JURANDIR SIRIDIWÊ XAVANTE, PRESIDENTE DO INSTITUTO DE TRADIÇÕES INDÍGENAS E ALEXANDRE PADILHA, DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE SAÚDE INDÍGENA DA FUNASA. AUTORIA: SENADORA FÁTIMA CLEIDE. RESULTADO: APROVADO.

04) REQUERIMENTO CDH Nº 05 /2005 - “CRIAÇÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA.”. AUTORIA: SENADOR PAULO PAIM. RESULTADO: APROVADO.

05) REQUERIMENTO CDH Nº 06/2005 - “CRIAÇÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA.”. AUTORIA: SENADOR LEOMAR QUINTANILHA. RESULTADO: APROVADO.

06) REQUERIMENTO CDH Nº 07/2005 - “CRIAÇÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA.”. AUTORIA: SENADOR SÉRGIO CABRAL. RESULTADO: APROVADO.

REUNIÃO REALIZADA EM 17/03/2005 - EXTRAORDINÁRIA

01) AUDIÊNCIA PÚBLICA - REQUERIMENTOS NºS 03 E 04, DE 2005 – CDH FINALIDADE: DEBATER O PROBLEMA DA DESNUTRIÇÃO VERIFICADA EM CRIANÇAS INDÍGENAS A SITUAÇÃO DAS COMUNIDADES KAIOWÁ-GUARANI VITIMADAS POR DESNUTRIÇÃO, NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL.

AUTORIA: SENADORES JUVÊNCIO DA FONSECA E DELCÍDIO AMARAL (Nº 03) E SENADORA FÁTIMA CLEIDE (Nº 4).

EXPOSITORES: HILÁRIO SILVA – ÍNDIO KADIWÉU – PRESIDENTE DO CONDISI (CONSELHO DISTRITAL DE SAÚDE INDÍGENA DE MATO GROSSO DO SUL) E MEMBRO TITULAR DO CISI (CONSELHO INTERSETORIAL DE SAÚDE INDÍGENA); LUCIANO ARÉVALO – ÍNDIO, CAPITÃO DA ALDEIA BORORÓ, DO MUNICÍPIO DE DOURADOS/MS, E TIO DE UMA DAS CRIANÇAS QUE FALECERAM POR DESNUTRIÇÃO; HÉLIO NIMBÚ – ÍNDIO, CAPITAÇÃO DA ALDEIA JAGUARPIRÚ, DO MUNICÍPIO DE DOURADOS/MS; ANASTÁCIO PERALTA – COORDENADOR DAS AÇÕES INDÍGENAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS/MS; RUBEM FERREIRA THOMAZ DE ALMEIDA – ANTROPÓLOGO DEDICADO ÀS COMUNIDADES EM FOCO; FABIO MURA – ANTROPÓLOGO DEDICADO ÀS

COMUNIDADES EM FOCO; JEREMIAS P. TSIBODOWAPE – EX-VEREADOR DE CAMPINÁPOLIS/MT, REPRESENTANDO O SR.JURANDIR SIRIDIWÊ XAVANTE – PRESIDENTE DO IDETI – INSTITUTO DE TRADIÇÕES INDÍGENAS; ALEXANDRE PADILHA – DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE SAÚDE INDÍGENA DA FUNASA.

RESULTADO: REALIZADA

02) REQUERIMENTO CDH Nº 8, DE 2005 - QUE REQUER “INFORMAÇÕES JUNTO À FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO REFERENTE AO PROJETO 914BRA3018, FIRMADO COM A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO) E O CONTRATO Nº 051/96 FIRMADO COM O PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD/ONU), COM O DETALHAMENTO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS E AÇÕES EXECUTADAS DOS RESPECTIVOS CONTRATOS”. AUTOR: SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA. RESULTADO: APROVADO.

03) REQUERIMENTO CDH Nº 9, DE 2005 - DE AUDIÊNCIA PÚBLICA COM VISTAS CONTINUAR A DEBATER O PROBLEMA DA DESNUTRIÇÃO VERIFICADA EM CRIANÇAS INDÍGENAS NO MATO GROSSO DO SUL, COM OS SEGUINTE CONVIDADOS: 1) DAVI DE OLIVEIRA – PRESIDENTE DO INSTITUTO AMERICANO DAS CULTURAS INDÍGENAS DO BRASIL; 2) ADAIR GONÇALVES SANCHES, ÍNDIO, RESIDENTE EM AMAMBAI/MS; 3) ROSELI MARIA RUIZ SILVA – PRESIDENTE DA RECOVÊ, EM CAMPO GRANDE/MS E 4) DANIEL NUNES – ÍNDIO, LAVRADOR, RESIDENTE EM ANTONIO JOÃO-MS. AUTOR: SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA. RESULTADO: APROVADO.

REUNIÃO REALIZADA EM 31/03/2005 - EXTRAORDINÁRIA

01) AUDIÊNCIA PÚBLICA – REQUERIMENTO Nº 09, DE 2005 – CDH FINALIDADE: COM VISTAS A CONTINUAR O DEBATE SOBRE O PROBLEMA DA DESNUTRIÇÃO VERIFICADA EM CRIANÇAS INDÍGENAS.

AUTORIA: COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, (1º SIGNATÁRIO: O SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA).

EXPOSITORES: DAVI DE OLIVEIRA – PRESIDENTE DO INSTITUTO AMERICANO DAS CULTURAS INDÍGENAS DO BRASIL; ADAIR GONÇALVES SANCHES - ÍNDIO, RESIDENTE EM AMAMBAI/MS; ROSELI MARIA RUIZ SILVA – PRESIDENTE DA RECOVÊ, EM CAMPO GRANDE/MS; DANIEL NUNES – ÍNDIO, LAVRADOR, RESIDENTE EM ANTONIO JOÃO-MS E ALEXANDRE PADILHA – DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE SAÚDE INDÍGENA DA FUNASA.

RESULTADO: REALIZADA

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL—CRE**REUNIÃO REALIZADA EM 03/03/2005 - ORDINÁRIA****01) - NÃO TERMINATIVO - MENSAGEM (SF) Nº 01, DE 2005**

SUBMETE À APRECIÇÃO DO SENADO FEDERAL O NOME DO SENHOR **OSMAR VLADIMIR CHOIFI**, MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DA CARREIRA DE DIPLOMATA DO QUADRO PERMANENTE DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PARA EXERCER O CARGO DE REPRESENTANTE PERMANENTE DO BRASIL JUNTO À ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS.

AUTORIA: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

RELATORIA: SENADOR MARCO MACIEL

PARECER: A COMISSÃO DISPÕE DAS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA DELIBERAR SOBRE A INDICAÇÃO. **RESULTADO:** APROVADA A INDICAÇÃO.

02) NÃO TERMINATIVO - MENSAGEM (SF) Nº 94, DE 2005 -

SUBMETE À APRECIÇÃO DO SENADO FEDERAL A INDICAÇÃO DO SENHOR **RENATO XAVIER**, MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE DA CARREIRA DE DIPLOMATA DO QUADRO PERMANENTE DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À **REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DA ETIÓPIA**.

AUTORIA: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

RELATORIA: SENADOR HERÁCLITO FORTES

PARECER: A COMISSÃO DISPÕE DAS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA DELIBERAR SOBRE A INDICAÇÃO. **RESULTADO:** APROVADA A INDICAÇÃO.

03) NÃO TERMINATIVO - MENSAGEM (SF) Nº 197, DE 2004

SUBMETE À APRECIÇÃO DO SENADO FEDERAL A INDICAÇÃO DO SENHOR **OTO AGRIPINO MAIA**, MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DA CARREIRA DE DIPLOMATA DO QUADRO PERMANENTE DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PARA, **CUMULATIVAMENTE** COM O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO AO **REINO DA SUÉCIA**, EXERCER O DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À **REPÚBLICA DA LETÔNIA**.

AUTORIA: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

RELATORIA: SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI

PARECER: A COMISSÃO DISPÕE DAS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA DELIBERAR SOBRE A INDICAÇÃO. **RESULTADO:** APROVADA A INDICAÇÃO.

REUNIÃO REALIZADA EM 10/03/2005 – ORDINÁRIA

01) NÃO TERMINATIVO - MENSAGEM (SF) Nº 198, DE 2004 - SUBMETE À APRECIÇÃO DO SENADO FEDERAL A INDICAÇÃO DO SENHOR JOSÉ VICENTE DE SÁ PIMENTEL, MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DA CARREIRA DE DIPLOMATA DO QUADRO PERMANENTE DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PARA, CUMULATIVAMENTE COM O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA DA ÍNDIA, EXERCER O DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA DEMOCRÁTICA SOCIALISTA DE SRI LANKA. **AUTORIA:** PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **RELATORIA:** SENADOR JEFFERSON PÉRES. **RELATORIA “AD HOC”:** SENADOR VALDIR RAUPP. **PARECER:** A COMISSÃO DISPÕE DAS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA DELIBERAR SOBRE A INDICAÇÃO. **RESULTADO:** APROVADA A INDICAÇÃO.

02) NÃO TERMINATIVO - MENSAGEM (SF) Nº 02, DE 2005 - SUBMETE À APRECIÇÃO DO SENADO FEDERAL O NOME DO SENHOR LUIZ AUGUSTO DE CASTRO NEVES, MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DA CARREIRA DE DIPLOMATA DO QUADRO PERMANENTE DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PARA, CUMULATIVAMENTE COM O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA POPULAR DA CHINA, EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À MONGÓLIA. **AUTORIA:** PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **RELATORIA:** SENADOR ROMEU TUMA. **PARECER:** A COMISSÃO DISPÕE DAS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA DELIBERAR SOBRE A INDICAÇÃO. **RESULTADO:** APROVADA A INDICAÇÃO.

03) NÃO TERMINATIVO - MENSAGEM (SF) Nº 91, DE 2005 - SUBMETE À APRECIÇÃO DO SENADO FEDERAL A ESCOLHA DO SENHOR ANTONIO JOSÉ REZENDE DE CASTRO, MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE DA CARREIRA DE DIPLOMATA DO QUADRO PERMANENTE DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PARA, CUMULATIVAMENTE COM O

CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA DO QUÊNIA, EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA DO BURUNDI. **AUTORIA:** PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **RELATORIA:** SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI. **RELATOR “AD HOC”:** SENADOR ROMEU TUMA. **PARECER:** A COMISSÃO DISPÕE DAS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA DELIBERAR SOBRE A INDICAÇÃO. **RESULTADO:** APROVADA A INDICAÇÃO.

04) NÃO TERMINATIVO - PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 48, DE 2003 - INSTITUI O GRUPO PARLAMENTAR BRASIL-ÁFRICA DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. **AUTORIA:** SENADOR NEY SUASSUNA. **RELATORIA:** SENADOR MARCELO CRIVELLA. **PARECER:** FAVORÁVEL. **RESULTADO:** APROVADO

05) NÃO TERMINATIVO - REQUERIMENTO (SF) Nº 564, DE 2004 - REQUER, NOS TERMOS DO ARTIGO 223 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, A APROVAÇÃO DE VOTO DE CENSURA À AÇÃO DAS TROPAS DE OCUPAÇÃO DO GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA NO IRAQUE, PELAS PRÁTICAS DE HUMILHAÇÃO, VIOLÊNCIA E TORTURA CONTRA PRISIONEIRO IRAQUIANOS, CONFORME MATERIAL FARTAMENTE EXIBIDO PELA MÍDIA MUNDIAL. **AUTORIA:** SENADOR JOÃO CAPIBERIBE. **RELATORIA:** SENADOR VALDIR RAUPPPARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

06) NÃO TERMINATIVO - REQUERIMENTO Nº 03, DE 2005 – CRE - NOS TERMOS DO ART. 50, § 2º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, COMBINADO COM O DISPOSTO NO ART. 216 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, REQUEIRO SEJAM SOLICITADAS AO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES AS SEGUINTE INFORMAÇÕES SOBRE MATÉRIA “TRAVESSIA MORTAL” DA REVISTA ISTO É DA SEMANA DE 28 DE FEVEREIRO, SOBRE OS BRASILEIROS MORTOS POR CALOR, SEDE, ANIMAIS VENENOSOS NA VÁ TENTATIVA DE INGRESSAR NO TERRITÓRIO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA ATRAVÉS DA FRONTEIRA COM O MÉXICO: QUAIS AÇÕES O MINISTÉRIO TEM REALIZADO NO SENTIDO DA IDENTIFICAÇÃO DOS CORPOS DESSES BRASILEIROS; QUAIS AÇÕES O MINISTÉRIO TEM EMPREENDIDO PARA A REPATRIAÇÃO DOS CORPOS DESSES BRASILEIROS, SE ASSIM SOLICITADO PELOS RESPECTIVOS FAMILIARES; EXISTE ALGUMA AÇÃO DO MINISTÉRIO PARA A REVISÃO DO ACORDO DE VISTO COM O MÉXICO, QUE VISA O INCREMENTO DO TURISMO, DE FORMA A DIAGNOSTICAR O DESVIO DE OBJETIVO QUE VEM ACONTECENDO E ASSIM DIMINUIR O FLUXO DESSES BRASILEIROS. **AUTORIA:** SENADOR EDUARDO AZEREDO. **RESULTADO: APROVADO**

07) REQUERIMENTO Nº 04, DE 2005 - CRE - NOS TERMOS DO § 2º DO ART. 50 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, COMBINADO COM OS ARTS. 215 E 216 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL E COM O ATO DA MEDA Nº 1 DE 2001, E CONSIDERANDO QUE TEM CAUSADO GRANDE CONSTERNAÇÃO PÚBLICA A TOMADA COMO REFÉM DO ENGENHEIRO BRASILEIRO JOÃO JOSÉ VASCONCELLOS JÚNIOR, NO IRAQUE, DESDE 19 DE JANEIRO DO CORRENTE ANO, REQUER QUE SEJA ENCAMINHADO AO EXMO. SR. MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES SOBRE AS SEGUINTE QUESTÕES: QUAIS AS AÇÕES TOMADAS PELO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES PARA A LIBERTAÇÃO DO BRASILEIRO JOÃO JOSÉ DE VASCONCELLOS JÚNIOR? COM QUAIS PAÍSES, ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS, GRUPOS OU PESSOAS ESTÃO SENDO TRAVADAS NEGOCIAÇÕES POR ESTE MINISTÉRIO A FIM DE LIBERTAR O BRASILEIRO TOMADO COMO REFÉM NO IRAQUE? FORAM FEITAS NEGOCIAÇÕES COM O GRUPO RADICAL ESQUADRÕES AL-MUJAHEDIN, COM O XEQUE ABDUL SALAM AL-KOBEISSI OU COM A ASSOCIAÇÃO DOS CLÉRIGOS MUÇULMANOS DO IRAQUE? QUAL O TEOR DAS NEGOCIAÇÕES REALIZADAS? QUEM SÃO OS ENVOLVIDOS NESSAS NEGOCIAÇÕES? QUAIS ESTRATÉGIAS FORAM FORMULADAS DIANTE DOS CENÁRIOS POSSÍVEIS DA TOMADA DE REFÉM EM QUESTÃO? **AUTORIA:** SENADOR HÉLIO COSTA. **RESULTADO: APROVADO**

REUNIÃO REALIZADA EM 17/03/2005 – ORDINÁRIA

01) NÃO TERMINATIVO - REQUERIMENTO (SF) Nº 14, DE 2005 - REQUEREM, NOS TERMOS DO ARTIGO 222 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, APÓS MANIFESTAÇÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, QUE O SENADO FEDERAL DIRIJA UM APELO ÀS LIDERANÇAS POLÍTICAS IRAQUIANAS, DE GOVERNO E OPOSIÇÃO, SOLICITANDO MANIFESTAÇÃO DE APOIO À LIBERTAÇÃO DO ENGENHEIRO JOÃO JOSÉ VASCONCELLOS JÚNIOR, SEQUESTRADO NO IRAQUE, EM 19 DE JANEIRO DE 2005. **AUTORIA:** SENADOR HÉLIO COSTA E OUTROS SENHORES SENADORES. **RELATORIA:** SENADOR PEDRO SIMON. **PARECER:** FAVORÁVEL. **RESULTADO:** APROVADO.

02) NÃO TERMINATIVO - REQUERIMENTO (SF) Nº 1601, DE 2004 - REQUER, NOS TERMOS DO ART. 222, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, VOTO DE SOLIDARIEDADE AO POVO DA COSTA DO MARFIM E AO SEU PRESIDENTE LAURENT GBAGBO PELOS GRAVES INCIDENTES HAVIDOS NO MÊS DE DEZEMBRO DE 2004. **AUTORIA:** SENADOR MARCELO CRIVELLA. **RELATORIA:** SENADOR PEDRO SIMON. **RELATORIA “AD HOC”:** SENADOR FLEXA RIBEIRO. **PARECER:** FAVORÁVEL. **RESULTADO:** APROVADO.

03) NÃO TERMINATIVO - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162, DE 2004 – COMPLEMENTAR - DISPÕE SOBRE A ATUAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS E DA POLÍCIA FEDERAL NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. **AUTORIA:** SENADOR AUGUSTO BOTELHO. **RELATORIA:** SENADOR JEFFERSON PÉRES. **PARECER:** FAVORÁVEL. **RESULTADO:** APROVADO.

04) NÃO TERMINATIVO - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 237, DE 2004 - ALTERA O PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 32 DA LEI Nº 10.826, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003, PARA PERMITIR A CESSÃO AOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA DAS ARMAS ENTREGUES NA FORMA DOS ARTS. 31 E 32 DA REFERIDA LEI. **AUTORIA:** SENADOR NEY SUASSUNA. **RELATORIA:** SENADOR JEFFERSON PÉRES. **PARECER:** CONTRÁRIO. **RESULTADO:** APROVADO (A CCJ, EM DECISÃO TERMINATIVA).

05) NÃO TERMINATIVO - REQUERIMENTO Nº 02, DE 2005 – CRE - REQUER, NOS TERMOS DOS ARTIGOS 90, II, E 93, II DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, A REALIZAÇÃO POR ESTA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DESTINADA A OUVIR, NA QUALIDADE DE CONVIDADO, O PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DE SÃO PAULO – FIESP, SENHOR PAULO SKAF, PARA QUE POSSAMOS DEBATER AS PROPOSTAS DA ENTIDADE CONCERNENTES AO RECONHECIMENTO, PELO GOVERNO BRASILEIRO, DA CHINA COMO ECONOMIA DE MERCADO, CUJOS REFLEXOS SOBRE AS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS PODEM REPRESENTAR PREJUÍZOS INCOMENSURÁVEIS. **AUTORIA:** ALVARO DIAS. **RESULTADO: APROVADO.**

06) NÃO TERMINATIVO - REQUERIMENTO Nº 05, DE 2005 – CRE - REQUER NOS TERMOS REGIMENTAIS QUE, JUNTAMENTE COM O PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DE SÃO PAULO – FIESP, SR. PAULO SKAF, SEJA TAMBÉM CONVIDADO O PRESIDENTE DA CNI, EXMº DEPUTADO ARMANDO DE QUEIROZ MONTEIRO NETO, PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA QUE DEBATERÁ AS “PROPOSTAS DA ENTIDADE CONCERNENTES AO RECONHECIMENTO, PELO GOVERNO BRASILEIRO, DA CHINA COMO ECONOMIA DE MERCADO” E SUAS POSSÍVEIS CONSEQUÊNCIAS NAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS. **AUTORIA:** FLEXA RIBEIRO. **RESULTADO: APROVADO.**

07) REQUERIMENTO Nº 06, DE 2005 – CRE - REQUER, NOS TERMOS REGIMENTAIS QUE, JUNTAMENTE COM O PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DE SÃO PAULO – FIESP, SR. PAULO SKAF, SEJAM TAMBÉM CONVIDADOS O SUBSECRETÁRIO-GERAL DE ASSUNTOS ECONÔMICOS E TECNOLÓGICOS DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR CLODOALDO HUGUENEY E O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, SR. IVAN RAMALHO, PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA QUE DEBATERÁ AS “PROPOSTAS DA ENTIDADE

CONCERNENTES AO RECONHECIMENTO, PELO GOVERNO BRASILEIRO, DA CHINA COMO ECONOMIA DE MERCADO” E SUAS POSSÍVEIS CONSEQUÊNCIAS NAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS. **AUTORIA:** SENADOR CRISTOVAM BUARQUE. **RESULTADO: PREJUDICADO.**

08) REQUERIMENTO Nº 07, DE 2005 – CRE - REQUER, NOS TERMOS REGIMENTAIS QUE, JUNTAMENTE COM O PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DE SÃO PAULO – FIESP, SR. PAULO SKAF, E DO PRESIDENTE DA CNI, DEPUTADO ARMANDO DE QUEIROZ MONTEIRO NETO, SEJAM TAMBÉM CONVIDADOS O SUBSECRETÁRIO-GERAL DE ASSUNTOS ECONÔMICOS E TECNOLÓGICOS DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR CLODOALDO HUGUENEY E O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, SR. IVAN RAMALHO, PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA QUE DEBATERÁ AS “PROPOSTAS DA ENTIDADE CONCERNENTES AO RECONHECIMENTO, PELO GOVERNO BRASILEIRO, DA CHINA COMO ECONOMIA DE MERCADO” E SUAS POSSÍVEIS CONSEQUÊNCIAS NAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS. **AUTORIA:** SENADOR ROBERTO SATURNINO. **RESULTADO: APROVADO.**

08) REQUERIMENTO Nº 08, DE 2005 – CRE - COM AMPARO NO ART. 58, § 2º, II E V, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, COMBINADO COM OS ARTS. 90, II E V E 93, II, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, REQUER A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, NO ÂMBITO DESTA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, PARA ANALISAR E DISCUTIR A DIÁSPORA BRASILEIRA. DEVERÃO SER CONVIDADOS: UM REPRESENTANTE DA DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA CONSULAR AOS BRASILEIROS NO EXTERIOR, DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES; UM REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA; GLÓRIA PERES – ESCRITORA E ROTEIRISTA DA NOVELA AMÉRICA; TERESA SALES – PROFESSORA LIVRE-DOCENTE DO DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA DA UNICAMP E EDITORA DA REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS DA POPULAÇÃO. **AUTORIA:** SENADOR HÉLIO COSTA. **RESULTADO: APROVADO.**

09) REQUERIMENTO Nº 09, DE 2005 – CRE - REQUER, NOS TERMOS DO ARTIGO 222, DO REGIMENTO INTERNO, QUE O SENADO FEDERAL MANIFESTE APELO ÀS PRINCIPAIS FORÇAS POLÍTICAS DA COSTA DO MARFIM, GOVERNO E FORCES NOUVELLES, NO SENTIDO DE QUE RESPEITEM OS TERMOS DOS ACORDOS DE LINAS-MARCOUSSIS E ACCRA III, BEM COMO OBEDEÇAM AOS DITANTES DAS RESOLUÇÕES 1572, DE 2004, E 1584, DE 2005, DO CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS, AS QUAIS DEMANDAM O IMEDIATO CESSAR DAS HOSTILIDADES E UMA SOLUÇÃO NEGOCIADA E PACÍFICA PARA O GRAVE CONFLITO QUE ASSOLA AQUELE PAÍS AFRICANO. **AUTORIA:** SENADOR CRISTOVAM BUARQUE. **RESULTADO: APROVADO.**

REUNIÃO REALIZADA EM 31/03/2005 - ORDINÁRIA

01) NÃO TERMINATIVO - MENSAGEM (SF) Nº 191, DE 2004 - SUBMETE À APRECIÇÃO DO SENADO FEDERAL A INDICAÇÃO DO SENHOR LÚCIO PIRES DE AMORIM, MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DA CARREIRA DE DIPLOMATA DO QUADRO PERMANENTE DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PARA, CUMULATIVAMENTE COM O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL, EXERCER O DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO AO REINO DO LESOTO. AUTORIA: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. RELATORIA: SENADOR JOÃO RIBEIRO. PARECER: A COMISSÃO DISPÕE DAS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA DELIBERAR SOBRE A INDICAÇÃO. RESULTADO: APROVADA A INDICAÇÃO POR 13 VOTOS FAVORÁVEIS.

02) NÃO TERMINATIVO - MENSAGEM (SF) Nº 192, DE 2004 - SUBMETE À APRECIÇÃO DO SENADO FEDERAL A INDICAÇÃO DO SENHOR LÚCIO PIRES DE AMORIM, MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DA CARREIRA DE DIPLOMATA DO QUADRO PERMANENTE DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PARA, CUMULATIVAMENTE COM O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL, EXERCER O DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA DE BOTSUANA. AUTORIA: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. RELATORIA: SENADOR JOÃO RIBEIRO. PARECER: A COMISSÃO DISPÕE DAS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA DELIBERAR SOBRE A INDICAÇÃO. RESULTADO: APROVADA A INDICAÇÃO POR 13 VOTOS FAVORÁVEIS.

03) NÃO TERMINATIVO - MENSAGEM (SF) Nº 04, DE 2005 - SUBMETE À APRECIÇÃO DO SENADO FEDERAL A INDICAÇÃO DO SENHOR FREDERICO CEZAR DE ARAUJO, MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DA CARREIRA DE DIPLOMATA DO QUADRO PERMANENTE DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PARA, CUMULATIVAMENTE COM O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À COMUNIDADE DA AUSTRÁLIA, EXERCER O DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA DE VANUATU. AUTORIA: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. RELATORIA: SENADOR PEDRO SIMON. PARECER: A COMISSÃO DISPÕE DAS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA DELIBERAR SOBRE A INDICAÇÃO. RESULTADO: APROVADA A INDICAÇÃO POR 13 VOTOS FAVORÁVEIS.

04) NÃO TERMINATIVO - REQUERIMENTO Nº 11, DE 2005 – CRE - REQUER, NOS TERMOS DO § 2º DO ART. 50 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, COMBINADO COM OS ARTS. 216 E 217 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, SEJAM SOLICITADAS AO EXMº SR. MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, INFORMAÇÕES SOBRE QUAIS AS AÇÕES EFETIVAS E AS PROVIDÊNCIAS TOMADAS PELO GOVERNO BRASILEIRO, NO SENTIDO DE GARANTIR A PROTEÇÃO E A ASSISTÊNCIA DE CERCA DE 50 IMIGRANTES BRASILEIROS DETIDOS NO ESTADO

NORTE-AMERICANO DE CONNECTICUT, EM 17 DE MARÇO DE 2005. **AUTORIA:** SENADOR HÉLIO COSTA. **RESULTADO:** APROVADO.

05) NÃO TERMINATIVO - REQUERIMENTO Nº 12, DE 2005 – CRE - REQUER A CONVOCAÇÃO DO SENHOR MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES PARA A PRESTAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS SOBRE A ATUAÇÃO DAS TROPAS BRASILEIRAS NO HAITI. **RESULTADO:** SOBRESTADO.

06) NÃO TERMINATIVO - REQUERIMENTO Nº 13, DE 2005 – CRE - REQUER NOS TERMOS DO ART. 93, II DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O RENOMADO ECONOMISTA JEFFREY SACHS, REPRESENTANTE DO PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD, QUE VEM COORDENANDO O GRUPO ENCARREGADO DA EXECUÇÃO DOS OBJETIVOS DO MILÊNIO, PARA QUE COMPAREÇA A ESSA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL – CRE, COM O OBJETIVO DE FAZER UMA EXPOSIÇÃO SOBRE O ANDAMENTO INTERNACIONAL E BRASILEIRO DAS METAS DO MILÊNIO, CONFORME APROVADAS PELAS NAÇÕES UNIDAS EM SETEMBRO DE 2000. **AUTORIA:** SENADOR CRISTOVAM BUARQUE. **RESULTADO:** APROVADO.

07) NÃO TERMINATIVO - REQUERIMENTO Nº 14, DE 2005 – CRE - REQUER, NOS TERMOS DOS ARTS. 90, INCISOS II E V, E 93, INCISO II DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, DE AUDIÊNCIA PÚBLICA NA CIDADE DE FOZ DO IGUAÇU, EM CARÁTER DE URGÊNCIA, PARA OUVIR O DEPOIMENTO DO EMBAIXADOR DO BRASIL NO PARAGUAI, WALTER PECLY MOREIRA; DO GOVERNADOR DO DEPARTAMENTO DE ALTO PARANÁ, GUSTAVO PEDROZO; BEM COMO DE REPRESENTANTES DOS TRABALHADORES E COMERCIANTES BRASILEIROS QUE MANTÊM ATIVIDADES NAQUELE PAÍS, PARA DEBATER O AGRAVAMENTO DA SITUAÇÃO DOS BRASILEIROS RESIDENTES NO PARANÁ E QUE TRABALHAM EM CIUDAD DEL ESTE. **AUTORIA:** SENADORES ÁLVARO DIAS E EDUARDO SUPPLY. **RESULTADO:** APROVADO.

08) NÃO TERMINATIVO - REQUERIMENTO Nº 15, DE 2005 – CRE - REQUER NOS TERMOS DO ARTIGO 222, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, SEJA ENCAMINHADA MOÇÃO AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DA INDONÉSIA, O SENHOR SUSILO BAMBANG, EM APOIO À INICIATIVA DO GOVERNO BRASILEIRO, NO SENTIDO DE QUE SEJA COMUTADA A PENA CAPITAL IMPOSTA AO NACIONAL MARCOS ARCHER MOREIRA CARDOSO PELA PRISÃO. **AUTORIA:** SENADOR JEFFERSON PÉRES. **RESULTADO:** APROVADO.

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA – CI

REUNIÃO REALIZADA EM 08/03/2005 – ORDINÁRIA.

01) MENSAGEM (SF) Nº 06, DE 2005 - NÃO TERMINATIVO - “Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor BRUNO PAGNOCCHESCHI, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas – ANA, na vaga do Senhor Marcos Aurélio Vasconcelos de Freitas”. **Autoria:** Presidência da República. **Relator:** Senador Mozarildo Cavalcanti. **Relatório:** Em condições de ser apreciado pelo Senado Federal. **Resultado:** Aprovado com 18 votos favoráveis.

02) MENSAGEM (SF) Nº 07, DE 2005 - NÃO TERMINATIVO - “Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor DALVINO TROCCOLI FRANCA, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas – ANA, na vaga do Senhor Ivo Brasil”. **Autoria:** Presidência da República. **Relator:** Senador Teotônio Vilela Filho. **Relatório:** Em condições de ser apreciado pelo Senado Federal. **Resultado:** Aprovado com 17 votos favoráveis e 01 voto contrário.

REUNIÃO REALIZADA EM 15/03/2005 - ORDINÁRIA

01) MENSAGEM (SF) Nº 98, DE 2005 - NÃO TERMINATIVO - “Submete à apreciação do Senado Federal, a indicação do Senhor MARTINHO CÂNDIDO VELLOSO DOS SANTOS, para exercer o cargo de Diretor do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT”. **Autoria:** Presidência da República. **Relator:** Senador Aelton Freitas. **Relatório:** Em condições de ser apreciado pela Comissão. **Resultado:** Aprovado por 14 votos favoráveis e uma abstenção.

02) MENSAGEM (SF) Nº 99, DE 2005 - NÃO TERMINATIVO - “Submete à apreciação do Senado Federal, a indicação do Senhor LUZIEL REGINALDO DE SOUZA, para exercer o cargo de Diretor do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT”. **Autoria:** Presidência da República. **Relator:** Senador Sérgio Guerra. **Relatório:** Em condições de ser apreciado pela Comissão. **Resultado:** Aprovado por 14 votos favoráveis e uma abstenção.

REUNIÃO REALIZADA EM 29/03/2005 – ORDINÁRIA - NÃO HOUVE APRECIAÇÃO DE MATÉRIAS.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO – CDR**REUNIÃO REALIZADA EM 01/03/2005 –
EXTRAORDINÁRIA**

ITEM ÚNICO: DELIBERAÇÕES PARA A ORGANIZAÇÃO DAS PAUTAS DOS TRABALHOS DA COMISSÃO. **RESULTADO:** APROVADA A SUGESTÃO DO SENADOR TASSO JEREISSATI PARA A REALIZAÇÃO DE UMA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A CRIAÇÃO DAS NOVAS AGÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, COM O SENHOR CIRO GOMES, MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL.

REUNIÃO REALIZADA EM 08/03/2005 - EXTRAORDINÁRIA**ITEM ÚNICO - AUDIÊNCIA PÚBLICA**

FINALIDADE: CRIAÇÃO DAS NOVAS AGÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL.

AUTORIA: SUGESTÃO, DO SENADOR TASSO JEREISSATI, APROVADA PELA COMISSÃO.

EXPOSITOR: MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, SENHOR CIRO GOMES.

RESULTADO: REALIZADA.

REUNIÃO REALIZADA EM 22/03/2005 - EXTRAORDINÁRIA

01) REQUERIMENTO CDR Nº01/2005 – REQUER SEJAM OUVIDAS EM AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A NOVA SUDENE AS SEGUINTESS PESSOAS FUNDADORAS E COLABORADORAS DA INSTITUIÇÃO: TÂNIA BACELAR, ROBERTO CAVALCANTE E WALFRIDO SALMITO. **AUTORIA:** SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO.

02) REQUERIMENTO CDR Nº 02/2005 – NOS TERMOS DO ART. 90, INCISO XI, COMBINADO COM O ART. 93, INCISO II E COM O ART. 113 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, REQUEIRO SEJA REALIZADA AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA PERANTE ESTA COMISSÃO E A COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE (CMA) COM A FINALIDADE DE QUE SUA EXCELÊNCIA MINISTRA DO MEIO AMBIENTE, SENHORA MARINA SILVA, EXPONHA AS AÇÕES QUE ESTÃO SENDO IMPLEMENTADAS NA REGIÃO AMAZÔNICA, DENTRO DA ÓTICA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. **AUTORIA:** SENADORA ANA JÚLIA CAREPA.

REUNIÃO REALIZADA EM 29/03/2005 – EXTRAORDINÁRIA

ITEM ÚNICO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

FINALIDADE: EXPOSIÇÃO SOBRE “PROGRAMAS DE TURISMO PARA O BRASIL”, ESPECIALMENTE PARA AS REGIÕES NORTE, NORDESTE E CENTRO-OESTE.

AUTORIA: SUGESTÃO, DO SENADOR TASSO JEREISSATI, APROVADA PELA COMISSÃO.

EXPOSITOR: MINISTRO DE ESTADO DO TURISMO, SENHOR WALFRIDO MARES GUIA.

RESULTADO: REALIZADA.

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

REUNIÃO REALIZADA EM 01/03/2005 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM ÚNICO – INSTALAÇÃO E ELEIÇÃO DO PRESIDENTE E DO VICE-PRESIDENTE.

RESULTADO: FORAM ELEITOS OS SENADORES SÉRGIO GUERRA E FLÁVIO ARNS, RESPECTIVAMENTE PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE.

REUNIÃO REALIZADA EM 09/03/2005 - EXTRAORDINÁRIA

1) REQUERIMENTO Nº 1 DE 2005 – CRA - Convida o Senhor Roberto Rodrigues, Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para, em Audiência Pública, prestar esclarecimentos a respeito de matéria de sua área de competência, especialmente sobre conjuntura e perspectivas do agronegócio brasileiro.

Autor: Senador Sérgio Guerra.

Resultado: APROVADO.

2) REQUERIMENTO Nº 2, DE 2005 – CRA - Convida o Senhor Miguel Soldatelli Rosseto, Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário para, em Audiência Pública, expor as ações referentes à Reforma Agrária que estão sendo implementadas na região amazônica.

Autora: Senadora Ana Júlia Carepa

Resultado: APROVADO.

REUNIÃO REALIZADA EM 16/03/2005 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM ÚNICO - AUDIÊNCIA PÚBLICA - REQUERIMENTO Nº 01/2005

FINALIDADE: PERSPECTIVAS DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO E DIVERSAS MATÉRIAS DE COMPETÊNCIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO.

AUTORIA: SENADOR SÉRGIO GUERRA.

EXPOSITOR: SENHOR ROBERTO RODRIGUES, MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO.

RESULTADO: REALIZADA.

REUNIÃO REALIZADA EM 30/03/2005 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM ÚNICO - AUDIÊNCIA PÚBLICA - REQUERIMENTO Nº 02/2005

FINALIDADE: EXPOSIÇÃO SOBRE AS AÇÕES REFERENTES À REFORMA AGRÁRIA QUE ESTÃO SENDO IMPLEMENTADAS NA REGIÃO AMAZÔNICA.

AUTORIA: SENADORA ANA JÚLIA CAREPA.

EXPOSITOR: MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, SENHOR MIGUEL SOLDATELLI ROSSETTO.

RESULTADO: REALIZADA.

**CORRESPONDÊNCIAS EXPEDIDAS PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL**

OF/SF de Março de 2005					
origem	Expediente	data do documento	Assunto	Destino	
Senador Renan Calheiros Presidente SF	OF/SF/215/2005	04/03/2005	Encaminha currículo do Sr. Sávio Pinheiro, para representar o Senado Federal no Conselho Consultivo da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL	Deputado Eunício Lopes de Oliveira Ministro de Estado das Telecomunicações	
Senador Renan Calheiros Presidente SF	OF/SF/253/2005	07/03/2005	Solicita que informe ao Senado Federal a tramitação de Projetos de Lei do Senado, submetidos à revisão Câmara dos Deputados, para possível arquivamento.	Deputado Inocêncio Oliveira Primeiro Secretário Câmara dos Deputados.	
Senador Renan Calheiros Presidente SF	OF/SF/291/2005	09/03/2005	Solicita a indicação, em conjunto com o Bloco de Apoio ao Governo, de 1 (um) membro para compor a Procuradoria Parlamentar do SF.	Senador Ney Suassuna Líder PMDB	
Senador Renan Calheiros Presidente SF	OF/SF/288/2005 (circular)	09/03/2005	Solicita a indicação de 1 (um) representante do PMDB para compor a Procuradoria Parlamentar do SF.	Senador Ney Suassuna Líder PMDB	
Senador Renan Calheiros Presidente SF	OF/SF/290/2005 (circular)	09/03/2005	Solicita a indicação de 4 (quatro) Senadores dos partidos que compõem o Bloco de Apoio ao Governo (dois titulares e dois suplentes) para comporem a Representação Brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta Mercosul.	Senador Delcídio Amaral Líder Bloco Apoio Governo	

Senador Renan Calheiros Presidente SF	OF/SF/290/2005 (circular)	09/03/2005	Solicita a indicação, em conjunto com a bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), de 1 (um) membro para compor a Representação Brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul.	Senador Delcídio Amaral Líder Bloco Apoio Governo
Senador Renan Calheiros Presidente SF	OF/SF/290/2005 (circular)	09/03/2005	Solicita a indicação de 4 (quatro) Senadores dos partidos que compõem o Bloco da Minoria (dois titulares e dois suplentes) para comporem Representação Brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul.	Senador Sergio Guerra Líder Minoria
Senador Renan Calheiros Presidente SF	OF/SF/288/2005 (circular)	09/03/2005	Solicita a indicação de 1 (um) representante dos partidos que compõem o Bloco de Apoio ao Governo para compor a Procuradoria Parlamentar SF.	Senador Delcídio Amaral Líder Bloco Apoio Governo.
Senador Renan Calheiros Presidente SF	OF/SF/290/2005 (circular)	09/03/2005	Solicita a indicação de 2 (dois) Senadores de Partidos que compõem o Bloco de Apoio ao Governo (um titular e um suplente) para comporem a Representação Brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul.	Senador Osmar Dias Líder PDT
Senador Renan Calheiros Presidente SF	OF/SF/290/2005 (circular)	09/03/2005	Solicita a indicação, em conjunto com a bancada do Bloco de Apoio ao Governo, de 1 (um) membro para compor a Representação Brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul.	Senador Ney Suassuna Líder PMDB
Senador Renan Calheiros Presidente SF	OF/SF/296/2005 (Circular)	09/03/2005	Solicita o envio à Secretaria Geral da Mesa do Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, em virtude da promulgação da Resolução 1/2005 SF, para redistribuição.	Senador Helio Costa. Presidente Comissão Educação

Senador Renan Calheiros Presidente SF	OF/SF/290/2005 (circular)	09/03/2005	Solicita a indicação de 4 (quatro) Senadores do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (dois titulares e dois suplentes) para comporem a Representação Brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul.	Senador Ney Suassuna Líder PMDB
Senador Renan Calheiros Presidente SF	OF/SF/288/2005 (circular)	09/03/2005	Solicita a indicação de 2 (dois) representantes dos partidos que compõem o Bloco da Minoria para comporem a Procuradoria Parlamentar do SF.	Senador Sergio Guerra Líder Minoria
Senador Renan Calheiros Presidente SF	OF/SF/290/2005 (circular)	09/03/2005	Solicita a indicação de Senador do Partido da Solidariedade para compor a Representação Brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul.	Senadora Heloisa Helena Partido da Solidariedade PSOL/AL
Senador Renan Calheiros Presidente SF	OF/SF/294/2005 (Circular)	09/03/2005	Solicita o envio à Secretaria Geral da Mesa dos Projetos de Lei da Câmara e do Senado, em virtude da promulgação da Resolução 1/2005 SF para Redistribuição.	Senador Antonio Carlos Magalhães Presidente Comissão Constituição Justiça Cidadania
Senador Renan Calheiros Presidente SF	OF/SF/293/2005 (Circular)	09/03/2005	Solicita o envio à Secretaria Geral da Mesa dos Projetos de Lei da Câmara e do Senado, em virtude da promulgação da Resolução 1/2005 SF para Redistribuição.	Senador Luiz Otávio Presidente Comissão Assuntos Econômicos
Senador Renan Calheiros Presidente SF	OF/SF/295/2005 (Circular)	09/03/2005	Solicita o envio à Secretaria Geral da Mesa dos Projetos de Lei da Câmara e do Senado, em virtude da promulgação da Resolução 1/2005 SF para Redistribuição.	Senador Antonio Carlos Magalhães Presidente Comissão Assuntos Sociais

Senador Renan Calheiros Presidente SF	OF/SF/290/2005 (Circular)	09/03/2005	Solicita a indicação de Membros da Câmara dos Deputados para integrarem a Representação Brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul.	Deputado Severino Cavalcanti Presidente Câmara dos Deputados
Senador Renan Calheiros Presidente SF	OF/SF/292/2005	09/03/2005	Solicita a indicação em conjunto com a Bancada do PMDB de membro para compor a Procuradoria Parlamentar do SF. O Bloco de Apoio ao Governo compartilha vaga com Partido Movimento Democrático Brasileiro. Resolução 40/1995.	Senador Delcídio Amaral Líder do Bloco Apoio Governo
Senador Renan Calheiros Presidente SF	OF/SF/297/2005	09/03/2005	Solicita o envio do Projeto Lei do Senado nº 288/2004, em virtude da promulgação da Resolução 1/2005, para redistribuição.	Senador Heráclito Fortes Presidente Comissão Serviços Infra-Estrutura
Senador Renan Calheiros Presidente SF	OF/SF/300/2005	16/03/2005	Em referência ao Aviso 36/AE-GM/TEM, de 24 de fevereiro de 2005, designa o Senador Sérgio Guerra para participar da Conferência Internacional do Trabalho, da Organização Internacional do Trabalho- OIT, em Genebra - Suíça.	Deputado Ricardo Berzoini Ministro de Estado Trabalho e Emprego
Senador Eduardo Siqueira Campos Quarto-Secretário	OF/SF/301/2005	21/03/2005	Encaminha cópias de documentos recolhidos pela Comissão Parlamentar Mista Inquérito que investiga situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil, criada pelo Requerimento 2/2003CN, referente Delegacia Polícia Civil Amazonas Maria Graças Silva.	Geraldo André Scarpellini Vieira Delegado Polícia Federal Amazonas

Senador Renan Calheiros Presidente SF	OF/SF/320/2005	21/03/2005	Encaminha o Projeto de Lei do Senado nº 80/2005, de autoria do Senador Pedro Simon, que dispõe sobre o reconhecimento de diplomas no âmbito do Mercosul.	Deputado Rosinha Presidente da Representação Brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul Câmara dos Deputados
Senador Eduardo Siqueira Campos Quarto-Secretário	OF/SF/321/2005	28/03/2005	Responde a consulta feita pela Procuradoria-Geral de Sergipe sobre o subitem 4.07, da Lista de Serviços anexa à Lei Complementar nº 116 de 2003, referente a "serviços farmacêuticos".	Antonio Jose de Oliveira Botelho Procurador-Geral Sergipe
Dr. Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa	OF/SGM/149/2005	30/03/2005	Tendo em vista Decisão da Presidência de 17 de março de 2005, que destinou a sala da CPI do Banestado à Secretaria da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, o Secretário-Geral da Mesa solicita autorização para deslocar a sala, reunir os documentos e enviá-los ao Arquivo.	Senador Renan Calheiros Presidente do Senado Federal

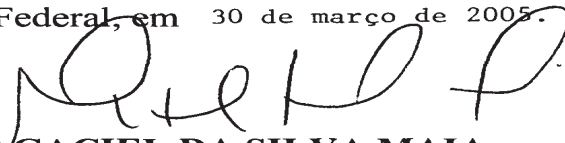
ATAS DE COMISSÕES
(Publicadas em suplemento a este Diário)

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1486 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **004110/05-6**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **HENRY HOYER DE CARVALHO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PMDB.

Senado Federal, em 30 de março de 2005.



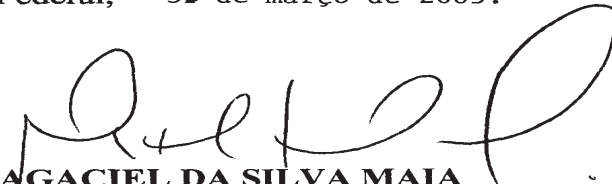
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1487 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 004897/05-6,

RESOLVE dispensar o servidor **MARCELO BASTOS TIGRE**, matrícula 32545, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Análise e Conferência da Secretaria de Fiscalização e Controle, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Marcelo Crivella, a partir de 23 de março de 2005.

Senado Federal, 30 de março de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1488 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos Atos do Presidente do Senado Federal nºs 181/1997, 35/2002 e 58/2003,

RESOLVE:

nomear **JOSÉ EDBERTO DE ALMENA**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar – AP-3, do Órgão Central de Coordenação e Execução, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, 30 de março de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1489 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos Atos do Presidente do Senado Federal nºs 181/1997, 35/2002 e 58/2003,

RESOLVE:

nomear **MARIA AUXILIADORA NUNES**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar – AP-3, do Órgão Central de Coordenação e Execução, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, 30 de março de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 1490 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das suas competências regulamentares e, de acordo com o disposto no artigo 15 das Disposições Finais, da Resolução do Senado Federal nº 09, de 1997.

RESOLVE:

Dispensar o servidor **RONALDO SILVA**, matrícula 33082, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, símbolo FC-06, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente de Diretor, símbolo FC-07, da mesma Secretaria, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com efeitos a partir de 17 de dezembro de 2004.

Senado Federal, 31 de março de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1491 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo parágrafo único do art. 7º do Ato da Comissão Diretora nº 28, de 2004, resolve:

Art. 1º - O presente Ato dispõe sobre as competências da Secretaria de Patrimônio e de seus órgãos e unidades.

Art. 2º - À Secretaria de Patrimônio compete coordenar, orientar e controlar a execução das atividades do sistema de administração de materiais e de patrimônio do Senado Federal.

Art. 3º - Ao Gabinete da Secretaria de Patrimônio compete providenciar sobre o expediente, as audiências e a representação de seu titular; auxiliar e assessorar seu titular no desempenho de suas atividades; executar as tarefas de suporte administrativo, de gerência e de fiscalização dos recursos administrativos e materiais vinculados às atividades do órgão.

Art. 4º - Ao Serviço de Controle de Permissões de Utilização de Espaço compete acompanhar e gerir os contratos de permissões de uso e utilização de espaço no complexo arquitetônico do Senado Federal; propor e dar seguimento às providências administrativas necessárias à regularização de situações pendentes; elaborar estudos visando atualizar anualmente os valores pagos a título de ressarcimento pelos ocupantes de espaço no Senado Federal; elaborar, em conjunto com a Secretaria de Administração Financeira, relatório dos devedores para notificação e recolhimento dos valores em favor do Senado Federal; gerir e fiscalizar os recursos administrativos e materiais vinculados as suas atividades.

Art. 5º - Ao Serviço de Documentação e Administração de Imóveis compete executar, planejar e controlar os trabalhos referentes à administração dos imóveis de propriedade da União administrados pelo Senado Federal; gerir e fiscalizar os recursos administrativos e materiais vinculados as suas atividades.

Art. 6º - Ao Serviço de Sinalização compete elaborar, manter e atualizar o Plano Diretor de Sinalização do Complexo Arquitetônico do Senado Federal; coordenar e administrar o pessoal e as atividades da oficina de sinalização; gerir e fiscalizar os recursos administrativos e materiais vinculados as suas atividades.

Art. 7º - À Subsecretaria de Controle de Qualidade e Especificações compete coordenar, orientar e controlar a execução das atividades de controle de qualidade e especificações dos bens de consumo e permanentes adquiridos pelo Senado Federal; elaborar laudos técnicos sobre a qualidade e o estado de conservação dos bens patrimoniais; prover, administrar e zelar pelo pleno funcionamento do Laboratório de

Controle de Qualidade; desenvolver os processos de qualidade total necessários ao bom atendimento dos serviços prestados pelo Senado Federal.

Art. 8º - Ao Gabinete da Subsecretaria de Controle de Qualidade e Especificações compete providenciar sobre o expediente, as audiências e a representação de seu titular; auxiliar e assessorar seu titular no desempenho de suas atividades; executar as tarefas de suporte administrativo, de gerência e de fiscalização dos recursos administrativos e materiais vinculados às atividades do órgão.

Art. 9º - Ao Serviço de Controle de Qualidade e Especificações de Bens de Consumo compete especificar e produzir descrições padronizadas para os bens de consumo necessários ao Senado Federal; controlar a atribuição de códigos de materiais, mantendo atualizada a matriz de classificação; realizar estudos de padronização, codificação e catalogação dos materiais do Senado Federal; auxiliar e estabelecer critérios e procedimentos a serem executados pela Subsecretaria de Administração de Almoxxarifados na inspeção de materiais recebidos, utilizando-se, quando necessário, do suporte do Laboratório de Controle de Qualidade; gerir e fiscalizar os recursos administrativos e materiais vinculados as suas atividades.

Art. 10 - Ao Serviço de Controle de Qualidade e Especificações de Bens Permanentes compete especificar e produzir descrições padronizadas para os bens permanentes necessários ao Senado Federal; controlar a atribuição de códigos de bens, mantendo atualizada a matriz de classificação; realizar estudos de padronização, codificação e catalogação dos bens patrimoniais do Senado Federal; auxiliar e estabelecer critérios e procedimentos a serem executados pela Subsecretaria de Administração de Almoxxarifado na inspeção de bens recebidos, utilizando-se, quando necessário, do suporte do Laboratório de Controle de Qualidade; gerir e fiscalizar recursos administrativos e materiais vinculados as suas atividades.

Art. 11 - À Subsecretaria de Administração e Suprimento de Almoxxarifados compete coordenar, orientar e controlar a execução das atividades do sistema de administração de materiais do Senado Federal.

Art. 12 - Ao Gabinete da Subsecretaria de Administração e Suprimento de Almoxxarifados compete providenciar sobre o expediente, as audiências e a representação de seu titular; auxiliar e assessorar seu titular no desempenho de suas atividades; executar as tarefas de suporte administrativo, de gerência e de fiscalização dos recursos administrativos e materiais vinculados às atividades do órgão.

Art. 13 - Ao Serviço de Administração de Almoxxarifados compete receber, conferir, registrar, classificar, guardar e controlar a distribuição dos materiais de almoxxarifado adquiridos pelo Senado Federal, através de registros no sistema SAMP ou outro que vier a substituí-lo; receber os bens permanentes, em conjunto com as unidades solicitantes, registrando-os e encaminhando-os para tombamento de modo formal; informar às unidades requisitantes de materiais e bens qual o período de garantia dos produtos entregues; promover a guarda, sob requisição restrita, dos bens de almoxxarifado adquiridos por iniciativa das diversas unidades administrativas da Casa; executar a conferência dos materiais recebidos, de acordo com as orientações e procedimentos estabelecidos em conjunto com a Subsecretaria de Controle de Qualidade e Especificações; zelar pela preservação dos materiais estocados; elaborar inventários físicos de materiais para controle dos estoques; supervisionar as atividades dos

almoxarifados descentralizados; manter informadas as unidades preferencialmente solicitantes dos almoxarifados descentralizados sobre os respectivos estoques; informar aos titulares das unidades Administrativas e Legislativas, semestralmente, para conhecimento e ratificação, o consumo da unidade no período; gerir e fiscalizar os recursos administrativos e materiais vinculados as suas atividades.

Art. 14 - Ao Serviço de Planejamento e Suprimento de Bens de Almoxarifados compete realizar estudos de consumo de materiais, gerando dados estatísticos necessários ao planejamento dos estoques dos almoxarifados do Senado Federal; sugerir, implementar e controlar a política de cotas de consumo por unidade, incluindo níveis máximos e estoques de segurança; elaborar a programação das necessidades de material, com objetivo de gerar o calendário de compras para suprimentos dos almoxarifados; propor a inclusão de novos itens nos estoques dos almoxarifados, a partir de demandas da Casa ou avanços tecnológicos, justificando a iniciativa; realizar, em conjunto com o Serviço de Administração de Almoxarifados, levantamentos e estudos necessários ao saneamento dos estoques; propor a alienação de materiais sem requisições periódicas, obsoletos ou inservíveis; gerir e fiscalizar os recursos administrativos e materiais vinculados as suas atividades.

Art. 15 - À Subsecretaria de Administração Patrimonial compete coordenar, orientar e controlar a execução das atividades do sistema de administração patrimonial do Senado Federal.

Art. 16 - Ao Gabinete da Subsecretaria de Administração Patrimonial compete providenciar sobre o expediente, as audiências e a representação de seu titular; auxiliar e assessorar seu titular no desempenho de suas atividades; executar as tarefas de suporte administrativo, de gerência e de fiscalização dos recursos administrativos e materiais vinculados às atividades do órgão.

Art. 17 - Ao Serviço de Inventários compete planejar, orientar e realizar os inventários de prestação de contas anual, de extinção ou transformação de unidades administrativas, de transferência de responsabilidade pela guarda e uso de bens patrimoniais, de criação de novas unidades administrativas e eventuais, coletando, simultaneamente à realização dos inventários, as assinaturas dos responsáveis nas listas de carga patrimonial e nos termos de responsabilidade gerados; manter atualizada a relação de unidades administrativas e responsáveis; gerir e fiscalizar os recursos administrativos e materiais vinculados as suas atividades.

Art. 18 - Ao Serviço de Tombamento e de Transferências Patrimoniais compete realizar o controle e o registro dos bens permanentes pertencentes ao patrimônio do Senado Federal; promover as ações administrativas necessárias ao tombamento dos bens permanentes adquiridos e dos fabricados pelas unidades do Senado Federal; efetuar os registros qualitativos dos bens permanentes, relacionando-os a sua localização e aos titulares responsáveis por seu uso e guarda; promover a coleta das assinaturas de responsabilidade nas listas de carga patrimonial e nos termos de responsabilidade gerados; acolher solicitações de transferências patrimoniais e controlar a movimentação dos bens, através da emissão de guias de transferência patrimoniais e conseqüentes atualizações no sistema de controle informatizado; controlar a carga patrimonial do depósito do patrimônio; auxiliar o Serviço de Inventários quando da realização dos inventários; fiscalizar e coordenar o trabalho da mão-de-obra necessária à remoção e

bens; identificar, relacionar e indicar, para deliberação superior, quais são os bens permanentes considerados antieconômicos e/ou inservíveis que poderão ser alienados na forma de leilão; gerir e fiscalizar os recursos administrativos e materiais vinculados as suas atividades.

Art. 19 - Ao Serviço de Manutenção de Móveis e Eletrodomésticos compete providenciar a manutenção corretiva dos móveis e eletrodomésticos; relacionar e catalogar todos os eletrodomésticos pertencentes ao patrimônio do Senado Federal, identificando seu período de garantia e depreciação; identificar, relacionar e indicar, para deliberação superior, os eletrodomésticos considerados antieconômicos e/ou inservíveis que poderão ser alienados na forma de leilão; gerir e fiscalizar os recursos administrativos e materiais vinculados as suas atividades.

Art. 20 - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 31 de março de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 1492, DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 004977/05-0,

RESOLVE dispensar o servidor RUBENS DE ARAÚJO LIMA, matrícula 42733, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete da Liderança do PMDB, a partir de 23 de março de 2005.

Senado Federal, 31 de março de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1493 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 005067/05-7,

RESOLVE dispensar o servidor JOÃO BATISTA SOARES DE SOUSA, matrícula 4612, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, da Secretaria Especial de Comunicação Social, a partir de 28 de março de 2005, e lotá-lo na Subsecretaria de Obras a partir da mesma data.

Senado Federal, 31 de março de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1494 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 004678/05-2 e 004679/05-9,

RESOLVE dispensar a servidora KÁTIA ASFORA OLIVEIRA, matrícula 42502, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Heráclito Fortes, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete da Terceira-Secretaria, a partir de 17 de março de 2005.

Senado Federal, 31 de março de 2005.



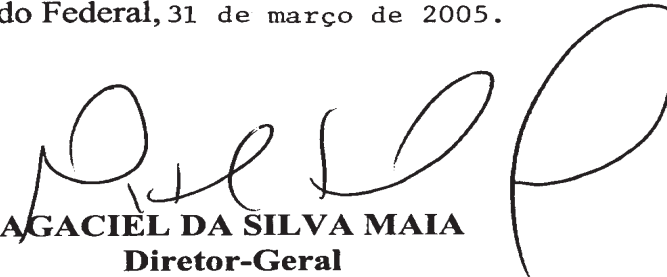
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1495 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 004820/05-3,

RESOLVE designar a servidora **SILVIA MEDEIROS ANDRADE ROCHA**, matrícula 31243, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Analista Legislativo, Símbolo FC-7, do Gabinete da Primeira Vice-Presidência, a partir de 18 de março de 2005.

Senado Federal, 31 de março de 2005.

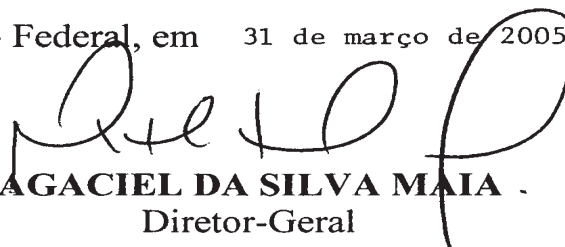

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1496 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 005.193/05-2,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **HERBERT NERI VASCONCELOS DE OLIVEIRA**, matrícula n.º 158693, do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Gabinete do Senador Reginaldo Duarte.

Senado Federal, em 31 de março de 2005.

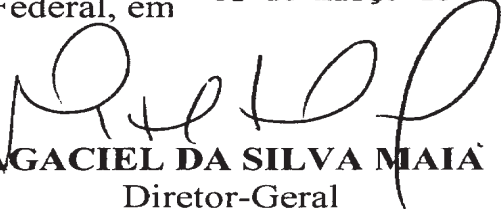

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1497 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 005.210/05-4,

R E S O L V E exonerar **AURÉLIO DE PASSOS**, matrícula n.º 171582, do cargo de Assessor Técnico do Gabinete do Senador Alberto Silva e nomeá-lo, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete.

Senado Federal, em 31 de março de 2005.



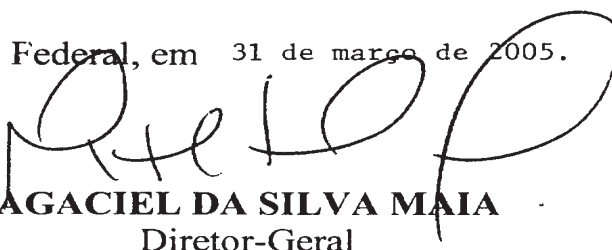
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1498 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 005.160/05-7,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **WALTER PEREIRA ALVES**, matrícula n.º 184590, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete do Senador Garibaldi Alves Filho.

Senado Federal, em 31 de março de 2005.



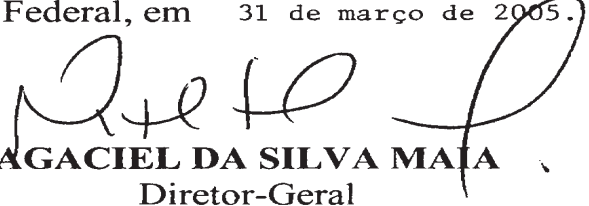
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1499 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 005.160/05-7,

R E S O L V E exonerar **ANTÔNIO MARCOS DE SOUZA LIMA**, matrícula n.º 173116, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-4 do Gabinete do Senador Garibaldi Alves Filho e nomeá-lo, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete.

Senado Federal, em 31 de março de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1500 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 005.145/05-8,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **ANTÔNIO ANTONINO JÚNIOR**, matrícula n.º 179386, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete do Sérgio Guerra.

Senado Federal, em 31 de março de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1501 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **005145/05-8**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JACQUES FENELON DE ARAÚJO DUARTE NETO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Sérgio Guerra.

Senado Federal, em 31 de março de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1502 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **005126/05-3**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **CLÁUDIA TROIANO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do Governo.

Senado Federal, em 31 de março de 2005.

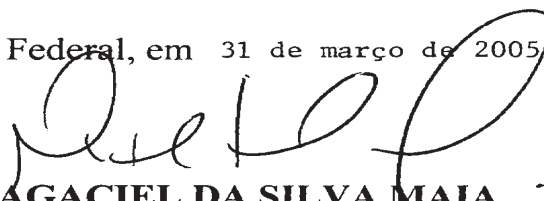

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1503 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **005192/05-6**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **HERBERT NERI DUARTE DE OLIVEIRA** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Reginaldo Duarte.

Senado Federal, em 31 de março de 2005.



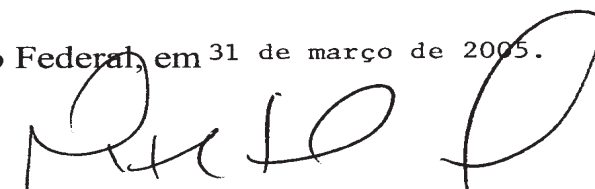
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1504 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **005.263/05-0**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JOSÉ IBIAPINA DO NASCIMENTO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Efraim Morais.

Senado Federal, em 31 de março de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1505 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **005.171/05-9**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ARIANE PEREIRA ADOLFO DA COSTA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Efraim Morais.

Senado Federal, em 31 de março de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1506 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **005.201/05-5**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ANNA CHRISTINA DE PASSOS FRAGOSO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Alberto Silva.

Senado Federal, em 31 de março de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1507 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **005180/05-8**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JOSÉ ALBERTO BARROS DE CASTRO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

Senado Federal, em 31 de março de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº. 1508 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **005180/05-8**,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 1297, publicado no Boletim de Pessoal do Senado Federal n.º 3198, de 21/03/2005, que nomeou **JOSÉ ALBERTO SOUZA CHAVES**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Senado Federal, com lotação e exercício na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

Senado Federal, em 31 de março de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 1509 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 003004/05-8,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 800, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 3183, de 28/02/2005, que nomeou **ROSA LUCIA VIEIRA DA SILVA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PMDB, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do Art. 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 31 de março de 2005,


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1510 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 003004/05-8,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ROSA LUCIA VIEIRA DA SILVA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PMDB.

Senado Federal, em 31 de março de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1511 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **005268/05-2**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ANTÔNIO ALEXANDRE DUTRA** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Rodolpho Tourinho.

Senado Federal, em 31 de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1512 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **005315/05-0**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ALAN ALEX BENVINDO DE CARVALHO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Fátima Cleide.

Senado Federal, em 31 de março de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)

	BAHIA	PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães		RIO GRANDE DO NORTE
PFL	César Borges	PTB	Fernando Bezerra
	RIO DE JANEIRO	PMDB	Garibaldi Alves Filho
PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella		SANTA CATARINA
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
	MARANHÃO	PT	Ideli Salvatti
PMDB	João Alberto Souza	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão		ALAGOAS
PFL	Roseana Sarney	PSOL	Heloísa Helena
	PARÁ	PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
PT	Ana Júlia Carepa		SERGIPE
PSDB	Flexa Ribeiro	PFL	Maria do Carmo Alves
	PERNAMBUCO	PSDB	Almeida Lima
PFL	José Jorge	PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel		AMAZONAS
PSDB	Sérgio Guerra	PFL	Gilberto Miranda
	SÃO PAULO	PSDB	Arthur Virgílio
PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Peres
PT	Aloizio Mercadante		PARANÁ
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
	MINAS GERAIS	PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo		ACRE
PMDB	Hélio Costa	PT	Tião Viana
	GOIÁS	PSOL	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres		MATO GROSSO DO SUL
PSDB	Lúcia Vânia	PMDB	Juvêncio da Fonseca
	MATO GROSSO	PT	Delcídio Amaral
PSDB	Antero Paes de Barros	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Jonas Pinheiro		DISTRITO FEDERAL
PT	Serys Slhessarenko	PMDB	Valmir Amaral
	RIO GRANDE DO SUL	PT	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
PT	Paulo Paim		TOCANTINS
PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
	CEARÁ	PL	João Ribeiro
PSDB	Reginaldo Duarte	PMDB	Leomar Quintanilha
PPS	Patrícia Saboya Gomes		AMAPÁ
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
	PARAÍBA	PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Morais		RONDÔNIA
PMDB	José Maranhão	PMDB	Amir Lando
	ESPÍRITO SANTO	PT	Fátima Cleide
PMDB	João Batista Motta	PMDB	Valdir Raupp
PMDB	Gerson Camata		RORAIMA
PL	Francisco Pereira	PTB	Mozarildo Cavalcanti
	PIAUÍ	PDT	Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	Wirlande da luz

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Dulcília Ramos Calháo	(Ramal: 3514)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Janice de Carvalho Lima	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3502)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES		
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz	(Ramal: 3517)
Secretários	CAE	Luiz Gonzaga Silva Filho (Ramal: 4605)
	CAS	Gisele Ribeiro de Toledo Camargo (Ramal: 4608)
	CCJ	Gildete Leite de Melo (Ramal: 3972)
	CE	Júlio Ricardo Borges Linhares (Ramal: 4604)
	CFC	José Francisco B. de Carvalho (Ramal: 3935)
	CI	Celso Antony Parente (Ramal: 4354)
	CRE	Maria Lúcia Ferreira de Mello (Ramal: 4777)
	CLP	Maria Dulce V de Queirós Campos (Ramal: 1856)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Slhessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB

Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Almeida Lima – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotônio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Hélio Costa
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
Maguito Vilela	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Papaléo Paes
José Maranhão	8. João Batista Motta
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
Eduardo Suplicy	4. Roberto Saturnino
Fernando Bezerra	5. Flávio Arns
João Capiberibe	6. Siba Machado
Patrícia Saboya Gomes	7. Serys Slhessarenko
PDT	
Osmar Dias	Jefferson Peres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE TURISMO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 18:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(21 titulares e 21 suplentes)*

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PPS

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. César Borges – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. (vago) – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Almeida Lima – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Arthur Virgílio – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	11. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
João Batista Motta	1. Hélio Costa
Mário Calixto	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
Papaléo Paes	6. Gerson Camata
(vago)	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Cristovam Buarque
Antonio Carlos Valadares	2. Ana Júlia Carepa
Flávio Arns	3. Francisco Pereira
Ideli Salvatti	4. Fernando Bezerra
Marcelo Crivella	5. Eduardo Suplicy
Paulo Paim	6. Fátima Cleide
Patrícia Saboya Gomes	7. Mozarildo Cavalcanti
Siba Machado	8. João Capiberibe
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca
(vago)	2. (vago)

* De acordo com a Resolução nº 1, de 22.02.2005, a composição da Comissão de Assuntos Sociais foi reduzida de 29 para 21 membros.

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO MEIO AMBIENTE
(8 titulares e 8 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: Senador Maguito Vilela - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
Almeida Lima – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Osmar Dias – PDT (cedida pelo PSDB)	9. Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Hélio Costa
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Maguito Vilela	4. Gérson Camata
Romero Jucá	5. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Delcídio Amaral
Eduardo Suplicy	2. Paulo Paim
Fernando Bezerra	3. Sérgio Zambiasi
Francisco Pereira	4. João Capiberibe
Ideli Salvatti	5. Siba Machado
Antonio Carlos Valadares	6. Mozarildo Cavalcanti
Serys Slhessarenko	7. Marcelo Crivella
PDT	
Jefferson Peres	1. Juvêncio da Fonseca

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM
CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA
PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)**

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Hélio Costa - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. João Ribeiro – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. José Agripino – PFL
Roseana Sarney – PFL	5. Marco Maciel – PFL
(vago – cedida ao PDT) – PFL *	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Leonel Pavan – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)	8. Alvaro Dias – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Tasso Jereissati – PSDB
PMDB	
Hélio Costa	1. João Batista Motta
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Mário Calixto
Gerson Camata	4. Papaléo Paes
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Leomar Quintanilha	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho**	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Paulo Paim
Cristovam Buarque	2. Aloizio Mercadante
Fátima Cleide	3. Fernando Bezerra
Flávio Arns	4. Delcídio Amaral
Ideli Salvatti	5. Antonio Carlos Valadares
Roberto Saturnino	6. Francisco Pereira
Sérgio Zambiasi	7. Patrícia Saboya Gomes
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca

* Vaga cedida ao PDT, conforme Ofício nº 014/05-GLPFL, de 17.02.2005

** O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	
TITULARES	SUPLENTES

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 311-3276 Fax: 311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE**
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro - PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
João Ribeiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Almeida Lima – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	4. Leonel Pavan – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	5. (vago)
Flexa Ribeiro – PSDB	6. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. (vago)
Valdir Raupp	4. (vago)
Leomar Quintanilha	5. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Mozarildo Cavalcanti
Ana Júlia Carepa	2. Cristovam Buarque
Delcídio Amaral	3. (vago)
Ideli Salvatti	4. (vago)
Serys Slhessarenko	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS INACABADAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca - PDT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	6. Almeida Lima – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Luiz Otávio
Valmir Amaral	2. Maguito Vilela
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Serys Shessarenko
Fátima Cleide	2. Siba Machado
João Capiberibe	3. Antonio Carlos Valadares
Marcelo Crivella	4. Mozarildo Cavalcanti
Paulo Paim	5. Francisco Pereira
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Osmar Dias

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E – Mail: mariadul@senado.br .

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
João Ribeiro – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. Ramez Tebet
Mão Santa	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. Valmir Amaral
Gerson Camata	5. Mário Calixto
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Marcelo Crivella
Eduardo Suplicy	2. Flávio Arns
Mozarildo Cavalcanti	3. Aelton Freitas
Roberto Saturnino	4. Ana Julia Carepa
Sérgio Zambiasi	5. Fernando Bezerra
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
João Ribeiro – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	8. Almeida Lima – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Ney Suassuna
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valdir Amaral	4. João Batista Motta
Gilberto Mestrinho*	5. Mário Calixto
Mão Santa	6. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Francisco Pereira	2. Paulo Paim
João Capiberibe	3. Fernando Bezerra
Mozarildo Cavalcanti	4. Fátima Cleide
Serys Selhessarenko	5. Sérgio Zambiasi
Siba Machado	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Celso Parente
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3114607 Fax: 3113286
E – Mail: cantony@senado.gov.br.

9) - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Reginaldo Duarte – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Papaléo Paes	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Leomar Quintanilha
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Ana Júlia Carepa	1. João Capiberibe
Fátima Cleide	2. Delcídio Amaral
Fernando Bezerra	3. Siba Machado
Mozarildo Cavalcanti	4. Sérgio Zambiasi
Patrícia Saboya Gomes	5. Aelton Freitas
PDT	
Jefferson Peres	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

10) - COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Alvaro Dias – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Lúcia Vânia – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	5. Heráclito Fortes – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Pedro Simon	2. Mário Calixto
Leomar Quintanilha	3. João Batista Motta
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Flávio Arns	1. Serys Slhessarenko
Aelton Freitas	2. Delcídio Amaral
Sibá Machado	3. Francisco Pereira
Ana Júlia Carepa	4. Sérgio Zambiasi
Antônio Carlos Valadares	5. (vago)
PDT	
Osmar Dias	1. Juvêncio da Fonseca

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO
(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA ¹³
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES ²

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago) ¹⁰			1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata ¹¹	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL ⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves ¹²	SE	1306
PT ¹					
Heloísa Helena ¹⁴	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago) ⁸			3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB ⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. (Vago) ¹⁶		
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca ⁷	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB ¹					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB ¹ , PL ¹⁻¹⁵ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) ⁹		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 09.08.2004)

Notas:

¹ Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

² Eleito Vice-Presidente em 18.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

⁴ Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.

⁵ Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003. O Senador **Juvêncio da Fonseca** foi designado para essa vaga na Sessão do SF de 01.10.2003.

⁸ Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF desse dia. O Senador **Eurípedes Camargo** (Bloco PT-DF) foi eleito para essa vaga na Sessão do SF de 03.12.2003 e deixou o exercício do mandato em 23.1.2004, em decorrência do retorno do titular.

⁹ Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (Bloco PL-RJ) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹⁰ Vaga ocupada pelo Senador **Juvêncio da Fonseca** (PDT-MS) até 01.10.2003, quando foi designado, em Plenário, para a vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.

¹¹ Desfilou-se do PMDB em 15.9.2003, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹² Vaga ocupada pelo Senador **Renildo Santana** (PFL-SE), no período de 19.3 a 15.9.2003. A Senadora **Maria do Carmo Alves** (PFL-SE) foi eleita para essa vaga na Sessão do SF de 18.9.2003.

¹³ Eleito Presidente do Conselho na 9ª Reunião, realizada em 12.11.2003, para completar o mandato exercido pelo Senador **Juvêncio da Fonseca**, que renunciou ao cargo em 25.09.2003.

¹⁴ Na Sessão de 29.01.2004, foi lido o Ofício nº 039/04-GLDBAG, de 29.1.2004, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, comunicando o desligamento da Senadora do Partido dos Trabalhadores.

¹⁵ Desligou-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 13.04.2004.

¹⁶ O Senador Reginaldo Duarte deixou o exercício do mandato em 03.08.2004 em razão do retorno do titular, Senador Luiz Pontes

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e 311-5255

sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 25.03.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995

2ª Designação: 30.06.1999

3ª Designação: 27.06.2001

4ª Designação: 25.09.2003

COMPOSIÇÃO

SENADORES	PARTIDO	ESTADO	RAMAL
Vago			
Demóstenes Torres	Bloco/PFL	GO	2091
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP)
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) - Sem partido
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE)

Atualizada em 09.03.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Presidente nato: Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Severino Cavalcanti (PP-PB)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT/AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PMDB-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Moraes (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Professor Luizinho (PT-SP)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL/BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador Sérgio Guerra (PSDB-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Cristovam Buarque (PT – DF)

Atualizado em 03.03.2005

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(13 titulares e 13 suplentes)**

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: ARNALDO NISKIER
Vice-Presidente: LUIZ FLÁVIO B. D'URSO

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SOARES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	CELSO AUGUSTO SCHÖDER
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

- 1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
- 2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação
aguardando designação

02 - Comissão de Tecnologia Digital
aguardando designação

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária
aguardando designação

04 - Comissão de TV a Cabo
aguardando designação

05 - Comissão de Concentração na Mídia
aguardando designação

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.05.2003

Presidente: Deputado DR. ROSINHA	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Senador RODOLPHO TOURINHO	Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROBERTO JEFFERSON

MEMBROS NATOS ⁽¹⁾	
Senador EDUARDO SUPPLY Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputada ZULAIÊ COBRA Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT – PTB – PSB)	
IDELI SALVATTI (PT/SC)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCA (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
PFL	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
PSDB	
EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
PDT	
JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)	Vago
PPS	
MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB/ES)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
PFL	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
PMDB	
OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
PSDB	
EDUARDO PAES (PSDB/RJ)	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
PPB	
LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
PTB	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SA (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. WELINTON FAGUNDES (PL/MT)
PSB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JAMIL MURAD (PCdoB/SP)
PPS	
JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

-

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador CRISTOVAM BUARQUE

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> PAULO ROCHA PT-PA	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL/BA	<u>LÍDER DA MINORIA</u> SÉRGIO GUERRA PSDB-PE
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> AROLDO CEDRAZ PFL-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> CRISTOVAM BUARQUE PT-DF

Atualizado em 15.03.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311- 5255
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY
RIBEIRO”

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 24.2.2005

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura do DCD ou DSF s/o porte	R\$31,00
Porte de Correio	R\$96,00
Assinatura do DCD ou DSF c/o porte	R\$127,60 (cada)
Valor do número avulso	R\$0,30
Porte avulso	R\$0,80

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura do DCD ou DSF s/o porte	R\$62,00
Porte de Correio	R\$193,20
Assinatura do DCD ou DSF c/o porte	R\$255,20 (cada)
Valor do número avulso	R\$0,30
Porte avulso	R\$0,80

ug – 00001
gestão – 020055

Os pedidos deverão ser acompanhados de Notas de Empenho. Ordem de Pagamento pelo Banco de Brasil, Agência 4201-3, conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 244-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminado:

Subsecretaria de Edições Técnicas	02005500001001-0
Assinaturas DCN	02005500001002-9
Venda de Editais	02005500001003-7
Orçamento/Cobrança	02005500001004-5
Aparas de Papel	02005500001005-3
Leilão	02005500001006-1
Aluguéis	02005500001007-x
Cópias Reprográficas	02005500001008-8

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº – BRASÍLIA-DF – CEP-70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3803 – Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de assinaturas, Mourão ou Solange.



EDIÇÃO DE HOJE: 266 PÁGINAS